



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - UEMA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO E DOUTORADO PROFISSIONAL

PATRÍCIA VIANA DE CARVALHO

O ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL NOS PROCESSOS
DE (RE) NOMEAÇÃO DE RUAS DA CIDADE DE BREJO-
MA: Memória, Cultura e Identidade

São Luís
2025

Uema

PATRÍCIA VIANA DE CARVALHO

**O ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL NOS PROCESSOS DE (RE) NOMEAÇÃO DE
RUAS DA CIDADE DE BREJO-MA: Memória, Cultura e identidade**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História – PPGHIST da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, para à obtenção do título de Mestra.

Orientadora: Profa. Dra. Franc-Lane Sousa
Carvalho do Nascimento

Linha de Pesquisa: Memória e Saberes
Históricos

SÃO LUÍS
2025

Carvalho, Patrícia Viana de.

O ensino de História local nos processos de (re) nomeação de ruas da cidade de Brejo - MA: memória, cultura e da identidade / Patrícia Viana de Carvalho. – São Luís, 2025.

181 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST), Universidade Estadual do Maranhão, 2025.

Orientadora: Profa. Dra. Franc-Lane Sousa Carvalho do Nascimento.

1. Ensino de História. 2. Local. 3. Memória. 4. Identidade. 5. Ruas. I. Título.

CDU 93/94:37(812.1)

PATRÍCIA VIANA DE CARVALHO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História - PPGHIST da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito para obtenção do título de mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Franc-Lane Sousa Carvalho do Nascimento

Linha de Pesquisa: Memória e Saberes Históricos

São Luís, 28 de março de 2025

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **FRANC LANE SOUSA CARVALHO DO NASCIMENTO**
Data: 08/05/2025 14:16:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Franc-Lane Sousa Carvalho do Nascimento
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Documento assinado digitalmente
 **ANDRESSA GRAZIELE BRANDT**
Data: 08/05/2025 16:11:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Andressa Graziele Brandt
Instituto Federal Catarinense – IFC

Documento assinado digitalmente
 **JAKSON DOS SANTOS RIBEIRO**
Data: 08/05/2025 16:48:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Jakson dos Santos Ribeiro
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

Com amor e gratidão, dedico este trabalho aos meus pais: Antônia Celsa e Domingos Neto, e aos meus queridos irmãos, Alessandro e Alex.
Obrigada pelo apoio incondicional!

AGRADECIMENTOS

À Deus, por ser a fonte de força interior e exterior, sem dúvida o meu sustento!

À minha família, especialmente à minha mãe, Celsa, exemplo de amor, coragem, luta e renúncia, tenho muito orgulho de ser sua filha! Ao meu pai, homem trabalhador, íntegro e o melhor pai que eu poderia ter, espero poder retribuir um dia tudo o que fizeram e fazem por mim. Aos meus irmãos, Alex e Alessandro, pela parceria, cuidado e incentivo, tenho muito orgulho de vocês. Contem comigo sempre; mesmo distantes fisicamente, todos vocês foram e são minha fonte de motivação diária e de apoio constante.

Às minhas queridas tias, Ivanete, Suzeli e Danielsa, pelo apoio e exemplo de mulheres fortes e perseverantes, obrigada por contribuírem com esse momento. Não poderia também deixar de citar as minhas primas-irmãs-amigas, meninas/mulheres pelo as quais me sinto honrada em tê-las na vida: Anna Priscila, Daniele, Suelen, Rayllane, Aline Mariana e Raissa, obrigada pela irmandade. Aos meus primos, Albert Lucas e Moisés, vocês são incríveis.

A minha avó, nossa matriarca, dona Daldy, mulher virtuosa e exemplo de força. Sei que estou em suas orações.

Aos meus avôs, Raimundo Ramos, (o seu Reis), Luís Gonzaga Viana, Maria da Trindade e minha tia-avó, Francisca Maria Barbosa (In memoriam).

À Antonio Evaldo, meu amor, companheiro e amigo. Agradeço por ter você ao meu lado, por cada momento compartilhado, por ser um dos meus maiores incentivadores na vida.

Às minhas crianças favoritas, Arthur e Esther, que sorte a minha tê-los na minha vida, vocês são muito especiais, obrigada por todo carinho.

Agradeço à coordenação do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST), pela eficiência e pelos incentivos durante o curso, assim como a todos os funcionários. Também gostaria de expressar minha gratidão à professora-orientadora, Dra. Franc-Lane Carvalho de Sousa Nascimento, pela confiança, paciência e hábil orientação. Sua competência e caráter admirável são inspiradores. Agradeço igualmente aos professores e professoras do programa pelas valiosas contribuições na construção deste trabalho, que certamente nos proporcionaram um excelente alicerce teórico.

Aos professores Jakson Ribeiro e Andressa Grazielle Brandt, pelas suas valiosas observações, sugestões e contribuições nesta pesquisa por meio da banca de qualificação.

Aos meus estimados colegas e companheiros da turma de mestrado, especialmente ao meu “grupinho” composto por Brenda Mota, Gabriela Schalcher e Willian Paz – que tornaram essa jornada acadêmica mais leve e agradável. Expresso minha profunda gratidão

pelos momentos que compartilhamos, pelas ajudas mútuas e pelas aprendizagens adquiridas em conjunto, por assumirem as responsabilidades e preocupações do curso comigo. Vocês, sem sombra de dúvidas, foram fundamentais nessa minha trajetória.

Não posso deixar de mencionar algumas pessoas especiais que encontrei ao longo desta jornada, que trouxeram mais brilho e significado para minha caminhada: Jayla Rodrigues e Anne Oliveira. Sou imensamente grata pelas memórias que compartilhamos e estou ansiosa pelas que ainda virão.

Manifesto também minha gratidão especial às colegas e amigas que estiveram comigo desde a graduação nessa jornada. Em particular, agradeço carinhosamente às queridas Eraneide Miranda e Roseane Silva, cujo apoio e incentivo foram essenciais durante o mestrado e cuja parceria foi constante. Muito obrigada por fazerem parte deste trabalho.

Aos amigos que, mesmo à distância e com a correria de suas atividades diárias, não pouparam esforços para dedicarem um tempo e ajudar a resolver algumas das minhas inquietações acadêmicas. Um muito obrigado a Lucas Jhonatan Mesquita e Naiara Ferreira.

À Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), pelo incentivo e apoio ao ensino, à pesquisa e pelo financiamento deste trabalho, expresso meus agradecimentos. A todos e a todas que, de alguma forma, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta pesquisa, deixo aqui meu sincero muito obrigada.

*“Matar o sonho é matarmo-nos. É
mutilar a nossa alma. O sonho é o
que temos de realmente nosso, de
impenetravelmente e
inexpugnavelmente nosso”.*

Fernando Pessoa

RESUMO

O estudo de uma determinada localidade tem sido indicado como necessária para o ensino tendo em vista a possibilidade de ofertar ao aluno a compreensão do seu entorno, com vistas a perceber o passado sempre presente nos contextos sociais nos quais ele está inserido. Trata-se de uma abordagem que pode levá-los a compreender as relações existentes entre os processos históricos, os sujeitos, os grupos humanos em diferentes tempos e espaços. Desse modo, o presente trabalho consiste num estudo acerca da História Local e da Memória e dos processos identitários a partir da análise de discursos e práticas de nomeação de ruas e logradouros públicos. A pesquisa tem como recorte espacial a cidade de Brejo, localizada no leste do estado do Maranhão, e se volta a analisar as práticas de nomear logradouros públicos, neste caso, as ruas, de modo a compreender as imbricações existentes nesses processos. O problema da pesquisa consiste em buscar responder quais os fatores que influenciam e determinam os nomes de ruas e logradouros públicos e como tais atos colaboram na memória-histórica e identitária da localidade. O objetivo geral deste trabalho se volta à analisar os processos de (re) nomeações de ruas e a constituição da história local, memória e identidade relacionadas principalmente a questão étnico-racial e de gênero, na constituição dos nomes dos logradouros públicos. Para tanto, torna-se imprescindível o desenvolvimento de pesquisa bibliográfica que refletem as questões relacionadas aos principais conceitos deste trabalho, a saber, o Ensino de História, História Local, Memória e identidade, aqui, serão utilizados autores que tratam acerca desses conceitos, tais como Elza Nadai (1993); Circe Bittencourt (2008, 2018); Fonseca (2003), Le Goff (1990, 2003), Halbwachs (1950), Pierre Nora (1996), Bourdin (2021), Schimidt (2007), Rusen (2001, 2008), Barros (2013) dentre outros, bem como a utilização de pesquisa documental, tais como: Arquivos do Poder Legislativo, nos quais Atas e Registros guardam a legislação original e debates em torno das aprovações ou não de leis, como por exemplo, projetos de leis referente a nomeação de ruas. Assim também, este estudo se volta à pesquisa de campo, com intuito de levantar dados a partir do levantamento de projetos educacionais e na realização de entrevistas com gestores públicos e professores de história da rede pública e privada do município. A priori, pode-se dizer que o processo que envolve a escolha dos nomes das ruas vai além de uma simples determinação por parte de autoridades políticas municipais, sendo muitas vezes, práticas de desigualdades quando se pensa a questão de gênero, por exemplo; tais escolhas, muitas vezes, revelam a memória histórica e política de uma cidade, o que pode gerar disputas de memória, visto que muitas vezes as decisões por trás das designações de nomes não refletem os desejos e as necessidades da comunidade bem como sua cultura e identidade, o que resulta na exclusão de certos grupos sociais. Portanto, a relevância deste trabalho está atrelada na importância do ensino de História Local, de modo específico, da História de Brejo por meio dos nomes de suas ruas, na formação do discentes da cidade, especialmente em relação a formação histórica e identitária desses estudantes.

Palavras-chave: Ensino de História. Memória. Local. Identidade. Ruas.

ABSTRACT

The study of a specific locality has been indicated as necessary for education, considering the possibility of offering students an understanding of their surroundings, aiming to perceive the ever-present past within the social contexts in which they are embedded. This approach can lead them to comprehend the relationships between historical processes, individuals, and human groups across different times and spaces. Thus, the present work focuses on the study of Local History and Memory and the constitution of identity in the processes of naming streets and public places. Thus, the present work consists of a study on Local History, Memory, and identity processes, based on the analysis of discourses and naming practices of streets and public spaces. The research focuses on the city of Brejo, located in the eastern part of the state of Maranhão, and aims to analyze the practices of naming public spaces—in this case, streets—in order to understand the interconnections within these processes. The research problem seeks to answer which factors influence and determine the names of streets and public spaces and how such acts contribute to the historical and identity memory of the locality. The general objective of this work is to analyze the processes of (re)naming streets and the construction of local history, memory, and identity, mainly related to ethnic-racial and gender issues in the constitution of public space names. To this end, bibliographic research is essential, reflecting on the main concepts of this study, namely: History Teaching, Local History, Memory, and Identity. Authors dealing with these concepts will be used, such as Elza Nadai (1993), Circe Bittencourt (2008, 2018), Fonseca (2003), Le Goff (1990, 2003), Halbwachs (1950), Pierre Nora (1996), Bourdin (2021), Schmidt (2007), Rusen (2001, 2008), Barros (2013), among others. Documentary research will also be conducted, including archives from the Legislative Power, where records and minutes preserve original legislation and debates on the approval or rejection of laws, such as bills related to street naming. Additionally, this study involves field research, aiming to collect data through educational project analysis and interviews with public administrators and history teachers from both public and private schools in the municipality. At first glance, it can be said that the process of choosing street names goes beyond a simple determination by municipal political authorities, often reflecting practices of inequality—especially regarding gender issues. These choices frequently reveal the historical and political memory of a city, which can generate memory disputes, as decisions behind name designations do not always reflect the community's desires, needs, culture, and identity, resulting in the exclusion of certain social groups. Therefore, the relevance of this work is tied to the importance of teaching Local History—specifically the History of Brejo—through the names of its streets in the education of the city's students, particularly regarding their historical and identity formation.

Keywords: Teaching History. Memory. Place. Identity. Road

LISTA DE IMAGENS

Figura 1: Mapa da região do Baixo Parnaíba Maranhense.....	95
Figura 2: Mapa da localização do município de Brejo – MA.....	96
Figura 3: Antiga rua Gonçalves Dias.....	105
Figura 4: Antiga rua Gonçalves Dias.....	104
Figura 5: Atual rua Gonçalves Dias.....	104
Figura 6: Atual rua Gonçalves Dias.....	104
Figura 7: Gonçalves Dias.....	106
Figura 8: Procissão de N. Senhora da Conceição (1907) na rua Luís Domingues e, ao lado, atual rua Luís Domingues.....	107
Figura 9: Antiga rua Luís Domingues e ao lado Imagem atual da mesma rua.....	107
Figura 10: Desfile cívico (2019) na rua Luís Domingues.....	108
Figura 11: Procissão de N. Senhora da Conceição na rua Luís Domingues (2016)	108
Figura 12: Antiga rua Sabino Câmara.....	110
Figura 13: Foto recente da rua Sabino Câmara.....	110
Figura 14: Atual rua Sabino Câmara.....	110
Figura 15: Noite Cultural (2019) na rua Sabino Câmara.....	111
Figura 16: Carnaval (2019) na rua Sabino Câmara.....	111
Figura 17: Antiga rua Cel. Antônio Manoel.....	112
Figura 18: Primeiro hospital da cidade na rua Ce. Antônio Manoel.....	112
Figura 19: Atual rua Cel. Antônio Manoel.....	113
Figura 20: Posto de saúde (IPEM) na rua Cel. Antônio Manoel.....	113
Figura 21: Antiga rua Duque de Caxias.....	115
Figura 22: Atual rua duque de Caxias.....	115
Figura 23: Duque de Caxias.....	116
Figura 24: Antiga Av. Raul de Freitas (1974)	117
Figura 25: Av. Raul de Freitas (2012)	118
Figura 26: Atual Av. Raul de Freitas.....	118
Figura 27: Feira livre na av. Raul de Freitas.....	119
Figura 28: Raul de Freitas.....	119
Figura 29: Atual rua Cândido Mendes.....	120
Figura 30: Casarão onde mora o atual padre da cidade na rua Cândido Mendes.....	121
Figura 31: Atual rua Professor Honório Martins.....	121
Figura 32: Atual rua Professor Honório Martins.....	122
Figura 33: Professor Honório Martins.....	123
Figura 34: Atual rua Moacir Coimbra.....	124
Figura 35: Moacir Coimbra.....	125
Figura 36: Antiga rua Cel. Antônio Guilherme.....	126
Figura 37: Atual rua Cel. Antônio Guilherme.....	126
Figura 38: Mercado livre na rua Cel. Antônio Guilherme.....	126
Figura 39: Antônio Guilherme de Melo.....	127
Figura 40: Atual rua Machado de Assis.....	128
Figura 41: Machado de Assis.....	129
Figura 42: Atual rua Monsenhor Pedro Santos.....	130
Figura 43: Monsenhor Pedro Santos.....	131
Figura 44: Atual travessa João Marinho Bacelar.....	132
Figura 45: Alcino Vieira de Moraes.....	133

Figura 46: Antiga avenida Alexandra Tavares.....	134
Figura 47: Atual avenida Alexandra Tavares.....	134
Figura 48: Alexandra Tavares.....	135
Figura 49: Atual rua Escalvado.....	136
Figura 50: Atual rua Escalvado.....	136

LISTA DE SIGLAS

MA- Maranhão

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

LDB – Leis das Diretrizes e Bases da Educação

PCN's - Parâmetros Curriculares Nacionais

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CONAE – Conferência Nacional de Educação

PL – Projeto de Lei

SEHAB – Secretaria de Habilitação

CASE – Departamento de Cadastro Setorial

DPH – Divisão de Patrimônio Histórico

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

PME – Plano Municipal de Ensino

PPP – Projeto Político Pedagógico

UEMA – Universidade Estadual do Maranhão

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

UFPI – Universidade Federal do Piauí

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 - ENSINO DE HISTÓRIA, MEMÓRIA E HISTÓRIA LOCAL: processos de (re) nomeação de ruas	24
2.1 Ensino de História, Memória e História Local	25
2.2 Ensino de História: desafios e perspectivas	25
2.3 Os descaminhos da Memória	38
2.4 O Local no Ensino de História: Cultura e Identidade	44
2.5 Os processos de (re) nomeação de ruas e logradouros públicos na História	56
3 BREJO: CONTEXTO HISTÓRICO, SOCIOECONÔMICO E GEOGRÁFICO	95
3.1 Formação sócio histórica do município de Brejo	95
3.2 As ruas de Brejo: História e Memória	102
3.2.1 Rua Gonçalves Dias (Rua de Santana)	103
3.2.2 Rua Luís Domingues (Rua da Prefeitura)	107
3.2.3 Avenida Sabino Câmara (Corredor da Folia)	119
3.2.4 Rua Coronel Antônio Manoel (Rua das Areias)	112
3.2.5 Rua Duque de Caxias / Rua Magalhães de Almeida (Rua do Porto)	114
3.2.6 Avenida Raul de Feitas (Rua da Feira)	117
3.2.7 Rua Professor Honório Martins	120
3.2.8 Rua Cândido Mendes	121
3.2.9 Rua Moacir Coimbra	123
3.2.10 Travessa Coronel Antônio Guilherme (Rua do Mercado)	125
3.2.11 Rua Machado de Assis (Rua da Cadeia)	127
3.2.12 Rua Monsenhor Pedro Santos	139
3.2.13 Travessa João Marinho Bacelar (Rua do Seminário)	131
3.2.14 Rua Alcino Vieira de Moraes	132
3.2.15 Avenida Alexandra Tavares	134
3.2.16 Rua Escalvado	135
4 HISTÓRIA LOCAL EM BREJO/MA	140
4.1 História local em ações do governo municipal e da sociedade civil organizada em Brejo	140
4.2 História Local no sistema educacional e em escolas de Brejo	146
5. PRODUTO TÉCNICO TECNOLÓGICO	155
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	159
REFERÊNCIAS	162
APÊNDICES	169
ANEXOS:	177

1 INTRODUÇÃO

A História Local é a chave para compreender as raízes de uma comunidade, revelando as narrativas ocultas que moldam a identidade coletiva e individual. Para tanto, tal ensino apresenta-se como uma das importantes abordagens para o ensino de História, visto que ao proporcionar uma ruptura com a história tradicional possibilita aos estudantes ter conhecimento sobre a realidade social que os cercam. Trata-se de uma abordagem que pode levá-los a compreender as relações existentes entre os processos históricos, os sujeitos, os grupos humanos em diferentes tempos e espaços.

Assim, existe um relativo consenso entre os pesquisadores do ensino de História de que “[...] o trabalho com a história local pode produzir a inserção do aluno na comunidade da qual faz parte, criar suas próprias historicidades e identidade” (Schmidt; Cainelli, 2004, p. 113). Logo, para Samuel (1990),

A História local requer um tipo de conhecimento diferente daquele produzido no alto nível de desenvolvimento nacional e dá ao pesquisador uma ideia muito mais imediata do passado. Ele a encontra dobrando a esquina e descendo a rua. Ele pode ouvir os seus ecos no mercado, ler seu grafite nas paredes, seguir suas pegadas nos campos. (SAMUEL, 1990, p. 200).

Nesse sentido, o presente trabalho consiste num estudo acerca da História Local, /Memória e os processos identitários relacionados as práticas de nomeação de ruas e logradouros públicos. A referida pesquisa tem como título: *O ensino de História Local por meio dos processos de (re) nomeação de ruas da cidade de Brejo-MA: Memória, Cultura e Identidade*.

A escolha do objeto desta pesquisa, que se configurou dentro de uma perspectiva local, surge pelo interesse em explorar a história da cidade de Brejo através de uma análise sistemática, isto é, consiste na investigação pautada nas relações existentes entre os nomes que são concedidos às ruas e como essas práticas de nomeação refletem na reprodução da memória-histórica e identitária da cidade.

Nascida em Brejo, uma cidade interiorana localizado no leste do estado do Maranhão, desde muito cedo fui submersa pela rica história da cidade, seja por meio de suas tradições, lendas, seu patrimônio cultural e arquitetônico, sua história. Nasci e cresci de pai mãe trabalhadores rurais, cujos valores de dedicação, resiliência e amor me inspiram a ser quem sou hoje. Foi também no seio familiar que obtive referências educacionais, no qual estive envolta por mulheres professoras e suas vastas coleções de livros dos mais variados; essa convivência foi fundamental para determinar meu lugar no mundo hoje.

Contudo, posso dizer que minha jornada começou de fato no decorrer da graduação em História, no qual pude conhecer e discutir acerca da história do nosso estado e consequentemente refletir sobre a história da minha cidade. Tais reflexões me levaram a perceber que pouco sabia a respeito do local ao qual pertencço, com isto passei a me questionar de que forma poderia conhecer e estudar a história de Brejo de modo a vincular a pesquisa ao ensino de História praticado nas escolas do município.

Partindo das considerações acima, e tendo em vista que as práticas de nomeação de ruas e logradouros públicos é uma ação que perpassa uma simples identificação de locais, sendo portanto, elemento crucial na construção e manutenção da memória e identidade de uma determinada comunidade, parti do seguinte problema de estudo: Quais os fatores históricos, culturais e sociais influenciam na escolha e constituição dos nomes de ruas e logradouros públicos e como essas atividades reverberam na memória-histórica e na identidade local?

Pode-se dizer que, o processo que envolve a escolha dos nomes das ruas vai além de uma simples determinação por parte de autoridades políticas municipais pois, segundo Dias (2000), os processos de nomear vias públicas obedece uma linha de interesses bem como uma possível reprodução da memória histórica local, regional e até mesmo nacional. Para o referido autor “Um olhar atento constata que esse processo é caracterizado pelo esforço de perenização da memória de personagens e fatos da história nacional e local. Trata-se de uma recorrente forma de reprodução e perpetuação da chamada história oficial” (Dias, 2000, p.1)

Tendo em vista essa dinâmica de escolhas de nomes de ruas, podemos constatar que esses processos muitas vezes revelam práticas de desigualdades, dentre elas, quando pensamos a questão de gênero, por exemplo, como nos é sugerido por Ferreira; Andrade (2021), que em seus estudos acerca dos logradouros públicos homenageados com nomes próprios femininos na região que corresponde ao município de Porto Nacional em Tocantins, diz que nomear os lugares com nomes femininos não é uma prática muito comum na toponímia brasileira. Desse modo, para as autoras, “Além das questões sociais e culturais, há um outro fator que explica a ausência de topônimos femininos, [...]. A preferência é de homenagear pessoas que tiveram algum nível de relevância para o município, o que exclui, a priori, as mulheres” (Ferreira; Andrade, 2021, p. 3-4)

Ademais, as escolhas dos nomes de logradouros públicos, muitas vezes, revelam interesses que reflete a memória histórica e política de uma cidade, o que pode gerar disputas de memória, visto que muitas vezes as decisões por trás das designações desses nomes não

refletem os desejos e as necessidades da comunidade bem como sua cultura e identidade, o que pode resultar na exclusão de certos grupos sociais, como visto anteriormente.

Segundo Carvalho (2011, p.47), em seu trabalho intitulado *O sertão: subsídios para a História e a Geografia do Brasil*, nos diz: “Nenhum outro povo conhece menos a sua história”, essa questão serve para dá ênfase para a importância desse trabalho, tendo em visto que a autora chama a atenção para a falta de “conhecimento” dos maranhenses sobre sua rica história. Assim sendo, mais do que tentar conhecer quais os critérios para seleção e escolha dos nomes das ruas da cidade o que se pretende também é conhecer e tornar conhecido um pouco da história de Brejo e como ela é vista por seus moradores.

Em vista disso, o objetivo geral desta pesquisa se volta à analisar os processos de (re) nomeações de ruas e a constituição da história local, memória e identidade relacionadas a questão étnico-racial e de gênero, na constituição dos nomes dos logradouros públicos.

Já os objetivos específicos, de modo geral, buscamos compreender a produção bibliográfica especializada sobre os processos de (re) nomeação de ruas e logradouros no campo da História e da História local; entender as nomeações de ruas da cidade de Brejo – MA nos processos sociais e históricos em vista da memória, cultura e da constituição da identidade; compreender sobre a constituição da memória e da identidade através do ensino de História Local nos processos de(re) nomeação de ruas da cidade de Brejo – MA e, finalmente elaborar um material didático voltado para estudantes da educação básica com foco na relação entre processos de nomeação de ruas em diálogo com o campo da História Local, cultura, memória e identidade.

Do ponto de vista metodológico, os caminhos para o desenvolvimento deste trabalho foram diversos. Em primeiro lugar, fez-se necessário desenvolver pesquisa bibliográfica “ou o que comumente chamamos de pesquisa de referências - que é parte constituinte de todo e qualquer projeto de pesquisa” (Santos, 2010, p. 24), desta forma, o grande objetivo desse tipo de pesquisa é levantar informações contidas em livros, dissertações, teses, artigos, etc. sobre o tema e problema de pesquisa, sendo tarefa necessária para se construir uma reflexão sistemática sobre os processos de renomeação de logradouros em sua interface com as memórias e saberes escolares, bem como para observar e analisar produções sobre temas correlatos e associados.

Em segundo lugar, foi essencial lançar mão de pesquisa histórica em seus métodos clássicos: pesquisa documental, tal pesquisa utiliza-se de documentos que, para o historiador, constituem as fontes de seu estudo, as pistas e os indícios pelos quais vai perseguir as respostas

para suas indagações. Diversos locais conduzem a uma pesquisa documental, tais como: museus e Arquivos do Poder Legislativo, neste caso, a Câmara Municipal da cidade, nos quais Atas e Registros guardam a legislação original e debates em torno das aprovações ou não de leis, como por exemplo, projetos de leis referente a nomeação de ruas.

Trata-se também de um estudo descritivo e exploratório, com abordagem qualitativa, “nessa modalidade de pesquisa você irá observar, registrar, correlacionar e descrever fatos ou fenômenos relativos a uma dada sociedade/realidade” (Santos, 2010, p. 20), portanto, é uma forma de pesquisa que lança mão de diversos instrumentos de coleta de dados, tais como questionários, observação, entrevista, registro fotográfico, etc. Assim, este trabalho faz uso de entrevista semiestruturada a fim de colher informações acerca do tema correspondente.

Um terceiro elemento necessário é aquele do acompanhamento dos projetos, formulações e ideias sobre o tema em tela. Daí a necessidade de analisar projetos e experiências desenvolvidos em escolas e em órgãos públicos municipais ocupados com nomeação e renomeação de ruas e logradouros, observando o cotidiano escolar, as dinâmicas próprias do sistema escolar de Brejo. Assim sendo, busca-se descrever o cotidiano escolar de instituição de ensino da Educação Básica em Brejo com foco em possíveis esforços e espaço-tempo escolares voltados para a identidade e a memória da cidade se faz necessária. Metodologicamente, para se considerar o cotidiano escolar como espaço de observação são esclarecedoras as observações de Marli André (2001).

De acordo com André (2001), ao se pensar, observar e propor intervenções no ambiente escolar, algumas dimensões devem ser consideradas, quais sejam: a *dimensão subjetiva*, isto é, as interações sociais dos sujeitos no ambiente em que ocorrem, as formas particulares com que cada sujeito percebe e interpreta a realidade, e os processos de atribuição de significado, que se revelam por meio da linguagem e de outras formas de comunicação.

A *dimensão institucional*, que envolve os aspectos referentes ao contexto da prática escolar, as formas de organização do trabalho pedagógico, as estruturas de poder e de decisão, os níveis de participação de seus agentes, a disponibilidade de recursos humanos e materiais; a *dimensão instrucional ou pedagógica*, que abrange as situações de ensino nas quais se dá o encontro professor-aluno-conhecimento, os objetivos e conteúdo do ensino, as atividades e o material didático, a linguagem e outros meios de comunicação entre professor e estudantes, as formas de avaliar o ensino e a aprendizagem.

A *dimensão sociopolítica*: o contexto sociopolítico e cultural mais amplo; determinantes macroestruturais da prática educativa; não é apenas a descrição das políticas educacionais definidas no âmbito federal, mas se e como essas normativas afetam diretamente a vida da escola; ainda, as mudanças que ocorrem na sociedade, nas mídias, se afetam a vida da escola. Assim, certamente se poderá melhor contextualizar e reconstituir a história não das ruas, mas dos processos de sua nomeação em Brejo, Maranhão. No Trabalho de Conclusão de Curso de graduação, uma das lições aprendidas foi que estudar as ruas nos obriga a compreender a História Social, Cultural, Econômica e Política daquela região.

Deve-se ainda destacar que todo o desenvolvimento da pesquisa se dá a partir da escuta e do diálogo como uma comunidade escolar – desta forma, a aplicação da minha técnica de pesquisa foi realizada na modalidade presencial, na cidade de Brejo-MA, na escola estadual Centro de Ensino Cândido Mendes, na escola municipal U. E. Ateneu Costa Bacelar, na escola de ensino privado Instituto Educacional Professora Olga Portela e numa outra instituição de ensino privado, Colégio Imaculada Conceição, entre os meses de setembro e novembro de 2014, com professores que trabalham nas séries do Ensino Fundamental e Médio e, que atuam na disciplina de História.

Para tanto, foram utilizados ferramentas tecnológicas tais como o uso de mídias sociais (WhatsApp,) para contatar com os entrevistados com o propósito de acompanhar projetos, formulações e ideias sobre o ensino de História Local ou mesmo o tema em tela, ocupados com nomeação e renomeação de ruas e logradouros, observando o cotidiano escolar, as dinâmicas próprias do sistema escolar em questão.

Os critérios de *inclusão* são: ser professor(a) atuante na disciplina de História na rede pública e privado de ensino, coordenador (a) pedagógico (a), aceitar de livre e espontânea vontade participar da investigação e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). São *excluídos* os professores(as) de licença, aposentados, em gozo de férias, e que não atue na disciplina de História.

O instrumento para a coleta de dados referente ao quarto capítulo desse trabalho se deu através de uma entrevista semiestruturada, Segundo Trivinos (1987, p. 146, apud, Manzini (2004), “[...] a entrevista semi-estruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa”. Nesse modelo, o entrevistador tem um roteiro de questões preestabelecidas, todavia, não se perde a autonomia para adicionar outras, caso surja o interesse no percorrer da conversa. A entrevista por meio do roteiro foi realizado com os professores, são 4 (quatro) professores; a entrevista ocorreu de

acordo com a disponibilidade do entrevistado, os professores foram avisados previamente para esclarecimento de dúvidas acerca da pesquisa e/ou roteiro e para a solicitação do seu consentimento livre e esclarecido.

Na abordagem do dinamismo de um determinado problema social, sob o viés da pesquisa qualitativa, há várias técnicas de análise, dentre elas, a técnica de Análise de Conteúdo de Bardin (2004, 2010, 2011). Para a autora, a Análise de Conteúdo objetiva analisar o que foi dito em meio a uma investigação, construindo e apresentando concepções em torno de um objeto de estudo, no qual aponta que tal análise pode nos auxiliar com os dados que foram surgindo e que despontavam para uma possível resposta para a questão de investigação.

Nessa mesma perspectiva Braun e Clarke (2006, p. 3, apud. Rosa; Mackdanz, 2021), ao tratar a respeito da Análise de Conteúdo traz para discussão a utilização da Análise Temática (AT), afirmando que um dos seus benefícios na análise de um conteúdo é a sua flexibilização, “através da sua liberdade teórica, a análise temática fornece uma ferramenta de pesquisa flexível e útil, que pode potencialmente fornecer um conjunto rico e detalhado, ainda que complexo de dados”. Ainda segundo Braun e Clarke (2006, p. 7-8, apud. Rosa; Mackdanz, 2021, p.11) a Análise Temática é,

[...] método essencialista ou realista, que relata experiências, significados e a realidade dos participantes, ou pode ser um método construtivista, que examina as maneiras como eventos, realidades, significados, experiências e assim por diante são feitos de uma série de discursos que operam dentro da sociedade.

Nesse viés, a análise dos dados coletadas por meio da entrevista-semiestruturada tem procedência descritiva e interpretativa, no qual os dados são descritos interpretados em interlocução com os objetivos propostos na pesquisa.

O presente projeto de pesquisa foi submetido à Plataforma Brasil, e, em seguida, direcionado ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e compromete-se com a Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012 no qual estabelece as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. Esta pesquisa se responsabiliza também pela utilização da resolução nº 510/2016 (Brasil, 2016), no qual considera dentre outras normas que a pesquisa em ciências humanas e sociais exige respeito e garantia do pleno exercício dos direitos dos participantes, devendo ser concebida, avaliada e realizada de modo a prever e evitar possíveis danos aos participantes. Para tanto, assegura-se que todos os participantes da pesquisa são devidamente orientados e tem acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE),

sendo sempre preservado a sua identidade, assim como o direito de não participarem do estudo ou de dispensar sua participação a qualquer momento.

Quanto aos *riscos* advindos da pesquisa podem estar associados à questões como: invasão de privacidade, constrangimentos de alguns professores (as) ao serem questionados quanto ao seu cotidiano escolar e os projetos pedagógicos, se estão voltados para a identidade e a memória da cidade, assim como se a instituição na qual atuam fazem acompanhamento pedagógico necessário para elaboração e efetivação de tais projetos. Além disso, trazem riscos associados a questões emocionais, tais como: frustração, visto que podem sentirem-se triste se porventura não terem atingido as metas relacionadas aos objetivos propostos através do projeto. Os riscos são minimizados com o fornecimento das devidas informações relativas à pesquisa, elucidando aos participantes sua relevância para pesquisa e para a comunidade escolar, esclarecendo de maneira individual a confirmação de sua identidade e respostas, bem como o direito que os participantes possuem em responder ou não quaisquer questões presentes no questionário da entrevista com vistas a respeitar sua individualidade.

Quanto aos *benefícios*, o estudo pode fornecer tanto nos pesquisadores quanto para os participantes o sentimento de contribuição para a educação tendo em vista o conhecimento da realidade local para desenvolvimentos de ações, projetos que valorizem e tragam retorno à comunidade escolar, bem como pode suscitar avanços e desenvolvimento relativos ao ensino de História Local, voltado para a história da cidade conseguidos através da materialização do Produto Educacional proposto pela pesquisa, que se trata de um Guia Educativo voltados para os professores da educação básica e a comunidade em geral.

Por se tratar de uma espaço localizado no Maranhão (a cidade de Brejo), a abordagem histórica desse trabalho recai, sobretudo, para a história local. Desse modo, a dissertação está sistematizada em quatro capítulos, sendo o último, o Produto Técnico-Tecnológico, um material didático produzido no formato de Guia Educativo. Logo, o primeiro capítulo tem como título: *Ensino de História, Memória e História Local: Para analisar processos de nomeação de ruas*; o segundo: *Brejo: Contexto histórico, socioeconômico e geográfico*; e o capítulo três: *História Local em Brejo/MA*.

O primeiro capítulo está dividido em dois tópicos: o primeiro se divide em três intertítulos no qual é realizada inicialmente uma reflexão sobre Ensino de História, em seguida, sobre a Memória e finalmente, a História Local. A intenção consiste na elaboração de uma revisão bibliográfica sintética apresentando as questões centrais desses três elementos, destacando de cada um o essencial de sua constituição, isto é, uma breve história do Ensino de

História, para tanto, são analisados as contribuições de Elza Nadai (1993); Circe Bittencourt (2008, 2018); Fonseca (2003), dentre outros; um histórico apontando diretamente as mudanças nas formas como a Memória vem sendo pensada e estudada do final do XIX até hoje.

Nesse sentido, discutir o papel da memória se torna levante para este trabalho pois nos possibilita entender o caráter opressor que a sociedade dominante nos impõe ao eleger e privilegiar espaços e celebrações que constituem a “memória nacional” em contraposição aos silenciamentos e esquecimentos das memórias dos grupos comuns, corroborando, assim, para que suas ações sejam impedidas de ganhar notoriedade e importância (Pollak, 1989).

Em comum acordo, Barros (2009, p. 37) diz que a memória “[...] instância criativa, como uma forma de produção simbólica, como dimensão fundamental que institui identidades e com isto assegura a permanência de grupos”. Partindo desta perspectiva, o tema se alinha na perspectiva de relatar as memórias buscando compreendê-las e inseri-las por intermédio da história como conhecimento histórico. Nessa linha de raciocínio serão também utilizados as contribuições de Le Goff (1990, 2003), Halbwachs (1950), Pierre Nora (1996), dentre outros.

Em seguida, tem-se uma discussão bibliográfica sobre como surge a história local bem como as suas especificidades, destacando o essencial de sua constituição. Dessa forma, em acordo com Barros (2013), a História local se torna importante na medida em que atua como complemento aos conteúdos programáticos inseridos nas propostas curriculares.

Nesse sentido, a inserção desse tipo de abordagem em sala de aula é fundamental para a construção da “Consciência Histórica”, isto é, o local emerge como campo de produção de uma consciência histórica entendida como proposto por Gonçalves (2007), como “dimensão de um saber ordenado e ordenador e que, nessa qualidade, condiciona a própria percepção das experiências de vidas partilhadas por determinados sujeitos” (Gonçalves, 2007, p. 176), bem como na formação de identidades locais regionais e mesmo nacionais, pois a experiência educativa com o local nos permitirá perceber o sentimento de pertencimento dos estudantes em relação ao local, isto é, a cidade em que vivem.

Em suma, a História Local enquanto abordagem metodológica, pode ser poderosa para conectar os estudantes à sua própria história, promovendo a compreensão do passado e a construção de identidades individuais e coletivas. Tal conceito dialoga diretamente com o campo da memória assim como da identidade. Para auxiliar nessa discussão contaremos com as contribuições de Bourdin (2021), Schimidt (2007), Rusen (2001, 2008), Barros (2013) e outros.

Na segunda parte do capítulo, a ênfase recai para os estudos que têm focado a questão dos processos de renomeação das ruas. Do ponto de vista da estratégia metodológica, o que foi proposto são: levantamento de estudos (artigos, dissertações, teses) que versem sobre processo de nomeação de ruas; identificação de possíveis textos que tenham como enfoque observar o surgimento do interesse nesse tema específico. Isto é, penso ser relevante aqui apresentar como essa discussão aparece e o que os primeiros estudos enfatizam ao estudar esse objeto.

Numa análise preliminar os estudos apontam para contextos em que houve necessidade de mudar os nomes das ruas em virtude da “refundação”, de nações, regiões, quando os nomes presentes fariam lembrar pessoas e contextos de opressão, por exemplo, e “apagavam” grupos e sujeitos do tempo contemporâneo. Como exemplo, tem-se o caso da história recente da África do Sul, que em seu processo de construção democrática pós Apartheid, tem buscado formular e implementar nas políticas patrimoniais um novo sentido para se pensar a nação, dentre elas, renomeando ruas, tais mudanças surgem no intuito de construir uma “nova” nação. Mas há outras questões que são trazidas à tona quando se finalizou a leitura dos textos identificados.

Portanto, o que apresenta neste trabalho é um panorama do conjunto de estudos no campo das ciências humanas e particularmente da escrita da história e do ensino de história que têm focado processos de nomeação de ruas e logradouros: indagamo-nos sobre em que contexto (tempo e espaço) nas últimas décadas ou anos se tornou relevante para a mundo acadêmico estudar processos de nomeação de ruas. Este tópico é importante em vários sentidos: por exemplo, as questões sobre raça, classe e gênero, sobre diferenças e desigualdades são apontadas nos estudos como elementos relevantes.

Nesse contexto, o ensino de História Local explora como essas escolhas refletem a identidade histórica e social de uma comunidade. Investigar os motivos por trás dos nomes de ruas nos ajuda a compreender a memória coletiva e a história local. O segundo capítulo foca em apresentar, grosso modo, como se deu a constituição histórica do município de Brejo/MA, desde sua localização geográfica a sua construção histórico-social e socioeconômica e, em seguida, apresentando algumas de suas principais ruas, sua localização e formação social, analisando os elementos que influíram na designação de suas nomenclaturas, neste caso, são retratados os sujeitos que dão nome as suas respectivas ruas.

Na construção deste capítulo, foram utilizados como suporte metodológico, alguns documentos da Câmara Municipal de Brejo, vale enfatizar que grande parte desses documentos,

no caso, projetos de lei das ruas aqui analisadas, não existem mais tendo em vista que foram destruídos por conta de eventos naturais, como enchentes. Dessa forma, os projetos de lei das ruas e logradouros públicos, trabalhos acadêmicos, tais como monografias que tratam da história de Brejo, textos dos cronistas da cidade, bem como o uso da história oral realizado com alguns moradores das referidas ruas analisadas e uso das mídias sociais da cidade (*facebook*, *Instagram*), também foram utilizados.

Brejo está localizada no baixo-Parnaíba maranhense e se configura como espaço privilegiado por sua diversidade histórico-social, cultural e identitária, refletidos desde a sua fundação por meio de seus monumentos, casarões e sua cultura imaterial. Destarte, o estudo relacionado às denominações atribuídas às ruas e logradouros da cidade se torna importante na medida em que o estudo do local pode propiciar um olhar mais profundo para a compreensão da realidade dos sujeitos em seus lugares de pertença. O objetivo desta análise é buscar entender como ocorrem as disputas de memória nessas atividades de nomeação de ruas e como essas memórias acabam reverberando na formação da identidade da cidade bem como dos seus cidadãos.

O capítulo três, que está separado em dois tópicos, sendo que no primeiro busca-se verificar se existe ou existiu na história recente da cidade de Brejo algum tipo de projeto, ação, portaria, resolução, normativa dos governos municipais com ênfase na história local. Nesse sentido, identifiquei que no Plano Municipal de Educação 2015-2025, (Lei nº697/2015) há previsão do ensino de história e da cultura local, com foco na visita a museus e praças. Este documento é analisado neste capítulo, a exemplo de projetos e programas. Para alcançar o propósito do tópico, algumas entrevistas são realizadas.

Em suma, aqui são descritas e analisadas, especialmente a partir de análise documental, mas também entrevistas com gestores públicos, leis, portarias, normas, ações e projetos, continuados ou descontinuados, voltados para a história, memória e identidade local – por parte do poder público. Trata-se de produzir uma memória das tentativas e quem sabe de alguma experiência efetivada com vistas à questão.

No segundo tópico, semelhantemente como no tópico anterior, o que se buscou foi averiguar nas instituições de ensino público e privado da cidade, projetos e atividades voltadas para a história da cidade. O objetivo é verificar se existe ou existiu na história recente algum tipo de projeto ou ação diretamente vinculada à Secretaria de Educação do município voltada para a história, memória e identidade local e quiçá para a questão das ruas.

O tópico foi construído a partir de entrevistas especialmente com a Secretaria de Educação da cidade, professores e análise documental, pretende-se identificar possíveis ações (projetos, aulas, oficinas, atividades diversas) desenvolvidas sobre a história local e mesmo sobre as ruas. Neste caso, a intenção é apresentar ao leitor um quadro claro sobre como efetivamente a temática deste trabalho vem ou não sendo abordada nas escolas.

Isto posto, foi observada uma escola estadual, Centro de Ensino Cândido Mendes, pois uma consulta prévia nos levou a identificar que há docentes que trabalham com a história da cidade, no caso, com os casarões de Brejo, desenvolvendo atividades com os estudantes sobre a questão. Assim, foi relevante fazer uma descrição dessas experiências. Em suma, se buscará ver como a história, memória e identidade local vem sendo trabalhadas no sistema educacional e no ensino, o que garante melhor aderência ao produto sugerido no capítulo final da pesquisa.

2 ENSINO DE HISTÓRIA, MEMÓRIA E HISTÓRIA LOCAL: processos de (re) nomeação de ruas

Agora, apesar de as ruas estarem finalmente livres, ainda havia pilhas de escombros nas calçadas, e prédios inteiros estavam tão danificados quantos no dia em que foram atingidos. Dez anos depois da vitória e ele estava desviando de pedaços de mármore e granito para seguir para a Academia. Às vezes, Coriolanus se perguntava se os detritos foram deixados para lembrar aos cidadãos o que eles haviam aguentado. As pessoas tinham memória curta. Elas precisavam andar em volta dos destroços, para pegar cupons de racionamento de alimentação e assistir aos Jogos Vorazes para que a guerra permanecesse viva na mente. Esquecer podia levar a complacência, e aí todos estariam de volta à estaca zero.

Suzanne Collins¹

O Ensino de História passou por mudanças significativas ao longo dos anos e atualmente, no contexto brasileiro, desempenha um papel estratégico na construção e valorização do conhecimento. Através de práticas sociais contínuas desenvolvidas diariamente, o Ensino de História cumpre seus objetivos, sempre em diálogo com a comunidade escolar, a sociedade em geral e o período histórico em que está inserido.

Nesse sentido, quando se pensa a relação entre a vida cotidiana do presente e o passado historicizado, o ensino de História precisa ser a largada para as questões que os estudantes identificam por meio de suas experiências, e isso é possível quando o currículo e as metodologias de ensino são formuladas e concretizadas para dialogar com a realidade dos estudantes, afinal, seu lugar social ² é também o lugar de construção do conhecimento histórico.

Desta forma, relacionar os conteúdos referente da História local para o ensino pode ser uma interessante maneira de propiciar aos estudantes uma melhor contextualização dos temas abordados em sala de aula. Assim sendo, o ensino de História por meio do Local se apresenta como um campo prolífico para a valorização e compreensão histórica a partir do contexto próximo dos estudantes, capaz de suscitar a formação da consciência histórica - conceito que veremos mais adiante -, e investigar as relações sociais que são determinadas entre estudantes, professores, sociedade e o seu entorno.

Quando estudamos a história local, adentramos em uma reflexão não somente sobre as práticas cotidianas, mas como essas práticas se conectam com as problemáticas históricas de

¹ COLLINS, Suzanne. A cantiga dos pássaros e das serpentes.

² De acordo com Carlos (1996), lugar social é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora, produzindo a identidade. CARLOS, Ana Fani Alessandri. O lugar no/do mundo. São Paulo: Hucitec, 1996.

um determinado setor social, localidade ou região. A Memória, nesse contexto, desempenha um papel significativo, tendo em vista que está atrelada à construção da identidade de um indivíduo ou grupo social. Isto posto, a fim de compreendermos melhor o nosso objeto de estudo – as práticas de nomeação de ruas – faz-se necessário fazer uma breve discussão a respeito da história local e a importância de sua relação com o ensino, apontando também algumas categorias correlatas, como a questão da memória.

2.1 Ensino de História, Memória e História Local

Este subtítulo dividido em três partes, tem como objetivo maior, levantar uma discussão acerca dos três conceitos/categorias centrais deste trabalho, a saber o Ensino de História, Memória e História Local. Trata-se aqui de uma revisão bibliográfica dos principais estudiosos que refletem sobre as temáticas, destacando o essencial de sua constituição, ou seja, uma breve história do Ensino de História, um panorama apresentando as mudanças nas formas como a memória vem sendo pensada e estudadas no final do século XIX até hoje e, finalmente, sobre como surge a História Local destacando suas especificidades.

2.2 A História do Ensino de História: trajetória e perspectivas

O estudo acerca da história do ensino de História se apresenta como elemento fundamental para compreensão das questões que surgem frente o exercício do pesquisador/professor, questões essas que vem se acumulando cada vez mais dentro da sala de aula e que perpassa o cotidiano escolar. Desta forma, refletir sobre a trajetória do ensino de História nos leva a compreender de modo mais claro sobre os significados do que hoje, é ensinar História e assim, buscar soluções eficazes para romper com as deficiências sentidas atualmente no contexto escolar.

Nesse sentido, é importante frisar que os aspectos relativos aos conhecimentos determinados como História, no contexto escolar, passaram por significativas reformulações em suas estruturas. Grosso modo, apenas com o advento do século XVIII é que a História passou a delinear novos contornos, enquanto saber categoricamente estruturado e teoricamente fundamentado. (Fonseca, 2011).

Segundo a autora mencionada anteriormente, da Idade Média até o século XVIII a história era baseada e fundamentada essencialmente pela igreja, por meio do qual o destino da

humanidade era determinado por meio de uma intervenção divina. Aos poucos, esse discurso historiográfico foi moldado pela política Estado-nação, no qual passou a legitimar a educação dos príncipes e a homologação do poder, instituindo dentro da historiografia a linhagem dinástica e nacionalista, fato que perdurou até o início do século XX. A partir do século XIX, num momento no qual a ciência se consolidava, sobretudo alicerçada no positivismo e marxismo, a História regulamentou-se cientificamente, adquirindo traços metodológicos, investigativos e com objetivos definidos, como nos aponta Fonseca (2011):

A História, ainda não constituída como disciplina escolar e ainda não totalmente desvincilhada do sentido providencialista, passaria a ser ensinada, desde o final do Antigo Regime, com o intuito de explicar a origem das nações. Sob a influência do Iluminismo, será cada vez menos a história sagrada e cada vez mais a história da humanidade, mas ‘como disciplina ensinável, a história é a maior parte das vezes um passageiro clandestino nos programas oficiais, oferece mais temas para dissertações do que matéria que se baste a si própria’. (Fonseca, 2011, p.22-23)

À vista disso, sobre essa trajetória da história enquanto disciplina escolar, é interessante destacar as contribuições da historiadora Elza Nadai (1993) acerca da trajetória do ensino de História no Brasil. A pesquisadora expõe num panorama geral as mazelas sentidas no ensino de História bem como a debilidade dos modelos educativos adotados até então. O ensino de História até recentemente estava enraizado num conhecimento “pronto e acabado” no qual era repassado como atividade decorativa como principal estratégia de aprendizagem, assim, aos poucos passou a ser repensada o ensino e aprendizagem da disciplina de forma a superar as teorias e práticas que tradicionalmente moldaram o exercício da história enquanto disciplina escolar.

Observando o cenário geral de inserção da disciplina no currículo – mais a frente veremos um pouco mais sobre currículo - das escolas, a autora acima destaca o seu surgimento com o advento do positivismo, no século XIX, na França, forjada a partir de movimentos de laicização no qual a sociedade vinha passando, sendo objeto de parâmetro no que diz respeito a civilização e ao progresso da humanidade bem como a formação das nações modernas.

Tais mudanças consubstanciou duas tradições advindas do século XVIII quais sejam, o discurso enciclopédico, baseado na história filosófica, neste caso, respaldada no princípio do progresso e, por outro lado tratava-se de uma elaboração metodológica que consistia nos saberes específicos e técnicos que, no século vindouro foi reformulado a partir do método científico, adotado pela concepção positivista, no qual passou a utilizar as ciências

naturais, instituindo assim um novo “sentido da história”, pautada na ideia de progresso da humanidade.

Nesse sentido, como podemos observar nas palavras de Nadai (1993, p.145) “[...] uma matéria que deve ser estudada, um patrimônio de textos, de fontes, de monumentos que permitem a reconstituição exata do passado.”, é no encontro dessas ideias que se instala a “revolução positivista”. Por tanto, o século XIX instaurou a concepção de que a “história é a árvore genealógica das nações europeias e da civilização de que são portadoras” (Furet, s.d, apud, Nadai, 1993, p.145).

Desse modo, no início do século XIX em diversos países europeus bem como americanos a educação era conduzida pelo Estado, no que concerne as definições de seus objetivos e a forma como era efetivada, sempre pautada na preocupação da formação cidadã conveniente ao sistema social e econômico e engajada no fortalecimento da nação. É nesse cenário que a História escolar traceja seu caminho enquanto disciplina, fortemente caracterizada pelos interesses políticos estatais.

Nesse contexto, é pertinente ressaltar em acordo com Chervel (1990), no qual o autor aborda sobre a história das disciplinas escolares, sendo esta, segundo ele, uma construção histórica e social. Charvel (1990), argumenta que as disciplinas escolares não são apenas conjuntos de conhecimentos a serem transmitidos, antes, são também produtos culturais que refletem as necessidades e valores de uma sociedade de acordo com o momento histórico vigente.

Em um outro trabalho acerca das disciplinas escolares (1988), o autor acima destaca que as disciplinas escolares são formuladas de modo a transformar o ensino em aprendizagem, contudo, essas formulações são fortemente imbuídas por fatores políticos, econômicos e culturais bem como se dinamizam de acordo com as mudanças e demandas sociais. (Chervel, 1988).

No Brasil, a História como disciplina ensinável ocorreu no bojo dos mesmos movimentos e tendências europeias, logo, a “cultura clássica” já havia designado, desde o século XVIII, o caminho a ser trilhado, ou seja, excluindo da história certos grupos e sujeitos das sociedades humanas, em contrapartida dando primazia a cultura e identidade europeia na história. (Nadai, 1993). Nessa perspectiva, é interessante compreender sobre o ensino de História no Brasil no final do século XVIII, momento em que se constituía o Estado Nacional bem como a elaboração de projetos educacionais no império.

Logo, no período colonial, a educação escolar se deu com a chegada do Padre Manuel de Nóbrega em 1549, no qual fundou a Companhia de Jesus, e em seguida com a chegada dos jesuítas, responsáveis por catequizar indígenas para convertê-los a religião católica, além da formação religiosa, os estudantes também eram preparados com um ensino voltado as concepções humanísticas no qual habilitava-os a ingressar na universidades portuguesas. Havia pouco atuação da coroa portuguesa no ensino, deixando apenas sob encargo da Igreja. (Fonseca, 2011)

Sobre o ensino escolar implantado pelos jesuítas, se baseava na utilização predeterminada de textos gregos e latinos, nisto, a História não se caracterizava como disciplina escolar, apenas possuía função instrumental, com objetivos alheios a ela. Assim, Fonseca (2011, p. 38) nos diz que, “As diretrizes educacionais dos jesuítas, estabelecidas no *Ratio Studiorum*, de 1599, organizaram o ensino nos estabelecimentos brasileiros até a expulsão da Companhia de Jesus pelo Marques de Pombal, em 1759, e nos seus colégios em outras partes do mundo até a extinção da ordem, em 1773”.

Diante desse cenário, na segunda metade do século XVIII, com a administração pombalina, houve uma melhor compreensão por parte do Estado, sob influência do iluminismo, do lugar da educação no processo de modernização e de desenvolvimento do país, ligada sobretudo a ideia de progresso. À vista disso, o estado passou a controlar a educação, definindo suas diretrizes e ações. Contudo, a tal reforma permanecia aristocrática, no qual se restringia às elites levando assim a sua fragmentação. Ainda sobre a reforma pombalina, Fonseca (2011) informa que:

A História apareceria mais definida para os estudos superiores, da Universidade de Coimbra, como ‘propedêutica indispensável aos estudos humanísticos, filosóficos, jurídicos e teológicos’, e como ‘subsídio da jurisprudência’. Embora com destaque adicional, ela ainda não se constituía autonomamente como disciplina escolar na estrutura educacional. (Fonseca, 2011, p.42)

Pode-se afirmar que, a consolidação do ensino de História nas escolas do Brasil, estruturado quanto aos seus objetivos, métodos e saberes advindos do conhecimento científico deu início no pós-independência, tendo em vista que foi um período no qual estava sendo formulado um sistema de ensino para o Império. A partir das primeiras décadas do século XIX, deu início diversos projetos educacionais com objetivo de estruturar os currículos. No que se refere ao ensino de História, a estrutura curricular se organizava entre “História Sagrada”, a “História Universal” e a “História Pátria”, por essa razão, haviam sérios embate entre a Igreja e o Estado quanto o que deveria ser ensinado ou não nas escolas. (Schneider; Leon, 2022)

O fato é que no século XIX a política estatal era quem definia os rumos da educação no Brasil com vistas a formar um cidadão produtivo e patriótico, evidenciando desta maneira que o sistema educacional tinha como foco a formação de elites dirigentes. Uma questão central referente ao período em questão diz respeito a escravidão, pois segundo Fonseca (2011), o quadro social e cultural do Brasil apontava para uma certa inquietação dessas elites quanto os rumos da educação, tendo em vista que se tratava de uma sociedade escravista e conservadora num cenário que apregoava o ideário liberal. Desse modo,

Desde o período colonial havia a preocupação com o estabelecimento de mecanismos de controle sobre essa população e no século XIX a educação escolar aparecia como uma possibilidade, na medida em que, abrindo-se para as camadas mais baixas, a instrução elementar poderia atuar no sentido da conformação social e cultural. À medida que o século XIX chegava ao fim, o processo de diminuição da população escrava acentuava a questão da incorporação desse grupos à ordem social, pelas vias formais, sob os auspícios do Estado. (Fonseca, 2011, p.45)

É interessante destacar que, esse panorama de tamanha diversidade social assim como étnica e cultural imerso num contexto de transformações pelo qual o Brasil no pós-independência vinha trilhando, abriu margem para se pensar um tema relevante que foi a construção de uma identidade nacional. Portanto do final do século XIX e início do século XX, o Estado e o seus intelectuais da época passaram a refletir sobre a questão identitária do país enquanto elemento de construção da nação, o que os levou a considerar minuciosamente o “problema” da mestiçagem.

Nesse contexto, foi criado em 1838 o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), instituído com intuito de orientar a história escolar desenvolvida pelo Colégio Pedro II³, definindo desta forma, os programas e os métodos de ensino para a disciplina de história, especialmente engajada em elaborar uma história nacional indo de encontro às discussões e debates que acirravam o sistema educacional vigente. Isto posto, são sob essas circunstâncias que a História como disciplina escolar se institui no Brasil, tornando-se consistente com a criação de programas curriculares através do Colégio Pedro II.

É interessante mencionar que a fundação do Colégio Pedro II, foi um marco na elaboração dos currículo da disciplina de História. Ramos (2020), ressalta que inicialmente, os

³ Após a Independência do Brasil em 1822, estruturou-se no Município do Rio de Janeiro, o Colégio Pedro II, que durante o império e mesmo na República, funcionaria como estabelecimento padrão de ensino secundário e seu primeiro regulamento de 1838, determinou a inserção dos estudos históricos no currículo, a partir da sexta série. Nadai (1993)

currículos foram elaborados com um viés eurocêntrico, entretanto, os mesmos tem passado por várias estruturações, quase sempre com influências do governo de “plantão”. De acordo com Melo (2014), existem três modelos de currículos, a saber:

O currículo formal, corresponde às normas estabelecidas pelo poder estatal [...]. O currículo real, corresponde ao que é realizado a partir da interação entre alunos e professores em situação de ensino aprendizagem. O currículo oculto, que não se faz presente de forma normativa, mas impõe por meio de comportamentos e práticas escolares que não estão prescrito oficialmente. (Melo, 2014, p.103)

Sobre esses modelos citados acima, Ramos (2020) pontua que o currículo formal é pensado e formado por interferências direta do estado, enquanto os currículos real e oculto se constituem de acordo com as demandas do cotidiano escolar. A autora, ressalta ainda que, “A elaboração dos currículos [...] tem sido marcada por algumas disputas de caráter ideológico, principalmente no que se refere às políticas educacionais sob a responsabilidade do estado brasileiro” (Ramos, 2020, p. 62).

Sobre currículo,⁴ Pacheco (2009) enfatiza que:

[...]a educação e o currículo são projetos de questionamento, construídos na diversidade e pluralidade de marcas pessoais e sociais, compreensíveis na base de uma conversação complexa. Por isso, o currículo é um projeto de espaços e tempos subjetivos, com espaços e tempos sociais, vinculados aos sujeitos e seus modos de conversação, pelo que só poeticamente pelo menos nas palavras de Clarice Lispector (2005), pode ser dito: “Experimento viver sem passado, sem presente e sem futuro... eis-me aqui livre”.

Segundo a historiadora Elza Nadai (1993), observa-se que, os primeiros anos de ensino de História no contexto brasileiro se empenhava na reprodução do que acontecia na Europa, sobretudo na França. Tratava-se de um modelo de ensino que reproduzia os “heróis” europeus, seus feitos, valorizando a sua cultura, sua História. Por conseguinte, ao longo do Brasil República, a preocupação do país em se identificar com a história europeia foram se entranhando na medida em que, cada mais, havia o interesse na constituição e formação da nação.

Nos planos de ensino esses interesses mencionados acima, eram percebidos na “[...] biografia de brasileiros célebres, de notícias históricas do Brasil Colônia e Império e a história da proclamação da República.” (Nadai, 1993, p.147). A História enquanto disciplina escolar desempenhou desde a sua implementação um lugar resumidamente forjado pelos ideais de

⁴ Ver dentre outros, PACHECO, José Augusto. **Currículo: Teoria e Práxis**. 3 ed. Porto: Porto Editora, 2001. SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

nação e de cidadão tendo como base a identidade comum dos múltiplos grupos étnicos e classes sociais do Brasil. Sobre o que era inserido no currículo, Nadai (1993) destaca que:

O fio condutor do processo histórico centralizou-se, assim no colonizador português e, depois, no imigrante europeu e nas contribuições paritárias de africanos e indígenas. [...] Desta forma, procurava-se negar a condição de país colonizado bem como as diferenças nas condições de trabalho e de posição face à colonização das diversas etnias. Procurou-se criar uma ideia de nação resultante da colaboração de europeus, africanos e nativos, identificada à similares europeias. A dominação social (interna) do branco colonizador sobre africanos e indígenas bem como a sujeição (externa) do país-colônia à metrópole não foram explicitadas. (Nadai, 1993, p.149)

Pode-se afirmar que, havia uma separação dos conteúdos que entrava e saía dos diversos programas escolares, “o explicitado e os silêncios”, ou seja, buscava-se legitimar um discurso histórico no qual enfatizava de um lado “[...] a busca do equilíbrio social, e de outro, a contribuição harmoniosa, sem violência ou conflito, de seus variados e diferenciados habitantes (e grupos sociais) para construção de uma sociedade democrática e sem preconceitos de qualquer tipo”. (Nadai, 1993, p.149).

Desta forma, ainda segundo a autora acima, o período republicano, desde o início, buscou efetivar por meio do currículo a propagação dos heróis nacionais, por meio das festas cívicas e na escolha dos personagens que deveria ser homenageados, tal abordagem reflete a grande influência do positivismo europeu, a utilização desse método foram introduzidos na produção bem como no ensino de História, essa forma de ensino, introduzida desde sua inserção como disciplina escolar, foi espaço no qual os únicos sujeitos visíveis eram o Estado e as elites.

Em consonância com a autora acima, Caimi (2001), acrescenta ainda que, era perceptível que o objetivo do currículo era legitimar os valores da elite, em contrapartida, deixavam a margem as “pessoas comuns”, com intuito de perpetuar uma memória única, a oficial. Nas primeiras décadas do século XX, com as reformas no sistema de ensino, houve a centralização das políticas educacionais, colocando o ensino de História como principal fio condutor da formação da unidade nacional, tornando-a de fato uma disciplina escolar. (Fonseca, 2011).

Nesse sentido, Bittencourt (2018) nos diz que, o Brasil, em processo de mudanças relativas às concepções de trabalho, o ensino de História do Brasil, tinha como objetivo maior formar estudantes a partir do ideal cidadão, no qual seleciona os “grandes homens”. Desta maneira, bem como ocorria em países europeus e americanos, a História Escolar juntou-se a outras disciplinas para fortalecer, sobretudo, os conteúdos destinados a cultuar heróis da “pátria”, heróis locais, os “fundadores da cidade”, sendo um número significativo representando

homens e poucas mulheres, tal ensino se estendia para além da sala de aula, se direcionando as ruas e espaços públicos por meio das festas cívicas. Logo,

O retorno da História do Brasil como disciplina autônoma ocorreu pela Reforma Capanema de 1942, com uma renovação curricular fundamentada nas Humanidades modernas, sob princípios de um nacionalismo patriótico e cívico, cujo conteúdo foi distribuído em várias séries, mas, manteve o referencial da civilização europeia. As disciplinas de História da Civilização – História Antiga, Idade Média e de uma História Moderna e Contemporânea continuaram a difundir, principalmente, as histórias das “guerras civilizadas” do mundo contemporâneo acrescidas de uma história econômica que anunciava a importância do desenvolvimento tecnológico e escondia a história das revoluções socialistas contemporâneas. (Bittencourt, 2018, p.139)

A reforma Capanema colocou o ensino de História do Brasil como autônoma reafirmando que seu objetivo central era a formação cívica e patriótica. Pode-se dizer que, as discussões em torno do ensino de História começaram a ganhar novos desenhos, passou-se a ser valorizada uma educação respaldada a partir dos princípios embasadas nas Humanidades Científicas, (Bittencourt, 2018), no qual, a renovação curricular se deu por meio da articulação entre “objetivos, conteúdos, métodos e avaliação” (Chervel, 1990, apud, Bittencourt, 2018). Nesse contexto, o ensino de História foi importante na medida em que se passou a repensar a cultura humanística sob novos parâmetros advindos de uma formação científica sobre o qual o conhecimento histórico não mais de limitava ao passado estático e acabado, mas como uma forma de trazer novos olhares para o futuro.

Cabe ressaltar que, com a instituição do regime militar, instaurado em 1964, persistiu algumas características já vigentes no ensino de História, tais como a propagação de eventos políticos e de pessoas “ilustres”, configurados como os principais personagens da história do Brasil, se intensificando com medidas de restrição à formação e exercício dos profissionais de educação, por meio de um controle ideológico. Além disso “[...] o regime preocupou-se especialmente com o ensino da educação cívica, redefinindo os papéis de duas disciplinas já existentes – ‘Educação Moral Cívica e Organização Social e Política Brasileira!’”. (Fonseca, 2011, p.56).

Podemos perceber a partir dessa estrutura de ensino, o predomínio de um ensino não crítico, linear e de caráter político-institucional, demonstrando as raízes positivistas predominantes da Europa e sua forte herança tradicionalista. Com efeito, Fonseca (2011), destaca que tal ensino dava legitimidade a ideia de uma história livre de conflitos, ou seja, a história em sala de aula impôs uma visão de uma sociedade “harmônica”, no qual todos os

grupos sociais, (negros, escravizados, indígenas, pessoas livres) colaboraram de modo espontâneo, sendo elemento de progresso e as desigualdades como ordem natural das coisas.

Com a crise do regime militar, no final dos anos 70, o ensino começou a traçar novos rumos, em meio ao processo de redemocratização, a necessidade de mudanças no ensino de História esteve mais evidente o que resultou na construção de novos programas e propostas metodológicas pensadas justamente para a fase pelo qual o país vinha passando, assim sendo, foram sendo formulados novos projetos educacionais voltados para o processo de (re) construção da democracia brasileira.

Tratava-se de propostas que promovessem uma análise crítica sobre a realidade até então vigente no país, revelando os conflitos sociais e abrindo espaço para as “pessoas comuns”, os menos favorecidos, enquanto sujeitos ativos da construção da história. Bittencourt, (2018) sobre as transformações ocorridas no ensino de História no cenário de redemocratização, aponta ainda que:

Nos anos setenta, a busca de novos temas se acentuou com a incorporação de estudos sobre a classe trabalhadora, começando pelo operariado, sua imprensa, seus movimentos associativos, suas formas de lutas e resistência (Nadai) e atingindo os estigmatizados – camponeses, mulheres, prostitutas, homossexuais etc. [...] Definitivamente o conceito de história alargara-se para incorporar temas e assuntos antes não valorizados e considerados menores. A própria historiografia brasileira passou por uma releitura: buscou-se a identidade nas diferenças – de espaço, de formação, de organização, de história, de lutas e de resistências. (Bittencourt, 2018, p. 157)

Ainda em acordo com a autora supracitada, a incorporação de novos estudos deu lugar e possibilidade nos programas de pós-graduação, para a inserção do estudo regional e local e como estas estão atreladas na esfera nacional e no social. No entanto, devido aos impactos do regime ditatorial, tais estudos se restringiram apenas às universidades.

Acerca do novo programa instituído no pós-ditadura, ele foi selecionado com a idealização de um ensino de história mais crítico, participativo, dando por “encerrado” uma História de acontecimentos lineares, factual, positivista, partindo da noção de que “[...] os homens fazem a história e são produtores de seu próprio conhecimento histórico, [...] na perspectiva do rompimento com os pressupostos tradicionais”, (Fonseca, 2011, p.63). Apesar disso, da elaboração desses novos projetos, os elementos dessa proposta colocaram o transcurso histórico brasileiro inserido num processo mais amplo às mesmas normas impostas pelo modelo vigente até então.

Com a aceleração do processo de renovação do ensino por meio da historiografia brasileira, entre o final da década de 80 e início dos anos 90, cada vez mais era perceptível a influência da chamada “nova história”⁵. Nesse sentido, cada vez mais as discursões em torno do ensino de História se relacionavam com a produção historiográfica, com isto, as propostas curriculares começaram a passar por análises crítica para que novas propostas metodológicas surgissem, seja ela de caráter oficial ou produzidas pelos próprios docentes.

Isto posto, cabe salientar que, a disciplina escolar de História, mesmo mantendo parte considerável de suas características de origem, passou a integrar cada vez mais a preocupação dos profissionais docentes, até mesmo autores de livros didáticos em aliar o saber científico com o saber escolar, estando relacionado com a ideia de que a eficácia da História ensinada nas escolas regulares estaria diretamente ligada à capacidade da disciplina em levar para o ensino fundamental e médio os debates historiográficos atuais.

Além disso, especialmente, no final da década de 1990, os programas curriculares bem como os materiais didáticos passaram a inserir no bojo de seus conteúdos as tendências historiográficas contemporâneas, como é o exemplo da história das mentalidades e história do cotidiano. (Fonseca, 2011). Cada vez mais a história das mentalidades e a história do cotidiano propiciava ao ensino um espaço de inovação, que no decorrer do tempo, passou a sinalizar mudanças de paradigmas no ensino de História, e a emersão de novas políticas educacionais.

Em face dessas transformações no sistema de ensino, tendo em vista à necessidade de adequação dos programas curriculares frente ao mundo contemporâneo, foi criado no final da década de 1990 a partir da Lei Federal n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), segundo o qual, determinava o estabelecimento de novas diretrizes para colocar ordem nos currículos e seu conteúdo mínimo e, em 1997, por meio da secretaria de educação, foi proposto os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Na área de História, os PCN's tiveram como objetivo maior modificar a estrutura dos conteúdos tido até então como propostas curriculares oficiais, nesse sentido, acerca desses parâmetros, Schmidt; Cainelli (2004), pontuam que:

A ideia básica era a transformação dos conteúdos organizados de forma linear em eixos temáticos [...] na tentativa de superar o ensino da História baseado

⁵ Segundo Bittencourt (2018), a polêmica em torno da História Nova do Brasil, uma coleção didática produzida por historiadores do Instituto Superior e Estudos Brasileiros (Iseb), com o apoio do Ministério da Educação e Cultura, lançada no início de 1964, foi um episódio exemplar do nível de repressão que o regime político exerceu sobre a Educação, em particular, sobre a renovação do ensino de História. A História Nova do Brasil, sob a coordenação de Nelson Werneck Sodré, então chefe do Departamento de História do Iseb, foi uma obra coletiva de professores recém-formados do Centro de História da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil.

na cronologia. Propunha-se também a incorporação de novas perspectivas historiográficas como metodologia de ensino (por exemplo, o trabalho com linguagens culturais – cinema, música e fotografia, entre outros; além do trabalho com documentos escritos, [...] além de propor um trabalho menos expositivo e mais participativo. (Schmidt; Cainelli, 2004, p. 14)

Na prática, os Parâmetros Curriculares surgiram como uma espécie de “programa curricular⁶” para o ensino de História e como determinante na elaboração dos materiais didáticos. Os currículos elaborados após a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, bem como as propostas dos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1998, propagaram-se para todos os níveis de ensino e sistemas escolares, como é o caso das comunidades quilombolas e indígenas.

Quanto aos conteúdos, foram introduzidos, de forma inédita, resultado das lutas de movimentos sociais, a História da África e das culturas afro-brasileiras e a História dos indígenas, por intermédio das leis 10.639/03 e 11. 645/08, os mesmos ainda que em processo de integração e ainda subjugados a uma dialética eurocêntrica, estão tracejando uma formação política e cultural rumo a uma sociedade mais democrática. De acordo com Bittencourt (2018), com a nova política instaurada após o ano de 2016, as consolidações dessas novas propostas para ensino de História foram amplamente debatidas apesar de sua inserção nos currículos de alguns estados nos primeiros anos do século XXI.

Com a construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), prevista pela LDB de 1996, os currículos passaram a ser submetidos a uma avaliação externa, no qual seus conteúdos e metodologias eram estabelecidos de acordo com um modelo internacional. O modelo proposto desvalorizava o papel do professor ao tirar sua autonomia quanto a organização e criação de suas aulas e até mesmo quanto a escolha para usos dos materiais didáticos.

Nesse sentido, como nos informa Bittencourt (2018, p. 143), a BNCC surge como ponte rumo a “modernização” no que tange aos seus conteúdos e metodologias, possuindo em seu bojo os princípios que regem as novas gerações midiáticas, com foco no jovem, que hoje, está inserido num contexto capitalista, globalizado, tornando-o refém de um sistema que o obriga a aderir as novas tecnologias. A vista disso, “[...] os currículos de História podem ser

⁶ O termo "programa curricular" refere-se a um conjunto de orientações e diretrizes que organizam o processo de ensino-aprendizagem, definindo os objetivos, conteúdos, métodos e critérios de avaliação para uma determinada disciplina ou área de conhecimento. Embora o "programa curricular" possa variar em sua forma e abrangência, ele serve como uma base estruturada que guia os educadores na elaboração das aulas e materiais didáticos, assegurando uma abordagem pedagógica coerente e alinhada às metas educacionais estabelecidas.

transformados novamente em currículos voltados para a difusão de uma religiosidade, que na atualidade corresponde à introjeção do capitalismo como religião”. (Bittencourt, 2018, p. 143)

Ademais, é interessante destacar ainda as ideias de Nadai (1993, p.158) referente as reformulações no ensino e a emergência de novas propostas curriculares, como forma de readequar os currículos e programas no ensino de História, que diz, “A totalidade das propostas é variada, complexa e diferenciada quanto ao conteúdo, método ou estratégias de ensino. Algumas caracterizam-se por sua natureza inovadora e progressista, outras pelo tom repetitivo e conservador.”

Frente ao que foi colocado acima, surge uma questão: quais os desafios e perspectivas para o ensino de História atualmente? Visto que o ensino de História ocupou desde a sua emergência um papel na formação moral, cívica e política dos estudantes, seja por meio dos conteúdos, ao trabalhar sobre datas e eventos políticos, sobre personagens “ilustres”, os “grandes homens”, seja por meio dos métodos e até mesmo dos materiais didáticos, com vistas a atender os interesses das elites dominantes, fato que perdurou até o século XX de modo bastante expressivo.

Logo, a História enquanto componente curricular, especialmente no Brasil, passou por mudanças desde sua constituição no século XIX, muito embora seja possível identificar características advindas desde sua implementação, seja elas ligados as práticas de ensino ou mesmo as concepções historiográficas. Desde sua formação, a disciplina em questão esteve envolvida em discursões políticas eminentes em diversos contextos, como visto no decorrer deste estudo.

Pode-se observar, contudo, que o ensino de História apesar das rupturas ainda apresenta linhas de continuidade no que diz respeito a elementos conteudistas, metodológicas e de materiais didáticos, ainda é possível visualizar traços tradicionalistas, advindas do movimento positivista da Europa, de uma história fundamentada na política, exaltadora dos grandes feitos e figuras nacionalistas, em contrapartida, silenciando as pessoas “comuns”, os setores menos privilegiados. Um ensino que por muito tempo apregoeou a história de uma sociedade homogênea, no qual todos os grupos sociais tiveram espontânea colaboração, um ensino acrítico, carregado um por uma sucessão linear de eventos consagrados político e institucionalmente.

Somente com o processo de redemocratização ocorridos a partir da década de 1970 é que começaram de fato a ocorrer mudanças mais significativas no sistema de ensino no Brasil, neste cenário, as seleções dos conteúdos escolares foram elaboradas de modo a corresponder

com um ensino mais preocupado com a realidade do país, reconhecendo os conflitos e abrindo espaço para grupos subalternizados, tornando-os sujeitos ativos na construção do conhecimento histórico.

Todavia, alcançar tais objetivos postos desde o final do século XX de modo a superar com os pressupostos tradicionais, e a incorporar por meios de programas curriculares as novas tendências historiográficas, ainda fica a desejar a efetividade desses novos modelos no que tange a prática cotidiano de ensino nas escolas. Conforme nos aponta Fonseca (2011), a disciplina de história, independente dos movimentos rumo as novas formas de abordagem histórica, ainda perpetua, na concretude da sala de aula, características tradicionais, herdeira do século XIX.

Por conseguinte, estamos diante de um espaço prolífico, no sentido de que há muito o que se fazer. Os professores da rede básica de educação, por mais que conheçam a disciplina, a natureza dos conteúdos, ainda pouco refletem sobre as possibilidades de campo vasto que possuem em mãos e como esse conhecimento vem se constituindo, os objetivos que vem sendo proposto e que interesses ele tem servido.

É sabido que o ensino de História segue uma dinâmica específica estabelecido pelo sistema educacional juntamente com a escola, tal conduta se baseia sobretudo pelo currículo guiado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que estabelece as competências e habilidades que os estudantes devem desenvolver ao longo de sua formação básica, entretanto, ela dialoga intrinsecamente com elementos externos a ela a fim de cumprir seus objetivos, dentre eles, a construção identitária e social dos indivíduos.

Compreende-se que o professor de História, enquanto agente de mediação bem como de transformação que, por meio da produção historiográfica, utiliza-se de elementos do espaço em que vive como objetos para a construção do conhecimento histórico, tornando a História uma disciplina que versa com os conhecimentos, espaços e dinâmicas específicos. O ensino de História, atualmente cumpre o papel de constituição de um lugar crítico e reflexivo, pelo qual põe o aluno enquanto sujeito ativo no processo de ensino-aprendizagem, em consonância com inúmeras identidades e os significados inerentes a ela.

Nesse sentido, tais discussões tem uma relevância significativa para este estudo na medida em que, o ensino de História desempenha um papel fundamental para entendermos as questões que se levantam na contemporaneidade. Pois, como visto até aqui, desde o seu surgimento como campo específico do saber, a História se configurou como espaço que privilegiou e privilegia determinados setores e grupos sociais em detrimento de outros com

vistas a responder determinados interesses político-institucional. Hoje, o ensino de História nos oferece ferramentas para uma reflexão crítica sobre como determinadas escolhas ocorrem e as implicações sobre elas.

2.3 Os descaminhos da Memória

A reflexão em torno da relação entre História e Memória não mais se configura como atividades inocentes como afirma Burke (1992), por outro lado, a História e a memória passaram a ser confrontadas de forma cada vez mais problematizadora, portanto, lembrar o passado e escrever sobre ele já não pode ser visto como práticas ingênuas.

História e memória, apesar de possuir relações estreitas entre si, são distintos e, como efeito constroem fundamentos e percepções diversas. Podemos definir a memória como a capacidade que o ser humano possui em lembrar e armazenar informações, experiências e saberes adquiridos no decorrer da sua vida e, portanto, capaz de exterioriza-los quando necessário. Conforme Myrian Santos (2003), a memória era objeto de importante reflexão para os filósofos que buscavam entender o significado da existência humana.

O historiador Le Goff, (1990) ao enfatizar a importância da memória, ressalta: “[...] a memória, [...], remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas,” (Le Goff, 1990, p. 423). A memória tem sido objeto de debates tanto no campo científico quanto filosófico, a saber, desde o século XIX.

Nesse contexto, é interessante mencionar as ideias do psicólogo francês Ribot (1881), no qual afirma ser possível identificar no cérebro do indivíduo o lugar de produção da memória/lembrança. Não obstante a isso, o filósofo francês Bergson (1899), afirma que a memória seria uma característica imaterial e, entendia que o cérebro apenas instruía a memória para alguma execução.

Em contraposição ao pensamento de Bergson, Maurice Halbwachs (1950), discípulo de Bergson, vem questionar as abordagens de seu professor. Em seus estudos acerca do que ele chamara de “Estrutura Social da Memória”, adotou a ideia de que as memórias são criações, construtos dos grupos sociais e que, portanto, são manifestações constituídas socialmente e subordinadas a mudanças regulares.

Halbwachs (1950, p. 25-26) em seu livro “A memória coletiva”, apresenta no capítulo inicial duas principais categorias da memória: a memória individual, que seria “[...] o

primeiro testemunho a que podemos recorrer será sempre o nosso” e a memória coletiva, que por sua vez, “[...] é como se estivéssemos diante de muitos testemunhos”. O autor parte da premissa de que o indivíduo nunca está sozinho, visto que os acontecimentos vividos isoladamente são absorvidos enquanto lembranças que permanecem coletivas.

Dito de outra forma, para Halbwachs (1950), a memória individual é construída a partir de uma memória coletiva que, por sua vez, constitui as lembranças. O autor salienta ainda que para se confirmar ou relembrar uma lembrança não são necessários testemunhos literais, mas sim, uma base comum ou vários pontos de relação entre as memórias. Assim, o autor compreende a memória da pessoa fazendo um movimento com à memória do grupo, e esta última à esfera maior da tradição, que é a memória coletiva de cada sociedade.

As concepções de Halbwachs (1950) ao tratar da memória como fenômeno estritamente sociológico foi aferida pelo historiador Marc Bloch (1998), levando em consideração que, Halbwachs (1950) afasta a memória de um âmbito puramente individual, Bloch parte do pressuposto de que a transmissão das lembranças coletivas se torna algo controverso, visto que a memória coletiva estaria sujeita a erros de comunicação, distorções e equívocos em torno do passado.

Na obra, *Entre História e Memória: a problemática dos lugares*, (1996) o historiador francês, Pierre Nora, faz uma observação acerca de elementos que caracterizam as sociedades que experienciam padrões de mudanças rápidas. Segundo o autor, cujas pesquisas se apoiam na ideia de que vivemos o que ele denomina de “aceleração da história”, ou seja, “[...] uma oscilação cada vez mais rápida de um passado definitivamente morto, a percepção global de qualquer coisa desaparecida – uma ruptura de equilíbrio [...] fala-se tanto de memória porque ela não existe mais”. (Nora, 1996, p.7)

A partir dessas constatações, tendo em vista a perda de suas histórias e tradições, o autor anteriormente citado acrescenta que “tudo o que é chamado hoje de memória não é, na verdade, senão história, nesse sentido, é que são criados os “lugares de memória”. Neste caso, a memória entra num processo de materialização, visto que um dos sentidos desses lugares de memória são suas características materiais (museus, arquivos, celebrações). Ainda de acordo com o autor:

São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, [...]. Mesmo um lugar de aparência puramente física [...], é só lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, [...] só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, [...] é ao mesmo tempo recorte material de uma unidade

temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada na lembrança”
(Nora, 1996, 21-22)

O historiador Peter Burke (2000, p.72-73), chama atenção para o fato de que os historiadores necessitam se interessar pela memória, a partir de dois pressupostos: “[...] em primeiro lugar, tem de estudar a memória como fonte histórica”, no sentido de criticá-las, em segundo lugar, “[...] precisam se interessar pela memória como um fenômeno histórico”, ou em outras palavras, a memória enquanto “história social do lembrar”.

Nesse último aspecto, Burke (2000), entende que a memória social ou individual, é seletiva, por isso, há a necessidade de identificar os motivos e os preceitos por trás dessas práticas de lugar pra lugar e suas dinâmicas no decorrer do tempo. “As memórias são maleáveis, e é necessário compreender como são concretizadas, e por quem, assim como os limites dessa maleabilidade”. Burke (2000, p. 73).

Pode-se afirmar de acordo com o autor acima que, analisar a memória num ponto de vista de uma história social do lembrar é entender que as memórias são influenciadas pela organização social de transmissão, neste caso, pelos variados meios de comunicação, a saber: as tradições orais; a tradicional esfera de ação do historiador, as memórias e outros ‘relatos’ escritos; as imagens; monumentos públicos que, expressam e constituem a memória nacional, o espaço.

É interessante observar que na obra *Invenção das Tradições*, o autor Eric Hobsbawm (1950), descreve o final do século XIX como a era da “invenção da tradição”, tendo em vista que, foi um período no qual se construíram monumentos nacionais bem como celebrações nacionais. Em síntese, o que se pretendia era justificar ou mesmo legitimar a existência do Estado-Nação. Nesse sentido, é importante notar que em meio as diversas identidades sociais, perdura memórias concorrentes, ou como Burke (1996) descreve: memórias alternativas” de diferentes grupos sociais. Neste caso, ocorre as disputas de memória, que pode ser exemplificada no debate que se ancora sobre a importância da “história vista de baixo”.

As memórias oficiais e não oficiais, sendo esta última pouco estudada, o que demonstra de acordo com Burke, os “usos da amnésia social”, ou seja, o esquecimento e obliteração oficial de memórias em conflito no interesse da coesão social. A vista disso, é pertinente mencionar, como as disputas de memória acontecem. Assim, ainda conforme Burke (1996, p.86): “[...] muitos regimes revolucionários e contrarrevolucionários gostam de simbolizar seu rompimento com o passado mudando os nomes de ruas, sobretudo quando esses nomes se referem a datas de acontecimentos importantes”.

Michael Pollak (1989), ao se debruçar sobre as questões dos testemunhos orais como fonte histórica e legitimação do uso da História Oral, utiliza como objeto central as memórias subterrâneas, ou seja, a memória de grupos marginalizados e excluídos, de uma parcela minoritária que emerge em oposição a uma “memória oficial”. A hipótese levantada por Pollak (1989) é que as memórias subterrâneas, como parte fundamental de culturas dominadas, sobrevivem silenciosamente, emergindo nos contextos de crises políticas favoráveis e desta forma, entrando em disputa com a “memória oficial”. Segundo o autor, estudar as memórias coletivas fortemente constituídas, como a “memória nacional”, pressupõe preliminarmente uma análise de sua função. Neste sentido, o autor enfatiza que:

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irredutíveis. (Pollak, 1989, p.7)

Desta forma, o debate em torno da memória se torna essencial para compreender o caráter opressor que os grupos dominantes impõem ao eleger e privilegiar espaços e celebrações que por sua vez caracterizam a “memória nacional/oficial” em detrimento a uma “memória não oficial”, favorecendo assim para que suas ações não tenham espaço e lugar de importância. José D’Assunção Barros, em seu trabalho *História e Memória - uma relação na confluência entre tempo e espaço* (2009), procura investigar as noções e relações entre Memória e História a partir de discussões historiográficas, que vão desde reflexões da escrita histórica na antiguidade até a historiografia contemporânea.

Barros (2009), toma como ponto de partida algumas questões centrais, como o vínculo entre tempo, espaço e homem como elementos para se estudar as diversas interações entre Memória e História, ressaltando a importância de ultrapassar a noção vulgar e costumeira de associar memória como mero depósito de dados e informações, tanto no sentido coletivo, quanto individual; antes, a memória é “[...] instância criativa, como uma forma de produção simbólica, como dimensão fundamental que institui identidades e com isto assegura a permanência de grupos” (Barros, 2009, p. 37).

Ainda, para Beatriz Sarlo (2007), em seu livro intitulado *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*, problematiza o passado enquanto representação a partir de uma perspectiva que, segundo ela, tem predominado nas últimas décadas: uma espécie de

valorização demasiada do testemunho, dos discursos produzidos por sujeitos que teriam vivenciado *in loco*, e diretamente os fatos dos quais se propõe serem divulgados.

A autora supracitada traça uma importante investigação sobre o lugar do testemunho nos processos de resistência contra os regimes totalitários da América Latina e sobre as implicações pragmáticas que ressoam a partir dos estatutos discursivos e consequentemente dos imperativos éticos inerentes. Os testemunhos são reavaliados numa perspectiva de preservação da memória em torno das intervenções do Estado autoritário e também coloca em pauta a dignidade da experiência vivida, presente nesses testemunhos e, principalmente a sua relação com a verdade.

Sarlo (2007), faz uso da primeira pessoa de maneira privilegiada em relação a outros discursos, a tendência ao detalhismo e a prescrição como modo de capturar a concretude da experiência passada, sua suposta fidedignidade e seu uso pragmático como instrumento de condenação dos crimes cometidos pelo Estado. Para a autora ainda que essas mudanças de perspectivas em relação aos objetos da História não poderiam ter acontecido sem uma variedade de fontes, dentre ele, a autora destaca a história oral, reconhecida a décadas como fonte legítima.

Cabe ressaltar as contribuições de Myrian Santos (2003), em sua obra que busca investigar a memória social ou memória coletiva, no qual relata que com o fim da tradição oral e o surgimento da escrita, desencadeou a perda da transmissão de conhecimentos entre as gerações. A memória que é transmitida por textos, objetos, pedras, edifícios e máquinas muito embora dê uma impressão de preservar o passado em sua totalidade, reproduz apenas parte do que foi vivenciado anteriormente.

A autora acima, apoiada em Burke (1992), ressalta que a partir da década de setenta, os estudos sobre a memória vão reportar histórias de vida de indivíduos e grupos comuns em contraposição aos grandes discursos que se apoiavam nas etapas evolutivas da história. Destarte, os testemunhos orais, por meio da História Oral se constitui como ferramenta importante para o estudo das memórias em disputa, tendo em vista que ela privilegia as memórias subterrâneas, dos excluídos em contraposição a memória “oficial” (Pollak, 1989).

Os trabalhos sobre políticas da memória, bem como aquelas alicerçadas na história oral e na oralidade, diversificaram-se, transformando os relatos do passado em objetos de estudo; surge, por conseguinte, uma perspectiva historiográfica completamente distinta daquela que fora hegemônica até então. Desse modo, o debate em torno da memória se configura como espaço profícuo para se pensar os aspectos identitários sociais dos indivíduos. Para Pollak, (1989, p. 207),

As identidades coletivas são todos os investimentos que um grupo deve fazer ao longo do tempo, para dar a cada membro do grupo – quer se trate de família ou nação – o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência. As identidades envolvem a construção de um quadro de referências individuais e coletivas, que permite ao indivíduo sentir-se parte integrante de um grupo formado por um processo dinâmico e sujeito a transformações e inovações.

O elo entre identidade e memória, sejam ela coletiva ou individual, passam por narrativas históricas, sobre qual determinadas produções historiográficas que se cruzam entre diversas memórias e identidades existentes no espaço/tempo e que resultam na elaboração de determinadas representações, visto que, de acordo com Albuquerque Júnior, (2007, p. 206), “[...] por mais bem intencionado que o historiador esteja em relação ao buquê de memória que tenha coletado, ele terá de desflorá-los para poder gestar a história”.

Para Le Goff, (2003, p.469) “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual e coletiva”. Já para Carlos. H. Barros (2013), a História toma como ponto de partida a busca por melhorar o ato de questionar a vida social. Nesse sentido, pode-se desenvolver uma pesquisa produtiva e criativa, traçando as conexões sociais a partir dos grupos locais, regionais, nacionais e outros povos e, assim, observar entre eles suas diferenças e similaridades, fazendo também um confronto sobre as problemáticas de hoje em dia com as de outros tempos.

De tal modo, a história possui um caráter crítico, uma vez que é uma interpretação crítica sobre a ação dos homens no tempo. História pode desempenhar um papel importante na configuração da identidade ao incorporar a reflexão sobre o indivíduo nas suas relações pessoais com o grupo de convívio, suas afetividades, sua participação no coletivo e suas atitudes de compromisso com classes, grupos sociais, culturais, valores e com gerações passadas e futuras (Barros, 2013). Conforme nos aponta Ulpiano Bezerra de Meneses (1992):

O tema memória está em voga, hoje mais que nunca. Fala-se de memória da mulher, do negro, do oprimido, das greves do ABC, memória da Constituinte e do partido, memória da cidade, do bairro, da empresa, da família. Talvez apenas a memória nacional, tantas vezes acuada (e tantas vezes acuadora) esteja retraída. Multiplicam-se as casas de memória, centros, arquivos, bibliotecas, museus, coleções, publicações especializadas (até mesmo periódicos). Os movimentos de preservação do patrimônio cultural e de outras memórias específicas já contam como força política e tem reconhecimento público. Se o antiquariato, a moda retrô, os *revivals* mergulham na sociedade de consumo, a memória também tem fornecido munição para confrontos e reivindicações de toda espécie. (Meneses, 1992, p. 9)

Martins (2007, p. 14), enfatiza que os estudos acerca da memória se universalizaram no “[...] momento em que, como nunca, o passado está distante do presente, quando as pessoas

não mais identificam sua herança, pela perda dos antigos padrões de relacionamento social e desintegração dos antigos laços entre as gerações”. Ainda, a autora destaca que no Brasil, os debates em torno da memória nacional bem como da identidade padronizada tiveram suas bases na constituição de uma história oficial que prevaleceu até início do século XX.

Ainda para a autora acima, apenas com as transformações no campo econômico, político e social é que as disputas começaram a aflorar por meio movimentos populares advindos das chamadas minorias e excluídos. Nesse sentido, a reflexão em torno da memória, galgou caminhos diversos, desde Halbwachs, por meio da memória coletiva, ao conceito de lugares, defendido por Nora, e tem se configurado como espaço favorável para se pensar ferramentas analíticas para enfrentar problemáticas atuais, tais como a transmissão de uma memória coletiva vista como “oficial”, sua relação com a noção da verdade, através de uma narrativa histórica oficial.

Com isso, a compreensão e discussão em torno da memória se torna essencial para que possamos entender o caráter opressor que a sociedade dominante nos impõe ao eleger e privilegiar espaços e celebrações que constituem a “memória nacional” em contraposição aos silenciamentos e esquecimentos das memórias dos grupos comuns, corroborando, assim, para que suas ações sejam impedidas de ganhar notoriedade e importância Pollak, (1989).

Desta forma, rememorar o passado com novas questões, a partir do presente, desmonta um passado cristalizado, uma história hegemônica e em contrapartida produz novas histórias. Portanto, o conceito de memória se torna essencial na construção desse trabalho pois contribui para refletir a memória coletiva individual da localidade e seu reflexo na identidade coletiva bem como as disputas que acontecem por meio dos processos de nomeação de logradouros públicos da cidade.

2.4 O Local no Ensino de História: Cultura e Identidade

“Uma cidade, um campo, de longe são uma cidade e um campo, mas à medida que nos aproximamos, são casas, árvores, telhas, folhas, capins, formigas, pernas de formigas, até o infinito. Tudo isso está envolto no nome campo”
(Blaise Pascal⁷).

⁷ Blaise Pascal (1623 -1662), ou simplesmente Pascal, foi um importante pesquisador, matemático, físico, teólogo e filósofo francês.

Nos últimos anos, especialmente com o findar do século XX, tem sido perceptível o alargamento no campo da História Local, sendo este objeto de interesse dos historiadores. Logo, a História Local vem ganhando um espaço significativo como nos aponta Proença (1990, p. 139), quando diz que “A História Local tem conhecido, nos últimos anos, um progressivo, desenvolvimento devido ao interesse da investigação histórica atual, pelo estudo das comunidades locais”. Os trabalhos com a história local começaram a ser evidenciados na França, no século XX, excepcionalmente a partir de análises realizadas por Pierre Goubert (1988), no qual história local é aquela que:

[...] diga respeito a uma ou poucas aldeias, a uma cidade pequena ou média (um grande porto ou uma capital estão além do âmbito local, ou a uma área geográfica que não seja maior do que a unidade provincial comum). [...] a história local foi mais tarde desprezada, principalmente nos séculos XIX e primeira metade do XX pelos partidários da história geral. A partir, porém, da metade desse século, a história local ressurgiu e adquiriu novo significado, na verdade, alguns chegam a afirmar que somente a história local pode ser autêntica e fundamentada. (Goubert, 1988, p.70)

Nessa esteira, entende-se que a história local se apresenta como abordagem à disposição dos estudos de aspectos de um determinado espaço localizado e, de acordo com Ramos (2020), essa tendência no Brasil vem ganhando seu espaço na medida em que vários cursos de graduação e pós-graduação em História, tem contribuído com pesquisas com foco em comunidades, bem como as que estão em seu entorno. Assim sendo, o estudo do local, como veremos adiante, tem sido objeto privilegiado no ensino de História enquanto campo de abordagem importante para a formação da consciência histórica e identitária dos estudantes.

Antes de tudo, os estudos a respeito da história local, na perspectiva de Stuart Hall (2006, p. 72) nos remete a noção de “lugar”, ou seja, para o autor, o lugar é específico e carregado de significado pessoal e cultural nos “[...] quais nossas identidades estão estreitamente ligadas”. O conceito tem abrangência ainda maior como definida por Nunes (2020, p. 5) quando esta diz ser “[...] um estudo de pequenas localidades escrito por pessoas de diferentes segmentos sociais, não necessariamente historiadores”.

Para Bourdin (2021, p.13), o local é definido como “[...] um espaço de delimitações múltiplas e contingentes” e exemplifica citando “A vizinhança, o bairro, a cidade ou a região urbana constituem pontos de referência relativamente estáveis, mas, conforme os contextos, estes níveis se definem diferentemente”. Nessa perspectiva, é interessante mencionar que, a história local, por vezes, é confundida com outras abordagens históricas, tais como a história regional.

José D’Assunção Barros (2022), ao refletir sobre História Local e História Regional, tece algumas considerações acerca de alguns conceitos de ordem geográficas, tais como o de lugar e região – para além do próprio conceito de espaço e, busca discutir se é necessário de fato diferenciar uma história Local e uma História Regional.

Para tanto, Barros (2022), parte do princípio de que uma história só pode ser uma história local quando o ‘lugar’ define de modo efetivo uma posição particularmente fundamental, relevante, dentro de uma análise histórica a ser empreendida; na História Regional, o local ou no caso, a região, são colocados realmente no centro da análise. A partir do momento em que o “local” torna-se central para análise, no sentido de que o “local pressupõe uma referência a uma cultura ou política local, a uma singularidade regional, a uma prática que só se encontra aqui ou que aqui adquire conotações especiais a serem examinadas em primeiro plano”. (Barros, 2022, p.26).

Para Ana Maria Carvalho de Oliveira (2003), a história de cunho regional se apresenta como uma das alternativas de investigação e de interpretação histórica, ou seja, “Através da História Regional busca-se aflorar o específico, o próprio, o particular”. (Oliveira, 2003, p. 15). Em consonância com a autora, Barros (2013, p. 8) diz que, é “quando um historiador se propõe a trabalhar dentro do âmbito da história regional, ele mostra-se interessado em estudar diretamente uma região específica”. Nesse sentido, entende-se que ao se trabalhar com a história regional, o historiador centraliza seu objetivo a uma determinada região, enquanto que na história local, o foco recai para espaços localizados de uma determinada região.

Conforme Donner (2012) as pesquisas em torno da história local não é uma prática nova no Ocidente, segundo a autora, tais estudos deram início com as histórias das famílias, dos feudos em seguida se voltava para a história das províncias, paróquias e condados. Donner, traça de modo geral, como o estudo do local se diversifica de acordo com cada região e ressalta de que modo ocorrem tais pesquisas, como por exemplo, quando afirma que “Em alguns países europeus existem associações que promovem a História Local, em outros, as pesquisas ocorrem de maneira independente”. (Donner, 2012, p. 223). A mesma, ao mencionar sobre os usos da história local desde o seu surgimento, aponta que:

O alcance dos livros de história dos municípios, das regiões é significativo. Este material é utilizado nas escolas como um “manual”, é lembrado nas festas e datas comemorativas da região e é ali que muitos dos mitos de fundação da cidade e do povoado estão escritos. Os autores destes trabalhos podem ser historiadores amadores ou profissionais, mas, em geral, são pessoas vinculadas com comunidade pesquisada. Pelo seu apelo junto à comunidade, este material torna-se um espaço para formação de identidades e memórias coletivas. (Donner, 2012, p. 223).

De acordo com os estudos de Silva (2021), a história local não foi aderida de imediato no campo historiográfico, pois no momento em que a História se consolidava como ciência no século XIX, a historiografia se debruçava única e exclusivamente sobre as fontes, os métodos e as teorias, relegando a história local um lugar desprivilegiado, sendo esta, no princípio, utilizada pelo o que Donner (2012) vai chamar de amadores⁸.

Desta forma, é importante frisar que a História Local, quando realizada por amadores, se constitui como gênero de publicações que foca nas especificidades de uma determinada cidade, região, etc., e não tem como grupo-alvo a Academia. O interesse pela História Local enquanto categoria historiográfica e do ensino nasce a partir do movimento dos Annales, no final do século XX. Neste contexto, com o advento da chamada História Nova, Schimith (2007) cita que:

Enquanto campo de pesquisa, a História local ocupa o interesse dos historiadores a partir das décadas de 1960 e 1970, quando a instância cultural passou a ser uma preocupação e valores e atitudes passaram a significar uma possibilidade de compreensão da realidade. “A História Local traz uma maneira bastante complexa de pensar e fazer a História, em termos de aprendizagens e concepções, colocando em destaque a perspectiva da diversidade e pluralidade das identidades (Schmidt, 2007, p. 190).

Destarte, o local ganha espaço na historiografia a partir de historiadores que se ocupavam pela história social e cultural, e assim ampliaram a noção de fontes históricas. Os historiadores vão gradativamente movendo seus interesses para o campo das manifestações culturais, no qual passa a valorizar os processos mentais, o cotidiano e suas representações. Silva (2021).

Assim sendo, antes, a historiografia bem como o ensino de história se preocupava em transmitir uma história de caráter geral, no qual preconizava os eventos e figuras nacionais, sobretudo as elites sociais, em contrapartida deixando a margem as histórias de grupos comuns, por meio das particularidades típicas de cada lugar. Nesse sentido, assuntos/temas que antes eram relegados a uma posição marginalizada pela historiografia passam a definir e ampliar os campos da pesquisa histórica.

Doravante, a História Local acadêmica, advinda das novas correntes historiográficas do século XX, contribuiu de modo a superar uma mera comprovação da história

⁸ Uma das grandes questões que envolve a produção da História Local diz respeito aos seus autores, a maior parte deles são diletantes, amadores, intelectuais, pessoas letradas que se dispõem, por vários motivos, a coletar a história de sua comunidade

geral e dar lugar de primazia aos estudos regionais e suas respectivas realidades locais. Nessa perspectiva, para o historiador John Lewis Gaddis (2003), em sua obra *Paisagens da História: Como os historiadores mapeiam o passado*, ressalta que o estabelecimento da identidade requer o reconhecimento de nossa relativa insignificância no grande esquema das coisas. Nestas palavras, este tópico segue em direção as reflexões e desafios de pensar e compreender a História Local enquanto abordagem metodológica importante da formação da consciência histórica dos estudantes.

A partir disso, entendemos que “[...] se a história local produz uma determinada consciência histórica⁹, a mesma pressupõe, como toda consciência, como todo saber sobre algo, usos, valores e sentidos”. (Gonçalves, 2007, p.176-177). Ao abordar sobre o conceito de consciência histórica, Rüsen (1992, 2001, 2007) traz algumas reflexões pertinentes para o estudo do local, no que diz respeito a relação entre história e as práticas cotidianas dos indivíduos e como estas tem contribuído para compreendermos os elementos da consciência histórica dos sujeitos no contexto escolar. Segundo Rüsen (2001, p. 54):

São as situações genéricas e elementares da vida prática dos homens (experiência e interpretações do tempo) que constituem o que conhecemos como consciência histórica. Elas são fenômenos comuns ao pensamento histórico tanto no modo científico quanto em geral, tal como operado por todo e qualquer homem, e geram determinados resultados cognitivos.

Desta forma, para Rüsen (2008), a consciência histórica serve para orientar o indivíduo a partir de uma realidade passada com vistas a guiar suas atividades cotidianas para compreender o presente. Nesse sentido, a consciência histórica trata do passado como experiência, nos revela o tecido da mudança temporal dentro do qual estão presas as nossas vidas, e as perspectivas futuras para as quais se dirige a mudança. Dessa maneira, o ensino de História Local é um campo potencial quando se pensa a construção da consciência histórica dos estudantes haja vista que os dois temas são fundamentais para compreender o passado e o presente de uma determinada localidade ou região.

Sendo a História Local, definida por Barros (2013), como a história que dialoga sobre assuntos de uma determinada região, município, cidade ou distrito e o ponto de partida para a produção do conhecimento sobre o passado, a consciência histórica, como definida por Rüsen (2008), é a capacidade de compreender de maneira crítica e interpretar o passado, por meio das particularidades refletidas frente a um contexto mais amplo da História, ou seja, serve

⁹ Sobre Consciência Histórica ver dentre outros Rüsen (2001; 2007), Cerri (2010).

para entender como os eventos passados influenciaram e influenciam o tempo presente e como isso influi na construção e interpretação das narrativas históricas.

A consciência histórica na formação em História Local mobiliza uma estrutura identitária individual hábil em correlacionar temporal e espacialmente as memórias e experiências, analisando o passado, compreendendo o presente e projetando o futuro. “A consciência histórica é, assim, o modo pelo qual a relação dinâmica entre a experiência do tempo e a intenção no tempo se realiza no processo da vida humana” (Rüsen, 2001, p. 58).

Diante do exposto é fundamental destacar que, na Legislação Educacional Brasileira de 1930, a história local era parte integrante nas suas referências curriculares, no entanto, em 1971, a categoria era sugerida como recurso didático ou mesmo uma espécie de técnica voltado para desenvolver atividades de ensino. Ainda neste mesmo ano, com o Parecer 853 do Conselho Federal de Educação havia determinado para os currículos de 1º e 2º graus, algumas alterações referentes a abordagem da história local.

Nesse sentido, houve a implementação da atividade denominada Integração Social, desenvolvido exclusivamente para as séries iniciais do Fundamental 1, objetivando a inserção do estudante ao seu meio social. Para as séries seguintes, foi inserido no currículo os Estudos Sociais, classificado como “área de estudos”. Os “conteúdos históricos”, propriamente dito, estava reservado para o ensino médio, (Schmidt, 2007).

No documento de 1971, a localidade era entendida como sinônimo de comunidade e como referência para o ensino de Integração Social, articulando atividades de História e Geografia. Esse ensino privilegiava os estudos do meio mais próximo e mais simples, deslocando-se, depois, para o mais distante e mais complexo. Trata-se de uma concepção geográfica de articulação dos conteúdos curriculares, conhecida como “currículo por círculos concêntricos”. (Schmidt, 2007, p. 188)

Apenas com a criação dos Parâmetro Curriculares Nacionais a partir de 1990, começaram a surgir novas concepções quantos aos conteúdos e métodos para o ensino de História. Dessa maneira, a História Local foi inserida como um dos eixos temáticos dos conteúdos pertinentes a todas as séries do ensino fundamental, visando a construção da noção de pertencimento dos estudantes a um determinado grupo social e cultural e também passou a ser valorizada enquanto estudo do meio, através de recurso pedagógico, no sentido de possibilitar ao estudante uma visão crítica em torno da realidade em que estão inseridos.

No mais, os PCN's (Brasil, 1997, p. 40) enfatizam que o estudo acerca da história local proporciona “[...] que os estudantes ampliem a capacidade de observar o seu entorno para a compreensão de relações sociais e econômicas existentes no seu próprio tempo e reconheçam

a presença de outros tempos no seu dia-a-dia. Assim, compreendemos a necessidade em desenvolver uma abordagem mais próxima ao cotidiano dos estudantes, despertando o seu interesse e compreensão do meio social que o cerca. Ainda de acordo com os PCN's:

Os estudos da história local conduzem aos estudos de diferentes modos de viver no presente em outros tempos, que existem ou que existiram no mesmo espaço. Nesse sentido, a proposta dos estudos históricos é de favorecer o desenvolvimento das capacidades de diferenciação e identificação, com a intenção de expor as permanências de costumes e relações sociais, as mudanças, as diferenças e as semelhanças das vivências coletivas, sem julgar grupos sociais. Classificando-os como mais evoluídos ou atrasados. (Brasil, 1997, p.52)

Outro passo relevante para o ensino e aprendizagem ocorreu em 2010 por meio da Conferência Nacional de Educação (CONAE), no qual houve debate sobre os rumos da educação brasileira, pelo que estabeleceu metas e ações “[...] para a política nacional de educação, na perspectiva da inclusão, igualdade e diversidade, o que se constitui como marco histórico para a educação brasileira na contemporaneidade” (Brasil, 2011, p. 7).

Através da CONAE, foi instituída a Lei 13.005/14, responsável pela criação do Plano Nacional de Educação. Mais tarde, em 2015, após anos de discussões, foi elaborado uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC), criada a partir de contribuições da sociedade civil, comunidade científica e outras organizações. De acordo com a última versão da BNCC (2017), ao falar sobre História a mesma determina que:

A história não emerge como um dado ou um acidente que tudo explica: ela é a correlação de forças, de enfrentamentos e da batalha para a produção de sentidos e significados, que são constantemente reinterpretados por diferentes grupos sociais e suas demandas – o que, consequentemente, suscita outras questões e discussões. O exercício do “fazer história”, de indagar, é marcado, inicialmente, pela constituição de um sujeito. Em seguida, amplia-se para o conhecimento de um “Outro”, às vezes semelhante, muitas vezes diferente. Depois, alarga-se ainda mais em direção a outros povos, com seus usos e costumes específicos. Por fim, parte-se para o mundo, sempre em movimento e transformação. Em meio a inúmeras combinações dessas variáveis - do Eu, do Outro e do Nós -, inseridas em tempos e espaços específicos, indivíduos produzem saberes que os tornam mais aptos para enfrentar situações marcadas pelo conflito ou pela conciliação (Brasil, 2017, p. 395-396).

Nesse contexto de renovação historiográfica, em que se redefinem os princípios e as finalidades da história, situam-se as novas discussões acerca dos processos de ensinar e aprender a história local. Para tanto, o estudo de uma determinada localidade, região etc., segundo Bittencourt (2008), tem sido indicada como necessária para o ensino tendo em vista a possibilidade de ofertar ao aluno a compreensão do seu entorno, com vistas a perceber o passado sempre presente nos contextos sociais no qual ele está inserido (escola, comunidade etc.)

Por conseguinte, o ensino voltado para a história local se destaca como ponto de partida para a aprendizagem histórica, tendo em vista que ela possibilita uma relação profunda com a realidade social e cultural entre estudantes e educadores e a sociedade no qual estão inseridos. Nessa mesma direção, para Junior *et al* (2023) a história local se apresenta como um conjunto de conhecimentos em relação a uma determinada localidade e, que por isso atua no processo de produção do conhecimento histórico, desse modo, os autores chamam a atenção para não visualizar a história local com um olhar dissociado, ou seja, separada da dimensão regional, nacional e global, antes, ambas são dimensões correlatas.

Esta compreensão vai de encontro com as concepções de Schmidt; Cainelli (2004, p. 112), quando cita que:

[...] é importante observar que uma realidade local não contém em si mesma, a chave de sua própria explicação, pois os problemas culturais, políticos, econômicos e sociais de uma localidade explicam-se também, pela relação com outras localidades, outros países, e, até mesmo, por processos históricos mais amplos.

Em vista disso, o ensino de história local constitui-se como campo favorável na investigação dos processos que envolvem as relações de poder entre grupos, instituições e indivíduos e por conseguinte os elementos que solidificam a identidades sociais. Outro aspecto importante ao lançarmos nosso olhar para o campo da História Local diz respeito a possibilidade que essa abordagem possui ao dialogar com outros campos historiográficos, como destacado por José D'Assunção Barros (2009):

O “lugar”, na História Local, não se relaciona apenas à dimensão local dentro da qual se produz o trabalho do próprio historiador; aqui, o “local” é trazido para uma posição importante no palco da análise historiográfica. Nada impede que esta mesma “história local” – esta história cujo historiador considerou importante chamar de “local” em virtude da centralidade que o “lugar” ocupa na sua análise historiográfica – seja também ela uma História Cultural, uma História Política ou uma História Econômica, ou inúmeras outras modalidades. (Barros, 2009, p. 5).

Para Júnior, et al (2023), a História Local pode ser entendida enquanto um campo prolífero na compreensão das histórias de menor escala, tais como comunidades, povoados e até mesmo cidades, de modo a permitir que se compreenda a importância desses espaços na constituição da história das humanidades. Nisto, o ensino de História, sobretudo do local, contempla os conceitos de memória, já visto no tópico acima e o de identidade, na processo identitário individual ou coletivo dos sujeitos em suas relações sociais, especialmente em virtude da capacidade de estabelecer relações de pertencimento, presentes na formação de um povo. Partindo desta concepção,

A ideia de local é assim um ponto de cruzamento entre história local, memória e identidade, pois a construção de concepções com a correlação desses conceitos tem íntima ligação com o lugar, influenciando e sendo influenciado por tudo aquilo que ele contempla, ou seja, tudo o que caracteriza essa dimensão espacial mais delimitada. Deste modo, história local, memória e identidade, são conceitos que permitem um olhar peculiar e específico sobre a história de um determinado lugar, ou mesmo sobre um determinado povo. [...] Assim, a memória é uma rica possibilidade para a construção de determinadas identidades e, como estas se constroem no espaço-tempo, de um determinado lugar e seu povo. (Junior, et al, 2023, p. 7-8)

Em vista disso, o local se configura como espaço importante na construção identitária do aluno tendo em vista sua característica em estudar e valorizar aquilo que é particular e, permite que o estudante se reconheça como parte integrante do processo do conhecimento histórico. Nesse sentido, ensinar História a partir das experiências de vida dos estudantes, das memórias dos indivíduos de todos os setores sociais, significa dar voz as histórias de sujeitos que sempre estiveram excluídos dos conteúdos ensinados em sala de aula.

Acerca da relação entre o ensino da História local na constituição da identidade, Alves (2006), reforça a ideia de identidade como um construto que acontece progressivamente, por meio do qual a História Local se apresenta como início para que os estudantes entendam as múltiplas identidades presente numa sociedade em constantes mudanças. Sobre isso, o autor coloca que,

A atitude mais antiga do espírito humano consiste em rejeitar as formas culturais, morais, religiosas, sociais e estéticas dos outros com quem não nos queremos identificar. Esta visão ingênua, mas profundamente enraizada no nosso quotidiano leva-nos a falar em ‘nossa casa’, ‘nossa rua’, ‘nossa comida’, ‘nosso bairro’, ‘nossa música’, ‘nossa aldeia’, ‘nossa região’. A identidade tanto se refere às raízes, como ao património, à memória como aos valores, ao presente como ao futuro. Sendo assim não é um dado adquirido, mas é um processo em construção. (Alves, 2006, p. 70).

Ao tratar acerca do conceito de identidade e cultura, Siqueira (2019), enfatiza a problemática em torno dos dois conceitos bem como sua correlação. A mesma ressalta que são conceitos polissêmicos, que passam por um processo de desconstrução dos conceitos tradicionais, tornando-se conceitos mais amplos, “Considerando que ambos conceitos são fundamentais, mas multiconceituais e que foram se ressignificando”. (Siqueira, 2019, p.2).

Ao conceituar identidade a autora acima, afirma ser “a identificação de alguma coisa ou alguém, e nessa perspectiva, e unindo vários alguéns, temos os grupos representativos e identitários”. (Siqueira, 2019, p. 3). A mesma, fundamentada em Hall (1997), sugere também que o conceito vem se desconstruindo contudo não há um sinônimo, uma nova palavra que

possa substituí-la. Segundo Hall, (1997, apud, Siqueira, 2019, p. 4), o conceito de identidade é complexo e necessita ser explorado criticamente,

(...) Nossas identidades culturais refletem as experiências históricas em comum e os códigos culturais partilhados, que nos fornecem, a nós, como um 'povo uno', quadros de referências e sentidos estáveis, contínuos, imutáveis sob as divisões cambiantes e as vicissitudes de nossa história real" (Hall, 1997).

Stuart Hall (2006) define identidade a partir de três concepções relacionadas a diferentes períodos históricos, a saber: *identidade do ser iluminista*, no qual entendia a identidade como uma essência central que compõe o núcleo no interior do homem, que nasceu com ele e permanece idêntico até sua morte; *identidade do ser sociológico da idade moderna*, considera que "o sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o "eu real", mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais "exteriores" e as identidades que esses mundos oferecem" (Hall, 2011, p. 11).

Por último, a *identidade do sujeito pós-moderno*, no qual a identidade se torna fragmentada, e o indivíduo pode conter várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas. Nesse sentido, segundo o autor supracitado, "[...], à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis" (Hall, 2006, p. 13).

Portanto para Hall (2006), a identidade é vista como um processo dinâmico e em constante transformação. Ele argumenta que, na era pós-moderna, as identidades não são fixas ou estáveis, mas sim múltiplas e fragmentadas. O autor ainda destaca que a identidade é construída através das interações sociais e culturais, sendo continuamente negociada e reconstruída. Nessa direção, Freitas (2006), compreende a identidade do sujeito como,

[...] um processo constituído socialmente através das relações e vivências que o sujeito vai estabelecendo ao longo de sua existência, ela é influenciada historicamente e culturalmente, o sujeito é ativo no processo de sua constituição e vai ao longo do tempo simbolizando e se apropriando ou não, daquilo que os outros lhe apresentam, ela é um processo inacabado que sofre múltiplas transformações e, ao mesmo tempo, apresenta determinada permanência em seu núcleo.

Além disso, para Erikson (1987, apud, Freitas, 2006, p. 60), "identidade é multideterminada, e muitas dessas determinações não são observáveis; estão no interior do sujeito". Para o autor, a construção identitária passa por um processo sucessivo de rupturas e superações, no qual é manifesta-se não somente pelos aspectos biológicos mas também na sua

dimensão social. Portanto, “O que ele traz é a ideia da identidade como um processo em constante mudança e evolução”. (Erikson, 1987, apud, Freitas, 2006, p. 60).

Ainda, para o autor mencionado acima, a identidade passa por um processo regido por várias crises normativa, essas crises se manifestam por meio das fases evolutivas do ser humano. E afirma que “a identidade só pode ser compreendida se a olharmos dentro de um contexto histórico e cultural, [...], através das relações sociais, [...]. Assim, a identidade seria aquilo que define o ser”. (Erikson, 1987, apud, Freitas, 2006, p. 62).

Bianca Siqueira (2019), ao tratar sobre o conceito de cultura a partir do processo de (re) construção de identidades locais a partir da perspectiva da importância da História Local como método de abordagem, parte do pressuposto de que existem dois tipos de cultura, a antropológica, ou seja, mais amplo no que diz respeito aos modos de viver, e a cultura explícita, neste caso, mais restringida dos movimentos sociais. Apoiada em Ortiz (2008), Siqueira (2019) destaca que a cultura é composta por elementos materiais e imateriais de um determinado povo e são esses elementos que determinam os diversos aspectos do modo de viver de um povo.

Nesse sentido, “[...] cada povo vive de acordo com as regras da sua cultura, que nem sempre estão escritas, mas são transmitidas e regulam as práticas culturais, e até mesmo as relações econômicas”. (Ortiz, 2008, apud, Siqueira, 2019, p. 2), ainda segundo a autora, os modos de vida de um povo são mutáveis e não de limitam apenas a um determinado local e, portanto trata-se de aspectos substantivos, sendo assim, “[...] os aspectos substantivos da cultura, apresentam a troca cultural, em particular, lembra-nos que as culturas têm se expandido, através das tecnologias e da revolução da informação”. Siqueira (2019, p. 3).

Rogério Tilio (2009), ao traçar algumas reflexões sobre cultura e identidade na pós-modernidade, compreende que o conceito de cultura é polissêmica, carregada de uma pluralidade de sentidos e que possui diversos significados a depender da área de conhecimento, para Tilio, “no momento sócio histórico atual, não se pode pensar a cultura como hermeticamente local. Devido aos efeitos da globalização, todas as culturas mundiais estão em constante transformação e reconfiguração”. (Tilio, 2009, p.37)

A partir desse viés, Stuart Hall em sua obra *A identidade da cultura* (1997), nos fala acerca da enorme expansão cultural na segunda metade do século XX e o seu papel constitutivo sobre os aspectos da vida social atualmente. O autor relata que as mudanças culturais globais tem apagado as especificidades e diferenças locais, produzindo uma espécie de “cultura mundial” que homogeneiza e ocidentaliza a identidade local.

Ainda conforme Hall (1997), sobre esses efeitos da globalização, é quase impossível para o cidadão comum ter uma imagem precisa do passado histórico sem tê-lo tematizado, no interior de uma “cultura herdada”, que inclui panoramas e costumes de época. Para tanto, Siqueira (2019), concorda com Hall acerca desse processo de globalização e os seus efeitos em relação a circulação de elementos culturais em todo o mundo, o que acaba gerando um crescente movimento local.

Esse movimento de contato imediato de povos com culturas diferentes, segundo a autora acima, tem gerado uma mobilização de auto afirmação, de uma valorização de características específicas por meio da revalorização do patrimônio cultural, por consequência da identidade local. A autora entende as construções identitárias, de modo geral, intimamente relacionada “[...] aos acontecimentos históricos e às relações socioculturais de um determinado território, bem como à forma que é apresentada e à memória existente e/ou construída. Ao mesmo tempo, interagem com os aspectos globais”. (Siqueira, 2019, p.10)

Percebemos que nesta conjuntura, cabe o ensino da História Local a (re) construção ou identificação da sua cultura, para novamente, na construção ou identificação das identidades e suavizar os impactos da globalização nas identidades locais. Em face do exposto, o ensino de história local tem íntima ligação com a memória e identidade bem como de cultura, quando se pensa a noção de pertencimento de um determinado indivíduo, grupo, comunidade ou mesmo nação tendo em vista que o estudo do local se caracteriza como um elemento de perpetuação de certas memórias e, conseqüentemente, de certas identidades em detrimento ou silenciamento de outras. Portanto, Barros (2013, p. 13) nos diz que a memória possui caráter crucial na constituição da memória e ressalta que “[...] é pela memória que se chega à história local”. Sobre o ensino de História Local o autor afirma que:

A História Local é entendida como uma modalidade de estudos históricos que contribuiu para a construção dos processos interpretativos sobre as formas como os atores sociais se constituem historicamente em seus modos de viver, situados em espaços que são socialmente construídos e repensados pelo poder político e econômico na forma estrutural de “bairros e cidades”. (Barros, 2013, p. 13)

Barros (2013) pontua ainda que, a História Local, enquanto estratégia de aprendizagem, pode oportunizar o domínio do conhecimento histórico, pois seu trabalho pode ofertar a construção de uma História mais plural e inconivente ao silenciamento de sujeitos e múltiplas realidades. Em síntese, buscou-se demonstrar a importância da incorporação da História Local no ensino de História enquanto estratégia pedagógica e metodológica que aborda os conteúdos a partir da realidade local, uma história local que segundo Gonçalves (2007), é

concebida e entendida como conhecimento histórico e, portanto, formador de uma consciência histórica no que diz respeito as relações entre indivíduos e coletividade em um determinado lugar.

Sobre esses lugares, fruto das ações dos homens no mundo, “[...] pode ser percebido no “curso das experiências históricas, nas quais se inserem os atos de nomear, leiam-se identificar e localizar, os lugares onde se vive” (Gonçalves, 2007, p.178). Em consonância com o autor citado, Barros (2013, p. 18) acrescenta que a História Local deve ser construída a partir de nova fonte a saber: “[...] a identificação das edificações antigas, do traçado das ruas, da memória dos mais antigos, das mudanças do cotidiano urbano que só podem ser observadas pelos olhares mais atentos ou orientados”.

Portanto, o estudo acerca do ensino de História Local se torna ferramenta imprescindível quando se pensa a construção desse trabalho na medida em que se configura como um espaço-tempo de reflexão crítica acerca de determinado contexto social e, sobretudo, referência para o processo de construção das identidades destes sujeitos e de seus grupos de pertença a partir de sua realidade.

2.5 Os processos de nomeação de ruas e logradouros públicos nas Ciências Humanas e na História

Neste tópico o que se pretende apresentar é um panorama do conjunto de estudos no campo das ciências humanas e particularmente da escrita da história e do ensino de história que têm focado processos de nomeação de ruas e logradouros, tendo como ponto de partida deste tópico sobre em que contexto (tempo e espaço) nas últimas décadas ou anos se tornou relevante para a mundo acadêmico estudar processos de nomeação de ruas. Este será o ponto de partida deste tópico.

Do ponto de vista da estratégia metodológica, o que se está fazendo: levantamento de estudos (artigos, dissertações e teses, como também livros) que versem sobre processo de nomeação de ruas; identificação de possíveis textos que tenham como enfoque observar o surgimento do interesse nesse tema específico. Isto é, penso ser relevante aqui apresentar como essa discussão aparece e o que os primeiros estudos enfatizam ao estudar esse objeto.

Numa análise preliminar os estudos apontam para contextos em que houve necessidade de mudar os nomes das ruas em virtude da “refundação” de nações, regiões, quando os nomes presentes fariam lembrar pessoas e contextos de opressão, por exemplo, e “apagavam”

grupos e sujeitos do tempo contemporâneo. Mas pode há outras questões que são trazidas à tona quando finalizada a leitura dos textos identificados

O tópico termina com uma exposição sintética das questões centrais apresentadas pelos diferentes estudos que têm se ocupado com a temática. O tópico é certamente importante em vários sentidos: por exemplo, as questões sobre raça, classe e gênero, sobre diferenças e desigualdades são apontadas nos estudos como elementos relevantes. Fato é que ao fim do tópico tem-se uma compreensão sobre como esse objeto (processo de nomeação de ruas) vem sendo estudado com destaque sobre a que tipo de conclusões e análises os autores têm chegado.

Assim sendo, no mundo contemporâneo, as lutas e disputas em torno da memória, especialmente, da memória coletiva, tem se constituído como um fenômeno recorrente. Nesse contexto, deve-se destacar os atos de nomeação e renomeação dos logradouros públicos, particularmente das ruas. Trata-se de um fenômeno observável em diferentes lugares do mundo: nos Estados Unidos, por exemplo, apenas em 2021, 71 monumentos confederados foram renomeados ou removidos,¹⁰ o que acompanha outros processos nesse país que tentam erradicar uma “cultura do ódio”, o que tem levado a dezenas de renomeações de ruas e monumentos, em geral porque identificados com a ideologia da “supremacia branca”.

Fenômeno similar ocorreu recentemente na África do Sul, onde centenas de ruas e logradouros têm sido renomeados após o fim do Apartheid em 1994, o que frequentemente se dá em meio a cerimônias e comemorações. Na Europa, as lutas por renomeação de ruas também tem sido comuns: na Alemanha, Itália, França e outros países, os cidadãos, muitos dos quais imigrantes africanos têm buscado reivindicar a mudança de nomes de ruas que homenageiam colonizadores (Rodrigues, 2017).

No Brasil, vários projetos desenvolvidos por organizações sociais e também pelo Poder Legislativo, sobretudo municipais, têm buscado abrir a possibilidade de renomeação das ruas dos municípios. Em São Luís, por exemplo, atualmente, há pelo menos dois ilustrativos projetos de lei que visam renomear ruas da capital maranhense: o PL 318/21, que solicita a mudança no nome da Rua 12 para Rua Miguel Vieira Ferreira, republicano e abolicionista, no bairro da Ribeira, por se tratar de demanda dessa comunidade; e o PL 340/21, que pretende dar o nome de Praça da Providência ao logradouro público localizado na Avenida S, Unidade 103, do bairro Cidade Operária, em virtude de a praça ter sido construída em frente a Paróquia Nossa

¹⁰ Ver, dentre outros, <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/eua-73-monumentos-confederados-foram-removidos-ou-renomeados-em-2021/>

Senhora Mãe da Divina Providência, e de a comunidade ter vínculo social denso com o ambiente.

O fato é que as razões pelas quais, atualmente, os cidadãos dos bairros e cidades solicitam e desejam a renomeação das ruas e logradouros onde habitam são diversas: muitas vezes os nomes dados às ruas homenageiam personagens que atentam contra os Direitos Humanos ou em casos em que o nome do local destoia da identidade da comunidade e, ainda, destaque-se, por questões de gênero.

Em 2018, por exemplo, o município de Lagoa Vermelha, no interior do Rio Grande do Sul, aprovou a Lei nº 7408, que dispõe sobre a alternância e paridade de gênero nas nomeações das ruas, de modo que a cada homenagem em nome de rua ou espaço público com nome masculino, o seguinte passou a ter que ser feminino. E, como recorrentemente acontece nestes casos, os setores contrários lutam para mudar a lei ou os direitos conquistados.¹¹ Afinal, podemos pensar lutas de memória antes de tudo como lutas sociais.

Nesse sentido, pode-se dizer que o estudo das denominações próprios de lugares é uma interessante ferramenta para se conhecer os aspectos políticos, sociais, históricos e culturais tanto do presente como do passado. Desta forma, o ato de nomear espaços públicos, neste caso, as ruas, se configura como um atividade sem grandes questionamentos por parte da sociedade, antes, é vista como uma prática meramente formal. Contudo, nos últimos anos tem-se percebido como tais práticas estão inseridos num amplo campo de disputa, muitas vezes simbólica.

Pinto (2015), em seu estudo acerca da etnografia de espaços estatais, com ênfase nas ruas da cidade de São Paulo, tem como foco refletir sobre a outorga relativa ao nome dos lugares e seu processo de denominação, ou seja, seus elementos constituintes, levando em consideração o que os vereadores pensam e produzem sobre o tema em tela. A partir disso o autor faz uma análise referente aos processos sociais inerente do nosso cotidiano, com destaque para a homenagens públicas sobre os desdobramentos de denominação de lugares públicos levando em consideração os aspectos classificatórios e políticos.

A respeito das denominações de logradouros, Pinto (2015), pontua que são práticas feitas por parlamentares com intuito de homenagear; segundo ele “Os parlamentares estão autorizados por seus pares a promover homenagens por intermédio das denominações de

¹¹ Ver <https://www.brasildefatores.com.br/2022/08/04/aprovado-projeto-que-revoga-lei-de-paridade-de-genero-em-nomes-de-ruas-de-lagoa-vermelha-rs>

logradouros e equipamentos públicos” (Pinto, 2015, p. 4). Nessa direção, o autor se apoia nos estudos de Dick (1996) e Porto (1996), no qual apontam para um tendência antroponímica para os logradouros desde o início do século XX e que tem ganhado espaço nos últimos anos, visto as dinâmicas de mudança de nomes de muitas ruas.

Em relação as denominações dos lugares da capital de São Paulo, tem-se o critério de que os nomes sejam de pessoas já falecidas¹². Sobre esse critério, França (2019), nos diz que nas últimas décadas foi criada uma legislação por meio da Lei Federal nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, que determina a proibição de homenagens e nomes de ruas para pessoas ainda vivas. Ainda segundo o autor acima, apesar do avanço legislativo, ainda observa-se na prática do dia a dia que ainda prevalecem os “grandes nomes da história”, os “eventos dignos de nota”. Sobre o processo de denominação de espaços públicos, Pinto (2015), faz uma breve contextualização:

No caso paulistano, os dois poderes (legislativo e executivo) podem denominar logradouros. Quando é o executivo que denomina, ele o faz por meio da Secretária de Habitação (SEHAB) e seu Departamento de Cadastro Setorial, Divisão Técnica Oficialização de Denominação de Logradouros (CASE). Toda oficialização e denominação de logradouros, seja executada pela prefeitura, seja pela câmara municipal, em algum momento tramita no CASE, pois essa é a divisão responsável pela oficialização. Na verdade, ainda que prefeitura e câmara possam dar nomes aos logradouros, apenas a prefeitura realiza a sua oficialização, ou seja, apenas ela, e por intermédio do CASE (SEHAB), pode dizer que dado logradouro existe, obedece a normas técnicas e é passível de denominação. Se a prefeitura denomina logradouros pelo CASE, a câmara municipal desfruta de seus próprios caminhos. O vereador que desejar denominar um logradouro deve propor um projeto de lei especificando o nome desejado, o qual passará pelas comissões permanentes formadas pelos próprios vereadores. Sendo aprovado por essas comissões, o projeto segue sua tramitação junto ao CASE e à Divisão de Patrimônio Histórico, Seção de Denominação de Logradouros (DPH), já que a proposição de denominação de logradouros dispensa votação em plenária, como acordado entre os vereadores e respaldado pelo regimento interno. Já no caso de um vereador que deseja alterar a denominação de algum logradouro, o processo é um pouco mais extenso. Além de todos os trâmites descritos anteriormente, o projeto deve também ser votado em plenário. Apesar dessa necessidade, eles dificilmente não são aprovados, pois quando chegam lá, a aprovação já está acordada. Além dessa votação, para alterar denominações de logradouros como ruas, por exemplo, deve-se ter anuência de, no mínimo, dois terços dos moradores do respectivo logradouro, principalmente se os motivos alegados para a mudança forem homonímia³ ou exposição dos moradores ao ridículo. (Pinto, 2015, p. 5).

É interessante destacar nas contribuições de Pinto (2015), que, sua principal indagação na pesquisa diz respeito aos aspectos classificatórios e político por traz das

¹² Ver dentre outros “A natureza jurídica do ato de nominação de espaços públicos” de Francisco Humberto Cunha Filho e Allan Moreira Magalhães.

denominações de logradouros públicos. Logo, no que diz respeito às ruas, sobretudo, o autor entende que o ato de denominação é sempre classificatório e por tabela, político. Neste caso, “A classificação implica escolhas, sendo assim, também é possível pensar toda uma micropolítica da nomeação dos lugares públicos; ao mesmo tempo, atos políticos também produzem e obrigam a agenciar esquemas classificatórios” (Pinto, 2015, p. 8).

Nesse sentido o autor acima ressalta que o ato de dar nome as ruas tem um caráter de maior continuidade no que diz respeito a homenagear determinadas personalidades e ventos, pois “Essas denominações teriam um papel de reforçar e/ou criar laços entre políticos e seus eleitores, ou com os demais grupos com os quais eles [...] se relacionam. É na forma aliança com variados setores que é possível observar o aspecto político da homenagem” (Pinto, 2015, p. 8).

O autor supracitado enfatiza ainda que determinadas ruas que levam nomes oficiais tendem a serem conhecidas a partir de outras referências, geralmente, são nomes que possuem relações metonímicas com o logradouro, neste caso, são referências acionadas de acordo com o contexto de determinado logradouro. Desta forma, “Isso nos mostra que há valores e coisas que escapam ao Estado, como as denominações “populares” que insistem em figurar nas cabeças e corações das pessoas à revelia da normatização oficial”. (Pinto, 2015, p. 10).

Outro aspecto importante que Pinto (2015), coloca em debate diz respeito ao esforço de estranharmos nas práticas de nomeação de lugares. De acordo com o autor os nomes dos logradouros públicos muitas vezes não possuem nenhuma relação com o espaço denominado. Apoiado nos estudos de Basso (1996), no qual diz que o nome dos lugares necessitam ser carregados de símbolos linguísticos evocativos, tendo em vista seu entrelaçamento com as particularidades do local, desta forma, “Eles podem ser usados para evocar uma enorme gama de associações mentais e emocionais – associações de tempo e espaço, de história e eventos, de pessoas e atividades sociais, além de estágios da própria vida”. (Pinto, 2015, p.16).

Segundo Basso (1996, apud, Pinto, 2015, p. 16):

[...] o estudo dos nomes de lugares indígenas pode ajudar na compreensão desses povos, pois tais nomes não seriam apenas referências espaciais. Segundo o autor, a maioria dos estudos vê os nomes (de lugares, incluso) como uma mera forma de referência, mas muitos trabalhos de antropólogos e linguistas têm contestado essa visão (ainda que, logicamente, a referencialidade seja uma de suas qualidades).

Ainda de acordo com o autor anteriormente citado, os nomes dos lugares em especial, de logradouros públicos, possuem significados, muitas vezes emocionais, para o

mesmo, “Os nomes de lugares para nós, além de referências precisas [...], também são mecanismos de criação do passado, de um passado oficial, de uma construção histórica, de exaltação da memória de heróis, visto que são dados por lei e algumas vezes suscitam disputas”. (Pinto, 2015, p.17). O autor conclui que, a denominação de um lugar, de um logradouro público, serve tanto para localizar e diferenciar um lugar doutro mas também possui caráter de produzir momentos de reflexão e disputas, mostrando o quanto essas classificações são englobantes.

João Paulo França, em seu artigo intitulado “*As ruas no processo de disputa da memória coletiva: a nomeação e renomeação dos logradouros públicos no século XXI e suas implicações históricas e cotidianas*” (2019), discorre acerca do processo histórico de disputa pela memória nas práticas de nomeação e renomeação referente aos logradouros públicos no contexto brasileiro, bem como as reverberações que tais conflitos suscita no cotidiano dos moradores e na construção da memória coletiva no espaço urbano.

Segundo o autor citado anteriormente, não se trata de um processo novo, visto que “[...] desde os primórdios da vida urbana os indivíduos tendem a dar significado aos espaços de convivência”. (França, 2019, p. 1). Acerca disso, o autor parte do pressuposto de que as designações das ruas de uma determinada cidade brasileira segue uma dinâmica, uma espécie de linha do tempo. Freitas, et al, (2016, apud, França, 2019, p.2).

Por conseguinte, Jorge Cintra (2016, apud, França, 2019, p. 2), considera que os primeiros logradouros eram conhecidos por características locais ou de cunho geográfico e exemplifica ao citar “um açude (que teria na localidade, por exemplo), passando por uma homenagem à independência do país no século XIX, que em seguida vai sendo desbancada por nomes atrelados à nova forma de governo: República”.

Em resposta a esta citação acima, o autor supracitado nos diz que é neste período que há predominância de nomes de logradouros públicos em homenagens a políticos, mas que no entanto, estes, assim como outros nomes que fazem referência ao período ditatorial, estão sendo revistos, com intuito de ressignificar esses espaços, tendo em vista, que atentam contra os direitos democráticos. Nesse sentido, pode-se afirmar segundo o autor supracitado que:

Hipoteticamente, imaginemos um roteiro em uma determinada cidade onde teríamos que sair da Rua do Açude Novo, passando pela Rua da Independência, Praça da República para alcançar a Rua Getúlio Vargas, que por sua vez pode ficar próxima a Avenida Castelo Branco, cujo nome os moradores veem na placa indicativa como Avenida da Legalidade. [...] os primeiros logradouros eram conhecidos por peculiaridades locais ou acidentes geográficos (um açude que teria na localidade, por exemplo), passando por uma homenagem à Independência do país no século XIX, que em seguida vai sendo desbancada por nomes atrelados à nova forma de governo: República. É neste período que se concebe um grande aumento de nomes de políticos

nas placas urbanas, a exemplo de Getúlio Vargas e participantes da ditadura militar (1964-1985), como o citado Marechal Castelo Branco. Este, assim como outros nomes do período ditatorial estão com algumas homenagens sendo revistas, observando-se as trocas de nomes com o intuito de ressignificar tais espaços, como nas referências à legalidade e democracia. (França, 2019, p. 2).

A citação acima serve para entendermos de modo geral as mudanças históricas no processo de nomear os espaços públicos. O fato é que o debate acerca dessa dinâmica se assenta no fato de que a preservação de determinada memória que tal nomeação homenageia gera a exclusão de outros provocando assim disputas de memória que perpassa a instância legislativa e judiciária chegando até a esfera cotidiana, por meio da imprensa, abaixo-assinados, etc.

Desse modo, França (2019), traz para o debate as seguintes questões: quais as nomenclaturas que uma determinada geração deseja perpetuar, quais ressignificar e as que devem ser esquecidas? Com base nos embates anteriores, o autor lança seu olhar para este fenômeno -as ruas - e os processos de disputa da memória coletiva a partir da (re) nomeação desses logradouros. Para tal, ele conceitua o que chamamos de “rua”, como um ‘microcosmo da cidade moderna’:

A rua é um espaço urbano. Trata-se de uma forma de organização do espaço intrinsecamente ligada ao fenômeno urbano, onde a densidade do espaço construído assume proporções únicas. Nos campos, onde as casas são normalmente envoltas em terrenos agrícolas, não se formam estes espaços de ligação entre as habitações. Só a aglomeração de pessoas em núcleos habitacionais alargados tende a gerar estes espaços: as ruas. No entanto, o conceito de rua enquanto espaço público é um assunto que levanta alguns problemas. De facto, a invenção da rua como lugar público é um processo historicamente determinável e não uma característica intrínseca ao próprio espaço. A rua não foi sempre um lugar de acesso irrestrito e público no sentido de pertencer a todos. Pelo contrário, a afirmação do carácter público da rua é um processo que podemos observar ao longo de todo o século XIX (...). Mas, mais do que o carácter público, a rua ganharia ao longo do século XIX uma função social específica – a circulação. (Gonçalves, 2008, p.3, apud, França, 2019, p.4)

Partindo da perspectiva acima, França (2019), propõe analisar as ruas a partir de suas nomeações, para isso e através do conceito central sobre rua, citado anteriormente, ele dá continuidade as suas reflexões e cita que:

Os nomes podem ser referências (e com certeza os são), mas não somente. Os nomes de lugares para nós, além de referências precisas (já que a homonímia é teoricamente proibida), também são mecanismos de criação do passado, de um passado oficial, de uma construção histórica, de exaltação da memória de heróis, visto que são dados por lei e algumas vezes suscitam disputas. Se, por um lado, as ruas com nomes de desconhecidos, de plantas, animais etc. podem ser apenas referenciais para a maioria das pessoas, para a família que foi homenageada, no caso de pessoas pouco conhecidas, não se trata apenas disso. Se as grandes ruas com grandes nomes são uma forma mais eficaz de perpetuar a memória dos grandes heróis e grandes acontecimentos, as pequenas ruas dos bairros distantes também carregam uma carga sentimental, pelo menos para as famílias das pessoas que foram homenageadas com

nomes nesses logradouros e, às vezes, para seus próprios moradores. (Pinto, 2015, p. 15-16, apud, França, 2019, p.4).

A partir dessa compreensão, que entende que os nomes dos logradouros públicos, especialmente as ruas, são mecanismos que contribuem para a construção e perpetuação de uma determinada concepção de história, o autor, por meio de uma reportagem extraída do Nexo Jornal (2016)¹³ se direciona para os processos de (re) nomeação no contexto brasileiro e que aos meus olhos, será bastante interessante citar:

Os fatores que influenciam a denominação de ruas, avenidas e praças mudam ao longo do tempo. Em cidades mais antigas é comum encontrar no seu centro ruas com referências geográficas, comerciais e religiosas, como Rua de Cima, Rua Larga, Rua Direita, Rua da Quitanda, do Matadouro, do Ouvidor, do Sapateiro ou ainda Rua (da Nossa Senhora) do Carmo, São Bento e outros santos católicos. "Isso porque não havia ainda muitos fatos históricos", lembra Cintra. No período colonial, além de referências religiosas trazidas pelos portugueses e jesuítas, surgiram personalidades político-administrativas (como Tomé de Sousa e Mem de Sá), heróis de conflitos indígenas (como João Ramalho, na Confederação dos Tamoios) (...). Com o Império, as cidades cresceram e as ruas passaram a ganhar nomes da realeza portuguesa, mas sobretudo relacionados à Independência como 7 de setembro (a data líder entre os nomes de logradouros atualmente), D. Pedro I e José Bonifácio. Mais tarde, foi a vez da Guerra do Paraguai, homenageada em logradouros com referências geográficas como Riachuelo (afluente próximo da principal batalha naval da guerra) (...). Fatos e personalidades como Senador Feijó, Benjamin Constant, Ruy Barbosa, Princesa Isabel — além de "13 de maio" e os abolicionistas, como José do Patrocínio —, os presidentes Floriano Peixoto, Marechal Deodoro, e também os barões do café, tomam o lugar de logradouros religiosos. Nomes de artistas como Carlos Gomes, Castro Alves, José de Alencar ou Machado de Assis também começam a aparecer. O país ainda passaria pela era Vargas (político que lidera o ranking dos ex presidentes) e pela ditadura militar, o que resulta em uma série de novas ruas (em novas cidades) homenageando personalidades, datas e eventos militares. (Freitas *et all*, 2016, apud, França, 2019, p. 6).

O autor traz essa linha do tempo, sobre as mudanças históricas relacionadas nesse processos de nomear os espaços públicos no Brasil e reflete sobre como tais logradouros sofreram interferência de acordo com os períodos históricos do país, bem como a presença contínua de renomeação afim de ressignificar os nomes das ruas a partir de diferentes perspectivas, contudo, observa-se que tais processos são dirigidos em sua grande maioria por uma memória coletiva dominante.

Com efeito, para França (2019), ao pesquisar sobre a história local, particularmente acerca dos nomes das vias públicas e demais logradouros, nos dias atuais, é perceptível como

¹³ O Nexo Jornal é um Jornal digital, lançado em novembro de 2015, que traz as notícias aprofundada e com contexto, priorizando a apresentação de dados e estatísticas, e cobrindo uma diversidade de temas de forma equilibrada. [Nexo Jornal](https://www.nexojornal.com.br/)

há uma vastidão de memória coletiva produzida no decorrer do tempo, entretanto, tal memória vai se transformando a medida que uma geração vai surgindo e com ela novas visões de mundo e padrões.

Nessa direção, Célia Souza (2021), aponta que, “(...) com o decorrer do tempo, os nomes das ruas e praças vão se alterando, acompanhando a dinâmica urbana, no sentido de acompanhar uma nova época, um novo tempo, um novo fato ou um novo mito. (Souza, 2021, p.138) França (2019), ainda pontua algumas problemáticas acerca das nomeações e renomeações de logradouros, dentre eles, o seu questionamento recai para: quem dá os nomes às ruas e logradouros públicos?

Em resposta a indagação acima, o próprio autor mencionado ressalta que, qualquer pessoa pode propor um nome, mas que a denominação serão feitas pela Câmara Municipal ou pelo Executivo, (França, 2019). Portanto, “A denominação é feita por lei ou decreto e só ocorre quando ele está regular perante o poder público. Já a designação ou “reserva de nome” é feita por uma portaria da Secretaria Municipal de Habitação ao logradouro não oficial”¹⁴.

Outra questão suscitada diz respeito a falta de organização do próprio Estado brasileiro no que concerne a geração de impactos na vida dos moradores, como por exemplo, “Cadastros desatualizados, falta de informação para as empresas concessionárias de serviços públicos, tais como correios, água, luz e telefone.” (França, 2019, p. 20). A problemática acima se respalda tendo em vista que os moradores, transeuntes e profissionais necessitam de informações adequadas para exercer suas profissões com mais praticidade e dessa forma, há uma preferência destes para a permanência de nomes de ruas. Por outro lado, para a história e a memória coletiva, esses nomes acabam perpetuando honra a sujeitos que atentaram contra os direitos humanos, isso acaba gerando implicações e embates históricos.

Portanto, de modo geral, o autor acima conclui que, as disputas entorno dos nomes dos espaço públicos, especialmente as ruas, que fazem menção a figuras do período militar, por exemplo, são respostas da tentativa de ressignificar homenagens que foram atribuídas em tempo histórico distinto. Assim sendo, o autor reitera que “[...]nomes de logradouros com dezenas de

¹⁴ Como fazer? Se você quiser indicar um nome de logradouro, deve ir à sua subprefeitura ou à SEHAB e apresentar um requerimento, que pode ser obtido pelo site: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/habitacao/>. Para obtê-lo, clique em “Serviços” e depois em “Denominação”. Deve apresentar, também: cópia do IPTU, atestado de óbito do homenageado ou matéria de jornal que ateste que ele morreu, uma pequena biografia e croqui de localização da rua. A solicitação é gratuita. (Caron; Peixoto, 2008).

anos de uso comum pela população devem ser alterados, em nome da reparação histórica contra violadores dos direitos humanos. Ademais, França, (2019), termina dizendo que:

O nome da rua não é posto por mero acaso. Há intenções, seja do proponente, seja daqueles que saúdam ou repudiam tais homenagens nas placas urbanas. No meio deste embate, a população acaba por tomar parte em tais disputas, seja concordando com os significados da nomeação proposta ou mesmo com as ressignificações que são colocadas, ou então, tendo seu cotidiano alterado por questões de desencontros pessoais, custos para atualizar documentos ou mesmo prejuízos financeiros proporcionados por perdas de negócios com mudanças de endereços comerciais (França, 2019, p. 21)

Dessa maneira, segundo França (2019), as práticas de nomear e renomear logradouros públicos precisam ser vistos como atividades integrantes no cotidiano urbano bem como ressalta a necessidade de atentarmos para os desencadeamentos de tais medidas enquanto parte das pesquisas, discussões e compreensão histórica. (França, 2019).

Em um outro artigo denominado “*Rua Marielle Franco: Lutas e simbolismo acerca do ato de nomeação e renomeação de espaços públicos*” (2019), o autor referenciado anteriormente analisa como uma simples prática de nomear espaços públicos, como as ruas, se torna palco de conflitos e embates simbólicos que extrapolam o ambiente físico chegando ao virtual. A partir de homenagens feitas à vereadora Marielle Franco, assassinada em 2018, e fontes virtuais e jornais, o historiador busca compreender como a disputa em torno da memória coletiva é algo presente nos atos de nomeações e homenagens na atualidade (França, 2019, p. 01).

O autor acima, enfatiza que as lutas da vereadora Marielle Franco deixaram um legado para os que partilhavam das mesmas ideias e causas da vereadora. Nesse sentido, os grupos opostos a ela buscavam de algum modo neutralizar as homenagens à Marielle, desta forma, tem-se uma memória coletiva em constante disputa. O autor conclui que o ato de nomear espaços públicos ou logradouros não é uma ação isenta de neutralidade, pois, “historicamente, os grupos de pressão social procuram influenciar no processo de memória coletiva” (França, 2019, p. 13).

Ainda conforme França (2019) historicamente é possível observar que às autoridades usam seu poder político e econômico para exercer influência de dominação nos espaços de memória dos logradouros públicos no Brasil e fora do país. Para tanto, o autor destaca que:

[...], vemos em nosso cotidiano uma ampliação deste pensamento, onde nas diferentes esferas governamentais a disputa pelo poder passa para além das questões técnicas e práticas. Historicamente encontramos grupos sociais, tais como negros, mulheres, homossexuais, indígenas e trabalhadores que são excluídos dos espaços de poder, portanto, sem os meios de ação para a mudança social. A eleição de uma parlamentar com as características de atuação da vereadora Marielle Franco, de certo modo se reveste de muito simbolismo, afinal, ela se colocava como "mulher negra, cria da Maré e defensora dos Direitos Humanos", em uma de suas redes sociais. (França, 2019, p. 4)

Desse modo, a nomeação da rua em questão é intencional e se torna motivo de disputa na medida em que o grupo aliado aos ideais de Marielle a incorporam. É uma forma de manter viva sua memória e sua luta, despertando, assim, ações contrárias e “disputas simbólicas em quem não se identifica em torno da construção da memória coletiva nesses espaços públicos” (França, 2019, p. 14), e termina enfatizando que, no século XXI, as práticas de dar nomes e renomear logradouros públicos processam-se de diversas maneiras, “tanto espontânea como intencional, apontando para a compreensão de determinada época acerca dos nomes que devem ou não ser lembrados nos espaços públicos das cidades, o que gera implicações históricas e cotidianas”. (França, 2019).

Nesse mesma direção, o autor supracitado, ao refletir sobre a memória dominante nos logradouros centrais de Campina Grande na Paraíba, aponta que “Nomear não é um processo ‘neutro’: tem ‘intenções’ construídas por um determinado grupo social em um tempo histórico”, (França, 2015, p.1). Para o referido autor, o processo de dar nomes a espaços públicos passa pelo campo da disputa da ‘memória dominante’, ou seja, de uma memória que buscou lembrar/perpetuar determinado nome ou evento e em contrapartida, esconder/silenciar outros, esses últimos, em sua maioria, sujeitos e grupos comuns, populares.

A partir dessa percepção, o autor acima busca compreender essas práticas de nomear a partir do cotidiano, quando diz que os cidadãos normalmente nominavam os espaços de determinada forma, no entanto o autor enfatiza o seguinte, “[...] geralmente atribuindo destaque para características físicas do logradouro, mas nem sempre estes nomes populares são os que triunfaram no processo de construção desta memória coletiva.” (França, 2015, p. 5). Compreendemos melhor essa lógica da memória dominante quando França (2015) salienta que:

O espaço público, a partir do momento que é nomeado, contém a memória de um grupo que o ‘batizou’, ou de parte dos indivíduos deste grupo que fizeram prevalecer sua vontade, tornando-a ‘dominante’. Estabelece-se, desta forma, uma identidade que produz a significação do espaço, cuja denominação de alguma forma está inserida no contexto social, político ou mesmo cultural da Urbe. (França, 2015, p.6)

Assim, ocorre as disputas de memória, a partir do momento que as denominações que os moradores nomeiam os espaços sofre interferência governamental. Para tal, França (2015), afirma que a camada dominante juntamente com o poder público fazem prevalecer suas escolhas por meio do “processo de triunfo da própria memória do grupo”. Desta forma, as nomeações de logradouros públicos se transformam em um campo de batalha da memória coletiva.

Reginaldo B. Dias, em seu trabalho *A História Além das placas: Os nomes de ruas de Maringá (PR) e a memória histórica*, (2000), busca compreender a relação existente entre o processo de nomeação das principais vias públicas e a reprodução da memória histórica em Maringá-PR. O autor salienta que essa ação de nomear vias públicas está longe de representar uma ação ingênua de seus vereadores, além de serem práticas comuns em todo mundo, assim, o mesmo salienta que se a história do nome de uma rua não é de conhecimento dos seus moradores é possível que os meios pelos quais foram nomeada a rua não estão sendo eficientes.

Para o autor acima “Um olhar atento constata que esse processo é caracterizado pelo esforço de perenização da memória de personagens e fatos da história nacional ou local” (Dias, 2000, p. 103). E, ressalta que regimes revolucionários tendem a renomear espaços públicos que possuem referência a sujeitos e eventos históricos instituídos. No entanto, para o referido autor, “se é possível identificar atitudes universais nessa estratégia de nomear ruas, é necessário perceber seu entrelaçamento com as experiências locais” (Dias, 2000, p.105).

O autor supracitado conclui que a história oficial nacional influenciou de tal forma o processo de nomeação das ruas de Maringá, que é possível constatar a relação existente entre o planejamento urbano da cidade, uma vez que os nomes atribuídos às ruas obedecem a certa organização temática. Compreende ainda que esse processo de nomeação não foi estático, e sim dinâmico, abrindo, assim, fissuras na harmonia temática planejada, visto que “o povo tem sua própria forma de se relacionar com os nomes dos logradouros e a experiência concreta introduz dinâmicas que nem sempre respeitam o estabelecido nas pranchetas” (Dias, 2000, p.119).

No artigo intitulado *Essa Rua tem um Nome: A Toponímia Como Recurso Didático*, Cataí, *et al.*, (2005), descrevem como o estudo do nome das ruas da cidade do município de Ribeirão Preto pode ser utilizado como suporte didático no curso de turismo. Os autores sinalizam que tal estudo, além do turismo, possibilita “o conhecimento e o debate da história e da cultura que existe atrás dos nomes de diversas regiões e lugares (Cataí, *et al.*, 2005, p. 01).

Com efeito, “muitas ruas de Ribeirão Preto explicam como o município surgiu e quais foram as personagens importantes da região, além da influência política e econômica de

seus moradores.” (Cataí, et al, p.12) E, concluem que, para além da memória que seu estudo evoca, “servem de suporte para a entrada no universo científico e instrumento de passagem do conteúdo programático das disciplinas que compõem a graduação”. (Cataí et al., p.13).

Julianne R. do V. S. Neves, em seu artigo correspondente ao fragmento de seu trabalho de dissertação de mestrado, *Os Nomes De Rua e o Ciclo do Café: Um Estudo Enunciativo da Designação Em Londrina* (2015), procura analisar através do processo de nomeação dos nomes atribuídos aos logradouros do município de Londrina-PR, como o período do auge do “ciclo do café”, sinônimo de prosperidade econômica, influenciou nesse processo de nomeação das ruas da cidade. Para tanto, a autora utilizou “os pressupostos teóricos formulados pela Semântica do Acontecimento, área de estudo da significação inaugurada por Eduardo Guimarães, que considera em seus estudos os aspectos históricos, sociais, políticos e ideológicos da enunciação” (Neves, 2015, p.407).

Neves (2015) se apoiou em documentos oficiais e nos estudos de Ranciére (1994), que entende que “o nome ultrapassa o mero estatuto da classificação, possuindo a propriedade de identificar, de conferir identidade” (Neves, 2015, p.407). E, com base em sua análise, conclui que o ciclo do café, no final da década de 30, influenciou o processo de nomeação das vias públicas, uma vez que se relacionou com o processo migratório nacional e internacional de pessoas que contribuíram para o povoamento do lugar, que, influenciado pelo sentimento de identidade nacional durante o Estado Novo, esse processo de nomeação de ruas em Londrina teria recebido nomes dos estados brasileiros, dando uma ideia de “nacionalidade, de pertencimento à nação brasileira, de uma história nacional”.

A autora acima ressalta que “por outro lado, o nome ‘Londrina’ remonta a uma história local, na qual a colonização inglesa é exaltada” (Neves, 2015, p.418). Desse modo, percebe-se que as nomeações desses espaços públicos estão relacionadas à história da formação do município, onde existe uma visível disputa entre uma memória nacional oficial da época e o “discurso regional, local, que busca a construção de uma identidade que se distancia dessa hegemonia” (Neves, 2015, p.418).

No artigo por título “*A cidade representada: as ruas da cidade e a memória republicana em Campinas*” (2008), de Américo Baptista Villela, analisa os aspectos de construção da memória da cidade de Campinas em diálogo com o movimento abolicionista e republicano por meio das análises dos anais da Câmara de Vereadores bem como das leis que nomeiam as ruas da referida cidade.

O autor acima, parte da premissa de que a cidade representa, de modo simbólico, à vida dos homens, seu cotidiano, suas relações, contradições e as tensões, todavia, “muitas vezes [...] a leitura proposta e aceita desta cidade tende a obscurecer essas contradições e tensões, construindo uma representação de homogeneidade e progresso tecnológico”. (Villela, 2008, p. 2). Acerca disso, Villela sugere que tal condição acontece principalmente por conta de uma produção de uma memória histórica que, segundo ele:

[...] sacraliza seus documentos, monumentos, edifícios, nomes de ruas e logradouros; enfim, de vestígios de um passado elevados à condição de patrimônio histórico e cultural de uma dada coletividade e, nesse processo, são “silenciadas” as próprias contradições que eles encerram em si e o porquê desses objetos ou nomes terem sido os escolhidos para comporem esse patrimônio. (Villela, 2008, p. 2).

Para o autor citado, o ato de nomear ruas ou logradouros contribui de modo a produzir uma memória histórica que corresponde a um determinado contexto político e, exemplifica ao analisar uma determinada rua de Campinas que, no século XIX, era denominada por “Rua de Baixo”, nome que desagradava aos moradores. Neste caso, a Câmara Municipal não tomava nenhuma providência quanto a insatisfação da população no sentido de viabilizar a mudança do nome da rua o que gerou vários protestos por parte dos cidadãos.

Ao final a rua por nome de “Rua de Baixo” foi renomeada para “Rua Lusitana” com a justificativa de que havia grande concentração de comerciantes portugueses na mesma (Villela, 2008). Nesse sentido o autor conclui que em contextos de crises, era necessário renomear as ruas, reescrevendo sua história e extinguindo da memória as figuras não desejadas, assim como, “[...] em situação de normalidade, era preciso escrever uma história e construir uma memória que atendesse aos anseios da elite dominante que se manifestava por intermédio da Câmara Municipal”. (Villela, 2008, p. 3-4).

Assim, Villela (2008), diz que, é em meio a esse contexto de crises político-social bem como as mudanças que acontecem no processo de aceleração da urbanização da cidade, é que as ruas de Campinas vão sendo, aos poucos, renomeadas, construindo desta forma, uma nova representação da cidade. A partir do estudo de Villela (2008), um grupo de jornalistas, criadores do jornal eletrônico chamado de Diário Campineiro, no qual tem como foco a cidade de Campinas, produziu no dia 14 de julho de 2023 a seguinte notícia: *Nas ruas, as diferentes visões de uma história*.¹⁵ O pequeno noticiário buscou contar um pouco da história da cidade por meio das ruas do centro metropolitano.

¹⁵ Ver: [Nas ruas, as diferentes visões de uma história - Diário Campineiro](#)

Segundo o jornal acima, os nomes das ruas de Campinas, até metade do século XIX, refletiam, originalmente, as formas populares de se localizar dentro da cidade. Contudo, essa lógica mudou a partir das últimas décadas desse mesmo período quando as nomeações passaram a homenagear líderes do poder, o que gerou um modelo identitário que se perpetua até os dias hodiernos. De acordo com o jornal,

Nessa região, que concentrava a vida urbana daquele século 19 e início do século 20, nomes pelos quais a população está acostumada a passar diariamente refletem uma ideia de desenvolvimento da cidade focada nas ações das “grandes personalidades”, em lugar da população “comum”, ou seja, dos trabalhadores. E, com a deposição do Império de D. Pedro II, em 1889, nada mais natural, por essa visão, que grande parte das vias acabassem sendo batizadas com nomes de líderes políticos e profissionais com atuação destacada no período da Proclamação da República brasileira. (Diário Campineiro, 2023)

Cabe ressaltar ainda, segundo o jornal mencionado acima que, esse movimento de renomear as ruas não ocorreu de modo pacífico, visto que ocorreu muitos embates na Câmara. Muitos vereadores não eram a favor da mudança de nomes pois acarretaria em dificuldades da população em localizar os tais espaços. Segundo o referido jornal, em entrevista realizada com o historiador Américo Baptista Villela, “o processo de nomeação de ruas na cidade acabou de certa forma dividindo também espacialmente uma “elite” do resto do município, com nomes dessas personalidades povoando a região central e o Cambuí” (Campineiro, 2023).

Ainda segundo o noticiário, as mudanças dos nomes dessas vias, refletem nos dias atuais, mesmo com o passar dos anos, uma certa resistência da memória da população, tendo em vista que mesmo com os nomes oficiais das ruas de Campinas, a população ainda se referem a ela com os seus nomes antigos, o que demonstra a memória identitária desses cidadãos com as ruas que residem.

De acordo com os estudos de Santana; Moura (2023), em seu trabalho que propõe uma reflexão acerca dos espaços públicos da cidade de Oeiras no estado do Piauí, busca investigar os nomes das vias públicas da cidade – ruas, avenidas e travessas – de Oeiras, caracterizando os principais fatores que levaram a denominação toponímica desses espaços bem como as principais omissões sociopolíticas nas determinadas nomeações e, por fim busca estabelecer os aspectos sócio históricos de Oeiras por meio desses topônimos.

Segundo os autores supracitados, os nomes de avenidas, ruas e travessas dessa cidade são, em sua maioria, topônimos de caráter antropocultural, sendo geralmente, nomes com homenagens feitas a homens que pertencem à uma elite social, histórico e culturalmente privilegiados, (Santana; Moura, 2023). Em relação a questão voltada a esse processo de

nomeação de ruas e logradouros públicos, os autores falam que há muito tempo, vem sendo objeto de reflexão, em diversas áreas do conhecimento, por exemplo:

Em Filosofia, por exemplo, estão na base das divergências entre convencionalistas e naturalistas, tal como ocorre no Crátilo (PLATÃO, 2014), ou da noção de sentido e referência em Frege (2009). Em Linguística também podem ser encontradas, nas discussões empreendidas por Saussure (2006) acerca da motivação e da arbitrariedade do signo linguístico. No âmbito da Onomástica, tendo em especial referência a Toponímia, por sua vez, as respostas para essas questões estão diretamente relacionadas com o que se convencionou chamar de motivação (Santana; Moura, 2023, p.2)

Ainda segundo os autores acima, a partir dos estudos de Dick (1990), a escolha de um nome pressupõe dois aspectos advindo da motivação toponímica; o primeiro parte de uma intencionalidade, neste caso, a opção por um nome ocorre em razão daquele que, justificado por uma intenção, atribui a nomenclatura; noutro aspecto, advém da própria origem semântica da denominação, ou seja, “no significado que revela, de modo transparente ou opaco, e que pode envolver procedências as mais diversas.” Dick (1990, apud, Santana; Moura, 2023, p. 3).

Assim sendo, para os autores acima, os nomes dos lugares (leia-se ruas) devem ser entendidos, também como espaços de memória e de poder, pois segundo Seabra; Faria (2016, apud, Santana; Moura, 2023), os nomes dos lugares são vistos como símbolos dotados de significados, desta forma, os topônimos estão inseridos na identidade coletiva de uma comunidade e, por esta razão, reproduzem os elementos constituintes do saber cultural e histórico que foram deixadas no espaço onde foram inseridos.

Desta forma, podemos observar por meio dos nomes das ruas que a cidade acaba se tornando palco para as relações de poder, como apontado por Santos (2020):

A cidade é um lugar onde se inscrevem essas marcas do poder, ela é como um palimpsesto, cada demolição, cada nome de rua ou praça que se foi, ressurgiu pela lembrança, ou se revela através de um signo que permanece capaz de fazer aflorar, de recompor na memória o que foi. Por isso toda construção ou monumento inserido no espaço urbano é capaz de expressar um pensamento, um sentimento, pois é dotado de uma simbologia, que por sua vez comporta representações múltiplas sobre relações de poder. (Santos, 2020, p. 624)

De acordo com as análises das ruas de Oeiras no Piauí, Santana; Moura (2023), no que se refere aos perfis das personalidades que nomeiam as ruas da referida cidade, identificaram uma enorme discrepância entre os homenageados, no que diz respeito ao sexo, sendo que, as mulheres constituem uma parcela bem menor em relação aos homens. A cidade, de acordo com dados do IBGE (1980; 1992; 2000; E 2010) é predominantemente constituída

por mulheres. Aqui é possível observar as desigualdades relativa a questão de gênero nas práticas de nomeação de ruas.

Outros fatores observado pelos autores anteriormente citados diz respeito aos perfis dos homenageados, sendo que além de homens, estes fazem parte de uma classe social, histórica e culturalmente privilegiados, como políticos, comerciantes, fazendeiros, militares e nomes ligados ao catolicismo revelando um traço forte na cidade; e a educação, como professores. Santana; Moura (2023).

Portanto, os autores acima concluem que:

[...]os dados analisados indicam, também, haver, em Oeiras, um particular apreço à individuação ou personalização, sendo homenageadas, nos nomes de avenidas, ruas ou travessas, pessoas, quer da cidade, quer de outras regiões do Piauí, quer do Brasil. Isso, por si só, não deveria ser motivo de crítica; contudo, quando verificamos, mais detidamente, quem são tais pessoas, observamos a influência decisiva de dois fatores que têm sido histórica e socialmente dominadores da cena brasileira: posição social/atividade profissional; e sexo – os quais, inclusive, não devem ser considerados isoladamente. [...]Como é de conhecimento geral, historicamente, as pessoas que tinham acesso a essas posições sociais/atividades profissionais eram as que pertenciam às classes sociais e/ou setores dominantes e que, até por isso, tinham acesso ao processo de escolarização (incluindo-se, aqui, a universidade ou instituição equivalente). Raros são os exemplos de homenageados que exerciam (ou em algum momento chegaram a exercer) atividades profissionais tradicionalmente relegadas aos mais pobres, tais como lavrador e barbeiro. (Santana; Moura, 2023, p. 16-17)

Ao término de suas análises sobre as ruas de Oeiras – Pi, os autores acima ressaltam que, os que são responsáveis pela nomeação de logradouros públicos, mais do que atribuir um nome a um local, eles estão apropriando-se dele, além de que estão reforçando sobre determinado espaço bem como para os moradores, o seu domínio. Desta forma, eles defendem que “[...] pessoas que pertencem às classes sociais (e que exerçam atividades profissionais) historicamente favorecidas devam ser homenageados. Nossa argumentação vai, justamente, em sentido contrário: no de promover uma maior inclusão” (Santana; Moura, 2023, 75-76).

Reforçando esse argumento, os autores supracitados concordam que, os nomes dos logradouros públicos de Oeiras necessitam alcançar maior representatividade, alcançando também outros setores sociais; profissões visto como menos valorizadas do ponto de vista social; religiosos e também seja dado espaço de relevância as mulheres, fazendo com que não haja silenciamento acerca de sua participação na sociedade.

Ademais, fica evidente que aqueles que nomeiam as ruas, mais do que conceder nome a um determinado espaço, eles estão apoderando-se dele, e portanto usando de seu poder reafirmar por meio de determinado espaço, sua dominação. Neste caso, para Santana, et al,

(2023), o ato de dar nome a um espaço se constitui como um dos principais pontos na discussão acerca da relação entre língua e a realidade. O nome próprio de um espaço é caracterizado muitas vezes por diversas informações, seja numa dimensão social, histórico e/ou cultural.

Luís Eduardo Neves dos Santos, (2020) em seu artigo que busca analisar a origem toponímica dos logradouros públicos no município de Grajaú - MA, testifica que a nomeação dos logradouros é um fator de caráter cultural, formador de identidades assim como um espaço estratégico para o poder político, por meio da “instauração de leis e decretos municipais, que determina e impõe, de maneira bastante emblemática, a forma como acontece a nomeação” (Santos, 2020, p. 1).

É interessante destacar que Santos (2020), enfatiza um aspecto muito interessante entre as práticas de nomeação de logradouros públicos e sua relação na construção identitária da localidade. Para o autor, as nomenclaturas tem uma função importante na identificação de um grupo que se utiliza delas, tendo em vista sua relação subjetiva, simbólica. No entanto, o mesmo ressalta suas relações de poder por traz de tais atos, por ser uma prática social mas também discursiva.

Nesse contexto, o autor mencionado acima trabalha a construção da cidade de Grajaú, seus antecedentes históricos e utiliza-se também dos estudos de Dick (1992) para estudar os nomes dos logradouros públicos a partir da “tipologia de topônimos”¹⁶.

¹⁶ Baseada no estudo de Dick (1992, p. 31-34), a tipologia de topônimos estabelece 27 (vinte e sete) taxinomias, sendo 11 (onze) referentes ao ambiente físico e 16 (dezesesseis) ligadas aos aspectos socioculturais e históricos. Taxinomias de Natureza Física: 1. Astrotopônimos – Referente aos nomes de corpos celestes (ex: Rua da Estrela); 2. Cardinotopônimos – Relativo a posições geográficas em geral (ex: Rua do Norte); 3. Cromotopônimos – Referem-se à escala cromática (ex: Beco Escuro); 4. Dimensiotopônimos – Relativos as características dimensionais dos acidentes geográficos como largura, comprimento, extensão, altura e profundidade (ex: Rua Grande); 5. Fitotopônimos – Ligado a plantas e vegetais (ex: Rua da Mangueira); 6. Geomorfotopônimos – Referente às formas topográficas, elevações no terreno, depressões e formações litorâneas (ex: Montanha Russa); 7. Hidrotopônimos – Referentes a acidentes hidrográficos em geral (ex: Fonte do Ribeirão); 8. Litotopônimos – Ligados aos minerais e componentes do solo (ex: Fonte das Pedras); 9. Meteorotopônimos – remete a idéia de fenômenos produzidos na atmosfera terrestre (ex: Praça do Trovão); 10. Morfotopônimos – Relativo aos topônimos cujo sentido lembra as formas geométricas (ex: Rua da Curva); 11. Zootopônimos – Entre as fontes motivadoras de topônimos é comum, no Brasil, a presença de animais (ex: Rua da Cotovia). Taxinomias de Natureza Antropocultural: 1. Animotopônimos (ou Nootopônimos): topônimos relativos à vida psíquica, à cultura espiritual. (ex: Praça da Saudade); 2. Antropotopônimos: topônimos relativos aos nomes próprios individuais (ex: Praça Odorico Mendes); 3. Axiotopônimos: topônimos relativos aos títulos e dignidades que acompanham nomes próprios individuais (ex: Avenida Senador Vitorino Freire); 4. Corotopônimos: topônimos

De acordo com o autor supracitado, observou-se que nas últimas décadas do século XIX, o poder público da cidade, por meio das resoluções e leis, buscou homenagear figuras referente ao cenário nacional, regional e local através da nomeação de espaços públicos. O resultado foi que “A imposição de nomes por parte do poder público funcionou em alguns casos, mas em outros a força da memória popular coletiva através do uso cotidiano do nome antigo do logradouro se sobressaiu”. (Santos, 2020, p. 13).

Nesse sentido, pode-se perceber que as práticas de nomeação de logradouros públicos e ruas, tanto pelo poder público quando pelos moradores nos seus usos cotidiano, é uma maneira que nos ajuda a entender sobre a história de um determinado local/espço e, desta forma, preservar uma memória. Assim, por meio dos estudos de Santos (2020), observa-se que os lugares de memória em Grajaú transitam em volta de nomes que homenageiam santos católicos e religiosos, assim como figuras políticas, militares, personalidades locais que tiveram em algum contexto status social privilegiado. A partir disso, o autor atesta que os lugares, (logradouros públicos, ruas, monumentos) são dotados de simbologia e esta por sua vez abarca as representações diversas de relações de poder.

Em um outro trabalho, denominado *Toponímia, Poder, e Identidade: Uma Abordagem Acerca dos Logradouros Centrais em São Luís, Maranhão* (2015), de autoria do mesmo autor citado anteriormente, apresenta uma discussão no tocante a toponímia dos

relativos a nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes (Rua Belo Horizonte); 5. Cronotopônimos: topônimos relativos aos indicadores cronológicos representados pelos adjetivos novo(a), velho(a) (ex: Rua Cidade Nova); 6. Ecotopônimos: topônimos relativos às habitações em geral. (ex: Rua do Mocambo); 7. Ergotopônimos: topônimos relativos aos elementos da cultura material. (ex: Beco das Canoas); 8. Etnotopônimos: topônimos relativos aos elementos étnicos isolados ou não (ex: Avenida dos Africanos); 9. Dirrematopônimos: topônimos constituídos de frases ou enunciados lingüísticos. (ex. Passa e fica); 10. Hierotopônimos: topônimos relativos a nomes sagrados de crenças diversas, a efemérides religiosas, às associações religiosas e aos locais de culto (ex: Largo dos Evangélicos). Essa categoria subdivide-se em: 10.1 Hagiotopônimos: nomes de santos ou santas do hagiológico católico romano (ex: Rua Nossa Senhora da Guia), 10.2 Mitotopônimos: entidades mitológicas (ex: Rua Zeus); 11. Historiotopônimos: topônimos relativos aos movimentos de cunho histórico, a seus membros e às datas comemorativas (ex: Rua 21 de Abril); 12. Hodotopônimos: topônimos relativos às vias de comunicação urbana ou rural (ex: Caminho da Boiada); 13. Numerotopônimos: topônimos relativos aos adjetivos numerais (ex: Dois vizinhos); 14. Poliotopônimos: topônimos relativos pelos vocábulos vila, aldeia, cidade, povoação, arraial (ex: Vila Conceição); 15. Sociotopônimos: topônimos relativos às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro da comunidade, aglomerados humanos. (ex: Travessa dos Vidraceiros); 16. Somatopônimos: topônimos relativos metaforicamente às partes do corpo humano ou animal (ex. Braço do Trombudo).

logradouros de São Luís, especialmente sua mais antiga área de ocupação, o Centro. Sua investigação parte do seguinte ponto: de que forma esses topônimos foram formados e o porquê da permanência de uns e outros, não. Inicialmente, Santos (2015), atesta de modo indiscutível, que a nomeação desses logradouros possui um caráter cultural, portanto, constrói e externaliza identidades.

Um outro fator apontado por Santos (2015) diz respeito as estratégias de poder representados pelo poder público no ato de nomear espaços públicos, dessa maneira, o autor se propõe a analisar quais os reais motivos que esse grupo dominante detém nessas práticas de nomeação de logradouros. Para o autor:

As nomeações dos lugares e das categorias da paisagem permitem falar muito sobre o território, nem que para isso se construam estórias inventadas, forjadas pelos grupos com intuito de criar e perpetuar uma memória, seja ela de natureza religiosa ou mesmo sociopolítica. Há, portanto, uma transformação de um universo físico em um universo social. Os nomes dos logradouros públicos não são somente um meio de referência local, mas têm a ver com um contexto específico cultural e também de relações de poder, simbolizados a partir das vontades e anseios nem sempre harmoniosos entre os habitantes que vivem e respiram o lugar e os que estão no poder. (Santos, 2015, p. 193)

Uma questão interessante que o autor acima trás para suas análises diz respeito a noção construída sobre São Luís em torno do mito “Atenas Brasileira¹⁷”. Esse fato foi bastante decisivo na nomeação de logradouros com referência a integrantes *do Grupo Maranhense*¹⁸, como Gonçalves Dias, Odorico Mendes e João Lisboa. Nesse contexto, a população da referida cidade não contestou a escolha dos nomes, tendo em vista que era uma forma de tornar a cidade “distinta” das demais.

Desta forma, Santos (2015), ressalta que entre os séculos XIX e XX, os espaços públicos centrais de São Luís perderam sua identidade relacionada às características físicas do espaço e passaram a ter uma identidade cultural, sobretudo voltadas para sujeitos intelectuais e

¹⁷ Surge então na primeira metade dos oitocentos a denominação de Atenas Brasileira para a cidade de São Luís. Para Oliveira (2006, p. 139), foi uma proposta que teve por objetivo “incutir na sociedade a imitação dos padrões clássicos da civilização ocidental, de se tornar um referencial identitário, buscar legitimidade intelectual, notoriedade e evocar nomes-símbolos, como a terra e, sobretudo o homem.” Na realidade surge uma espécie de estereótipo da sociedade ludovicense, como se toda ela fosse letrada, mas a realidade é que a grande maioria da população era analfabeta. (Santos, 2015, p.188-189)

¹⁸ Nas primeiras décadas do século XIX, momento de arrefecimento da rizicultura e também da cultura do algodão, houve a formação do chamado Grupo Maranhense (1832-1868), composto por nomes de envergadura nas letras, a exemplo de João Lisboa, Gonçalves Dias, Odorico Mendes, Gomes de Sousa e Sotero dos Reis. (Santos, 2015, p. 188)

homens das letras, isso, através do poder público. E destaca ainda que as nomeações das ruas, travessas, becos e praças no centro de São Luís foram impostas pelo poder público tendo em vista o contexto histórico específico e que tais escolhas nem sempre tiveram consentimento da população.

Nessa esteira, Stefaniu; Venturini (2013), ao trabalhar sobre a nomeação das ruas como lugares de memória e como efeitos de sentido, faz um recorte sobre os processos discursivos e as memórias que retornam pelos/nos nomes das ruas do Bairro Santa Cruz fica localizado na cidade de Guarapuava/PR. Os autores voltam seus olhares para a rua antes denominada de Rua Presidente Zacarias Góes e que foi renomeada para Pe. Salvatore Renna, para perpetuar a memória do padre italiano que residiu por mais de trinta anos na referida cidade.

Antes de tudo, os autores acima voltam-se para a nomeação do bairro Santa Cruz, que é assim designado em memória a uma dos nomes do Brasil – Terra de Santa Cruz. De acordo Orlandi (2001, apud, Stefaniu; Venturini, 2013), são dois os processos de significação no que diz respeito a formação do discurso urbano: o da espacialização da linguagem da cidade e a simbolização. Nesse sentido, os autores trabalham com a ideia dos discursos produzidos com os nomes das ruas e com a simbolização, buscando identificar os efeitos de sentidos que tais discursos refletem nos indivíduos que estão inseridos no bairro Santa Cruz.

Para tanto, segundo os autores mencionado anteriormente, na perspectiva discursiva, a nomeação repercute através da memória, pois:

[...] por um discurso de, que desliza entre a primeira designação do Brasil, fazendo ressoar uma identificação com o patriotismo. O bairro faz parte da cidade de Guarapuava e, por isso/nisso ressoa a etimologia do nome da cidade, que se estrutura a partir da junção das palavras tupi: Guará = espécie de lobo com pelos vermelhos, nativo da região; e Puava = Bravo, feroz. Temos, assim, a tradução para o português como “Lobo Bravo” ou, ainda, “Lobo feroz”. Com isso, nos deparamos com um confronto entre o nome Santa Cruz, fazendo retornar efeitos de sentidos em torno de filiação a uma nação, ressoando os brasileiros e o nome Guarapuava, dado a região por aborígenes tupis que foram os primeiros habitantes a manter contato com o povo lusitano. (Stefaniu; Venturini, 2013, p. 5).

A partir da citação acima, os autores concluem que os nomes das ruas, não são arbitrários, antes dão significado ao espaço urbano e assim criam “redes parafrásticas entre memórias que de tanto repetir-se, rompem as regularidades e instauram sentidos uns com os outros” (Stefaniu; Venturini, 2013, p. 6). Outro ponto destacado, diz respeito ao mapa do bairro Santa Cruz e sua relação com as demais ruas que fazem fronteira à ela. Segundo o mapa, as personalidades que dão nome as referidas ruas e avenidas são sujeitos possuidores de cargos

públicos, neste caso são presidentes, vereadores e também indivíduos religiosos, levando a entender que o âmbito local e nacional demonstra um espaço permeado pelo político e pelo religioso.

No que se refere ao imaginário urbano, uma das alternativas sobre os efeitos de sentido referente a nomeação de ruas é homenagear uma figura política, no caso em questão, o presidente da província do império do Brasil, Zacarias Góes, antiga denominação do bairro Pe. Salvatore Renna, devido sua posição política e pelos suas feitorias no estado. Em relação ao nome atual rua Pe. Salvatore Renna, sua denominação perpassa a questão religiosa, chegando ao campo social e político. Por ter sido uma figura que além de ter atuado como padre na cidade, especialmente no bairro Santa Cruz, Salvatore Renna foi fundador de um projeto social que apoiava as crianças carentes e também estava ligado a aspectos sociais, à educação e a formação do cidadãos. Nesse contexto:

Sua morte desencadeou efeitos de sentidos de comoção, de saudade e de agradecimento nos sujeitos-cidadãos que se inscrevem na formação discursiva católica, especialmente, a do Bairro Santa Cruz. Um dos enunciados repetidos e das imagens mais veiculados foi a do Padre acenando na janela, reiterando que foi pela “última vez”. Outro enunciado bastante repetido foi o pedido do padre: “nunca me esqueçam”. O que reforça o atendimento desse pedido foram dois procedimentos tomados pela comunidade: enterrar o padre na igreja e, trocar o nome da rua, passando a designá-la/nomeá-la “Rua Padre Salvatore Renna”. (Stefaniu; Venturini, 2013, p. 8)

Partindo para o âmbito discursivo, a nomeação da rua com o nome do padre ainda não se configura como uma memória para todos os cidadãos do bairro Santa Cruz, por essa razão, ainda percebe-se uma certa resistência em nomear a referida rua com o nome do padre. Ainda segundo Stefaniu e Venturini (2013), o que de fato contribuiu para a renomeação do bairro não foi o perfil religioso do sujeito mas o fato de ter atuado em projetos sociais, estabelecendo assim, uma identificação entre ele e os moradores do bairro. Para finalizar, os autores citados anteriormente, relatam que:

[...] temos um eixo de três paradigmas que entram em conflito entre si quando buscamos sentido nas memórias, [...]A primeira diz respeito ao significado do nome Santa Cruz: terra de brasileiros. A segunda traz à tona a etimologia do nome da cidade de Guarapuava, que significa “Lobo Feroz” no dialeto Tupi, língua falada pelos primeiros habitantes da região. A terceira polemiza o fato de se comemorar primeiramente um brasileiro (Zacarias de Góes) em um “bairro de brasileiros” e em seguida rememorar e comemorar um sujeito italiano no “bairro de brasileiros”, substituindo um sujeito histórico por outro. Porém, o conflito entre nativo/nacional/estrangeiro é um fator supérfluo, pois sabemos que a nação brasileira se caracteriza justamente graças às miscigenações das raças indígenas, européias, africanas e asiáticas. (Stefaniu; Venturini, 2013, p. 9)

Destarte, para os autores supracitados, somente a figura de uma determinada personalidade não é suficiente para homenagear um determinado logradouro mas, suas contribuições e relações com determinado espaço, “contribuição essa que graças à memória discursiva fará com que o sujeito seja rememorado toda a vez que seu nome seja atribuído a uma rua, um bairro, uma escola, etc.” (Stefaniu; Venturini; 2013, p. 9).

Partindo para a compreensão de perceber os processos de nomeação de ruas a partir das relações de gênero, o historiador Bruno Sanches da Silva, (2013) ao pesquisar acerca da nomeações de ruas em Londrina – PR, no período de 1981 a 2008, através de seu trabalho dissertativo, volta suas análises especialmente para a questão de representações de gênero no espaço urbano. Inicialmente, Silva (2013), aponta para a noção de que dar nome a uma determinada rua ou logradouro, não é um ato ingênuo, tendo em vista que carrega o poder simbólico da disputa pela memória e disputas de poder.

Para este autor mencionado acima, ao se trabalhar sobre processos de nomeação de rua, deve-se atentar para alguns fatores, dentre eles o que considera que “ao batizarmos os logradouros de uma cidade, estamos dotando de significação aquele elemento urbano, ao passo que celebramos, concomitantemente, aquele acontecimento ou personagem ali representado”. (Silva, 2013, p. 14). No presente trabalho, o autor citado, firma seu olhar para as representações elaboradas acerca das mulheres e seus papéis sociais, tendo em vista que durante muito tempo, foram obscurecidas por uma história oficial escrita por homens e para homens. De acordo com o referido autor:

A cidade de Londrina conta com mais de 4.690 logradouros públicos nomeados desde a década de 1950 até o ano de 2008. Nesse conjunto, aproximadamente 780 logradouros são batizados com nomes de mulheres. As perguntas que fazemos ao depararmos com essas representações de concepção do feminino, incrustadas no espaço urbano, são: que mulheres são essas representadas nas ruas londrinenses? Mães, esposas, freiras, lavadeiras, professoras, políticas? A que esfera do mundo pertencem essas mulheres e de que forma suas histórias/memórias se relacionam com a história oficial, impregnada pela supervalorização do homem e da bravura de seus atos? (Silva, 2013, p. 15)

Nesse contexto, e reforçando o que o autor acima nos diz no início, o ato de nomear está atrelado inquestionavelmente à questão simbólica. Desse modo, Silva (2013), aponta que as práticas de nomeação de ruas perpassa a noção de que serve apenas para dá ordem a cidade e aos cidadãos, mas que antes, “a nomeação de ruas tem como função perenizar as representações das sociedades, perpetuando a memória de dadas pessoas e seus grupos, opiniões e sociabilidades, assim como (re)organizar ideologicamente o espaço urbano”. (Silva, 2013, p.

57). No que diz respeito a figura da mulher, representada por meio dos nomes das ruas em Londrina, o autor diz que:

[...] nas décadas de 1950, 1960 e 1970, não há muita diferença em relação às personalidades locais. Contudo, há uma discriminação de gênero, pois, em 1950, foram criados 69 logradouros com nomes de pessoas e apenas uma praça com nome de mulher; em 1960, foram 243 espaços nomeados em referência a pessoas, apenas 23 mulheres, e, em 1970, foram 397 e 37 mulheres. Houve certo crescimento, no entanto, mas, nessas três décadas, as mulheres não atingiram 10% do total de ruas criadas com nomes de pessoas. Além do mais, destacam-se as mulheres de renome nacional e/ou internacional, mostrando que as mulheres homenageadas estavam desconectadas com a história local. (Silva, 2013, p.64)

A partir dos dados acima, o autor mencionado, relata que há uma sub-representação do gênero feminino, pois nos 19 anos de história londrinense, apenas 21 mulheres foram homenageadas em espaços públicos, neste caso, em nomes de ruas e acrescenta que é a “permanência da mentalidade definindo que o espaço destinado às mulheres é o privado, o espaço do lar, contraposto ao espaço público, o da rua, ou, como nos lembra Michelle Perrot, a esfera pública em oposição à esfera privada”. (Silva, 2013, p.64). O autor chama a atenção também para atentarmos para que grande parte das ruas com nomes de mulheres fazem referência a professoras; ao setor religioso, este último perpassando ao de professora.

Acerca dessas duas categorias, sendo predominante nas escolhas de nomes de ruas com referência feminina, se fundamenta na visão da “mulher angelical, divinamente talhada para ser mãe de sua prole natural ou substituir o papel da mãe de seus alunos” Villela (2009, p.79, apud, Silva, 2013, p.66). A respeito da questão religiosa, Sanches (2013), nos diz que se dá, tendo em vista o pensamento tradicional ou normativo, ou seja, a ideia da boa mulher, mãe e esposa atribuída a questão religiosa, “A mulher que se dedica à religiosidade sempre foi bem vista na sociedade”. (Silva, 2013, p.67). Nesse mesmo contexto, há também muitas nomeações em homenagens aos santos e santas de devoção católica.

Mais tarde, na década de 1980 em Londrina, Silva (2013), relata que pela primeira vez, as mulheres aparecem associadas a outros títulos sociais, como personalidades nacionais: cantoras, atrizes, etc. Nesta mesma década há também mudanças quanto as pessoas homenageadas, como figuras locais; os pioneiros e pioneiras que atuaram na formação da cidade de Londrina, bem como aquelas personalidades que estava relacionada a questão cívica e moral, a fim de “privilegiar aqueles que possuam profícua relação com o ideário e a história local”. (Silva, 2013, p. 78). Em linhas gerais, observando as décadas analisadas, o autor faz a seguinte observação:

[...] houve um claro aumento e diversificação das nomeações de mulheres para nomes de ruas. É significativo que, nas primeiras décadas da cidade de Londrina, como apontado, tenha ocorrido uma maior valorização de personalidades internacionais ou relacionadas à história universal da humanidade. Com o passar dos anos, além de um crescimento expressivo da participação feminina no espaço urbano, houve também uma regionalização dos topônimos, que passaram a homenagear personalidades ligadas à história local, envolvidas com a comunidade. [...]. É importante prestar atenção nas mudanças da nomeação de ruas com nomes de mulheres, pois passou de uma, na década de 1950, para mais de 21% do total de topônimos nos anos 2000, o que equivale a 151 logradouros, tendo em vista que, na década de 1990, o nível chegara a 307. É um significativo aumento, [...]. Em compensação, se formos refletir sobre as mulheres homenageadas no espaço urbano com seus títulos, deparamos com um índice que nunca atingiu 1% do total de ruas nomeadas no período. Em números absolutos, a década que mais batizou logradouros com nomes femininos foi a de 1980, com oito logradouros, o que representou 0,76% do total da década. (Silva, 2013, p.85)

O autor acima ressalta ainda que grande parte das homenagens com nomes de ruas femininas ficaram restritas à vias consideradas “simples”, sem grande destaque e importância o que leva a compreensão de uma presente discriminação de gênero. No decorrer de seu trabalho de dissertação, Silva (2013) traz para a discussão que se segue a representação do feminino na biografia das mulheres que homenageiam as ruas de Londrina e chega à conclusão de que, no contexto londrinense não houve discriminação de classe na homenagens às mulheres, pois foram homenageadas figuras de diversas camadas sociais, bem como que atuaram em diversas profissões, mulheres de origem simples, que tiveram sua atuação voltada para o lar.

Contudo, o autor acima, faz uma ressalva; a discriminação que ocorre é de gênero, tendo em vista que “Os homens, como senhores do espaço público, da história e da memória, dominam o cenário, deixando pouco espaço para que as mulheres participem da esfera pública”. (Silva, 2013, p. 133). Ademais, o autor conclui que:

[...] identificar as representações elaboradas e reproduzidas acerca das mulheres e, para isso, tomamos o espaço urbano como revelador dos imaginários, valendo-nos das homenagens prestadas às mulheres por meio das nomeações de ruas. [...]o passar dos anos e as lutas de movimentos feministas nacionais e internacionais surtiram efeito. As mulheres expandiram-se no mercado de trabalho, nos cargos públicos e puderam – ainda que existam muitas questões a resolver– ser donas de suas próprias vidas e corpos. Tomando as relações de gênero como histórica e espacialmente localizadas, entendemos que há uma sutil discriminação de gênero no espaço urbano londrinense, pois a urbe também é histórica e nela estão repetidos os discursos da sociedade que a produziu. O gênero – a percepção das construções sobre masculino e feminino – faz se nas sutilezas. As constatações a que chegamos de que as mulheres foram progressivamente se colocando nos espaços públicos, assim como conquistando direitos de participação na categoria “pioneiros da cidade”, precisam ser balanceadas com as sutilezas de gênero expressas em suas biografias, como apontamos. No que tange às mulheres, destacamos a inferiorização de seus trabalhos, a menor importância dada às suas biografias que a de seus cônjuges, a necessidade de abnegação e dedicação à família, sobretudo aos homens da família, a constante referência ao papel de mãe. [...]Em um mundo de representações, é preciso que a elas estejamos atentos e críticos. (Silva, 2013, p. 174 -176).

Em um artigo intitulado “*Mulheres, por onde caminham? O gênero social na nomeação de logradouros públicos em Porto Nacional, no Tocantins*”, Francielle R. Ferreira e Karylleila dos S. Andrade (2021), possuem como foco analisar os nomes de logradouros públicos, homenageados com nomes próprios femininos, na região central e histórica de Porto Nacional. Para tal, as autoras analisam 441 topônimos, sendo que deste total, 94 são nomeados com nomes masculinos enquanto apenas 13 fazem referência a figura feminina.

A partir desse resultado, as autoras acima são motivadas pelo seguinte questionamento: “o porquê da pouca existência de logradouros públicos (ruas) com nomes femininos nesta região”. (Ferreira; Andrade, 2021, p. 2). É interessante destacar, antes de tudo, que no artigo em análise, as autoras ressaltam que o referido trabalho, com a temática voltada para os nomes dos logradouros públicos, especialmente voltada para a questão de gênero, tem caráter inédito no Estado.

Para tanto, Ferreira; Andrade (2021) iniciam dizendo que nomear os lugares com nomes de mulheres não é uma atividade comum na toponímia brasileira, sendo que essa categoria é bem menor se comparado a quantidade de logradouros com nomes masculinos. Nesse sentido, as autoras buscam responder sobre esse tema à luz das questões de gênero. De acordo com as mesmas, existem algumas questões que explicam a ausência de logradouros públicos com nomes femininos, dentre eles, questões de ordem sociais e culturais bem como de iniciativa do Poder Público Municipal (Prefeitura e Câmara do Vereadores), estes últimos tem a incumbência legal para nomear espaços públicos.

Para o Poder Público, “A preferência é de homenagear pessoas que tiveram algum nível de relevância para o município, o que exclui, a priori, as mulheres desse processo de seleção, de acordo com os dados estudados”. (Ferreira, Andrade, 2021, p. 4). Nesse contexto, as funções sociais desempenhados por ambos os sexos tem influência direta na escolha dos nomes dos logradouros.

Para Ramos; Bastos, (2010, apud, Ferreira, et all, 2021), em uma cidade do estado da Bahia, foi identificado uma preferência em homenagear logradouros com nomes de personalidades masculinas que atuaram como coronéis, tenentes, capitães e pessoas do ramo religioso, enquanto que havia apenas algumas poucas vias públicas com nome feminino, neste caso, fazendo menção a mulheres que atuaram no magistério. Sobre isso, Louro (2004, p. 450, apud, Ferreira, et all, 2021, p. 4) pontua duas razões: “o abandono dos homens das salas de aula para buscar outras profissões mais rentáveis, provavelmente influenciados pelo processo de urbanização e industrialização”.

Os fatores elencados acima abriu espaço para que as mulheres ocupassem outros lugares além do lar e da igreja. Outra razão se dá pela concepção que a mulher tem por natureza características femininas (paciência, afeição, doação); que articulado com ideias de cunho religioso fazem com que “a docência deve ser percebida mais como um “sacerdócio” do que como uma profissão”. No decorrer de suas pesquisas, Ferreira; Andrade (2021), observam que o pouco número de lugares com referência a figura feminina pode ser observado em várias regiões do Brasil.¹⁹ Na tentativa de entender esse fenômeno, as autoras partem para a compreensão do conceito de gênero.²⁰

Voltando para as análises de Ferreira; Andrade, (2021), no qual constatou-se que os logradouros públicos com referência a pessoas do sexo masculino foram superior as com nomes femininos, (94 topônimos com nomes masculinos e 13 com nome femininos), notou-se também que os logradouros com os respectivos nomes femininos estavam relacionadas a mulheres que possuíam algum grau de parentesco com figuras masculinas, tidas como referência na região – políticos e pessoas públicas – ou devido a sua profissão historicamente vistas como profissões feminizadas, como professora. Ademais, a autoras destacam o seguinte:

Na gênese da sociedade brasileira, foram engendrados papéis femininos e masculinos baseados nas características biológicas dos dois gêneros: masculino e feminino, o que estabeleceu relações de gênero desiguais e assimétricas. Por extensão, considerando a cidade como uma construção humana, ela transparece, por meio da toponímia urbana, essa desigualdade de gênero, seja pela quantidade de topônimos com nomes próprios femininos, seja pela localização não privilegiada dos logradouros públicos onde se encontram esses nomes femininos. (Ferreira; Andrade, 2021, p. 17)

Claudia Medeiros de Araújo (2013), ao se debruçar sobre as questões de gênero na toponímia urbana de Caicó – RN, em seu trabalho dissertativo, realiza uma investigação a respeito das relações entre identidades e gênero e a toponímia da cidade de Caicó. Para a autora, os logradouros públicos se tornam monumentos, levando-se em consideração que eles recordam praticas dos sujeitos que em determinado momento teriam colaborado para construção de uma dada localidade. Para Araújo (2013):

[...] a toponímia exerce a função de afirmação do poder, de reprodução social e de homenagem. Ou seja, os nomes dessas pessoas passam a fazer parte da história oficial; bem como aquilo que eles representaram em vida é congregado à identidade da

¹⁹ Ver dentre outros, SILVA, 2011, 2013; PANDOLFO, 2011; CIOATO, 2012), Sudeste (NADER, 2007) e Nordeste (ARAÚJO, 2013; RAMOS; BASTOS, 2010; MELO, 2015).

²⁰ Sobre o conceito de gênero ver dentre outros Louro (2003) e Scott (1995).

sociedade a qual ele serviu para receber a homenagem. [...] podemos afirmar que os espaços construídos e nomeados pelo poder público são capazes de contar histórias. Nomes de ruas, avenidas, praças, espaços públicos se tornam privados pela imposição de um nome. [...] A nomeação dos logradouros públicos acaba estimulando uma relação de poder, a qual nos ajudará a interpretar a procedência do nome de um lugar, bem como o propósito e o poder que se encontra por trás do ato de nomear um logradouro público. Nesse sentido, a cidade é um lugar de recordações, memórias, ausências e poderes. (Araújo, 2013, p. 19-20)

Nesse sentido, a autora acima traz para o debate o conceito de gênero como pano de fundo para entender a toponímia da cidade de Caicó, no que diz respeito as escolhas dos nomes de espaços públicos, tendo em vista que a mesma compreende que tal prática é uma ação política e social. Para tal, Araújo (2013), faz um panorama dos processos de nomeação das vias públicas da referida cidade desde o século XIX até os dias atuais, de acordo com o contexto em que o espaço representava. Desse modo, no século XIX, as denominações das ruas da Vila do Príncipe eram determinadas por:

[...] por assimilações simbólicas, as quais objetivavam promover as deambulações das pessoas. Dessa forma, percebemos que os moradores ao se apropriarem do espaço, o transformaram em lugar o qual era formado pela união de objetos naturais (hidrografia, vegetação, relevo) com objetos artificiais (igreja, residência, prédio), demonstrando também que, quanto maior o envolvimento com os objetos, mais o espaço se transforma em lugar. Desse modo, a toponímia urbana da Vila do Príncipe era discriminada em signos lingüísticos, os quais faziam alusão a um aspecto do logradouro. (Araújo, 2013, p. 42)

Esses elementos citados acima demonstra que as vias públicas da cidade fazem referência a herança socioculturais, revelando como os moradores se relacionam com os seus lugares, suas formas de pensar, viver e usar o espaço. Portanto, entendemos que os moradores, “ao se apropriarem do espaço, o transformaram em lugar o qual era formado por logradouros, cujos topônimos faziam referência a elementos da natureza (sol, riacho), com topônimos que faziam referência a elementos construídos pela sociedade (igrejas, prédios)”. (Araújo, 2013, p.44). Logo, tem-se a compreensão de que os nomes desses espaços tinham como objetivo promover a sua identificação.

A partir do século XX, as formas de nomear os topônimos mudaram, tendo em vista os movimentos que surgiram no período (abolicionista e republicano), de modo que os logradouros foram renomeados e nomeados de acordo com a identidade caicoense. Dessa maneira:

[...] identificamos topônimos que homenageiam datas, acontecimentos, lugares ou uma personalidade da história. Apesar dos topônimos que fazem alusão às datas e os acontecimentos não fazerem parte da história local; eles se constituem em referências com as quais a cidade se identifica. Desse modo, a elaboração da identidade da cidade

se configura nos usos do passado, no caso, a toponímia urbana. Assim, as datas, os acontecimentos, os lugares e os personagens da história se transformam em topônimos urbanos e se relacionam com a história local através de uma operação historiográfica (Araújo, 2013, p. 57)

Outro ponto de destaque na pesquisa está atrelado a questão da presença do poder religioso e os detentores do poder secular na nomeação desse logradouros, tendo em vista o aumento da malha urbana, tem-se o aumento também do número de bairros e ruas; os logradouros públicos eram denominados a partir de duas classes, a saber, vias com nomes descritivos e outras em homenagem a personalidades do meio religioso e do poder local, sendo uma maior expressividade de nomes masculinos. (Araújo, 2013).

Assim, em sua pesquisa, a autora supracitada, por meio de dados obtidos pela Secretaria Municipal de Tributação e Finanças relata que, em 2006, Caicó possuía 616 logradouros públicos, sendo 89 com denominação feminina e, destaca que a toponímia da cidade continua sendo um lugar de discriminação contra a figura da mulher, sobretudo quando se trata de espaços importantes. A autora justifica esse fato a alguns fatores, dentre eles, o papel social que é dado ao menino e a menina desde seu nascimento; papéis distintos socialmente.

Outro fator que explica a ausência de logradouros femininos está atrelado a questão de que a categoria gênero nunca foi objeto de consideração dos legisladores, pois o “fato dos políticos que formavam o poder municipal serem em sua grande maioria do sexo masculino, vendo assim em outros homens, os méritos que validassem a homenagem”. (Araújo, 2013, p. 147).

A autora acima explica melhor essa causa ao lembrar que durante muito tempo a rua, o espaço público, foi considerada um espaço masculino e portanto havia uma concepção de nomear esses logradouros com nomes masculinos, ou seja, por “[...]serem locais públicos, culturalmente seriam, de forma simbólica, representados mais adequadamente por nomes de homens. Afinal, seriam eles a personificação do mundo público e do poder”. (Nader, 2007, p. 73, apud, Araújo, 2013, p. 147).

Outrossim, ainda segundo Araújo (2013), o surgimento de logradouros com nomes femininos tem início com o período de modernização e urbanização de Caicó, quando se tem início a mudanças de cunho econômico, social, político e cultural da cidade, bem como de movimentos feministas. Entretanto, a autora sublinha uma notória discriminação contra as mulheres nesses processos de nomeação, e chegando à conclusão de que a cidade, especialmente suas denominações passaram por mudanças de acordo com o contexto vigente, sendo que, “com o passar do tempo muitos desses nomes foram substituídos, visando construir

uma memória relacionada aos episódios sociais, políticos e econômicos de um período”. Ademais:

[...] os locais e logradouros públicos de Caicó se tornaram recanto de homenagens aos detentores do poder secular do Estado e do poder religioso. Ainda é significativo destacar que muitos desses homenageados pertenciam a famílias tradicionais que ocuparam o poder político, econômico e religioso na cidade e no Estado. Ou seja, a existência de tributos a representantes do poder político e religioso e a indivíduos reconhecidos da comunidade local, nos leva a compreender que nomear é dotar certas pessoas de prestígio social e fazer delas modelos para a construção da identidade coletiva da cidade. Também é válido frisar que a maioria dos locais e logradouros públicos possui nomes de homens que exerceram as funções de coronéis, capitães, intendentos, padres e bispos. (Araújo, 2013, p. 174-175)

A historiadora Penha Mara Fernandes Nader, em seu trabalho “*A Sutileza da Discriminação de Gênero na Nomenclatura dos Logradouros Públicos, Vitória (ES). 1970-2000*” (2007), trabalha o conceito de gênero para discutir as desigualdades entre homens e mulheres produzido por meio das relações sociais e culturais construídas historicamente e que são atravessadas pelas relações de poder. Para tanto, a autora utiliza os nomes de logradouros públicos para evidenciar a desigualdade de gênero presentes nessas práticas de nomeação.

O trabalho de Nader (2007, p. 12), nasce com o objetivo de “Deslindar a discriminação mais sutil, menos visível ao senso comum”, para a autora o processo de nomear logradouros públicos se dá pela necessidade de identificar os lugares, no entanto, esse processo está atrelado também a uma pedagogia de homenagear personalidades ou eventos importantes, sendo em sua maioria homens. A pesquisa faz um quadro geral de como ocorre o processo de escolha do nome de um logradouro público que inicia da seguinte forma:

O Poder Executivo Municipal é o órgão que decide a escolha da nomenclatura dos logradouros e, com o crescimento urbano, esse serviço ganha relevo como um dos mais importantes da municipalidade. [...]O processo é iniciado por um projeto de lei, normalmente proposto por um dos 15 vereadores da capital capixaba. Também o prefeito pode enviar mensagem à Casa de Leis fazendo a proposição. Uma outra forma está prevista na Lei Orgânica de 5 de abril de 1990, em seu artigo 92, que trata dos projetos de iniciativa popular. Apresentado o projeto, com seu texto enquadrado nas normas regimentais, inclusive com a justificativa assinada pelo autor ou autores, a matéria começa a tramitar. [...]Aprovada a constitucionalidade do projeto com o nome de um logradouro, no âmbito da Comissão de Constituição de Justiça, este segue imediatamente para a Comissão de Finanças, a fim de verificar se haverá ou não custo para a sua implementação. (Nader, 2007, p. 66-67)

Ao tratar das transformações no bojo da sociedade brasileira nas últimas décadas do século XX que contribuíram para diversas mudanças em diversos setores, por meio de movimento sociais, particularmente, por meio do movimento feminista, Nader (2007), nos diz que ainda é possível observar permanências de muitas discriminação de gênero em nossa sociedade, muitas delas, encobertas. Neste caso, a autora constata uma discriminação, por vezes,

velado, mas que necessita de atenção, que é o ato de nomear um logradouro público nas cidades. Nesse sentido, a autora relata que:

Passando ao exame do banco de dados oficiais, colhidos junto aos poderes públicos relativos ao período de 1970 a 2000, verificou-se que o município de Vitória, capital do Espírito Santo, contava com 1499 logradouros públicos oficiais. Deste total de logradouros, 1163(77%) possuíam nomes de homens e apenas 239 (17%) possuíam nomes de mulheres. Os outros 97(6%) não possuem nomes de pessoas. (Nader, 2007, p. 71)

A partir do dados acima, é observado uma discrepância entre os nomes de homens e mulheres nos logradouros da cidade de Vitória, até o ano de 2000. Logo adiante é interessante observar, por meio de um código de posturas, feita em 1959, no qual estabelecia que nas novas denominações, passariam a ser respeitadas, que seriam as tradições locais, sobretudo as denominações que fazem referência aos vocábulos tupis-guaranis. Aqui abre-se um parêntese para uma questão importante que diz respeito ao processo de nomeação de logradouros públicos: a manutenção da herança linguísticas nativa como forma de preservar uma determinada cultura.

Em relação a pequena representatividade de logradouros com nomes femininos, Nader (2007) supõe que esteja atrelado ao fato de que, à época, os políticos eram exclusivamente formado por homens e que portanto, viam nos outros homens, mérito que justificassem a homenagem. Apesar dos avanços da representatividade feminina nesses espaços, ainda persiste uma discrepância em relação a quantidade e mesmo qualidade, pois mesmo com espaços sendo batizados com nome femininos, é possível notar que são logradouros marginalizados e sem grande importância para a sociedade.

A autora acima ainda destaca outros fatores que convergem para a baixa visibilidade de nomes de mulheres nos logradouros, como por exemplo, a cultura tradicional, tendo em vista que põe diferenças sociais entre ambos os sexos, levando em consideração sua natureza biológica, de modo que, “associa o homem ao público e a mulher ao privado, às estruturas familiares rígidas e hierarquizadas e à cultura e aos costumes da sociedade brasileira que sempre impuseram às mulheres dificuldades em conciliar vida pública e vida privada”. (Nader, 2007, p. 75).

Em um artigo por nome “*Se essa rua fosse minha, eu mandava feminizar*” (2023) Katiuci Pavei, socióloga, buscou problematizar a falta de representatividade de mulheres nas denominações de logradouros públicos de Porto Alegre – RS. Pavei (2023), propõe pensar a participação da mulher na sociedade, destacando que as mulheres são esquecidas, sub-

representada e silenciada. Para entender melhor essa questão, ela utiliza os logradouros públicos para demonstrar a discriminação de gênero. Antes de mais nada, a autora pontua que os espaços públicos são “nomeados e demarcados por relações sociais e de poder”.

A autora mencionada anteriormente, destaca que em Porto Alegre, há uma lei (Lei Complementar número 320, de 02/05/1994), que determina que os logradouros públicos podem “receber a denominação de datas e fatos históricos ou geográficos, bem como pessoas públicas ou ainda outros reconhecidas pela população de uma comunidade enquanto homenagem póstuma, observando o percentual mínimo de 30% e o máximo de 70% para ambos o sexo”. (Pavei, 2023, p. 6). Nesse sentido, a autora reforça também sobre a possibilidades de solicitar a renomeação de uma rua, para isto, ela explica que é necessário:

[...]pesquisar se há uma Lei de Denominação específica que nomeia o logradouro. Tal pesquisa pode ser feita via acesso à Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município que atende ao público externo, auxiliando na realização de pesquisas à legislação municipal e fornecendo certidões autenticadas eletronicamente contendo o texto das leis de denominação de logradouro. Caso não haja uma lei específica que tenha denominado a rua em questão, o trâmite é solicitar uma certidão de troca de denominação de logradouro. Tal documento informa as alterações de denominação de um logradouro nos casos em que a troca não ocorre por lei de denominação. Em seguida solicitar um Projeto de Lei junto à Câmara de Vereadores Municipal. Sendo que, as dúvidas podem ser dirimidas via Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade. (Pavei, 2023, p. 6)

Ao final de sua pesquisa, a autora supracitada conclui que, os nomes de logradouros públicos com denominação feminina fazem referência a mulheres brancas, abastadas e que receberam tal homenagem por doar terras para a construção das vias, “recebendo o tratamento de ‘Dona’ ou santas da religião católica”. Por outro lado, a autora também encontrou, apesar do número ínfimo, vias com nomes de mulheres que tiveram suas trajetórias marcadas pelo empoderamento feminino, tais como: Anita Garibaldi (revolucionária que lutou pela República no Brasil), Dandara (líder feminina no Quilombo dos Palmares), entre outras. Contudo, esses números ainda persistem pequenos em comparação a logradouros com nomes masculinos.

E um artigo publicado em jornal eletrônico (Brasil de Fato), intitulado *O que os nomes das ruas, avenidas e monumentos dizem sobre nossa história*, (2020), Gregory Combat, ressalta a questão de gênero como um ponto central ao discorrer sobre o tema proposto, pois “Um dos questionamentos e distopias que diz respeito ao período histórico com relação aos nomes é a questão do gênero. Cerca de 82% dos nomes de espaços públicos fazem menção a homens”. (Combat, 2020). Sobre essa questão, o autor justifica essa problemática, pela não participação da mulher na esfera pública, sendo este uma conquista recente. Segundo o autor,

No Rio de Janeiro, como forma de criar mais equidade nessas medidas, uma lei municipal de 1999 tornou obrigatória a alternância de gêneros para a nomeação de logradouros em igual proporção, mas a disparidade ainda segue grande. Até 2018, apenas 15% das ruas da cidade possuem nomes femininos. (Combat, 2020)

Apesar das leis que buscam tornar igualitário, como observa-se na citação acima, ainda predominam logradouros com nomes masculinos, visto que estes eram reconhecidos como figuras notáveis e representativas e os poucos com nomes femininos, em sua maioria fazem menção a figuras religiosas, como santas ou integrantes de ordens religiosas. No trabalho de dissertação intitulado “*A razão de nomear: o papel da identidade étnica na denominação dos logradouros de Caxias do Sul*” de autoria de Manuela Damini P. da Silva (2011), investiga o conceito de identidade, em seu processo de construção e reconstrução e o seu papel que exerce na denominação de logradouros públicos.

A pesquisa acima apresenta os motivos que teriam conduzido os denominadores a escolher e determinar aos logradouros de Caxias do Sul nomes de sujeitos desconhecidos, e que os moradores não se identificavam. Desse modo, a autora entende a importância de identificar e compreender os elementos que atuam no processo de nomeação de logradouros públicos, de maneira que os moradores e transeuntes estejam cientes para melhor compreensão de sua identidade. (Silva, 2011)

Ao buscar os fatores desse processo de nomeação em Caxias do Sul, autora citada anteriormente parte das seguintes questões: “Que elementos culturais, étnicos, históricos e políticos foram atuantes nesse processo de dar e de substituir nomes de ruas e praças? Como foi gerida a identidade dos grupos étnicos locais no processo de trocas dos nomes de ruas e praças?” (Silva, 2011, p. 10). Regida por essas indagações, a autora parte do pressuposto de que o ato de nomear espaços públicos é, sem dúvida, um ato de poder. Segundo ela:

O significado de um hodônimo pode revelar-se facilmente, contudo a motivação, clara e evidente no ato de sua escolha, encontra-se, na maioria das vezes, coberta por inúmeras camadas, sendo uma das mais importantes delas o próprio tempo. [...]Os anos passados apagam da memória fatos extremamente relevantes para o entendimento de uma denominação. Há ainda, os esquecimentos propositalmente ou convenientes. Há também elementos políticos, econômicos e religiosos. (Silva, 2011, p. 19)

A partir da citação acima, podemos entender que no decurso do tempo e mesmo do espaço, existem muito fatos importantes para compreender a origem e significado dos nomes de ruas e logradouros públicos esquecidos. Esses esquecimentos muitas vezes são intencionais

ou convenientes. Desta forma, os processos de nomeação de ruas são influenciados por fatores políticos, econômicos e religiosos, o que nos leva a refletir acerca das complexas dinâmicas de poder e interesses presentes na sociedade.

Ainda segundo Silva (2011), é possível observar uma estreita ligação entre os nomes concedidos as vias públicas e a identidade regional de Caxias do Sul. Conforme Pozenato (2001, apud, Silva, 2011), mais do que apenas um espaço limitado geograficamente, a região é um palco de lutas no qual são estabelecidas as identidades étnicas, linguísticas e sociais. É neste cenário que entram vários elementos que compõe aquilo que entendemos por identidade. Tendo em vista essa concepção de Pozenato (2001), que Silva (2011) considera que:

[...]o conflito existente entre o elemento local e o alienígena/estrangeiro caracteriza a história e a construção da região de Caxias do Sul. Tal conflito desempenha, como já poderia se antever, um papel fundamental na denominação dos logradouros públicos dessa região que corresponde ao núcleo urbano de Caxias do Sul, verdadeiro palco de toda a problemática. A maneira como essa região foi constituída, como ela se pensa e é pensada é marcada pelo contato do elemento luso com o elemento italiano. Sabemos que a identidade - seja ela do tipo que for-, assim como a região, é uma construção que se dá pela oposição ao outro. Os nomes dados às ruas e praças que formam o núcleo urbano central de Caxias traduzem aspectos fundamentais na constituição da ideia de região. Assim como na construção de uma região os aspectos políticos, econômicos e culturais se fazem sentir, “entram no jogo”, eles também se traduzem nas denominações das ruas e logradouros da 47 cidade. (Silva, 2011, p. 46-47)

Nesse contexto apresentado acima, a autora citada afirma que é possível perceber diferentes forças atuando na escolha dos nomes dos logradouros públicos, setores de caráter político, econômico e até mesmo simbólico. Assim, em suas análises, é perceptível uma relação ínfima entre as identidades (re) construídas com o papel social efetivado, este último sempre atrelado as questões econômicas e políticas. (Silva, 2011) Em síntese, a autora acima conclui que os nomes dos espaço públicos de Caxias do Sul andaram em incongruência com a história da cidade, seu contexto cultural e a vontade dos seus habitantes.

Seguindo o trabalho de Silva (2011), uma dissertação, intitulado *Ruas da minha cidade: um estudo hodonímico* (2010), de Tríssia O. Sartori, analisou 18 hodônimos do centro de Caxias do Sul, no qual buscou averiguar os motivos que influenciaram na escolha dos nomes das ruas da referida cidade. A autora destaca a excedente força do poder político na escolha das denominações. Segundo Sartori (2010), houve interesses políticos do país (Brasil), nos atos de denominar as ruas mais importantes da cidade; pois ressalta que “Talvez tenha havido da parte dos administradores e líderes políticos brasileiros o desejo de promover personagens

importantes visando à aculturação do grupo estrangeiro inserido em terras brasileiras”. (Sartori, 2010, p. 49). Ainda de acordo com a autora:

Apesar de o Brasil ser um país jovem, os nomes de ruas aqui analisados não são transparentes, são opacos. Essa opacidade pode se dar por dois motivos principais. O primeiro é o desconhecimento do contexto em que a nomeação foi produzida, acarretando que o percurso de decodificação do hodônimo não seja completado. O segundo é a sobreposição de camadas, não linguísticas, mas históricas, que escondem e revelam interesses inerentes ao ato de nomear. [...] Aqui, neste estudo, nomes não italianos, de pessoas que vieram para Caxias do Sul promover a ocupação da terra recém colonizada, bem como representantes do império ou da pátria gaúcha, deixaram suas inscrições em algumas das principais artérias da cidade. Na maioria dos casos, no entanto, não se pode dizer que a homenagem prestada no ato de denominação da rua esteja presente na atmosfera que os circundam. Vultos da pátria, seja ela gaúcha ou brasileira, viraram meros referentes de localização.

Por fim, Sartori (2010), nos diz que as denominações das ruas em análise foram substituídos de acordo com acontecimentos de caráter histórico e político que ocorreram nos locais o que evidencia uma relação de poder entre o poder público e os respectivos logradouros.

Segundo Tavares (2021, p. 172, apud, Assis; Caldas 2024, p. 2), o nome de uma localidade é um imperativo na vivencia humana; é a partir da prática de nomear que o homem pode entender, dar sentido à realidade que o rodeia, enfim, individualizar e especificar os referentes. Os autores mencionados, analisaram o processo legislativo de (re) nomeação de topônimos públicos no Distrito Federal do Rio de Janeiro, entre 1897 e 1900, numa tentativa de compreender os motivos que os nomeadores (membros do Conselho Municipal) em propor e implementar tais nomenclaturas.

Os autores acima focaram sua atenção para logradouros nominados com nomes de pessoa, tendo em vista que esse tipo de topônimo é estabelecido com intuito de homenagear personalidades cujo nome é conveniente pelo legisladores. Em suas análises, buscou-se identificar o perfil do sujeito que recebia tal honra e as possíveis razões de ser da honraria.

A partir de suas análises, Assis e Caldas (2021), evidenciaram alguns conflitos em processos de nomeação. Esses conflitos se revelam por meio do poder público, que segundo os autores, são construtores e reprodutores de uma memória dominante, bem como, o papel da memória coletiva, da identidade e a história de certos grupos pertencentes ao espaço, no qual foi proposto alteração de nomes de logradouros resistiam contra a os nomes oficiais, tendo em vista sua adequação as nomenclaturas habituais, o que reforça a compreensão da cultura e identidade da cidade em estudo.

Pedro Henrique Campello Torres, em seu artigo por nome “*Memória dos anos de chumbo nas cidades brasileiras*” (2015), analisa a dimensão política de se nomear espaços simbólicos que celebram a Ditadura Civil-Militar (1964-1985), relacionando-o com a memória, história e sociedade. A pesquisa parte do fato de que mesmo com o fim do regime autoritário, em 1985, as cidades brasileiras ainda mantêm marcas desse evento, pois segundo Torres (2015, p. 1), “[...] ainda permanecem designações de estátuas, ruas, praças e escolas públicas, e outros espaços públicos e privados que homenageiam integrantes do governo militar, torturadores e colaboradores do regime”.

O autor citado acima, concorda que ao buscar caracterizar as dinâmicas de escolha e atribuição de símbolos relacionados a logradouros públicos em municípios brasileiros, é considerado a cidade como um espaço historicamente produzido e em constante transformações, que se reproduz no decorrer do tempo, inclusive por meio dos símbolos que constituem a identidade e a memória dos lugares. Nesse sentido, o autor destaca que:

É comum vermos em distintos países, nos mais diversos períodos históricos que, junto à queda de um ditador, caem também as marcas e símbolos construídos por ele ou por sua base política, sendo imediatamente substituídos por outros que trazem referência a um novo período. O estabelecimento de marcos zeros em momentos que sucedem episódios de revoluções, golpes, insurreições ou a restauração da democracia pós-regimes autoritários tem sido uma constante na história. Os grupos triunfantes, uma vez no poder tendem a, concretamente, apagar signos que rememorem um passado recente e de conflito. (Torres, 2015, p.2)

A respeito do que foi citado acima, o autor salienta que no caso do Brasil, é mais frequente a construção de um monumento do que sua destruição e neste caso, o mesmo aponta para a recente história do Brasil, manifestada na lenta transição que marcou o fim da Ditadura brasileira. Torres (2015), explica que essa característica está atrelada a uma transição estabelecida à democracia, produzida sob a égide das forças do próprio regime de exceção.

Nesse sentido, o autor acima pontua que a memória coletiva é, um meio fundamental da vida social bem com um veículo de poder, pois pode, por exemplo, “transmitir ou perenizar uma memória de si, ou de propor ou impor uma dada memória à coletividade; poder de criar, refazer ou destruir identidades sociais, de dar sentido, corpo e eficácia aos atos coletivos”. (Torres, 2015, p.4).

O autor supracitado, portanto, se detém na memória da Ditadura Civil-Militar no espaço urbano brasileiro, e a perpetuação dos símbolos desse regime em seus logradouros públicos. “Estátuas, logradouros, escolas, prédios públicos, entre outros, fazem referência – muitas vezes ufanista – aos mais diversos protagonistas de nossa história”. (Torres, 2015, p.10).

O autor enfatiza que, nesse processo de homenagear determinados sujeitos e eventos, esquece-se de outros, dessa maneira, “a escolha, o processo de dar nomes aos lugares, a criação de um espaço simbólico é uma prática política”. (Torres, 2015, p.10).

É interessante observar que, o autor traz para suas análises, ao evidenciar os locais escolhidos e o histórico da construção de símbolos em referência a ditadura, durante e após o regime, as disputas de memória e identidades nacionais, observando monumentos e logradouros públicos e percebe que:

A busca pela valorização de uma outra história – aquela ainda oficialmente silenciada – é condição para a criação de um espaço para o debate público sobre a história nacional, ainda por ser revelada. Os movimentos espontâneos ou organizados da sociedade civil brasileira que buscam renomear logradouros fortalecem esse duplo aspecto da luta por uma nova memória, identidade e espaço social. Não apenas o ato de reparação em si é importante, quanto o próprio debate público que esta ação proporciona. A manutenção de elementos concretos que marcam o espaço em homenagem àqueles que feriram a legalidade e estabeleceram um regime ditatorial no Brasil, de um lado, perpetua simbolicamente versões obscuras da história que precisam ser esclarecidas, não porque caiba a História o poder de produção da Justiça, por excelência, mas sim o papel de construção da memória e, por conseguinte, da identidade de grupos e nações. (Torres, 2015, p. 13).

Em suas conclusões, o autor citado acima afirma que em casos de renomeações ou homenagens em logradouros públicos na cidade, as denúncias públicas acabam se tornando registros de reivindicações por justiça. Gleilson da Silva, (2023), em seu artigo que trata acerca das mudanças de denominações de logradouros públicos do centro de Fortaleza entre os anos de 1810 a 1933, afirma que os nomes das vias públicas são resultado de todos os processos que estão relacionados aos âmbitos da política, economia, geografia, história, memória, do social e cultural.

O autor acima, contou com fontes que vão desde códigos de posturas, leis, atas da Câmara Municipal, crônicas e livros de memorialistas e outros para reaver os nomes que foram substituídos, utilizando o método de regressão e progressão; por meio de quadros de materiais cartográficos que o auxiliou a entender os motivos dessas renomeações até os dias atuais. Desta forma, Silva (2023), pontua que, atualmente, do conjunto toponímico que nomeia os logradouros do Centro de Fortaleza, 70% fazem referência a sujeitos ligados ao Império e a República Velha, sendo em sua grande maioria militares e políticos, sendo minoritária nomes com alusão a profissionais dos diversos tipos.

Silva (2023), ressalta ainda a ausência de nomes de mulheres no centro histórico, com exceção a alguns poucos nomes de mulheres ligadas ao âmbito religioso, como nomes de santas e, destaca que “Com cerca de oitenta logradouros [...], a variação toponímica é mínima

se comparada aos primeiros levantamentos demonstrando as mudanças e alterações ao longo dos anos por meio de interesses políticos atrelados a processos econômicos, sociais e culturais”. (Silva, 2023, p. 14). O autor conclui que:

Com mais de 2 milhões e seiscentos mil habitantes, Fortaleza ainda enfrenta problemas acerca da denominação de logradouros nos bairros, uma vez que, mesmo com sua expansão e a permanência dos nomes no Centro os bairros cresceram e se multiplicaram havendo uma atenção do planejamento para a denominação dos logradouros. Desta forma, surgiram conjuntos toponímicos específicos para alguns bairros, tais como: nomes de flores, de estados, capitais e países, nomes de mulheres, dentre outros, mas de acordo com o Dicionário de Ruas de Fortaleza, há cerca de 1360 ruas com denominação repetidas, enquanto há personalidades da cultura cearense que jamais foram homenageados. Nomes que exaltam figuras da Ditadura cívico-militar, nomes de políticos em substituição a nomes antigos também fazem parte da problemática. As denominações oficiais e não-oficiais fazem parte da memória e identidade do fortalezense que, assim como no início do século XIX, denominou certos logradouros a partir de referências tais como a praça dos leões (General Tibúrcio) pela presença de estátuas de leões ou a Avenida leste-oeste (Presidente Castelo Branco) pelo sentido da via traz à tona discussões acerca do merecimento do elenco de determinadas personalidades para nomear logradouros públicos. Embora haja leis e artigos que mencionem os termos necessários para denominar um logradouro público muitos deles são alterados sem consulta popular modificando o simbolismo que aquele nome possuía em relação ao espaço onde está instituído. (Silva, 2023, p.15-16)

Diante do que foi abordado, nas últimas décadas, o estudo dos processos de nomeação de ruas ganhou relevância no mundo acadêmico devido a várias razões contextuais. É sabido que a nomeação de ruas é crucial para a organização espacial das cidades, tendo em vista que ela facilita a navegação e a localização, além de contribuir para a estruturação do espaço urbano. Contudo, com a aceleração do crescimento urbano bem como sua expansão, as práticas de dar nomes a logradouros públicos, especialmente as ruas, tornou-se uma questão para além de uma simples organização urbana; elas são testemunhos da história de uma cidade ou região, sendo importante também para se pensar diversas problemáticas, que antes passavam despercebidas pela sociedade de modo geral.

Se trata de um tema complexo, pois revela muitas camadas operando nesse processo, por vezes, encobertas e, que acaba ocasionando a construção e manutenção da memória e identidade de uma comunidade. A escolha dos nomes das ruas, de maneira predominante, está atrelada a dimensão política, e muitas vezes, tais escolhas se baseiam nos interesses de uma classe dominante em contraposição a grupos minoritários. Como visto anteriormente, os nomes de logradouros públicos podem ser usados para homenagear líderes políticos, heróis nacionais ou figuras controversas, refletindo as dinâmicas de poder de cada época.

Com a crescente valorização da memória e da identidade coletiva nas ciências sociais e humanas que tem impulsionado estudos e trabalhos sobre como o simples ato de nomear vias públicas refletem e influenciam a história e a cultura de uma determinada comunidade. Podemos observar por meio das discussões deste tópico que, a nomeação de ruas e logradouros é vista como uma forma de preservar a memória coletiva e a identidade cultural de uma comunidade.

Com a ascensão de movimentos sociais e mesmo políticos, que tem buscado uma maior representatividade e inclusão de determinados setores e grupos sociais, tem-se percebido uma reformulação dos nomes de ruas tendo em vista, muitas vezes, estarem associados a figuras ou eventos históricos controversos, ou seja, a violadores da democracia, como por exemplo, nomes de personalidades que fazem alusão a Ditadura Civil-Militar (1964-1985). Outra questão diz respeito a não relação de personalidades e fatos históricos com os espaços nomeados, o que acaba destoando com a identidade histórica da localidade, o que gera disputas de memória e simbólicas.

Outro ponto interessante que podemos visualizar nos trabalhos analisados demonstram que a denominação de ruas e logradouros podem revelar determinadas desigualdades e exclusão de grupos historicamente marginalizados o que acaba perpetuando a invisibilidade histórica e social desses grupos. Neste caso, tomamos como exemplo maior, a pouca representatividade da mulher nas nomeações de logradouros públicos em comparação a figura masculina, o que demonstra a desigualdade de gênero.

3 BREJO: CONTEXTO HISTÓRICO, CULTURAL SOCIOECONÔMICO E GEOGRÁFICO

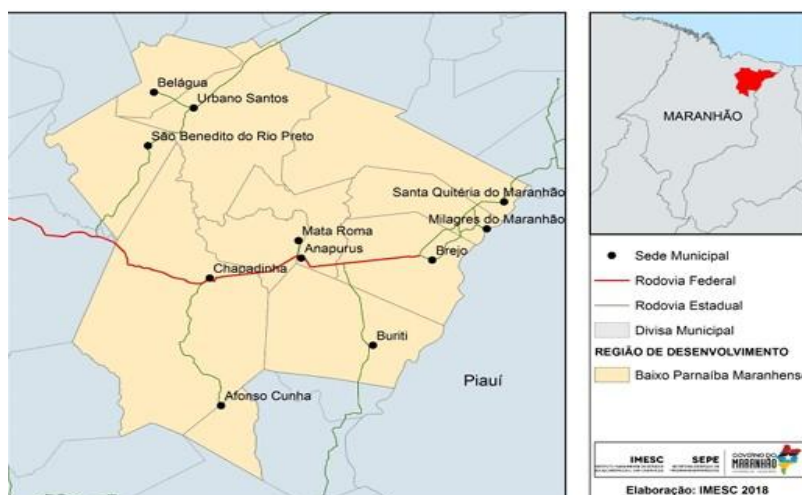
O presente capítulo tem como foco apresentar, de modo geral, como se deu a constituição histórica do município de Brejo/MA, desde sua localização geográfica a sua construção histórica e socioeconômica e, em seguida, apresentar algumas de suas principais ruas, sua localização e formação histórico-social analisando os elementos que influíram na designação de suas nomenclaturas.

3.1 Formação sócio histórico do município de Brejo

De acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o estado do Maranhão concentra atualmente 217 (duzentos e dezessete) municípios que estão agrupadas em 5 (cinco) regiões geográficas intermediárias, que são estas: São Luís, Santa Inês-Bacabal, Caxias, Presidente Dutra e Imperatriz. Inseridas nas regiões descritas, estão 22 (vinte duas) regiões geográficas imediatas.

A região do Baixo Parnaíba Maranhense que compõem uma das regiões geográficas imediatas, está localizada na mesorregião do leste maranhense e é composta por 3 (três) microrregiões que compreende a microrregião do Baixo Parnaíba, Chapadinha e Coelho Neto. No total, as microrregiões possuem um quantitativo de 19 (dezenove) municípios, contabilizando segundo os índices do IBGE (2010) um território de 21.108 (vinte e um mil cento e oito) km² e uma população de 372.949 habitantes

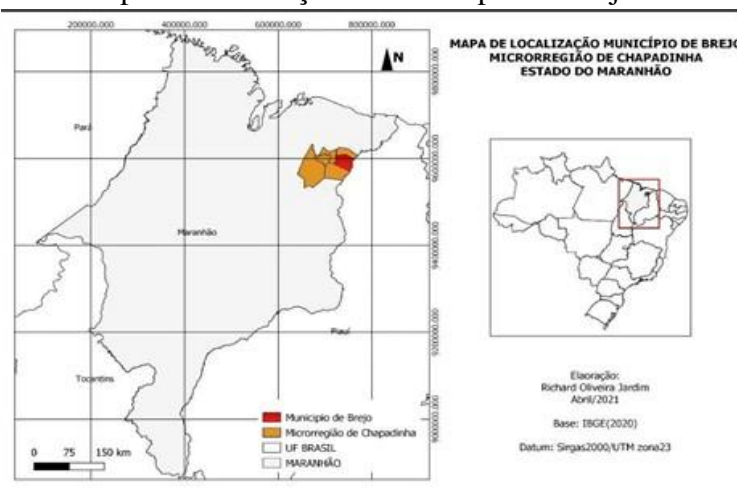
Figura 1: Mapa da região do Baixo Parnaíba Maranhense



Fonte IMESC (2010)

Dentre os municípios que integra a região do Baixo Parnaíba Maranhense, temos a cidade de Brejo, popularmente conhecida como “Brejo dos Anapurus²¹”, localizado a 318 (Trezentos e dezoito) km da capital do estado, São Luís, com um número aproximado a 34.120 (Trinta e quatro mil cento e vinte) habitantes e com densidade demográfica de 30,98/habitantes/km², segundo os últimos dados colhido pelo IBGE (2010). A cidade compreende uma área de 1.075 (mil e setenta e cinco) km², faz fronteira com o município de Milagres do Maranhão ao Norte, com Buriti ao Sul, rio Parnaíba ao Leste e com o município de Anapurus a Oeste. O município de Brejo possui como principais vias de acesso à rodovia estadual MA-230, as rodovias BR-135 E BR-222.

Figura 2: Mapa da localização do município de Brejo-MA



Fonte: JARDIM, Richard Oliveira. Mudança da cobertura vegetal do município de Brejo (MA): uma análise a partir do cálculo do Índice de Vegetação por diferença normalizada (NDVI). **Revista Ensaios de Geografia**. Niterói, vol. 7, nº 14, pp. 147-162, maio-agosto de 2021.

A história da cidade se constitui primordialmente a partir do século XVII, no território que constava da antiga e primeira Freguesia, denominada São Bernardo do Parnaíba. Sua formação histórica e socioeconômica se deu particularmente a partir dos anos de 1684 com o estabelecimento nessas terras de povos indígenas, denominados de “Anapurus”. De acordo com Lago (1989, p.17), os indígenas Anapurus “[...] eram divididos em anapurus-mirins e

²¹ Vocábulo anapurus é uma corruptela de muypurás - índios que viviam às margens do rio Parnaíba - e significa fruta do rio. Em divisão territorial datada de 1-VII-1950, o município é constituído de 2 distritos: Brejo e Estrela dos Anapurus. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VI-1960. Pela lei estadual nº 2378, de 09-06-1964, desmembra do município de Brejo o distrito de Estrela Anapurus. Elevado à categoria de município com a denominação de Anapurus. Em divisão territorial datada de I-I-1979, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005.

anapurus-açus, dedicavam-se à pesca, e uma ferocidade indiscutível, muito custaram a contactar com a civilização.”

Segundo a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (1959, p.86), os povos anapurus são descritos como “Anapurus, segundo uma carta de 1686 do governador de Pernambuco, é uma currutela de “Muypurás”, índios das margens do rio Parnaíba. É o elemento etimológico mais antigo conhecido dos índios brasileiros, palavra que significa Fruta do Rio”. Por volta de 1684, os tapuias Anapurus já habitavam uma região lacustre e lodosa, mais tarde identificada por Aldeia Baixa ou “Tapuirama”, finalmente Brejo. “Ali onde os tapuias se instalaram, nas proximidades havia enormes árvores corticeiras-mulungús- gramicease e ervas rasteiras formam um tapete verde que recobre os solos escuros”. (Vicente, 1973, p.5)

De acordo com algumas narrativas, a história do município estabeleceu-se com a chegada do primeiro povoador, de origem portuguesa, chamado Manuel da Silva, junto à sua família, o português tinha como objetivo a exploração das riquezas naturais existentes no território e a partir de sua colonização, desenvolveu sua economia por meio de recursos da fauna e flora, consolidando sua exploração através da agricultura, pecuária e outros recursos provenientes da terra, “com o propósito de atender aos interesses econômicos da coroa portuguesa e assim gerar lucros para a “indústria” colonizadora”.

Em relação à esse primeiro contato colonizador na aldeia dos Anapurus, Manuel Vicente em sua obra “Acheegas para a História de Brejo” (1973, p.10) descreve:

A primeira família que ali fixou-se veio chefiada pelo madeirense Manuel da Silva. Ninguém sabe quantas pessoas eram formadas, não ficaram registrados seus nomes. Manuel da Silva logo levanta sua palhoça nas adjacências das malocas dos Anapurus, [...] dispunha de criadagem numerosa, escravos ou parentes o que permite sua maior progressão. Abriram picadas no mato fechado sempre colocando um sinal para garantir seu domínio.

De acordo com Lago (1989), a aproximação entre os portugueses e o povo Anapuru não se deu de forma pacífica, antes houve estranhamentos, tendo em vista que o português mais tarde acabara sendo assassinado a flechadas. O assassinato do português Manuel Silva acabou provocando no governador maranhense tentativas de punições severas aos Anapuru por considerá-los “bárbaros tapuias”. Dando sucessão ao primeiro colonizador, o bandeirante português Francisco Vasconcelos, através do documento datado de 11 de julho de 1729, recebeu a doação de parte considerável do território dos Anapurus, denominando sua propriedade “Sítio de Brejo”.

O processo de ocupação da primeira leva de portugueses na aldeia levou a coroa portuguesa a colaborar com a chegada de padres jesuítas à região com objetivo de implantar a política de catequização, visto que o povo anapuru eram considerados “bárbaros”. Os jesuítas fundaram junto à aldeia uma importante povoação com levante da capela em homenagem a Nossa Senhora da Conceição, tida oficialmente até os dias atuais como a padroeira da cidade. Apesar da resistência, os índios Anapurus subordinaram-se à colônia portuguesa representada ali pelos jesuítas e, em 19 de novembro de 1795, o governador do Maranhão, D. Fernando Antônio de Noronha, concedeu-lhes o direito legal sobre sua própria terra, com “[...] uma Carta de Sesmaria²² de três léguas de terra em quadro”²³. (LAGO, 1989, p.18).

Em meados do século XIX, a localidade foi elevada à categoria de Vila, especificamente em 20 de dezembro de 1821, passando a ser denominada “Brejo dos Anapurus”. Na segunda metade do século, sua população era em torno de 8.000 (oito mil) moradores, no qual se dividia em 5.000 (cinco mil) homens livres e 3.000 (três mil) escravizados. (Marques, 1870). Vale ressaltar que, com base na documentação, o não conhecimento acerca da quantidade de indígenas e suas condições sociais.

Mary Jane Ferro de Sá (1997), em sua pesquisa intitulada “*A Formação Histórica do Município de Brejo: da Colonização ao século XIX*”, faz alguns apontamentos interessantes acerca dos principais povoadores de Brejo após sua elevação à categoria de Vila e enfatiza que a principal e mais conhecida povoadora foi Eusébia Maria da Conceição de Sousa acompanhada de seu esposo o capitão-Mor Domingos Alves de Sousa, ambos de ascendência portuguesa.

De acordo com a referida autora, os dois tiveram uma importância crucial na dimensão política e econômica da localidade, tendo em vista que possuíam grande fortuna, terras e escravos, fixaram-se em uma fazenda denominada de Melancias, no qual se ocupavam a prática agrícola e a pecuária, nas proximidades do Piauí. A figura de Euzébia no cenário da construção histórica do município é bem marcante na região, na medida em que a portuguesa teve papel importante não somente nas questões de ordem socioeconômica e política mas também pela sua participação no cenário das lutas e conflitos armados no contexto da Guerra da Balaiada²⁴ que ocorreram na província do Maranhão em 1823.

²² Cf. LAGO (1989, p.35)

²³ De acordo com Macatrão (2009, p.49) “O marco respectivo foi fixado nas imediações da antiga capela de Nossa Senhora da Conceição e se encontra hoje na parte esquerda anterior da Igreja e Catedral”.

²⁴ A Balaiada, chamada ainda Guerra dos Bem-te-vis, foi a mais longa e numerosa revolta popular ocorrida no Maranhão entre os anos de 1838 e 1841. Sobre a Balaiada em Brejo, ver: ASSUNÇÃO, Matthias Rohrig. A Guerra dos Bem-te-vis. São Luís: SIOGE, 1988. MATEUS, Yuri Givago Alhadeff Sampaio. A Balaiada na sala de aula: ensino de História do Maranhão Imperial e a produção do paradidático “A Guerra da Balaiada”. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Maranhão, 2018. SOUSA, Ronilson de Oliveira.

Segundo o cronista e também advogado brejense, Roque Pires Macatrão²⁵, em sua obra “Casarões do Brejo & Outros Pontos” (2009), descreve que Brejo foi colonizado muito anteriormente em comparação a outros municípios atuais do Maranhão. O cronista ainda aponta que os seus colonos eram detentores de grandes riquezas e escravos no qual impulsionou a consolidação de uma sociedade aristocrata. À baila disso, a Lei nº 180, de 13 de novembro de 1843, resultado do primeiro Código de Posturas do Brejo, de 1843, sob decreto do presidente da Província do Maranhão, possui alguns pontos que dão respaldo às contribuições de Macatrão. O documento contém 22 (vinte dois) artigos que ditam as condutas e forma de organização social pelo qual os moradores da Vila deveriam obrigatoriamente cumprir, dentre os artigos temos, Art. 12:

A nenhuma pessoa concederá a Câmara terreno nesta vila para construção de casa sem a condição de as adificar dentro de dois anos, se for o edifício de natureza tal quer neste tempo passa ser concluído, contados da data de concessão; sob pena de ficar devoluto, e de nenhum efeito a concessão (LEI nº 180, 1843, DOC. Nº 09).

Em consonância com as ideias acima, (Santos *et al.*, 2022, p. 13) diz que tais características seriam retrato de uma sociedade em processo de enriquecimento e construção. Tratava-se de “[...] uma pequena parcela da população que vivia na vila teria recursos para adquirir terreno e construir em seu centro uma casa (casarão), no prazo estipulado”. Ainda de acordo com Sá, (1997, p.58) a Vila de Brejo tinha um aspecto “arrumado”, pois o seu casario contemplava 106 (cento e seis) casas de telha, 3 (três) sobrados e 1 (um) mirante.

A Vila de Brejo passou à categoria de cidade por meio da Lei Provincial nº 899 no dia 11 de julho de 1870, sancionada pelo vice-presidente da província do Maranhão José da Silva Maya. Desta forma, Brejo juntamente com São Luís, Alcântara, Caxias, Turiaçu, Itapecuru-Mirim, Viana e Carolina, passa a fazer parte da relação das primeiras cidades pertencentes à província do Maranhão.

Atualmente, Brejo é detentor de uma economia baseada em atividades diversas, tais como a agricultura de subsistência por meio da produção do arroz, da farinha de mandioca, feijão, coco babaçu, com destaque também para a pecuária, práticas artesanais, indústrias de

²⁵ROQUE PIRES MACATRÃO, Advogado formado na Universidade Federal do Pará em 1963. Começou a carreira como advogado em Belém, transferindo-se depois para São Luís. Procurador-geral da Justiça no Maranhão, no governo de seu primo João Castello. Membro da Academia Brejense de Artes e Letras. Publicou: Discursos, 2009. História do Brejo dos Anapurus, 2009. Depoimentos de pessoas do Brejo que viveram no fim do século XIX e no século XX, 2010. Criou em Brejo dos Anapurus o Memorial da Família Macatrão, com objetos preservados pela família. Roque Pires Macatrão casou-se em Brejo dos Anapurus com MARIA CÉLIA BATISTA DA SILVA. Em Brejo dos Anapurus. Filha de Raimundo Batista da Silva Filho e de Raimunda Nonata da Silva. Residiam em São Luís em 2012.

transformação, pequenas serrarias, metalúrgicas e o do agronegócio voltado para a exploração da soja (Lima Júnior, 2023).

Em relação ao setor comercial, a cidade dispõe de uma prestação de serviço diversificada, que inclui: “[...] gêneros alimentícios, hortifrutigranjeiros, armarinhos, supermercados, lojas de materiais de construção, farmácias, lojas de roupas e confecções, materiais esportivos, padarias, lojas de informática, restaurantes, bares, lanchonetes, locadoras, academias de ginástica, hotéis e pousadas” (Lima Júnior, 2023, p.65).

É interessante destacar que Brejo possui uma relevância para a historiografia maranhense, visto que a cidade foi palco de acontecimentos históricos importantes na construção da história do estado. Dentre os principais eventos históricos, está a participação do município no processo de independência do Brasil e como um dos locais onde aconteceram os conflitos armados no cenário da Guerra da Balaiada (1838-1941).

Brejo, embora tenha sofrido com as mudanças no decorrer do tempo, ainda revela por meio do seu espaço urbano, alguns resquícios do período colonial que visualizamos através de seus casarões, residências, igrejas e monumentos que nos reportam ao seu passado memorável. Além do mais, trata-se de um lugar que possui localização específica, com sua proximidade ao rio Paranaíba, ponto que conectava a outras regiões através do Porto de Repartição, tal conexão possibilitava o comércio, pois era lugar de escoamento das riquezas produzidas na cidade. A cidade também é possuidora de um vasto patrimônio imaterial manifestado por meio de sua literatura assim como em suas manifestações culturais e religiosas. (Lima Júnior, 2023)

O processo de formação de Brejo, desde o princípio, colocou a cidade numa posição de destaque tendo em vista que de acordo com Lago (1989, p.23) “[...] foi a terceira do Maranhão, pela grandeza de seu comércio e pelo seu extraordinário desenvolvimento cultural”. O município se destacou historicamente entre as principais cidades maranhenses. A respeito do que se produzia na região, especialmente na segunda metade do século XIX, com base no Almanaque Administrativo da Província do Maranhão de 1862 que analisou o contexto social e econômico de Brejo ainda como vila, registrando 9 (nove) casas comerciais nacionais e 4 (quatro) casas comerciais estrangeiras que comercializavam produtos “secos e molhados”.

A produção era apoiada na fabricação da farinha, açúcar e aguardente, na pecuária, na plantação de arroz, algodão, milho, mandioca, azeite de carrapato²⁶. Segundo Rego (1862, Lima Júnior, 2022, p.66), nesse período:

[...] a produção agrícola anual era estruturada em 1.150 (um mil cento e cinquenta) sacas de algodão, 30.000 (trinta mil) alqueires de arroz, 45.000 (quarenta e cinco mil) sacas de farinha, 35.000 (trinta e cinco mil) sacas de milho, 4.300 (quatro mil e trezentas) arrobas de açúcar, 250 (duzentas e cinquenta) arrobas de fumo, 130 (cento e trinta) pipas de aguardente, 1.000 (um mil) quartas de feijão, 2.000 (duas mil) quartas de goma, 50.000 (cinquenta mil) rapaduras, 5.000 (cinco mil) frascos de azeite de coco e 2.000 (dois mil) frascos de azeite de carrapato e a pecuária produzia 3.000 (três mil) cabeças de gado (REGO, 1862). Em relação às atividades manuais desenvolvidas na vila do “Brejo dos Anapurus”, existiam 11 (onze) alfaiates, 1 (um) barbeiro, 10 (dez) carapinas, 1 (um) carpinteiro, 4 (quatro) ferreiros, 3 (três) ourives, 9 (nove) olarias, 2 (dois) marceneiros, 6 (seis) pedreiros, 1 (um) pentieiro, 14 (quatorze) sapateiros, 2 (dois) tanoeiros, 5 (cinco) talhos de carne verde. Nesse mesmo período, existiam determinadas profissões especializadas, tais como 4 (quatro) professores, 1 (um) agente da companhia de navegação a vapor, 2 (dois) advogados, 1 (um) farmacêutico e 6 (seis) músicos.

O processo de formação de Brejo nos revela por meio de algumas narrativas o crescimento e os caminhos para a modernidade com o advento do século XX. Tal progresso pode ser observado através de jornais locais e mesmo do estado que anunciavam o comércio de gênero alimentício bem como de lojas de artigos de vestuários, perfumes, bebidas, anúncios voltados para profissionais liberais tais como professores particulares, farmacêuticos, médicos, costureiras, etc. (Lima Júnior, 2022, p. 62). De acordo com o historiador:

O jornal “Cinema”, outro periódico publicado em Brejo, em sua edição do dia 7 de novembro de 1915, mostra em suas páginas a propaganda do grupo “Progresso”, formado pelo armazém “O Progresso”, estabelecimento de venda e compra de gêneros alimentícios e miudezas, a “Usina Progresso”, responsável pelo beneficiamento de cereais, e a “Farmácia Progresso”, com a venda de remédios naturais. (Lima Júnior, 2022, p.68)

O comércio era, portanto, um fator preponderante no crescimento econômico da cidade e consequentemente na sua formação como um todo, com seu sistema de exportação de variados produtos produzidos na localidade para as cidades vizinhas assim como a importação de produtos manufaturados. De acordo com as estatísticas gerais do estado do Maranhão de

²⁶Óleo de rícino ou óleo mamona é um azeite obtido a partir das sementes da mamona. É utilizado para cicatrização de ferimentos e a hidratação da pele e cabelo; produção fértil a movimentação comercial através do Porto da Repartição ²⁶ era consideravelmente grande, atuando tanto no transporte de pessoas quanto na entrega e recebimento de mercadorias (Lago, 1989)

1935 aponta para esse crescimento comercial graças a venda dessas mercadorias, gerando uma renda anual de 776.182\$800 réis.

Ao analisar a trajetória histórica de Brejo, podemos observar o progresso socioeconômico no passado, contudo, segundo Macatrão (2009) tal progresso teve seu apogeu no século XX, exatamente entre os anos de 1945 até 2000. De lá pra cá o advogado aponta uma decadência e atraso em relação a produtividade que o município possuiu outrora. Macatrão ressalta ainda que essa “queda” se deu devido alguns fatores importantes, tais como a queda dos preços dos produtos regionais e a abertura de estradas que acabou fortalecendo a concorrência e o declínio do Porto de Repartição.

Conforme as palavras do cronista citado acima “hoje, porém, o Brejo não passa de uma terra do ‘já teve’, em plena decadência, graças a falta de visão dos seus administradores e à ganância de poder dos seus políticos e a acomodação de sua população” (Macatrão, 2009, p.48). De modo particular, o tópico a seguir busca traçar um quadro geral das principais ruas da cidade de Brejo, de modo que, ao apresentar essas vias, possamos também contemplar desde a sua formação sócio histórica, assim como a maneira que os moradores destas se identificam com a referida rua, para que possamos compreender a reprodução da memória-histórica e identitária desses cidadãos.

3.2 As ruas de Brejo: História e Memória

Quando lançamos nosso olhar para o que uma determinada sociedade representa de maneira simbólica, nos deparamos com um espaço no qual majoritariamente a vida inteira dos homens estão vinculadas, suas relações, contradições e até mesmo tensões; contudo, frequentemente a visão que se tem desta cidade e que é acatada tende a sobrepujar essas tensões e contradições, estabelecendo uma ideia de progresso e homogeneidade.

De acordo com Villela (2008, p. 103) tais eventos ocorrem de diversas formas, e da ênfase num ponto principal: a produção de uma memória histórica que “[...] sacraliza seus documentos, monumentos, edifícios, nomes de ruas e logradouros”, trata-se de evidências passadas consagradas à condição de patrimônio histórico e cultural de um determinado grupo em detrimento de outros. Portanto, desencadeia-se uma questão central: o porquê de determinados objetos e nomes serem escolhidos para a constituição de um patrimônio.

Nesse sentido, compreender uma dada cidade desde suas avenidas e ruas, enquanto um espaço de sociabilidade, constituída por pessoas detentoras de tradições, costumes assim

como os espaços territoriais que formam essa cidade, seus bairros, ruas, casarões, residências, monumentos diz muito sobre os mecanismos sócio histórico primordiais na constituição da identidade e memória de um lugar, indivíduo ou grupo social.

Aqui, buscamos conhecer as principais ruas de Brejo por meio das relações existentes entre os nomes atribuídos à elas e a reprodução da memória histórica e social da cidade, observando as possíveis disputas de memória, tendo em vista que as ruas se configuram enquanto um espaço de sociabilidades, dinâmico e constituído por identidades. Desta forma, apresentamos imagens antigas e recentes das principais ruas de Brejo e sua relação com a memória de seus cidadãos, no sentido de compreender o elo e as significações que eles lhe atribuem e, analisando os personagens que dão nome aos logradouros públicos.

3.2.1 Rua Gonçalves Dias (Rua de Santana)

Localizada na parte central da cidade, a rua tida oficialmente como Rua Gonçalves Dias, via principal da cidade, outrora denominada de Rua de Santana²⁷, no início grafada como rua de “Sant’Ana”. A antiga rua de Santana presenciou uma importância econômica notável, tendo em vista que lá estavam estabelecidos os principais comércios, indústrias de produção de arroz e algodão. Macatrão (2021, p.278), ao reportar a antiga rua de Santana aponta que “[...] ela é a espinha dorsal da cidade do Brejo, principal artéria de nossa comuna”. A população costuma se referir a ela como a “rua grande do comércio do Brandão, do Banco do Bradesco”.

Abaixo podemos visualizar imagens antigas e atuais da rua Gonçalves Dias, considerada uma das mais antigas de nossa cidade.

²⁷ De acordo com o professor e poeta Pedro Portela, nascido e criado em Brejo, a cidade foi emancipada em 11/07/1870, numa época em que a religião oficial do Brasil era o catolicismo. A abertura para as demais religiões só se deu depois do fim da monarquia, após a Proclamação da República em 15/11/1889. Com isto, a religião católica teve muito influencia no município. Para tanto, Portela acredita que o nome Santana, colocado na principal rua de Brejo, seja uma homenagem à avó de Jesus que se chamava Ana. Ela era a mãe de Maria - esposa de José. Então, Santana é a junção dos nomes Santa Ana, que em algum tempo era grafado Sant'Anna.

Figura 3: Antiga rua Gonçalves Dias

Fonte: IBGE, disponível em:

Fonte: <https://www.facebook.com/pedroportelacosta.costa>.
[IBGE | Biblioteca | Detalhes | Rua Gonçalves Dias : Brejo, MA](#) Acesso dia 08 de jun.2024

Figura 4: Antiga rua Gonçalves Dias**Figura 5 e 6:** Imagens atuais da rua Gonçalves Dias

Fonte: Instagram “Brejo Meu Amor!”, disponível em:
<https://www.instagram.com/p/Ca163hOkI/?igshid=ymMyMTA2M2Y=>.

Fonte: Instagram, disponível em:
<https://www.instagram.com/p/CcJrxBbMVo8/?igsh=OGMydmpIcWRnYnJ0>.

Nas imagens 3 (três) e 4 (quatro), podemos notar o estilo colonial que a rua aparenta, ainda calçada em pedras, as casas quase todas em pavimento único, com seus casarões em estilo colonial. As duas primeiras imagens, apesar de antigas, demonstram épocas distintas. As duas imagens abaixo correspondem a rua como ela se apresenta atualmente, a primeira imagem à direita corresponde a Câmara Municipal, a rua já pavimentada e algumas características que demonstram a modernização no decorrer do tempo.

Esses registros antigos foram apanhados de redes sociais com destaque para o registro disponível na página social (facebook), pertencente ao professor Pedro Portela²⁸, com

²⁸ Imagens e depoimentos disponíveis em: <https://www.facebook.com/pedroportelacosta.costa>. Acesso em 08 de jun. de 2024.

o título “Parece Cena de filme”, provocando alguns comentários acerca daquela época, por parte de seus cidadãos. Dentre os comentários, destaca-se o morador Marcelo Moraes (2019) que diz o seguinte: “[...] esse trecho da Rua que o papai (Aldofo Moraes) tá de bicicleta é enfrente a Câmara Municipal e da antiga casa da tia Maria Luíza muito bom de ver só saudade”. Em seguida, o comentário saudosista abriu espaço para a vez de Maria Lúcia Furtado que cita “[...]a direita é a casa da Maria Luíza onde dancei em muitas festas que foram realizadas lá. “Ô saudade, daqueles tempos.

Em entrevista cedida à Santos, (et al, .2022, p. 48) a professora Conceição Azevedo, que reside na rua a mais de 70 (setenta) anos, faz um breve relato acerca de suas memórias enquanto moradora e enfatiza que:

No passado era uma rua completamente residencial. Havia poucos espaços comerciais, uma capela de Nossa Senhora de Fátima. Não havia calçamento nem asfalto. A rua toda era um areal avermelhado que encobria os poucos carros que por lá passavam. Bom mesmo era ver o movimento de carros de boi passando pela Rua de Santana

Ao rememorar as lembranças desse espaço, a professora ainda elucida que a rua é reflexo das transformações ocorridas também em sua nomeação, deste modo, ela diz que “a nossa Rua de Santana ficou no passado, e faz parte da nossa memória afetiva, com suas histórias, seus causos e nossas lembranças”. Um ponto interessante a destacar, está na fala de Sâmia Furtado, ao comentar a imagem correspondente a figura 6, no qual encontramos por meio da página social (Instagram) por título “Brejo meu amor” criada por Pablo Emanuel, morador da cidade. A moradora relata não conseguir identificar a rua demonstrando os impactos do tempo nas características colonial da rua.

Nos dias atuais, a rua Gonçalves Dias vem dando lugar a construções mais modernas, perdendo exponencialmente seus aspectos que remontam ao período colonial, refletida sobretudo nos seus casarões. O espaço ainda é caracterizado por seu setor comercial considerável, sediando algumas das principais escolas, bancos e onde situa a Câmara Municipal da cidade. É possível observar por meio desses relatos as transformações que ocorreram no espaço/tempo e como as lembranças ainda estão presentes na memória social de seus moradores. É interessante frisar que tais transformações, especialmente no nome da rua, não ocasionaram o apagamento das lembranças, o que representa de certa forma uma memória identitária que foi se ressignificando com o lugar (Santos, et al, 2022)

O nome oficial da rua faz alusão ao poeta maranhense Antônio Gonçalves Dias (1823-1864), nascido na cidade de Caxias no Maranhão, foi filho do comerciante português

João Manoel Gonçalves Dias e de uma mestiça chamada Vicência Mendes Pereira. Formou-se em Direito na Universidade de Coimbra (Portugal), atuando na área de advocacia.



Figura 7: Gonçalves Dias

Fonte: mundoeducação.uol.com.br. Acesso em 08 de jun.2024

Além de advogado, atuava como escritor, poeta e jornalista. Teve destaque na literatura brasileira, especialmente sendo reconhecido dentre os principais representantes do Romantismo, no século XIX. Dentre suas principais obras, a que lhe trouxe grande reconhecimento é o poema “Canção do exílio”. Gonçalves Dias buscava valorizar em suas obras a representação dos povos indígenas e a natureza enquanto atributos fundamentais.

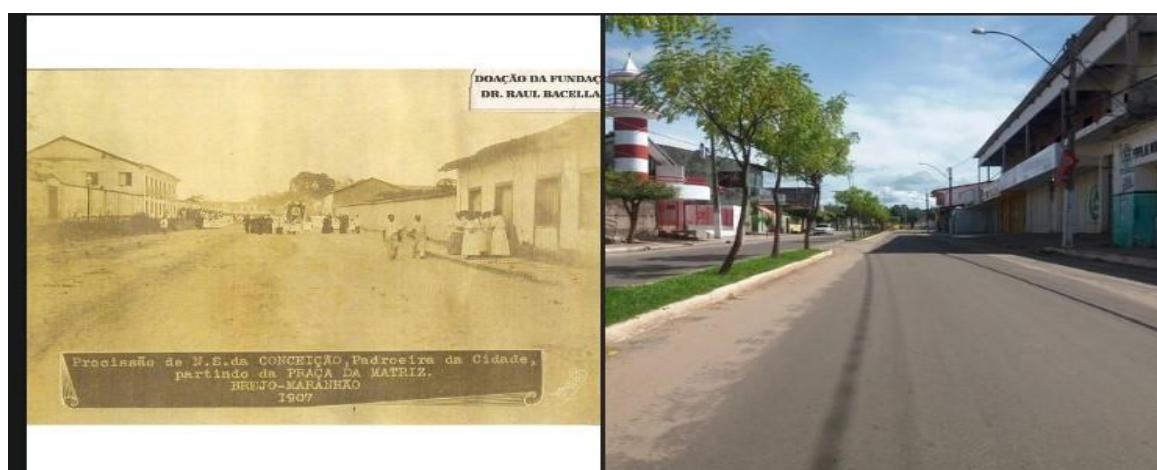
Em novembro de 1964, aos 41 (quarenta um) anos de idade, o poeta veio a óbito em decorrência de um naufrágio do navio Ville Boulogne, próximo onde hoje está localizado o município de Guimarães. Conforme Farias (2012), o poeta Gonçalves Dias, quis “fazer seu nome”, pois a imagem do maranhense como ícone nacional, foi aos poucos construída através da vinculação de sua vida e de sua obra à pátria. “Uma vez posto no panteon nacional como representante do que era essencialmente ‘brasileiro’, sua memória foi sendo naturalizada e incorporada à memória coletiva nacional”. Farias (2012, p. 2).

Nesse sentido, a figura de Gonçalves Dias encontrou seu espaço na memória coletiva que se construiu no decorrer dos anos, seja por meio da difusão de seus versos, seja por meio de homenagens que vão desde nomeações de via públicas, praças, cidades e monumentos. Assim, Farias (2013, p. 21), ressalta que “Gonçalves Dias ‘é’ o poeta nacional. Mas o é porque era esse o seu projeto [...], porque criou sua identidade ao mesmo tempo em que se forjava a identidade nacional”.

3.2.2 Avenida Luís Domingues (Rua Grande ou Rua da Prefeitura)

Popularmente conhecida como Rua Grande ou Rua da Prefeitura, naturalmente por sediar a prefeitura municipal da cidade, a Av. Luís Domingues atualmente pertence ao rol das principais ruas de Brejo. Além da prefeitura, temos também localizado neste espaço o Fórum Municipal, o prédio da biblioteca pública, o Farol do Saber, o prédio dos Correios e o Ministério Público. A avenida se destaca por seu setor comercial diversificado, dentre os quais, temos lojas de roupas, farmácias, padarias, lojas de móveis e eletrodomésticos, etc.

Figura 8: À esquerda imagem antiga (1907), da procissão de Nossa Senhora da Conceição na rua Luís Domingues e a direita imagem atual da mesma rua.



Fonte: <https://www.facebook.com/pedroportelacosta.costa>. Acesso dia 08 de jun.2024

Figura 9: imagens antiga à esquerda e a direita, fotografia atual do centro comercial (Avenida Luís Domingues)



Fonte: <https://www.instagram.com/p/CCXIJ5eBEJ4/?igshid=YmMyMTA2M2Y=> acesso em 08 de jun.2024. Fonte: Brejo Muypurás

As imagens correspondentes a figura 8 evidenciam a Av. Luís Domingues datando do século XX à esquerda, se trata do primeiro registro da procissão em homenagem à padroeira da cidade, Nossa Senhora da Conceição (1907). Podemos observar a rua ainda coberta por terra, bastante ampla e com a presença de alguns casarões. A direita temos a mesma rua, no mesmo ângulo contrastando com a foto ao seu lado devido ao longo período temporal entre um registro ao outro. É possível identificarmos o prédio onde está instalado o Farol do Saber e também alguns pontos comerciais.

As duas figuras abaixo também são registros mais atuais, contudo a figura à esquerda revela a avenida em processo de modernização enquanto a imagem à direita corresponde aos dias atuais, revelando-nos o movimento que condiz ao seu status comercial bem como residencial. As imagens acima foram retiradas de redes sociais (facebook, instagran), ao analisarmos os comentários da primeira figura, nos deparamos com depoimentos carregados de nostalgia e emoção como podemos ver no comentário de Larissa Silva “Fiquei muito emocionada, minha terra querida.” ou mesmo no comentário da cidadina Carminha Dutra “Gente!!! Fiquei emocionada, senti saudades de uma época que não vivi.” (Grifo meu).

Figura 10: imagem do desfile cívico (2019) **Figura 11:** Registro da procissão de N. Sra. Conceição(2016)



Fonte: Desfile cívico 2019 Blog do Zé da Viola. Disponível em: <https://portalafonsocunha15.blogspot.com/2019/09/brejovivenciou-o-maior-desfile-civico.html?m=1> < Acesso em 08 de jun. de 2024.>

A avenida é um espaço onde ocorrem as festividades cívicas e religiosas, como demonstram as duas figuras acima. A fotografia à direita é o registro da procissão em louvor a Nossa Senhora da Conceição, que aconteceu no ano de 2016 e ao seu lado o desfile cívico que ocorreu em 2019. Em entrevista cedida no dia 02 de junho de 2022 à Santos, (et al, 2022) com alguns moradores mais velhos a respeito da rua, especificamente sobre o porquê de sua nomeação atual, as autoras constataram um desconhecimento acerca do nome atribuído ao espaço e até mesmo a história por trás do personagem.

De acordo com algumas falas, foi observado comentários relacionados a questões afetivas, vinculados a infância, como nos exemplos a seguir: “tinha a antiga Telma²⁹, lugar que se faziam ligações interestaduais e intermunicipais, no mesmo lugar, hoje, existe o Fórum!”. Nesse mesmo viés, a moradora Rita Fortes cita as questões relacionadas às mudanças da rua, ao falar que: “[...] antes era em bloquetes e hoje é asfaltada, mais arborizada, tinham umas grades brancas no canteiro central e hoje não mais”.

A respeito da figura que dá nome a essa rua, trata-se de um maranhense, chamado Luís Antônio Domingues da Silva (1862-1922), natural da cidade de Turiaçu. Filho de Francisco Domingues da Silva e de Antônia de Oliveira Domingues da Silva. Foi casado com Aurelina de Viveiros Coqueiro, filha de João Antônio Coqueiro, na época diretor do colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Seu avô paterno, atuou como ministro do Supremo Tribunal de Justiça no período imperial. Seu irmão, José Domingues da Silva, foi presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão.

Na década de 1880 formou-se em direito, pela faculdade de Recife, ainda jovem adentrou na política a partir da influência de seu tio, que era barão de Tromaí, no qual lutou pelas causas abolicionistas. No ramo da política, foi presidente da Assembleia Provincial e em 1910 recebeu o governo das mãos do interino Frederico de Sá Filgueiras. Luís Domingues teve papel importante dentro da política, encerrando seu governo em 1º de março de 1914 e tendo novos cargos como deputado federal pelo Maranhão em 1915 e depois reeleito em 1921 a 1923. Faleceu em São Luís no dia 11 de julho de 1922.

3.2.3 Avenida Sabino Câmara (Corredor da Folia)

²⁹ Telecomunicações do Maranhão S/A (TELMA) foi a empresa operadora de telefonia do sistema Telebrás, no estado do Maranhão, antes do processo de privatização, em julho de 1998.

A Avenida Sabino Câmara, costumeiramente chamada de Corredor da Folia, tendo em vista que se trata de espaço onde acontecem as festividades da cidade, como eventos culturais, festejos juninos, show em comemoração ao aniversário da cidade e apresentações culturais. A rua dispõe de comércio que varia entre hortifruti, bancos, supermercados, lojas de roupas, entre outros.

Figura 12: imagem antiga da rua Sabino Câmara / **Figura 13:** imagem mais recente da rua Sabino Câmara



Fonte: <https://www.facebook.com/meuvelhobrejoma/photos/a.56226715376624> Acesso em 08 de jun de 2024

Figura 14: imagem atual da rua Sabino Câmara



Fonte: Lima Júnior, 2022

Podemos visualizar através das imagens acima as mudanças nas características físicas que ocorreram nesse espaço no decorrer do tempo. A primeira imagem que corresponde a figura 12, podemos notar uma rua mais arborizada, com poucas casas e pouco movimento de seus transeuntes, um calçamento antigo, um quiosque de madeira e no canto ao lado um senhor sentado, revelando a tranquilidade da época.

Ao fundo é possível visualizarmos a igreja Matriz da cidade (Nossa Senhora da Conceição). Na fotografia ao lado, percebemos algumas mudanças no mesmo espaço, principalmente em relação ao quantitativo de casas residenciais e comerciais que são maiores; a rua possui um calçamento melhor e já é possível perceber uma ausência quanto aos canteiros centrais. A última fotografia (figura 14) foi registrada recentemente, a rua, como podemos ver possui pavimentação, o número de pontos comerciais e residenciais alargou-se, bem como o desaparecimento dos canteiros centrais.

Conforme entrevista realizada na referida rua, no dia 13 de junho de 2022, por Santos, (et al, 2022, p.52), a percepção dos moradores mais antigos sobre a rua estava mais ligada às mudanças físicas, como infraestrutura, pavimentação e saneamento básico. Uma das entrevistadas, a moradora Irlanda Mara Carvalho, que mora a mais de 30 (trinta) anos no logradouro relata o seguinte: “[...] não, tinha os canteiros no meio”. Ao ser questionada sobre os motivos que levaram a nomeação da rua, a mesma alega desconhecimento.

Figura 15: Noite cultural (2019)



Figura 16: carnaval em Brejo (2019)



Fonte: <https://www.instagram.com/brejomeuamor??igshid=YmMyMTA2M2Y> /Acesso em 09 de jun.2024 Fonte: blogdowilian.com.br. Acesso em 09 de jun.2024

As imagens acima são exemplos das celebrações e festividades que ocorrem no decorrer do ano na avenida, a figura 15 trata-se da 1º noite cultural que ocorreu no ano de 2019, no qual reuniu os moradores em geral para prestigiar danças e outras apresentações culturais. A foto ao lado traz o registro de abertura do carnaval que ocorreu no mesmo ano. Nesse sentido a rua em questão é espaço de sociabilizações e dinâmicas, sendo, portanto, um lugar rico de memória e identidade.

A respeito da personalidade que dá nome a esta rua, não foram encontrados registros documentais e nem quaisquer outras fontes.

3.2.4 Rua Coronel Antônio Manuel (Rua das Areias)

Conhecida como Rua das Areias, visto que no início de sua formação a rua era totalmente tomada por uma grande quantidade de areia, a Rua Cel. Antônio Manuel, assim como as demais, foi se modificando ao longo do tempo. Nos seus primórdios, a rua abrigava o prédio onde funcionava o antigo e primeiro hospital da cidade e era uma via de importante acesso de pessoas que vinham da zona rural do município.

Nas figuras abaixo podemos visualizar os aspectos gerais da rua, seus casarões, o chão de areia e com amplitude maior do que atualmente. Na figura 17 é possível visualizar a seguinte legenda: “Trecho da Rua das Areias Brejo-Maranhão, 1907). A figura ao lado mostra o prédio do primeiro hospital da cidade, local onde também eram realizados os partos. Atualmente, esse prédio dá lugar ao posto de saúde da cidade (Coronel Antônio Guilherme).

Figura 17: fotografia antiga da rua Cel. Antônio Manoel / **Figura 18:** À direita, registro do primeiro hospital da cidade na rua Cel. Antônio Manoel



Fonte: Brejo Meu Amor (facebook), disponível em: [\(4\) meu velho brejo – Resultados de pesquisa | Facebook](#)

Figura:19: imagem atual da Rua Cel. Antônio Manoel / **Figura 20:** Imagem atual da rua



Fonte: Registros feitos pela autora

Segundo relatos cedidos pelos moradores³⁰, às grandes mudanças ocorridas nesta rua no processo de urbanização concentra-se no extermínio do riacho Ingarana³¹, que transcorre nos quintais dos moradores, mas que com a falta de saneamento básico e descaso dos moradores ficou inutilizado. Desta forma, Santos (et al, 2022, p. 54) diz, que as mudanças visíveis nesta rua, de acordo com seus moradores, estão relacionadas a sua infraestrutura. A moradora Maria Altanizia Costa Souza cita “[...] a exemplo da instalação de luz elétrica, a evolução da rua, as novas construções, as transformações da estrada antes conhecida por ter muita areia e que com o passar do tempo foi dando lugar ao asfalto e a água encanada”.

Outro morador, Aryberg Sousa, destaca o seguinte: “[...] um esgoto a céu aberto manifestando o transtorno dos seus moradores com este espaço cheio de esgoto tornando o acesso dificultoso”. O morador também destaca o comércio local responsável pela sociabilidade do espaço, assim como demonstra uma certa preocupação com a deterioração de muitos casarões de época devido a ação do tempo, sobretudo, por conta do processo de modernização, que transformou muitos deles em estabelecimentos comerciais (Santos, et al, 2022).

É interessante destacar que, a referida rua tem uma relevância para a história da cidade de Brejo, tendo em vista que é nela que encontramos algumas vias, sendo uma específica com um nome bastante peculiar, denominada Beco do Periquito. Apesar de muitos cidadãos não terem conhecimento do porquê da nomeação, a travessa foi assim designada pois,

³⁰ Em determinadas ruas, as mais populares, além dos relatos/comentários das mídias sociais, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com alguns moradores mais velhos dos logradouros.

³¹ O Riacho denominado Ingarana é assim chamado tendo em vista a presença, na margem do riacho, de uma árvore que dá um fruto por nome de “Ingá”, fruta bastante abundante na região.

[...] foi exatamente nesse beco que os balaios, após matarem a portuguesa Euzébia Maria da Conceição, esquartejaram seu corpo e desfilar pela cidade com seus restos sendo carregados num gesto heroico, foi ali, no Beco do Periquito, que depositaram as suas partes íntimas, depois de muito andarem com partes de seu corpo pelas ruas da cidade de Brejo, exibido como um troféu carregado por eles. (Santos, *et al*, 2022, p.54-55).

Sobre a nomeação oficial da rua, os moradores mais uma vez desconheciam a figura de Cel. Antônio Manoel e os motivos que levaram a oficializar o logradouro com essa designação, apenas manifestaram que a nomeação da rua se dava por o nome representar um antigo coronel da rua. É possível notar uma disputa de memória por parte dos moradores, ao enfatizarem o desejo de alteração do nome da rua, como é visível na fala da moradora Maria do Socorro Castro de Costa, no qual, alega que se tivesse o poder de mudar, homenagearia seu avô. (Santos, *et al*, 2022)

De acordo com Lago, (1989), O Coronel Antônio Manoel de Araújo Lima (1837-1921), responsável por dar nome ao logradouro, é natural de Brejo, sendo filho de José de Araújo Lima e de Bernarda de Fernandes Sousa. Em Brejo atuou como comerciante e logo em seguida dedicou-se a carreira política, desempenhando os cargos de vereador, intendente municipal, coletor estadual e coletor federal, obtendo reconhecimento por seu trabalho até a velhice. Veio à óbito em março de 1921, no estado do Piauí, em sua fazenda Pequizeiro, contudo seu velório aconteceu em Brejo, na igreja Santo Antônio.

3.2.5 Rua Duque de Caxias/ Magalhães de Almeida (Trajeto Rua do Porto)

A rua Duque de Caxias também denominada de rua Magalhães de Almeida, visto que ambas possuem o mesmo percurso, sendo que a segunda é uma espécie de continuação da primeira, trata-se um logradouro pouco extenso em comparação as outras ruas, seu espaço é ocupado sobretudo por casas residenciais e é possível perceber muitos casarões de época pertencentes a famílias tradicionais da cidade, especialmente no início da rua.

Figura 21: fotografia antiga da Rua Duque de Caxias / **Figura 22:** fotografia mais atual da rua Duque de Caxias



Fonte: disponível em <https://www.facebook.com/nostalgiabrejo/> / Fonte: Acervo Roque Pires Macatrão

As fotografias acima revelam uma rua com características que perduram até os dias atuais, principalmente seus casarões. A primeira figura (19) data no período de 1970, no qual podemos visualizar algumas características tais como a falta de pavimentação, arborização nos dois lados da rua, casas já cobertas de telha e um fusca estacionado. A imagem ao lado, apesar de mais atual, ainda guarda os reflexos dos tempos mais remotos, ainda prevalecendo uma estética arborizada, e a preservação de seus casarões.

Nesse sentido, é possível observar aspectos ligados à distinção social desse espaço, como podemos confirmar também na fala do brejense Lucas Jhonatan Mesquita dos Santos ao dizer “Isso! no começo é Rua Duque de Caxias e depois vira Rua Magalhães de Almeida, [...] ai de algum outro tempo pra frente ampliaram a rua e por questões socioeconômicas [...] se tu ver as primeiras casas, são casas de família tradicional, né, aí acredito que por essa questão eles mantiveram o primeiro nome da rua para separar da segunda.” (Entrevista cedida à autora em 09 de junho de 2024)

O registro acima (figura 19) foi divulgado numa rede social (facebook) numa página chamada *Nostalgia Brejo-MA* (2018). É visível nos comentários das imagens a ligação dos cidadãos em relação a rua, remontando ao tempo da infância, como é possível perceber na fala de Patrícia Bacelar Braga (2014) “Às árvores que ladeavam a Rua do Porto. Cenário que marcou minha infância. Algarobas sempre verdes, que davam a esta rua um charme e uma elegância natural e único. Saudades do meu Brejo antigo”. (Grifo meu)

O professor Pedro Portela (2022), morador da rua Magalhães de Almeida em entrevista cedida à Santos, (et al, 2022, p.60) diz que: “Na minha infância não tinha tráfego

intenso de carros e motos como agora. Havia muita areia em alguns pontos que serviam para nossas brincadeiras e não tinha TV e nem celular para nos prender em casa. Não tinha assalto.”

A rua Duque de Caxias também é popularmente conhecida como Rua do Porto, tendo em vista seu entrelaçamento a questões socioeconômicas que a cidade possuiu outrora a partir da movimentação do antigo Porto de Repartição. A moradora Keyla Raquel M. de Aragão, ao ser questionada sobre a nomeação da rua diz que o logradouro era conhecido pelos brejenses como Rua do Porto, pelo fato de que os comerciantes da época faziam passagem até a localidade chamada de Repartição “[...] aonde fazia o tráfego pelo Rio Parnaíba de várias mercadorias inclusive de pessoas” (Santos, et al, 2022, p.61).

A Rua do Porto, como referenciado pelos seus moradores revela através da memória do seus cidadãos, a importância socioeconômica que a cidade já teve bem como a lembrança que ela traz por meio de seus registros mais antigos, servindo como espécie de um testemunho de uma sociedade abastada refletida não somente na história mas também na estética que ainda possui até os dias de hoje.

Em relação aos personagens que nomeiam a referida rua, temos Luís Alves de Lima e Silva (Duque de Caxias), (1803-1880), nascido no estado do Rio de Janeiro, filho do Marechal de Campos Francisco de Lima e Silva e de Mariana Cândida de Oliveira Belo. Iniciou a carreira de militar, ocupando, por conseguinte outros cargos importantes no exército brasileiro.

Figura 23: Duque de Caxias



Fonte: www.Sohistória.com Acesso em 09 de junho de 2024

Durante sua participação no exército reprimiu estrategicamente ações contrárias ao império, lutando inclusive na Bahia contra tropas portuguesas que se recusaram a reconhecer a

independência do Brasil bem como em diversas revoltas populares que ocorreram em diversas províncias. Na década de 1960 foi promovido a Marechal e em 1969 recebeu o título de Duque. Faleceu no dia 07 de maio de 1880. O dia de seu nascimento foi consagrado ao dia do soldado brasileiro, além de ser reconhecido como patrono do exército brasileiro.

Sobre José Magalhães de Almeida (1883-1945), (Magalhães de Almeida) é maranhense, nascido na cidade de Codó, filho de Henrique Guilhon de Almeida e de Zulina Magalhães de Almeida. Na juventude estudou nos colégios Coqueiro e Machado e no Liceu Maranhense, em São Luís. Teve importante carreira na política mas especialmente na vida militar ao adentrar no ano de 1899 na Escola Naval, no Rio de Janeiro, no qual anos mais tarde foi promovido a guarda-marinha, ascendendo mais na frente ao posto de segundo-tenente, no qual participou de missões no Chile, Argentina e Uruguai, promovendo-se a primeiro-tenente em 1910. Não foram encontrados registros fotográficos a respeito de Magalhães de Almeida.

3.2.6 Avenida Raul de Freitas (Rua Da Feira/ Avenida)

Nesta rua, conhecida costumeiramente pelos moradores de Rua da Feira, é um logradouro de espaço amplo, que se distribui entre casas residenciais e comerciais. Nela encontramos lojas de roupas, farmácias, frigoríficos, o Jardim de Infância da cidade e o prédio sede da igreja Assembleia de Deus. A rua é cortada pelo riacho Ingarana, fazendo com que, em períodos chuvosos, ocorram enchentes, como podemos visualizar na fotografia abaixo (24). A imagem, registrada no ano de 1974, foi retirada da página social *Brejo Nostalgia*, revela a via tomada pelas águas que transbordou do riacho, situação ainda recorrente nos dias atuais.

Figura 24: Imagem antiga da rua Raul de Freitas



Fonte: <https://www.facebook.nostalgia Brejo/photos.com.br/>

Figura 25: Imagem da rua datada do ano de 2012 / **Figura 26:** Fotografia atual da rua



Fonte: <https://www.instagram.com/brejomeuamor?igsh=MXd5d2Yzdng1ZnJxaw==>

As duas fotografias acima (25-26) são registros mais atuais da rua supracitada, podemos perceber as características ainda presente em ambas as fotos como por exemplo as árvores na calçada que beira a lagoa, na figura 25 é possível notar a rua sem pavimentação, esse registro aconteceu no ano de 2012, em paralelo com a imagem ao lado, registrado no ano de 2021, no qual mostra a rua com pavimentação.

A rua recebe o nome de Rua da Feira pelos moradores, por se tratar de uma rua comercial, particularmente por abrigar aos sábados uma feira livre, que possibilita diversos trabalhadores autônomos instalarem suas barracas para a venda de diversos artigos, tais como vestuário, calçados, artigos de cama mesa e banho, utensílios de cozinha, dentre outros produtos.

Figura 27: Dia de feira (Avenida Raul de Freitas) / **Figura 28:** Imagens atuais da Avenida Raul de Freitas durante as feiras livres



Fonte: <https://www.instagram.com/brejomeuamor?igsh=MXd5d2Yzdng1ZnJxaw==>

As imagens acima revelam a dinâmica comercial que acontece aos sábados, às feiras desenvolvem maior impacto econômico durante o período de festas da cidade que corresponde de 28 de novembro a 08 de dezembro, período esse que atrai feirantes de diversos estados visto que se trata da festa mais esperada do ano na cidade (Santos, et al, 2022). Ainda de acordo com as autoras, ao entrevistarem os moradores da rua, relatam perceber nas falas destes não ter ocorrido nenhuma mudança significativa no logradouro no decorrer dos anos. Ao perguntarem a um entrevistado sobre a nomeação da rua e a possibilidade de renomear, ela cita: “Rua Ingarana! Porque fica próximo ao riacho da Ingarana”. O morador Lucas Marques, residente ali a mais de 20 anos também partilha da opinião de que não houve mudanças relevantes. .

Sobre o nome Raul de Freitas, se dá em homenagem a Raul Martins de Freitas, que segundo Portela (P/D), pertenceu à Academia Maranhense de Letras, foi poeta e rábula (pessoa que exerce a função de advogado sem possuir formação na área).

Figura 29: fotografia de Raul de Freitas



Fonte: LAGO, Aderson de Carvalho. Brejo, aldeia dos Muypurás. São Luís; SIOGE, 1989.

Em sua biografia, endereçado no site da Academia Maranhense de Letras, consta que Freitas, nascido em Brejo no dia 12 de outubro de 1894, além de poeta e advogado, exerceu também a profissão de jornalista. Foi casado com Zita Martins de Freitas e veio a óbito em São Luís, Maranhão.

3.2.7 Rua Cândido Mendes

A Rua Cândido Mendes, localizada na parte central da cidade, especificamente tendo início na Praça Matriz e limitando-se com a Rua Escalvado, é um logradouro constituído majoritariamente por casas residenciais e por estabelecimentos comerciais, como oficinas, comércios e lojas. De acordo com seus moradores, as mudanças que ocorreram na rua estão atrelada a melhorias quanto a infraestrutura, como asfalto, luz elétrica, saneamento básico, pois antes a rua tinha o calçamento feito com pedras e com o passar dos anos ela foi se modernizando. De acordo Santos (2022, p.66) “a dona de casa Germana Lopes Oliveira, de 28 anos, confirma que essa rua sempre teve esse nome e destaca a comodidade de habitar nela, por ser bem estruturada, iluminada e calma, embora não compreenda o sentido do nome da rua”.

Figura 30: Rua Cândido Mendes / **Figura 31:** Imagem referente ao casarão, onde mora o padre da cidade, na Rua Cândido Mendes



Fonte: registro feito pela autora

Nas imagens acima podemos constatar uma rua pavimentada, no centro do logradouro encontramos a estátua do busto em memória ao advogado jurista da cidade, Cândido Mendes de Almeida. É uma rua predominantemente constituída por casas residenciais, ainda permanecem alguns casarões antigos, como podemos observar na figura 32, trata-se de um casarão localizado no início da rua, ao lado da Igreja Matriz da cidade, no qual é a moradia do atual padre de Brejo.

Nesse sentido, Cândido Mendes de Almeida, (1818-1881), natural de Brejo, Maranhão, durante sua vida, constituiu carreira como político, jornalista, advogado, professor e escritor. Aos 21 (vinte um) anos formou-se na faculdade de Direito de Olinda e fundou no Maranhão dois jornais: O Brado de Caxias e o Observador. Foi casado com Rosalina Ribeiro Campos, com quem teve dois filhos e, veio a óbito no estado do Rio de Janeiro.

3.2.8: Rua Professor Honório Martins

A Rua Professor Honório Martins, como o próprio nome sugere, é assim nomeada em homenagem ao professor Honório Martins, um dos primeiros professores da cidade. Trata-se de uma rua que predomina em sua maioria casas residenciais. De acordo com Santos, (et al, 2022), diz que os moradores definem o logradouro como um espaço tranquilo, com boa iluminação, pavimentação e ao serem questionados a respeito da nomeação, afirmam que foi assim nomeado em homenagem a um professor muito querido. A rua também foi sede da

primeira escola que homenageia o ilustre professor Honório Martins, tal fato leva-nos a constatar também que a referida rua possui tal nomeação por conta desse evento.

Figura 32: Imagens atuais da Rua Prof. Honório Martins

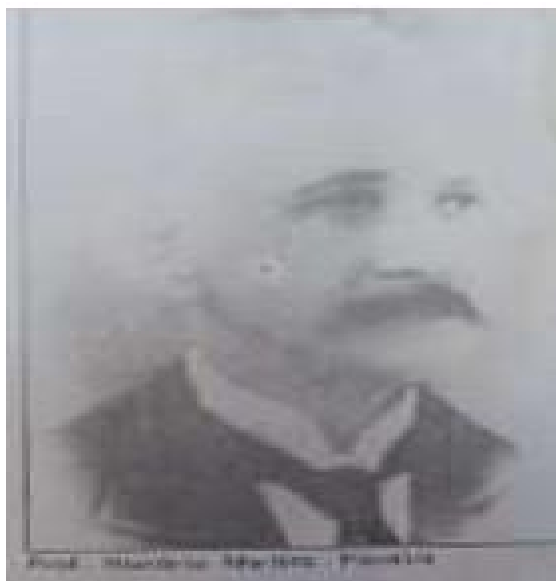


Fonte: Santos, et al, 2022

De acordo com Santos, (*et al*, 2022), afirmam que os moradores definem o logradouro como um espaço tranquilo, com boa iluminação, pavimentação e ao serem questionados a respeito da nomeação, afirmam que foi assim nomeado em homenagem a um professor muito querido. A rua também foi sede da primeira escola que homenageia o ilustre professor Honório Martins, tal fato leva-nos a constatar também que a referida rua possui tal nomeação por conta desse evento.

Sobre a personalidade que dá nome a rua, Lago, (1889), destaca que Honório Martins Ferreira (1857-1930) é natural de Brejo, Maranhão, sendo filho de José Martins Ferreira e Carlota de Carvalho Martins Ferreira. Se dedicou aos estudos, dedicando exclusivamente ao ensino primário; fundou um importante colégio para jovens de Brejo e de municípios vizinhos.

Figura 33: Fotografia do Prof. Honório Martins



Fonte: LAGO, Aderson de Carvalho. Brejo, aldeia dos Muypurás. São Luís; SIOGE, 1989.

O cronista acima diz também que o professor que dá nome a rua era especialista em Língua Portuguesa, Matemática e Geografia. Ao realizar um exame de suficiência em São Luís, foi aprovado com êxito por especialistas do Liceu Maranhense, recebendo o título de grande mestre; foi membro da Junta Governamentiva Municipal de Brejo, vindo a falecer em abril de 1933 na cidade.

3.2.9 Rua Dr. Moacir Coimbra

Localizada ao lado direito do cemitério paroquial de Brejo, a rua Dr. Moacir Coimbra é caracterizada como um morro extenso, no qual é constituída em sua maioria por casas residenciais, faz-se presente no logradouro o Cartório do 1º Ofício e é reconhecida pela população brejense como “Morro do Manoel Fotógrafo”, por ter sido local onde residia um dos primeiros fotógrafos do município, o senhor Manoel.

Figura 34: imagens atuais da rua Dr. Moacir Coimbra



Fonte: Santos, et al, 2022

De acordo com Santos, *et al* (2022, p.65-66), ao entrevistarem os moradores da rua sobre o porquê da nomeação ou mesmo a história da figura que nomeia a rua, ela obtém a seguinte resposta de uma das cidadinas: “[...] minha rua tem essa nomeação porque foi dedicado a um médico que faleceu, mais minha rua já teve vários nomes antes desse”. No decorrer desta pesquisa, foi analisado os projetos de lei das referidas ruas em análise, na Câmara Municipal da cidade, contudo, a maior parte dos logradouros não tinham os seus respectivos projetos, devido, segundo os funcionários, em razão de uma grande enchente que aconteceu na cidade em 2019 que levou a destruição desses documentos.

O projeto de lei de criação da Rua Dr. Moacir Coimbra, no entanto, ainda estava intacto, portanto, de acordo com a Lei Municipal nº 444/98, descreve que em 02 de junho de 1998, por meio da lei municipal pela Câmara Municipal de Brejo - MA e sancionado pelo prefeito municipal de Brejo, o então prefeito Antônio Nunes de Almeida (Tonico Nunes), estabelece que Art. 1:

Denominada “Rua Dr. Moacir Coimbra” o logradouro público que inicia na praça da Matriz, passando pela residência do senhor Maurício Ferreira de Carvalho (Maurício da dona Nita) até a travessa do escalvado próximo a residência do senhor Raimundo de Fátima Feitosa. (Brejo, 1998).

Figura 35: Imagem do Dr. Moacir Coimbra



Fonte: Acervo do Hospital Municipal Dr. Antenor Vieira de Moraes

O projeto contém a seguinte justificativa: Dr. Moacir Coimbra Pereira é natural de Colinas, Maranhão, formado em medicina na cidade do Rio de Janeiro na década de 70, veio trabalhar no Maranhão, escolhendo a cidade de Brejo para dedicar-se diuturnamente a sua profissão, salvando vidas e curando enfermidades por mais de 20 anos.

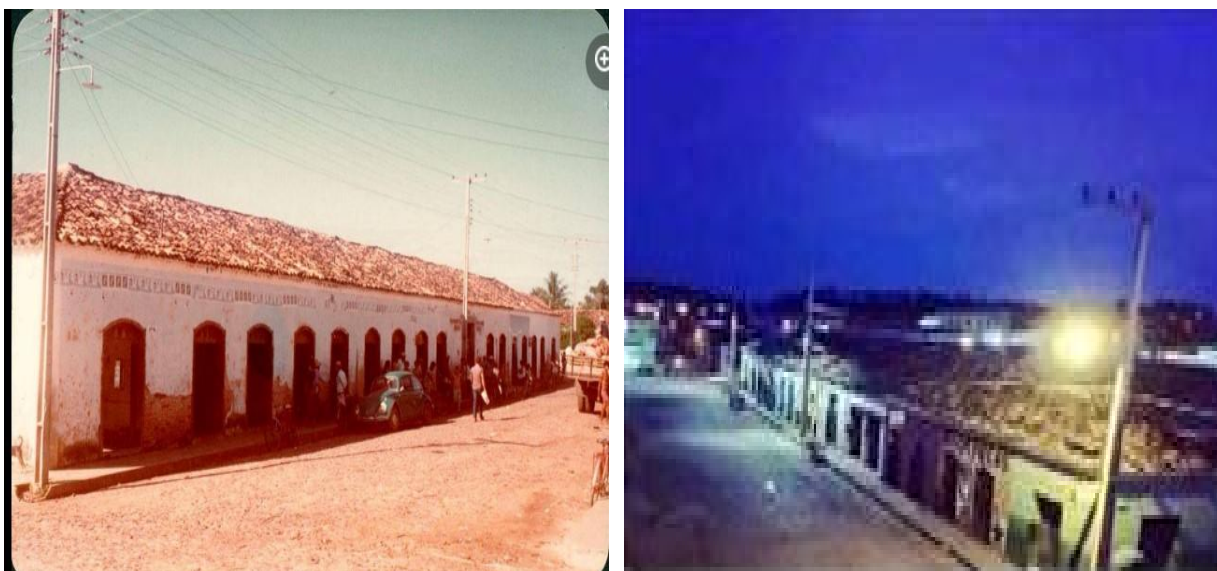
Paralelo a sua trajetória profissional, que dedicava com muito amor e carinho, foi esposo e pai de família dedicado, amoroso, responsável, como também fora católico praticante, onde sempre foi querido e amado por todos que o cercavam. Dr. Moacir foi agraciado por este poder legislativo com “TÍTULO DE CIDADÃO BREJENSE” em 1988, por já ser reconhecido naquela época como um grande BENFEITOR do povo brejense.

3.2.10 Travessa Cel. Antônio Guilherme (Rua do Mercado)

Conhecida pela população brejense como Rua do Mercado, a Trav. Antônio Guilherme é uma via que inicia a partir do prédio que funciona a Câmara Municipal da cidade e se limita com a Rua da Indústria, essa última, (também chamada pelos moradores de Rua do Mercado) é uma espécie de continuação da rua Antônio Guilherme. Apesar de seu espaço abrigar casas residenciais, o que predomina são seus estabelecimentos comerciais, tais como oficinas, padarias, supermercados, restaurante e também dá lugar ao mercado público da cidade,

que é um espaço de vendas que fornece produtos em geral, como frutas, verduras, carnes e outras mercadorias, funcionando de modo mais ativo aos sábados.

Figura 36: Fotografia antiga da Rua Cel. Antônio Guilherme / **Figura 37:** Fotografia mais recente da rua



Fonte: Brejo Nostalgia: disponível em: [\(4\) Nostalgia Brejo-Ma | Facebook](#)

Figura 38: Imagens atuais da rua em plena feira livre aos sábados



Fonte: Brejo Meu Amor, disponível em: <https://www.instagram.com/brejomeuamor?igsh=MXd5d2YzdnglZnJxaw==>

Segundo Santos, *et al*, (2022, p.58), a respeito do nome Rua da Indústria, está atrelado a uma época, que corresponde ao início do século XX, que segundo a autora:

[...] havia ali uma indústria que, por sua vez, fora destruída por uma explosão, segundo o professor Pedro Portela. Em comum acordo, Macatrão, em uma entrevista cedida às autoras no dia 10 de janeiro de 2022, nos relata que toda a extensão da rua era ocupada por uma indústria que produzia sabão e óleo e ainda uma fábrica de descaroçar algodão.

Em relação à nomeação oficial da rua, a memória dos moradores está associada mais à questão comercial, por isso “Rua do Mercado”, demonstrando desconhecimento à figura do Cel. Antônio Guilherme. Por conseguinte, conforme Lago, (1989), Antônio Guilherme de Melo (1868-1938), natural do estado do Ceará, transferiu-se para Brejo anos depois.

Figura 39: Antônio Guilherme de Melo



Fonte: acervo da Câmara Municipal

Durante sua vida constituiu grande domínio no setor econômico e político, ao ser eleito comandante da cidade, dedicou-se ao comércio, à indústria e à pecuária, tornando-se proprietários de grandes bens. Sua morte ocorreu no dia 19 de março de 1938. Não foram encontrados imagens acerca da referida personalidade.

3.2.11 Rua Machado de Assis (Rua da Cadeia)

A rua oficialmente conhecida como Rua Machado de Assis, dá início na Rua Sabino Câmara se estendo até a rua denominada de Guanabara. A rua concentra em sua grande maioria casas residenciais, mas é formada também por estabelecimentos comerciais de pequeno porte e é conhecida por ser neste espaço está localizada a delegacia municipal. Trata-se de uma rua

estreita, porém estruturada quando a pavimentação e número de residências foram aumentando no decorrer dos anos.

Figura 40: Imagens atuais da Rua Machado de Assis



Fonte: Santos, et al, 2022

Em relação a esta rua, Santos, (et al, 2022) pontua que durante entrevistas com moradores da rua, foi informado que o logradouro sempre teve esse nome e que as mudanças ocorridas ali estavam vinculadas a infraestrutura da rua bem como o aumento considerável de casas. Sobre a possibilidade de renomear, comentam que:

Percebemos, no decorrer de nossas análises, que a nomeação de personagem se configura com elemento complexo e, por vezes, controverso. Nesse caso em questão, as moradoras reconhecem a nomeação oficial da rua, no entanto, nunca houve a necessidade de se questionar de quem se tratava. Assim, como podemos perceber também na fala de Georgina, como em outros cidadãos, talvez fizesse mais sentido a homenagem a alguém que resida na rua, pessoas comuns que sempre viveram na rua ou de pessoas que tiveram destaque na atualidade, seja no âmbito político, econômico e social. (Santos, *et al*, 2022, p.63)

Assim sendo, sobre o respectivo nome da rua, temos representado Joaquim Maria Machado de Assis (1839-1908), nascido no Rio de Janeiro, foi casado com Carolina Augusta Xavier de Novais (1869) de família humilde, descendente de escravizados, é um dos maiores escritores da língua portuguesa, apesar de sua condição de saúde difícil, visto que era epilético e gago, saiu aos 16 (dezesesseis) anos de casa e começou a trabalhar em jornais da capital como aprendiz de tipógrafo.

Figura 41: Fotografia de Machado de Assis



Fonte: <https://pin.it/6qRaWVO>

Machado de Assis fundou a Academia Brasileira de Letras (1897), onde ocupou a cadeira de presidente por 10 (dez) anos. Além disso, ocupou diferentes cargos públicos, vindo a falecer aos 69 anos de idade.

3.2.12 Rua Monsenhor Pedro Santos (Rua Estrada Nova)

A Rua denominada de Monsenhor Pedro Santos, é uma extensa rua que dá início a partir do espaço que compreende a Igreja Matriz (Nossa Senhora da Conceição) à esquerda e vai em direção a estrada que dá acesso à localidade Repartição. A rua antes denominada de “Rua Estrada Nova” passou a se chamar Monsenhor Pedro Santos, antes era reconhecida pelo primeiro nome pelos moradores pois neste logradouro foi criado uma estrada que vai até a Repartição, como mencionado acima, e podemos constatar a partir de Santos, et al (2022, p.62) que afirma em entrevista realizado com moradores que “Em relação ao motivo da rua se chamar

Estrada Nova pontua que também “[...] é conhecida como Rua da Repartição pela localização onde leva”.

Fotografia 42: fotografia atual da Rua Monsenhor Pedro Santo



Fonte: <https://www.instagram.com/brejomeuamor?igshid=YmMyMTA2M2Y=>

Na referida rua há o predomínio de casas residenciais e alguns estabelecimentos comerciais, ao longo do tempo as mudanças percebidas estão relacionadas mais uma vez a saneamento básico, pavimentação das ruas e o surgimento de comércio. Sobre a nomeação atual da rua e em consonância com a lei municipal nº 637/2010, que consta em 30 de agosto de 2010, foi aprovado pela Câmara Municipal de Brejo -MA e sancionado pelo prefeito municipal de Brejo, por meio do então prefeito José Farias de Castro, através do artigo 1º fica determinado que a rua que hoje conhecemos como “Estrada Nova”, nesta cidade receberá o nome de “Monsenhor Pedro Santos” (Brejo, 2010). A justificativa quanto a escolha do nome menciona que:

Monsenhor Pedro Santos, nascido no dia 15 de agosto de 1913, filho de Mariano Rodrigues dos Santos e Teresa Cunha dos Santos, faleceu no dia 30 de junho de 2000, tendo dedicado quase toda sua vida ao sacerdócio, evangelizando os paroquianos de Brejo, Anapurus, Mata Roma e Urbano Santos. Foi o idealizador da construção da catedral de Nossa Senhora da Conceição, a qual acabou com a demolição da antiga igreja da Matriz. Desenvolvendo seu lado mais humanista, voltado para as causas sociais, em 1966 criou as SAB's (Serviço de Assistência aos Bairros), cujo propósito era atender a população mais carente com a doação de alimentos e vestimentas advindas da CÁRITAS. Foi nesse sentido que se pensou em denominar de rua Monsenhor Pedro Santos, a rua que conhecemos como Estrada Nova. Pessoa de

conduta ilibada em nossa sociedade, de um imenso coração, repleto de bondade e solidariedade, profundo conhecedor das angústias do nosso povo carente.

Figura 43: Imagem de Monsenhor Pedro Santos



Fonte: Acervo Roque Pires Macatrão

Portanto, conforme Santos (*et al*, 2022), é possível conjecturar que as ruas bem como a memória dos seus moradores muitas vezes revelam elementos de disputas. Ao analisar a rua podemos notar o desconhecimento das pessoas a respeito da nomeação do logradouro bem como a pessoa homenageada.

3.2.13 Travessa João Marinho Bacelar (Rua do Seminário)

A rua denominada de Travessa João Marinho Bacelar, inicia a partir da Rua Gonçalves Dias e se estende até a Avenida Sabino Câmara, é uma pequena rua, em paralelo com as demais, há ali uma pequena movimentação comercial que inclui salão de beleza, hortifruti e um posto de combustível. De acordo com alguns moradores, antes a rua era conhecida como Rua do Portão, visto que outrora não havia saída e, era formada por duas residências e havia muita vegetação no local. (Santos, et al, 2022).

Figura 44: Imagens atuais da Trav. João Marinho Bacelar



Fonte: Santos, et al, 2022

Podemos visualizar por meio da imagem acima, que a rua ainda possui o chão de pedras, consistindo numa via com pouca movimentação, constituído em sua maioria por casas. Mais tarde passou a funcionar nesta pequena travessa, um prédio conhecido como Seminário, no qual funcionava como uma escola provisória. Seu dirigente, Dom Afonso, responsável pelo espaço, fazia distribuição de alimentos para as pessoas carentes, por essa razão, os moradores da cidade se referem a ela hoje em dia como Rua do Seminário.

Sobre a figura que nomeia esta rua, não encontrou-se registro fotográfico e obteve-se pouca informação, apenas que João Marinho Bacelar é natural de Manaus (Amazonas), vindo mais tarde a se estabelecer em Brejo, onde trabalhou no comércio e depois adentrou à política, chegando a ser vice-prefeito de Brejo (Portela, S/D).

3.2.14 Rua Alcino Vieira de Moraes.

A Rua Alcino Vieira de Moraes, é uma pequena via que inicia na esquina partindo da Rua Gonçalves Dias e se limita no riacho Ingarana, na Rua Joaquim Cirilo. A referida rua é constituída por um armazém, que antigamente funcionava uma fábrica de beneficiamento de arroz denominada de Usina São José, que pertencia ao senhor Alcino Vieira de Moraes Filho, a usina deu abertura no ano de 1994 e ficou inapta no ano de 2019. A fábrica foi de grande

importância econômica na época. Além do prédio que funcionava a usina, há também 3 (três) casas residenciais e um terreno com matagal.

Figura 45: Fotografia de Alcino Vieira de Moraes



Fonte: acervo particular, Ana Léa³²

Em conformidade com o projeto de lei municipal nº 13/2003 de 30 de junho de 2003, aprovado pela Câmara Municipal de Brejo-MA e sancionado pela prefeitura de Brejo, através da então prefeita Dr^a Teresa Carlota Carvalho Caldas, no qual decretou pelo:

Art. 1º fica denominada a Rua Alcino Vieira de Moraes, o logradouro público que fica entre as ruas Gonçalves Dias e a Av. Lima Costa, iniciando na altura das residências dos senhores: Heitor Bacelar Martins e Francisco Soares de Lima até o riacho de Santana (Brejo, 2003)

Justificativa: O presente projeto de lei se justifica, tendo em vista que o referido senhor (in memoria), foi político, vereador, comerciante com indústria de arroz, sendo esta última instalada na referida rua, caracterizando serviço prestado a comunidade, merecendo, portanto, a homenagem.

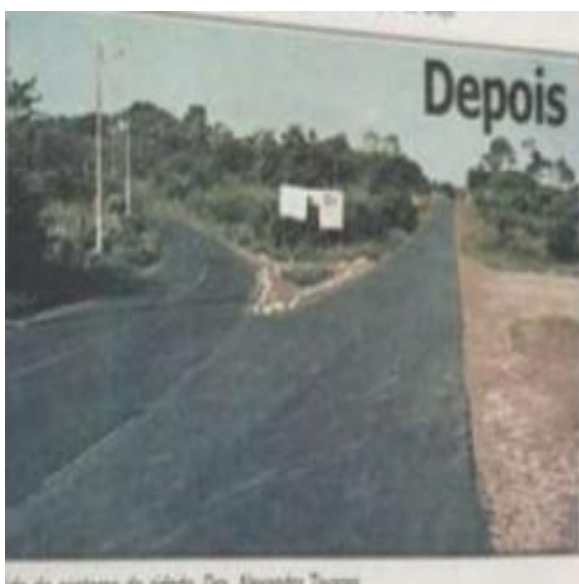
³² É professora da rede municipal da cidade de Brejo e filha de Alcino Vieira de Moraes.

3.2.15 Avenida Alexandra Tavares

A Avenida Alexandra Tavares é uma das principais vias de acesso à cidade de Brejo. Apesar da sua pouca extensão, tendo em vista que ela está localizada entre a Av. Agenor Vieira de Moraes, nos arredores próximo a um posto de combustível e se estende até a Avenida Sabino Câmara, a rua abriga o cartão postal da cidade, o monumento em alusão aos indígenas Pianau e Ubotyatá, os primeiros indígenas a chegarem nessa localidade.

Figura 46: fotografia antiga da terraplanagem Av. Alexandra Tavares / **Figura 47:**

Imagens recentes da Av. Alexandra Tavares



Fonte: Disponível na revista Brejo em Revista. Ano I. Nº1. Junho/2003.p.27

Fonte: <https://www.instagram.com/brejomeuamor?igshid=YmMyMTA2M2Y=>

Acima podemos visualizar na primeira figura (46), uma imagem antiga da rua em processo de pavimentação, é possível notar que ainda não existia o monumento em referência indígena. As fotografias representadas na figura 46 demonstra a avenida na atualidade bem como podemos visualizar o monumento dos indígenas, a mesma possui poucas casas residenciais, um posto de combustível e não há comércio. Ao lado da rua, de quem adentra a cidade, após o monumento, está situado o principal e único lixão da cidade, sendo este, motivo de muitas queixas dos moradores dos arredores.

Figura 48: fotografia de Alexandra Tavares



Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2305200710.htm>

Sobre a personalidade que nomeia este espaço temos a senhora Alexandra Miguel Cruz Tavares que, de acordo com a lei municipal nº519/2003 estabelece que em 03 de julho de 2003, aprovada pela Câmara Municipal de Brejo – MA e sancionada pela prefeitura municipal de Brejo, através da então prefeita Dr^a Teresa Carlota Carvalho Caldas, a qual decretou pelo:

Art. 1º fica denominado Av. Dr^a Alexandra Miguel Cruz Tavares, o logradouro público que fica localizado entre a Av. Agenor Vieira de Moraes, na altura do posto cidade alta até a Av. Sabino Câmara, limitando-se com a rua transversal São Silvestre, próximo à caixa d'água da CAEMA. (Brejo, 2003)

Alexandra Miguel Cruz Tavares, natural da cidade de Satélite do Gama-DF, exercia a profissão de aeromoça até casar-se com José Reinaldo Tavares, que já exerceu o posto de vice-governador e governador do Maranhão (2002-2006). Alexandra formou-se em direito e, no posto de primeira dama, assumiu a área social do governo do marido, à frente da secretaria extraordinária de solidariedade e uma do comitê de política orçamentária. A união do casal durou 13 anos e tiveram três filhas.

3.2.15 Rua Escalvado

A rua denominada Escalvado, fica localizada no limite entre a Rua Cândido Mendes e se estende até ao Porto Repartição. O logradouro é predominantemente formado por casas

residenciais, sendo poucos os estabelecimentos comerciais, possui 3 (três) igrejas, sendo esta uma característica forte na expansão e consolidação da localidade.

Em pesquisa realizada por meio de fontes orais, pôde-se constatar de acordo com moradores, que ao serem questionados do porquê da nomeação da rua, relataram que o motivo do nome da rua está atrelado especificamente a um morro localizado nessas terras que, segundo o citadino, o senhor Antonio Otaciano Patriarca, 62 anos, nos diz que “[...] é porque na nossa região, quem vai para a lagoa escalvado, existe um morro e ele é careca e como aqui era terra indígena, por que o morro era “calvo” ficou o nome Escalvado”.

Outro morador, o jovem Lucas Jonathan dos Santos, relata que “(o nome da rua) deve ser relacionado a alguma coisa próxima de “calvo”, careca, do morro careca e aí, eles colocaram como referência, por que o morro tem um deslizamento que é muito evidente” (grifo meu). Ainda de acordo com os citadinos, sobre as mudanças percebidas ao longo do tempo na rua, está atrelada ao aumento de números de casas, a criação de igrejas, escola e a formação de um campos de futebol, sendo este último uma característica importante do logradouro, possuindo uma tradição esportiva muito forte, o que atraiu muitas pessoas para a localidade.

Ao ser questionado sobre a possibilidade de renomear a rua, seu Otaciano responde o seguinte: “Jamais! por que aqui já vem dos índios, a gente não pode desfazer o que os índios fizeram, eram nossos históricos, nossos ancestrais” (entrevista cedida à autora em 15 de junho de 2024).

Figura 49: Imagens atual da rua Escalvado



Figura 50: Imagem da rua Escalvado



Fonte: Registros feitos pela autora

Podemos observar que a referida rua foi assim nomeada em virtude de uma característica natural da localidade - o morro localizado na região - contudo, podemos perceber ainda que essa característica presente na designação do logradouro tem origem a partir da existência de povos tradicionais, indígenas que ocuparam essa localidade, demonstrando assim, um legado e preservação desses povos na constituição do nome da rua Escalvado.

Isto posto, podemos perceber que nossa cidade não apenas possui história(s), mas também memória, que está registrada e pode ser contada de diversas maneiras ou a partir de diferentes pontos de nossa Urbe. Através da análise de entrevistas, documentos e registros fotográficos compartilhados nas redes sociais, ficou claro que nossas ruas foram testemunhas de grandes eventos e momentos importantes ao longo do tempo. As ruas, com base na materialidade refletida em seus casarões, podem nos revelar, por exemplo, o status econômico que possuíam no passado.

Nessa perspectiva, é interessante ressaltar que segundo Barros (2007, p.45) que a cidade pode ser interpretada, metaforicamente, visto que se trata de "grande texto que entrelaça uma infinidade de outros textos, incluindo as pequenas conversas do dia a dia". Para o autor, isso dá ao pesquisador uma abertura para que este desempenhe um papel de “decifrador” desses múltiplos discursos. Barros (2007, p.45) acrescenta que, por meio dos processos habituais de (re) nomeação oficial de nossos logradouros e vias públicas, "a cidade também se comunica com seus habitantes e visitantes através dos nomes próprios que ela abriga [...]".

Ao pensarmos sobre as práticas de nomeação de ruas, precisamos estar atentos em relação a esses discursos, temos que estar atentos e torna-los objetos de discussão, no sentido de compreender as formas como nossa história foi e está sendo escrita, quem são os sujeitos contemplados pela história oficial de nossa cidade, quais os grupos silenciados e marginalizados nesse contexto. A partir disso, abaixo, encontram-se em destaque, na quadro 1, os nomes das ruas e as profissões/ocupações dos homenageados:

Quadro 1 – Nomes das Ruas: Profissões e Ocupações

NOME	PROFISSÃO/GRUPO SOCIAL
Gonçalves Dias	Poeta, escritor, jornalista e advogado.

Antônio Manoel	Comerciante, político.
Duque de Caxias	Militar estadista (Patrono do Exército Brasileiro)
Antônio Guilherme	Comerciante, pecuarista, coronel.
Raul de Freitas	Poeta e rábula
Magalhães de Almeida	Militar (guarda-militar e tenente).
Machado de Assis	Escritor e político.
Luís Domingues	Político
Cândido Mendes	Político, professor, jornalista e advogado.
Honório Martins	Professor e membro da junta governativa de Brejo
Moacir Coimbra	Médico
Pedro Santos	Religioso
Alcino Vieira de Moraes	Comerciante e político
Alexandra Tavares	Aeromoça, advogada e assistente social.
João Marinho Bacelar	Comerciante, político
Sabino Câmara	Sem informações
Escalvado	Termo indígena referente a uma característica da natureza

Levando-se em consideração os dados acima, observa-se que as informações analisadas remetem a grupos da esfera política, tanto a nível local, como regional e nacional, bem como a sujeitos que atuaram no âmbito militar. Há também personalidades que exerceram carreira na educação como professores e outros como escritores, poetas, jornalistas, advogados, comerciantes, religiosos e médicos. Podemos perceber que se trata de sujeitos que, de certo modo, pertencem a setores privilegiados socialmente e que se destacaram em determinados momentos ou contextos na cidade, estado ou país. É interessante notar que as referidas personalidades são, em sua maioria, homens, o que demonstra uma obliteração em relação a outros grupos como mulheres – apenas uma das pessoas analisadas é mulher – negros e indígenas naturais da localidade.

Apesar disso, alguns moradores das ruas aqui analisadas demonstram um reconhecimento dessa identidade indígena, sobretudo, afirmada através do monumento que dá acesso à cidade, no qual está descrita a seguinte frase: "Brejo, Terra dos Muypurás", assim como na placa que informa: "Bem-vindos(as) a Brejo, terra do Anapurus, paraíso dos Muypurás". Dessa forma, voltando às concepções iniciais, percebe-se como ocorrem e se

articulam as disputas de memória e a segregação dos personagens que foram excluídos na constituição dos referidos logradouros, e as formas que as pessoas encontram de lembrá-las.

Além disso, é crucial considerar como essa representação desigual reflete as dinâmicas de poder e exclusão que historicamente marginalizaram certos grupos, como enfatizado ao longo desse trabalho; logo, a presença desses sujeitos, seja por meio dos monumentos e marcos históricos ou mesmo quando pensamos seu reconhecimento através dos nomes das ruas e logradouros públicos, se tornam fundamentais na valorização e inclusão desses indivíduos na sociedade.

4 HISTÓRIA LOCAL EM BREJO/MA

Brejo é uma cidade de características próprias, romântica, com alma alicerçada em idealismo, bravura e luta, nascida da miscigenação do negro, branco e índio. O fascínio de sua gente, de seus filhos ilustres, o mistério de suas lagoas, seus riachos e córregos, o cheiro da terra molhada, a candura dos ventos que sopram, bacurizeiros e pequizeiros em flor que impregnam a cidade de perfume e poesia, fazem com que Brejo seja consagrada como a mais pitoresca cidade do Baixo Parnaíba.

(Francinete Nunes de Almeida Silva³³)

A história local, como enfatizado ao longo deste trabalho, desempenha um papel importante e fundamental na construção da identidade e na memória coletiva de uma determinada localidade ou comunidade. Ao dirigir nosso olhar para as ruas, praças e monumentos, deparamos com vestígios de eventos passados e sujeitos que, de alguma forma, desempenharam um papel significativo e repercutiram na formação e moldagem da cidade ao longo do tempo. Ao adentrar na história local, não apenas resgatamos memórias esquecidas ou obliteradas, mas também compreendemos melhor as dinâmicas sociais, culturais, políticas e econômicas que influenciaram a constituição de uma cidade.

O objetivo deste capítulo é verificar se, na história recente de Brejo, existe ou existiu algum tipo de projeto, ação, portaria, resolução ou normativa por parte do governo municipal com ênfase na história local, e se a história local e a memória da cidade, de algum modo, são objetos de atividades no sistema educacional e escolar. Dessa maneira, busca-se descrever os principais projetos, ações e eventos direcionados para a memória e a história de Brejo. Em suma, aqui podem ser descritos e analisados, especialmente por meio de análise documental e entrevistas com gestores públicos, voltados para a história, memória e identidade local. Trata-se de produzir uma memória das tentativas e, quem sabe, de alguma experiência efetivada com vistas à questão.

4.1 História local em ações do governo municipal e da sociedade civil organizada em Brejo

A Historiadora Sandra Cristina Donner (2011), ao refletir sobre a História Local especialmente voltada para a questão da memória, identidade, cultura histórica e usos da História como possibilidade para compreender o papel da história local junto as comunidades pesquisadas, enfatiza como essa temática se insere no cotidiano das pessoas e o quanto elas

³³ SILVA, Francinete Nunes de Almeida. Brejo, Terra dos Anapurus. (Monografia)

influenciam nas decisões administrativas e na oferta de projetos voltados para o tema. Nesse sentido, para a autora:

Essa sensação de permanência do passado no presente é um indicativo de que uma das funções do processo histórico é construir identidades que se relacionam em uma vivência política e social. Isso fica claro quando pensamos na história disciplina escolar ou na que é promovida pelas administrações públicas. Essa afirmação se materializa na escolha dos elementos celebrativos que virão à luz e dos eventos e monumentos do passado que constituirão a memória e a história continuamente lembrada, ou ruminada, [...]. Uma cultura histórica. Mas, diferente da ruminação tediosa, os elementos mudam a cada geração que repensa seu passado e o comemora. (Donner, 2011, p. 8)

Tomando como pano de fundo as ideias de Donner (2011), pretende-se aqui descrever e analisar, especialmente a partir de análise documental, mas também entrevista com gestores públicos, no caso, a secretária de cultura da cidade, voltados para a história, memória e identidade local – por parte da gestão pública. Trata-se de produzir uma memória das tentativas e quem sabe de alguma experiência efetivada com vistas à questão.

Nesse sentido, Brejo, por ser uma localidade detentora de um patrimônio arquitetônico e cultural rico, possuindo muitos casarões que remontam a épocas distintas, bem como monumentos históricos presentes em suas praças públicas, pode-se dizer que é uma cidade com potenciais possibilidades para iniciativas do governo municipal e da sociedade de modo geral na promoção e manutenção de sua história. É sabido que a criação de políticas públicas voltadas para a conservação desses patrimônios, bem como a promoção de atividades educativas e culturais, são essenciais para garantir a perpetuação da memória e da história da cidade.

Dessa maneira, pode-se verificar, em um primeiro momento, por meio do trabalho monográfico intitulado *Casarões de Brejo: Memória, Esquecimento e (Des)usos de um Patrimônio da Cultura Material*, desenvolvido por Viviane Araújo (2022), cuja pesquisa é voltada para a cidade de Brejo, especialmente para seu patrimônio cultural material, os casarões. Araújo dedicou parte de seu trabalho a investigar se existem ou existiram políticas públicas em prol da conservação e preservação desses casarões, por parte do poder público e da sociedade. Assim, com o foco em encontrar documentos e projetos que comprovassem a existência dessas políticas públicas, a autora recorreu aos arquivos da cidade; entretanto, não foram encontrados registros documentais que demonstrassem a existência desses projetos. Segundo a mesma:

[...]o único documento encontrado foi o Plano Municipal de Educação 2015-2025, (Lei nº697/2015), que prevê o ensino de história local e da cultura, bem como visita a museus, praças. A centenária cidade de Brejo, que outrora foi governada por vários

gestores, concernentes a várias camadas sociais não despertou interesse na implementação de políticas públicas, por parte das administrações, no intuito de promover a preservação e valorização do patrimônio arquitetônico da cidade. (Araújo, 2022, p. 43)

Por tratar-se de uma parte historicamente importante para a cidade, a autora supracitada demonstra preocupação com o descaso do governo municipal em relação aos casarões, evidenciando a falta de interesse pelo patrimônio cultural e imaterial. No que tange à sociedade civil, a autora destaca a criação da Sociedade de Defesa da Terra e do Povo Brejense, idealizada pelo conterrâneo Roque Pires Macatrão em parceria com outros cidadãos de Brejo.

A associação mencionada acima não possui fins lucrativos e é apartidária e segundo o próprio Roque Pires Macatrão, em seu livro *Minha Saga Brejense* (2011), o movimento possui algumas finalidades e destaca dois pontos que vão de encontro com a questão da memória e da preservação dos casarões que seria “resgatar a memória do Brejo e dos brejenses, através de fotografias, filmes, objetos, identificação de pontos históricos[...] e preservar prédios, ruas e praças”. (Macatrão, 2011, p. 28-29).

O advogado e cronista Roque Pires Macatrão demonstrou grande interesse em relação a história de Brejo, ao divulgar por meio de livros, fotografias e registros antigos da cidade, especialmente de seus casarões por meio das suas obras: *Casarões de Brejo* (2005) e a segunda edição *Casarões de Brejo e Outro Pontos* (2009).

Segundo Macatrão (2009), ao se referir acerca dos casarões de Brejo e a possibilidade de tombamento enquanto patrimônio histórico da humanidade, relata que, “tinha, pois, uma característica que merecia ser preservada, como um patrimônio da humanidade, [...] não descuidei de dar sugestão aos governantes para preservar,”. (Macatrão, 2009, p. 25-26). Mesmo possuindo grandes interesses com a história de Brejo, especialmente seus casarões, Macatrão ressalta ainda que nunca obteve por parte dos gestores municipais da cidade nenhum retorno.

Roque Pires Macatrão é idealizador de um museu particular, fundando em 2001, em Brejo, e de acordo com Lima Júnior (2022), ele foi construído tendo em vista a inexistência de museus na cidade, bem como a necessidade de construir um espaço voltado para preservação da história de Brejo. O museu detém muitos objetos que outrora fizeram parte da história da cidade de Brejo, bem como um acervo fotográfico dos principais casarões da cidade, ele destaca o seguinte: “de modo que tenho, hoje, um grande acervo, dos mais variados [...], mais precisamente, fotografias de todos os casarões do Brejo, que eu me gabo de dizer, sem faltar

nenhuma”. (Macatrão, 2005, p. 11). O acervo com os registros fotográficos deram origem aos seus livros, anteriormente mencionados.

De acordo com Lima Junior (2022),

Esta instituição museal tem cumprindo o proposto em sua criação, pois serve a toda comunidade brejense e cidades circunvizinhas, atendendo aos visitantes, expondo as narrativas construídas através de fontes bibliográficas, orais e pelo acervo que compõe o museu. Dividido em 8(oito) espaços o museu é formado pela :Academia Brejense de Artes e Letras (ABAL), Sala Raimundo Nonato de Lima Macatrão e Gracinda de Lima Pires, Sala Roque Macatrão, Sala Brejo, Cozinha Antiga, Dormitório Antigo, Sala de Imprensa, e Oficina Clidenor Pedrosa. O Memorial apresenta mobiliário do século XIX retratando uma variedade de utensílios domésticos e de trabalho: louças, cristaleiras, estantes de madeira, mesas, cadeiras, cama, berçários, documentos escritos, quadros familiares, certificados e certidões familiares, engenho de cana de açúcar e de produção de cachaça, casa de forno para produção de farinha, máquinas agrícolas e de tração animal, Carro de boi, material de montaria, ferramentas agrícolas, instrumentos de castigo dos escravizados; instrumentos de pesca e produções acadêmicas sobre a História do Brejo. O acervo do museu possui mais de 447 (quatrocentos e quarenta e sete) entre peças e artefatos. (Lima Júnior, 2022)

Outro brejense fortemente engajado na propagação da história de Brejo é o professor Pedro Portela ³⁴, pedagogo, poeta e cronista. Através de mídias sociais,

³⁴ Nasceu na cidade do Brejo, Maranhão, no dia 14 de abril de 1964. Filho de Elias Portela da Costa e de Maria Helena Gomes da Costa, tem cinco irmãos: Antônio, Maria do Amparo (falecida), José de Ribamar (falecido), João Batista e Luís. Pedro Gomes Portela da Costa, de origem humilde, fez na sua cidade natal os estudos básicos, formando-se Técnico em Contabilidade aos vinte anos de idade. Em 1985, ingressa na Casa de Formação Redentorista em Fortaleza e inicia o Curso de Filosofia no Instituto Teológico e Pastoral do Ceará. Desiste no último período do curso em decorrência do desencanto que teve com a vocação sacerdotal. Retorna à casa paterna onde permanece por seis meses e em seguida mudou-se para Blumenau em Santa Catarina, vivendo ali por cinco meses. Estabeleceu-se, logo após, em Curitiba no Paraná onde habitou por cinco anos e trabalhou como Representante Comercial Autônomo. Pedro Portela jamais deixou de associar-se às Bibliotecas Públicas das cidades por onde residiu e sempre procurou manter-se bem-informado através dos jornais. Fez da leitura o seu hobby principal. A ausência dos pais, dos amigos e dos costumes da sua terra provocaram-lhe um patriotismo exacerbado. Sentiu na pele o preconceito que alguns sulistas nutrem pelos nordestinos, o que acabou servindo de inspiração para os seus primeiros poemas. Ainda na capital paranaense conhece Sandra Mara de Oliveira Bastos, com quem convive por dois anos. Esse relacionamento gerou Hegel, Priscila e Rainne, todos nascidos em Brejo. E os laços matrimoniais foram rompidos em 2006.

Em 1992, retorna definitivamente para sua cidade natal e trabalhou por nove anos como professor no Centro Educacional Cenecista Brejense, o antigo Ginásio Brejense. Exerceu o cargo de Secretário-Adjunto de Administração no governo municipal (1997-2000) e nesse mesmo período foi o primeiro diretor da Biblioteca Farol da Educação. Em 19 de novembro de 2004 foi graduado em Pedagogia pela Universidade Estadual do Maranhão, através do Programa de Capacitação de Docentes. Em 27 de dezembro de 2006, foi pós-graduado em Metodologias Inovadoras Aplicadas à Educação: Ensino de Ciências Humanas, pelo Instituto Franciscano Superior

especificamente o Facebook, o professor cria conteúdos digitais com foco especialmente sobre a cidade de Brejo e suas reminiscências. Em seu perfil social, Pedro Portela, a saber desde 2011, busca por meio de fotografias da cidade no transcorrer do tempo, nos festejos religiosos e pagãos, em datas comemorativas, textos, lendas e poesias autorais, tornar viva a história do município. Dentre os seus escritos, podemos destacar alguns deles: *Brejo Imperial* (2012), *Brejo Sob Olhares* (2012), *O Descobrimento do Brejo* (2015), *Filhas da Caridade do Sagrado Coração de Jesus* (2020), *O Santo da Minha cidade* (2021), *Pluralidade Cultural* (2019), *Monsenhor Pedro Santos, Rua do Porto* (2020), *Areias de São Sebastião* (2021).

Em entrevista cedida por Pedro Portela, o mesmo diz ter estreado na Academia Brejense de Artes e Letras ³⁵ com a publicação de *Uma Rua do Brejo, Terra de Cândido Mendes – Crônica e Poesia*, lançado em julho de 2006. Fazem parte da sua modesta obra: *O Milagre do Pezão – Cordel* (2007) e *Retrospecto das sucessões no município de Brejo-MA 1976/2006 – Ensaio* (2008). Pedro Portela tem dedicado boa parte de sua vida à pesquisa e vem fazendo um excelente resgate da história do Brejo e de sua gente. O mesmo relata que “Tem dado grande contribuição aos estudantes brejenses que sentem dificuldades de encontrar fontes de pesquisa sobre a história local. E tem usado as redes sociais para socializar sua produção literária”. (Entrevista cedida no dia 14/de janeiro de 2025).

Durante a presente pesquisa, obtive acesso às produções autorais do cronista e advogado Roque Pires Macatrão, bem como as contribuições do poeta e professor Pedro Portela; nesse processo de investigação, também me deparei com trabalhos voltados para a história de Brejo do poeta Luiz Regis Furtado ³⁶ autor do romance histórico *Vozes de Brejo*

de São Luís – MA. Foi empossado na Academia Brejense de Artes e Letras no dia 7 de dezembro de 2005, onde ocupa a Cadeira 37, tendo como patrono o Dr. Raul Bacellar. Na administração municipal (2005-2008) ocupou o cargo de Gerente Municipal de Administração, por dois anos, e de Secretário Municipal de Assistência Social, também por dois anos. No ano de 2008 ingressou na Rede Municipal de Ensino, através de concurso público.

³⁵ A Academia Brejense de Artes e Letra (ABAL), foi fundada no ano de 2003 e está localizada dentro do Memorial da Família Macatrão.

³⁶ Luiz Regis Furtado, nasceu em Parnaíba-PI e passou a residir em Brejo - MA desde os quinze dias de nascido. Filho dos brejenses Omar de Caldas Furtado e Nasaré Maria de Jesus Furtado. Aos dezesseis anos foi residir em São Luís, capital do Estado do Maranhão. Posteriormente transferiu-se para Belém, capital do Estado do Pará onde casou com Jacinta Queiroz e onde nasceram seus quatro filhos e se formou em Engenharia Agrônômica. Retornou a São Luís e voltou onde casou pela segunda vez com Rosana Silva da Silveira Furtado, considerando sua condição de viúvo. Membro da Academia Brejense de Artes e Letras, da Academia Atheniense

(2005), o livro faz um mergulho nas origens de Brejo, no qual o autor explora narrativas que resgatam a cultura e a história da cidade, por meio de uma trama cativante. No livro ele utiliza elementos reais e os transforma em um romance de ficção, a obra teve sua segunda edição em 2016. Há também o livro histórico “*Brejo, Aldeia dos Anapurus*” (1989), um trabalho que trata da odisseia da colonização de Brejo, o livro em si, é a trajetória de um povo durante o conturbado período da Balaiada, produzido por Aderson de Carvalho Lago³⁷.

Nesse ínterim, foram catalogados alguns poucos trabalhos de cunho acadêmico, produzidos há alguns anos; produções voltadas para a história da cidade; de maneira geral, são trabalhos monográficos de conclusão de curso destinados especificamente para a trajetória e formação histórica do município, dentre eles: *Brejo, Terra dos anapurus, O contexto Sócio-Histórico e Cultural de Brejo e o Papel da Uespi* (2002), *A formação histórica do Município do Brejo: da Colonização ao século XIX* (1997), de Mary Janne de Sá.

Com exceção do Sr. Roque Pires Macatrão, juntamente com a Sociedade Civil de Defesa da Terra e Povo Brejense e as contribuições do professor Pedro Portela, não foram encontrados outros resquícios de promoção e divulgação da história local de Brejo por parte da sociedade civil. No que tange o poder público, particularmente a Secretaria de Cultura da cidade, não obtive retorno.

de Letras e Artes, da Academia Maçônica Maranhense de Letras e da Academia de Ciências, Artes e Letras Maçônicas do Grande Oriente do Brasil no Maranhão. [Nalap - Núcleo Acadêmico de Letras e Artes de Portugal](#). Acesso em 04/02/2025

³⁷ Aderson de Carvalho Lago nasceu no dia 26 de julho de 1915, na outrora Vila de Chapadinha. Filho do comerciante José Luiz Teixeira do Lago e da professora leiga Elisa Augusta Barbosa de Carvalho Lago e teve mais 5 (cinco) irmãos: Benedito de Carvalho Lago, Donatila Lago Ferro, Raimundo de Carvalho Lago, José Ribamar de Carvalho Lago e Zilda Clarinda Lago de Assis. Aderson Lago começou o curso primário na Vila de Chapadinha e concluiu em Buriti de Inácia Vaz; e os cursos ginásial e pré-jurídico no Liceu Maranhense, em São Luís. Aderson diplomou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Recife. Aderson Lago Ingressou no Ministério Público Maranhense, foi Promotor Público das Comarcas de Bacabal, Pedreiras e São Luís. Aposentou-se como Procurador de Justiça. Exerceu também, os cargos de Juiz do Tribunal Regional Eleitoral, Diretor do Departamento de Segurança Pública, Secretário de Segurança Pública do Estado do Maranhão, Ministro e Procurador do Tribunal de Contas, Procurador Geral da Justiça e Professor da Universidade Federal do Maranhão. Recebeu a Comenda do Ministério Público do Brasil, pelos relevantes serviços prestados à classe e na qualidade de sócio efetivo e membro do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão. [A prosa: A POESIA CHAPADINHENSE E SEUS REPRESENTANTES: ênfase em Aderson Lago](#) (acesso em 04/02/2025)

4.2 História Local no sistema educacional de Brejo

O PME, Plano Municipal de Educação (2015/2025) de Brejo, previsto pela Lei 697/2015, dispõe de quatorze (14) metas e suas respectivas estratégias visando ao desenvolvimento e garantia da qualidade da educação no município. Dentre as metas, destaca-se a meta 2, estratégia 2.18, no qual visa “Garantir a organização curricular possibilitando a interdisciplinaridade e a contextualização de conteúdos significativos embasados no PCNs e em consonância com as diretrizes do conselho nacional de Educação”, como também na meta 4, estratégia 4.3 fala sobre “promover a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e equipamentos públicos”, por exemplo “centro comunitários ,bibliotecas, praças, parques e museus propiciando a extensão cultural, por meio de visitas , programas, projetos e ações similares.” (PME – PLANO MUNIC. DE EDUC.2015-2025).

Desse modo, o município, por meio do PME, prevê em lei a implementação de temas voltados para a história local, cabendo as instituições de ensino a implementação em seus Projetos Político Pedagógico (PPP). Tomando como ponto de partida esse plano, foram realizadas conversas com a secretária de educação do município e entrevista semiestruturada com quatro (4) professores da disciplina de História, sendo dois (2) das rede de ensino público e dois (2) de instituição privada.

Em conversa com a atual secretária de educação de Brejo, a senhora Maria dos Milagres Lima Martins, no dia 22 de julho de 2024, acerca de eventuais projetos e atividades voltados para a história da cidade, pôde-se constatar a escassa existência de projetos e ações vinculados à Secretaria de Educação da cidade voltados para a história, memória e identidade locais, o que resultou na limitada produção deste capítulo.

Quando perguntada se a secretaria possuía alguma atividade ou projeto, seja atual ou anterior, relacionado a esse tema, a mesma informou que havia apenas o PME de 2015. Além disso, mencionou que as escolas da rede básica do município abordavam a questão local em determinados períodos do ano, como, por exemplo, no aniversário da cidade, tratando de temas ligados à constituição histórica do município, especialmente à emancipação política. Também mencionou que as escolas abordavam as figuras "ilustres" de Brejo, particularmente cronistas, romancistas e intelectuais, por meio de textos biográficos, poesias e livros sobre a história de Brejo.

Dessa forma, buscou-se averiguar com alguns professores da rede pública bem como privada, se estes trabalham a questão local em sala de aula. Em entrevista realizada de forma semiestruturada com quatro professores da rede de ensino pública e privada, pretendeu-se identificar possíveis ações (projetos, aulas, oficinas, atividades diversas) desenvolvidas sobre a história local ou mesmo sobre as ruas. Neste caso, a intenção é apresentar um quadro sobre como efetivamente a temática deste trabalho vem ou não sendo abordada nas escolas, para tanto, será apresentado de modo descritivo o resultado das entrevistas realizadas e ao final, uma análise crítica desse resultado.

Nesse caso, a entrevista foi realizada com 1 (um) professor atuante em duas escolas do município: uma escola da rede pública estadual, Centro de Ensino Cândido Mendes, e uma escola municipal, Unidade Escolar Ateneu Costa Bacelar (Anexo). Uma consulta prévia permitiu identificar que há docentes que trabalham com a história da cidade e os casarões de Brejo, desenvolvendo atividades sobre o tema com os estudantes. Portanto, parece ser relevante descrever essas experiências. Além disso, foram entrevistadas 1 (uma) professora que atua em uma escola municipal, Centro Educacional Monsenhor Pedro Santos; 1 (uma) professora que leciona em uma escola da rede particular, Instituto Educacional Professora Olga Portela; e outra professora que também atua na rede privada, Colégio Imaculada Conceição. Todos os docentes atuam como professores da disciplina de História.

Os docentes das mencionadas instituições de ensino foram submetidos a uma entrevista semiestruturada (anexa), contendo dez (10) questões. Conforme já salientado anteriormente, a entrevista foi concebida e executada com o intuito de investigar se e como a história de Brejo está sendo abordada em sala de aula. Dessa maneira, um dos primeiros questionamentos dirigidos aos professores foi se eles incluíam algum conteúdo ou projeto relacionado à história do município em suas aulas. A resposta foi unânime: todos responderam afirmativamente.

Nessa esteira, indaguei-os a respeito de quais materiais didáticos os referidos professores utilizavam além do livro didático, o professor 1, Carvalho Lima Junior, licenciado em História (UFPI), mestre em História (UFMA), atualmente doutorando na mesma área, pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), afirmou que faz uso de documentos escritos e visuais por meio de slides, vídeo-aulas e documentários, mesclando com o livro didático, que é a principal ferramenta dos alunos, bem como o uso de games: “agora está muito em voga essa questão dos jogos, dos games[...], gradativamente já tem muito material nesse contexto, nesse

formato, [...], basicamente isso... aqueles que são mais acessíveis a eles”. (Informação Verbal)

38

A professora 2, Cirlene da Silva Carvalho, licenciada em História (UEMA) e pós-graduada em Ciências Humanas; é professora da rede municipal de ensino de Brejo e faz uso de ferramentas como o data show e o livro didático. A professora 3, Erika Cristina Caldas Queiroz de Castro, Licenciada em História (UEMA), possuindo Pós-Graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional relata fazer uso de textos extras, artigos e apostilas e, finalmente a professora 4, Silvine Santos Martins, Licenciada em História (UNIFAEL) e pós - graduada em Docência do Ensino Superior (FAEME), possuindo 6 anos de docência na rede básica de ensino; a mesma diz fazer uso de apostilas e recursos disponíveis na escola, como data show.

Dando continuidade à entrevista, ao serem questionados sobre em qual período do ano letivo o calendário escolar aborda a história da cidade, o professor 1 relata que isso ocorre no período que corresponde ao aniversário da cidade, ou seja, em julho, e destaca que o município adota a prática de projetos bimestrais, nos quais alguns tentam vincular-se à história da cidade. A professora 2, por sua vez, informa que o calendário escolar não prevê a inclusão da história de Brejo; no entanto, por iniciativa própria, ela relata trabalhar a questão local durante o período do aniversário da cidade.

Da mesma forma, as professoras 3 e 4 relatam trabalhar a história local no mês de aniversário de Brejo. Nesse contexto, questionei quais assuntos e temas são explorados nas aulas voltadas para o ensino do local. O professor 1 fez um relato detalhado e interessante, mencionando que, em 2023, foi implantado na escola um projeto relacionado ao bicentenário de Gonçalves Dias e, a partir dessa temática, cada área de atuação (literatura, história, geografia) procurou trabalhar conforme seu campo específico. O referido professor acrescenta que a história local não é abordada da maneira adequada, mas que já existem iniciativas nesse sentido.

Segundo o professor entrevistado acima, a história local não está no currículo oficial, existe até uma iniciativa mas que não é trabalhada da forma que deveria, o mesmo ressalta que isso se deve ao pouco acesso de conteúdo, escassez de fontes, de documentos e de material didático. Além disso, o professor diz trabalhar com os alunos o Memorial da família

³⁸ JÚNIOR, Carvalho. **Entrevista I**. [set. de 2024]. Entrevistador (a): Patrícia Viana de Carvalho, Brejo, 2024.

Macatrão ³⁹ fazendo um paralelo com o museu da Balaia, localizado em Caxias. Sobre os respectivos museus, ele fala o seguinte:

[...], eu os levei aqui no museu da família Macatrão e disse: ‘não é enxergar os museus como um lugar de coisas velhas, como local de coisas que não prestam, não! é um local de história, local de memória... visitar o museu da família Macatrão é até certo ponto visitar um pouco da história do Brejo, então tentar enxergar o Brejo naquele museu. [...], levamos também para o Museu da Balaia [inaudível] e aí eu digo que consegui inserir o Brejo na história do Maranhão, por que eu fui ano passado na eletiva sobre museus, História e Museus, nós fomos aqui no memorial da família Macatrão e também fomos no museu Memorial da Balaia e aí então disse: “é conhecer a história, automaticamente, conhecer a história do Brasil, do Maranhão e também do Brejo, haja vista que nesse dois museus existe sim a história de Brejo”, então é uma das forma que eu tenho encontrado e aí eles gostam, porque eles não sabem, eles não conhecem e não tem noção da grandiosidade da história do Brejo e eles terminam gostando... (Informação Verbal)

Sobre o Memorial da Família Macatrão, o professor 1 dispõe de um material construído por ele, o material que se trata de um Guia Pedagógico intitulado “*Museu da Família Macatrão em Brejo/MA*” foi construído com o propósito de contribuir para a qualidade do ensino de História nas escolas do município, levando em conta o desenvolvimento e propagação do ensino de História Local e/ou Regional. O Guia Didático, é resultado da disciplina eletiva de base, denominada *Encruzilhadas Museológicas: museus como lugares de História viva*, desenvolvida durante o segundo semestre com uma turma do 1º ano do ensino médio, na escola Centro de Ensino Cândido Mendes.

Ainda no que concerne à pergunta sobre os temas trabalhados em sala de aula, o professor 1, informa também que em uma eletiva ministrada por ele, trabalhou a questão do patrimônio cultural de Brejo⁴⁰, utilizando sua pesquisa de mestrado voltada para o tema em tela. Ele descreve o seguinte:

[...] eu os levei nos locais de patrimônio aqui.. Questão dos palácios, né, palácio municipal “Prefeito Antônio José de Carvalho (Prefeitura), palácio “Antônio Guilherme de Melo” (Câmara), levei nas igrejas, [...], que é a Igreja Nossa Senhora da Conceição, a Nossa Senhora de Fátima e o complexo cultural Santo Antônio, praça, escadaria, igreja e fomos na Repartição também, no Santuário da Repartição e sempre colocando: trabalhando a questão patrimonial, educação patrimonial voltada para a história de Brejo (informação verbal)

³⁹ O professor disponibilizou um material intitulado Guia Pedagógico “*Museu da Família Macatrão em Brejo/MA*”, produzido por ele a partir das visitas realizadas juntamente com os estudantes, no Memorial. Uma parte do material segue em anexo.

⁴⁰ O material acerca do patrimônio cultural de Brejo, desenvolvido pelo professor Carvalho Júnior em sua pesquisa de mestrado, foi disponibilizado pelo autor e se encontra ao final deste trabalho, em anexo.

A respeito do material sobre o patrimônio cultural material em Brejo, desenvolvido pelo professor 1, trata-se de uma manual didático construído com o propósito de relacionar as práticas educativas da educação patrimonial com o ensino de História Local, o manual é produto didático pedagógico da disciplina eletiva de base, intitulada, *“Leitura da cidade: o patrimônio cultural como objeto de estudo para aprender a História de Brejo”*, foi desenvolvido com uma turma de 1º(primeiro) ano do ensino médio, turno matutino do Centro de Ensino Candido Mendes, escola da rede estadual de ensino do estado do Maranhão.

A eletiva de base buscou junto os estudantes desenvolver a construção de uma educação histórica significativa visando estabelecer um processo efetivo de produção de um conhecimento interdisciplinar acerca do patrimônio cultural existente em Brejo. Para concretização da eletiva, o professor juntamente com os estudantes envolvidos trilharam os espaços de sociabilidades e lugares de memórias da cidade para estudar sobre a História, o patrimônio e a arquitetura de caracteres coloniais, com o intuito de compreender a construção de conhecimento sobre a História da cidade e seus espaços de representações; haja vista que a relação entre a História Local e a Educação Patrimonial no ensino de História está comprometida com o debate sobre a preservação e conservação dos bens culturais como também dos espaços e lugares de memórias.

Dando continuidade à entrevista, a professora 2 relata que, durante o período do aniversário da cidade, trabalha a questão da formação histórica de Brejo, abrangendo os primeiros habitantes da região e a "principal povoadora": Eusébia Maria da Conceição. A professora 3, por sua vez, menciona que também aborda a história de Brejo, promovendo visitas ao Museu Macatrão e aos pontos históricos da cidade, como os casarões, além de trabalhar os festejos locais. Já a professora 4 afirma que trabalha as lendas, os primeiros habitantes e a economia local.

Nesse contexto, foi questionado se, durante a formação acadêmica, eles tiveram alguma disciplina voltada para a História Local; o professor 1 afirmou que passou a ter o seu primeiro contato com a questão local enquanto disciplina apenas quando ingressou no mestrado, a professora 2 e 3 também afirmaram que sim, já a professora 4, relatou que não teve nada voltado para a temática. Nesse sentido, indaguei qual tem sido o lugar da história local no contexto curricular na escola em que atuavam; para o professor 1, como mencionado anteriormente no início de sua fala, a escola não trabalha diretamente com conteúdo voltados para a história da cidade, no entanto, existem iniciativas por meio de projetos ofertados

bimestralmente e por meio de eletivas, no qual os professores podem estar inserindo a questão local.

A professora 2 relatou apenas que a questão local não é contemplada pelo currículo escolar; enquanto a professora 3 informa que essa temática vem sendo abordada como projeto. Contudo, apesar do espaço conquistado na escola, ainda é necessário um aprofundamento, especialmente em relação ao tempo dedicado, e ela enfatiza o cumprimento do currículo com o uso exclusivo do livro didático. Sobre a mesma questão, a professora 4 responde o seguinte: “[...] sempre buscamos valorizar um pouco da nossa cidade, inclusive com peças teatrais que já foram dramatizadas pelos nossos próprios alunos sobre a história do nosso município” (Informação verbal).

Em uma outra pergunta, indaguei sobre qual a percepção dos professores em relação a forma como os alunos reagem diante do estudo da história local e se tal ensino consegue instigar sua curiosidade e levá-los a questionar sobre o seu papel no contexto histórico em que vivem; para o professor 1, os alunos dão um bom feedback, “Eles gostam, essa minha saída, essa minha válvula de escape nas eletivas tem sido bom demais” (informação verbal).

A professora 2 também compartilha que: “A atenção dos alunos está voltada para o conteúdo, com bastante indagações e interação” (informação verbal). Em outra resposta, a professora 3 afirma: “Vejo que eles também dão importância à temática, porém nem sempre há espaço para trabalhar a história local de maneira adequada. No entanto, eles admiram muito os resultados dos trabalhos” (informação verbal). A referida professora ainda destaca o perceptível interesse dos alunos pelas temáticas locais, considerando a formação identitária dos mesmos. Já a professora 4 menciona que seus alunos “acham bastante interessante conhecer um pouco da nossa história, além de servir também para as próximas gerações” (informação verbal).

Uma outra questão colocada diz respeito as principais dificuldades encontradas pelos docentes ao trabalharem com temáticas direcionadas ao ensino de história local, desse modo, o professor 1 relata que um dos desafios em trabalhar o local em sala de aula está atrelado a escassez de material didático, nesse sentido, ele narra situações interessantes:

[...]todo ano o estado trabalha a questão da escravidão, dia da Consciência Negra, nessas saídas aí que eu busco trazer Brejo. Ano passado eu trabalhei com eles a pesquisa nos jornais, lá na biblioteca nacional, nos jornais digitais, em relação ao Maranhão tem muito sobre escravidão do negro aqui na região, no Brejo. E aí, eu pedi pra eles pesquisarem. Olha tem anúncios, tem várias reportagens nos jornais acerca da escravidão negra no Brejo. [...]. Nesse trabalho, nós fizemos um levantamento anual, eu encontrei um livro lá de 1872 até 1880, vários, vários registros de nascimento e eu pedi pra eles fazerem um levantamento de quantos foram batizados, dos locais que foram batizados, de quais fazendas eram... por que tem tudo

isso, né! Ai tem uma questão interessante que eu coloquei pra eles, ‘olha se vocês lerem esses registros de batismos, o que vai ter? vai ter o nome da mãe, vai ter a fazenda que a mãe vive, vai ter o nome dos senhores mas não vai ter o nome do pai... ai eu lancei a dúvida... por que será que não tem o nome do pai, qual interpretação que vocês dão a esse fato...? por que tem todas as características da criança, quer seja homem, quer seja mulher, sendo batizada. (Informação verbal)

É interessante observar que o professor acima se vê em meio a uma diminuta quantidade de materiais didáticos, contudo, o mesmo busca outras fontes de maneira a inserir a história de Brejo no contexto escolar. Ao responder sobre essa questão, as professoras 2 e 3, partilham da mesma dificuldade; a falta de materiais direcionado para a história da cidade; já a professora 4 relata que o calendário escolar acaba destinando pouco tempo para trabalhar os temas locais.

Finalmente, solicitei aos professores que relatassem um pouco de suas experiências enquanto docentes de História na educação básica, especialmente no que diz respeito ao trabalho voltado para a história local na cidade de Brejo. O professor 1 enfatizou que sua inserção no mestrado foi um ponto de virada, tendo em vista os diversos trabalhos e as variadas formas de atuação. Ele exemplifica com seu trabalho dissertativo sobre educação patrimonial, resultado dessa inserção. Ademais, acrescenta que: “Enfim, foi o próprio mestrado que me proporcionou essa virada de chave e que me fez perceber determinados objetos de pesquisa que podemos inserir na história local e, conseqüentemente, trabalhar em sala de aula” (Informação verbal).

Para as demais professoras, a experiência enquanto professora de História desencadeou orgulho frente a incumbência de transmitir a herança cultural e mostrar a importância do ensino de história local e o resgate da identidade histórico e social, como explicitado pela professora 2. Outro ponto interessante, a professora 3 elencou:

Hoje eu me sinto muito realizada quando transmito ensinamentos sobre nossa cidade aos meus alunos, sinto que estou fazendo algo para a história local não apagar. [...]Não existe a Disciplina História Local, existe a História, e, equilibrar os conteúdos que precisam ser abordados, conteúdos esses obrigatórios na carga horária e História local não é tarefa fácil, o tempo é muito pouco. Para mim, trabalhar projeto da História local tem sido gratificante, mas eu quero mais, eu sei que precisa de mais para que o resultado seja ainda melhor. (Informação verbal)

Ademais, a professora 4 relata seu prazer em explorar a história da cidade em sala de aula e destaca a importância da história local para as próximas gerações. A partir dos resultados obtidos por meio de entrevistas com professores da rede básica de ensino em Brejo,

pode-se observar que o ensino de História Local tem sido uma abordagem presente no contexto de sala de aula; entretanto, o ensino escolar precisa destinar um espaço maior para as questões locais, haja vista que tal ensino ainda se configura como uma abordagem introdutória no sistema escolar do município.

A partir da descrição dos resultados das entrevistas, pode-se perceber que o ensino de história local ainda tem um lugar de pouca relevância no contexto escolar ou mesmo fora dos muros dela; especialmente nos programas curriculares da disciplina de História ofertada nas redes da educação básica, tanto pública quanto privada. Podemos entender melhor essa questão com base em Lima Júnior (2022), no qual cita que isso ocorre devido a alguns elementos, como por exemplo, a perpetuação de conteúdos formais como único método de ensino dentro das salas de aula, sem inter-relação com a História Local. Desse modo, o autor ainda salienta que tais circunstâncias, “[...] resulta em obstáculos para os alunos (as) relacionarem os conteúdos ministrados da disciplina com o seu local de experiência temporal. Outro fator [...] é a diminuta produção de obras pedagógicas que versam sobre a história da cidade”. (Lima Júnior, 2022, p. 16)

Ao direcionarmos nosso olhar para Brejo, particularmente para a questão aqui proposta, neste caso, visualizar como a cidade, por meio do governo municipal, da sociedade civil e das instituições de ensino, nota-se que ocorreu pouco desenvolvimento em sua produção historiográfica, cabendo basicamente, a profissionais das mais variadas áreas a incumbência de produzirem uma história compatível apenas para alguns fatos, como eventos históricos, famílias tradicionais, grupos políticos que tiveram parte na construção da sociedade no decorrer do tempo.

Sobre essas questões colocadas acima, Lima Júnior, (2022, p. 16) fala o seguinte, “Via de regra, esses trabalhos seguem procedimentos de estudos próprios, destoando dos princípios teóricos e metodológicos desenvolvidos por historiadores”. Nesse sentido, Siqueira (2019) diz que,

O início da elaboração e construção de histórias das localidades, ou mesmo das municipalidades, ocorreu a partir do trabalho dos chamados memorialistas, que se aproximavam do interesse dos acontecimentos do seu lugar e que, via de regra, por razões pessoais começaram a reunir fontes e registrar o que entendiam ser sua história. Porém, embora carregados de boas intenções, essa escrita não observava os aspectos científicos da escrita historiográfica. Por isso, provavelmente cada município tem alguma produção relativa à sua história, ao seu passado e à sua cultura, entretanto, com fragilidade científica. (Siqueira, 2019, p. 4)

Percebe-se ainda que os conteúdos locais trabalhados em sala de aula, e mesmo além dela, persistem enquanto um ensino linear, acrítico e ufanista. No entanto, também se nota

que este cenário tem dado seus primeiros passos rumo à mudança. Observa-se, por exemplo, como determinados professores têm levado o ensino das questões locais para dentro de sala de aula por meio das possibilidades que o local oferece. Conforme nos lembra Rafael Samuel (1990), é importante explorar diversas fontes ao trabalhar com a história local: “Ele a encontra dobrando a esquina e descendo a rua. Ele pode ouvir os seus ecos no mercado, ler seu grafite nas paredes, seguir suas pegadas nos campos” (Samuel, 1990, p. 200).

De maneira semelhante, Freire (2001) destaca a importância de um ensino contextualizado, que valorize a cultura e a história locais, promovendo uma educação crítica e emancipadora. Além disso, é fundamental destacar o papel dos projetos interdisciplinares na promoção do ensino da história local. Projetos que envolvem diferentes áreas do conhecimento, como literatura, geografia e artes, têm potencial para enriquecer a compreensão dos alunos sobre a história de sua cidade, como evidenciado anteriormente pelo professor 1.

Ao integrarmos essas disciplinas, proporcionamos uma abordagem mais holística e significativa, que vai além do mero conhecimento factual e incentiva a reflexão crítica sobre a identidade e cultura locais. Dessa maneira, os alunos podem perceber a história local não apenas como um conjunto de eventos isolados, mas como uma narrativa viva e dinâmica, que continua a influenciar suas vidas e consequentemente a sua percepção e construção do conhecimento histórico.

5. PRODUTO TÉCNICO E TECNOLÓGICO

O historiador alemão Jorn Rüsen (2006), já há alguns anos, tem salientado que a História, ao se disciplinarizar e se cientificar, acabou restringindo seu campo de atuação. Assim, os historiadores, antes guiados por questões da vida prática e, portanto, em diálogo permanente com diversos segmentos da sociedade, passou a se deixar conduzir por questões exclusivas da reflexão teórica e do método da pesquisa histórica, o que levou a História, enquanto campo de conhecimento, a um certo isolamento da sociedade.

Em outros termos, “devido à crescente institucionalização e profissionalização da história, a importância da didática da história foi esquecida ou minimizada”. Desse modo, “quando os historiadores definiram sua disciplina, eles começaram a perder de vista um importante princípio, a saber, que a história é enraizada nas necessidades sociais para orientar a vida dentro da estrutura tempo”.

Já que “os historiadores do século XIX se esforçaram para tornar a história uma ciência”, aquele seu público mais amplo “foi esquecido ou redefinido para incluir apenas um pequeno grupo de profissionais especialistas treinados”. A metodologia da pesquisa histórica substituiu a didática da história, esta entendida como disciplina que se ocupa com o “aprendizado histórico”, o que não ocorre exclusivamente no sistema de ensino.

Diante disso, Rüsen (2006, p. 12) propõe uma releitura do projeto original da história, perdido com a sua cientificização oitocentista. Aqui, a didática da história juntaria os assuntos orientados pela prática sobre ensino e aprendizagem em sala de aula com uma percepção teórica dos processos e funções da consciência histórica em geral.

A didática da história analisaria “todas as formas e funções do raciocínio e conhecimento histórico na vida cotidiana, prática”. Aqui se pode considerar “o papel da história na opinião pública e as representações nos meios de comunicação de massa”, “as possibilidades e limites das representações históricas visuais em museus”, os “diversos campos onde os historiadores equipados com essa visão podem trabalhar”. É considerando esta concepção de Didática da História que este projeto de pesquisa propõe o desenvolvimento de um Produto Técnico-Tecnológico composto por um produto educacional.

Trata-se de um material didático (Guia Educativo), voltado para os professores da Educação Básica, construído dentro de uma perspectiva local com vistas a relação entre processos de renomeação de ruas, memória e identidade, e em acordo com a BNCC e o Documento Curricular do Território Maranhense, segundo o qual, “além dos conteúdos comuns

a todo território brasileiro, a Lei de Diretrizes e Bases e a BNCC apontam que deve haver complementação em âmbito local, de acordo com as características regionais e locais do estabelecimento escolar em questão” (2019, p.09).

O material terá como público-alvo professores que trabalham o ensino de História a nível de ensino fundamental maior e ensino médio e será voltado para elementos da história local de Brejo em interface com elementos da história nacional. Desta forma, o material didático está dividido da seguinte maneira:

A primeira parte, de modo geral, faz uma breve introdução acerca da importância da inserção da História Local no ensino e aprendizagem em História bem como tratará de conceitos essenciais, tais como Memória e Identidade. Nesta parte utilizou-se de textos bibliográficos que tratam sobre as categorias em questão.

A segunda parte está voltada para as discussões sobre processos de renomeação de ruas e logradouros, o que se pretende é trazer à tona, de modo geral, os debates em torno do tema, com ênfase nos textos e artigos trabalhados durante a construção do trabalho dissertativo relacionando a temática ao campo das Memórias e Saberes Históricos; trata-se de propiciar aos docentes da Educação Básica uma reflexão teórica e crítica sistemática sobre os principais debates no campo da questão em foco.

A terceira parte do produto terá como foco a fundação das ruas de Brejo. Neste caso, o que se pretende é não apenas contar ou narrar sobre como uma dada rua surgiu e porque foi assim intitulada com o nome de um dado personagem, mas, antes de tudo, trazer à tona esse (a) personagem, que dá nome a uma rua na cidade, ao conteúdo trabalhado em capítulos da História ensinada na Educação Básica, de modo que, ao final, será feita uma análise crítica acerca de como tais práticas de nomeação acabam selecionando determinados sujeitos em detrimento de outros, e desta maneira, conhecer quais fatores influenciam nas práticas de nomeação das ruas.

É assim que, possivelmente, ao se tratar da Rua Gonçalves Dias seja possível refletir tanto sobre história local quanto sobre o “romantismo brasileiro”, no âmbito da História do Brasil, inclusive numa perspectiva interdisciplinar. O mesmo se pode afirmar do Coronel Antônio Manoel de Araújo entre 1837 e 1921, e cuja história se conecta diretamente a história Lima, que viveu política brasileira, tendo sido intendente e vereador e um dos nomes de rua da cidade.

Há também o caso de Luís Alves de Lima e Silva (1803-1880), cujo nome intitula uma das principais ruas de Brejo e que trabalhou no Exército Brasileiro. Em sua biografia, destaca-se a repressão a diversas ações contrárias ao império, a exemplo de sua participação na

Bahia lutando contra as tropas portuguesas que se recusaram a reconhecer a independência do Brasil, bem como nas revoltas populares que se sucederam em diversas províncias, na época do império, a exemplo da Balaiada (1838/1841), no Maranhão.

A releitura da nomeação da rua de nome Machado de Assis, evidentemente, é uma grande oportunidade de ensino num produto que se pretende falar sobre o Brasil e sua história desde as ruas de uma cidade do interior do Maranhão e inclusive a partir da questão de gênero, afinal, não por acaso, Machado teria duas personagens mulheres essenciais em sua obra: Helena e Capitu. Como nos ensina Sidney Chalhoub, Machado de Assis é historiador, no sentido de que suas obras são sempre interpretações de um tempo passado: Machado teria sido mestre nos meandros e expositor arguto da tecnologia da dominação característica do século XVIII, políticas de dominação classificáveis como paternalistas, cuja característica comum – presente nas estratégias de subordinação de escravos e de pessoas livres dependentes – seria a imagem da inviolabilidade da vontade senhorial.

Na obra de Machado, a vigência do enredo da dominação paternalista não significava que os subordinados estavam passivos, incapazes de perseguir objetivos próprios, impossibilitados de afirmar a diferença. Ao contrário, apesar do perigo constante de invasão e rapina por seus algozes, e talvez por isso mesmo, o desafio de personagens como Helena e Capitu era afirmar a diferença no centro mesmo dos rituais de dominação senhorial.

Tratava-se de uma arte arriscada, que ratificava a ideologia paternalista na aparência mesmo quando roía-lhe os alicerces. Tal discurso político dos dominados envolvia a capacidade de atingir objetivos importantes utilizando criativamente – e, reforçando, ao menos aparentemente – os rituais associados à própria subordinação. Tratava-se da produção de um outro texto, contratexto, que se revelava nas entrelinhas, na piada talvez ingênua, no dito chistoso, na ambivalência das palavras, na ambiguidade da intenção. (Chalhoub, 1998, p. 95-96; 100).

Enfim, nesta parte do produto, o que seria relevante é tanto elaborar uma crítica ao fato de que não estão representados por exemplo os “dominados da história”, havendo dessa forma obliteração de sujeitos, e grupos, tais como os indígenas, que de alguma forma fazem parte da construção identitária da cidade.

A partir da proposta didática acima no qual desencadeou o Guia Educativo denominado “*RUAS DE MEMÓRIAS: Ensino de História Local a partir dos nomes das ruas de Brejo-MA*”, elaborei o seguinte roteiro de ações possíveis para uso do material didático em sala de aula:

TEMA: RUAS DE MEMÓRIAS: Ensino de História Local a partir dos nomes das ruas de Brejo - MA

DISCIPLINA: História

PÚBLICO ALVO: Ensino Fundamental maior e médio

DURAÇÃO: 4 aulas/ 45m

RELEVANCIA GERAL PARA A APRENDIZAGEM: O material visa auxiliar na inserção do ensino de história local em sala de aula, tendo em vista a importância dessa abordagem para a construção da aprendizagem histórica dos estudantes; colocando-os como sujeitos participantes desse processo de ensino e aprendizagem e despertando seu interesse em conhecer e valorizar a história da sua cidade de modo crítico.

RECURSOS NECESSÁRIOS: notebook, datashow, quadro branco, etc.

CONTEÚDOS:

1º MOMENTO: Apresentar aos alunos o conteúdo central da aula, ou seja, o estudo da história local por meio dos nomes das ruas, contextualizando essas práticas em cada período histórico proposto; introduzir as análises em torno da importância da História Local e sua relação com a memória e a identidade dos sujeitos, em seguida adentrar para as ruas da cidade de Brejo, por meio da exposição de imagens e sua descrição; analisando sua construção histórica e os respectivos nomes do logradouros de modo a problematizar a escolha dos respectivos nomes.

2º MOMENTO: Fazer uma breve análise acerca de algumas personalidades que dão nome as ruas da cidade, de modo a vincular a conteúdos trabalhados a partir da história nacional, ou mesmo de modo interdisciplinar, destacando por exemplo a literatura como maneira de abordar a questão local.

3º MOMENTO: Problematicar com os alunos os processos de desigualdades por meio das escolhas dos nomes de logradouros públicos, particularmente em relação a questão étnico-racial de gênero. Para esse momento final, tem-se a seguinte sugestão: a partir de uma roda de conversa, propor que os alunos, pesquisem o porquê da nomeação da ruas em que residem, e partir disso, identificar se há a necessidade de uma renomeação; os alunos terão que fazer uma justificativa do porquê da mudança e da escolha do nome que irá substituir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente ao que já foi exposto, podemos perceber a importância do estudo voltado para a história local, especialmente para as análises sobre as ruas e a designação de seus nomes. Pois, podemos vislumbrar que a cidade, está carregado de história (s) como memória, e esta, por sua vez, pode ser escrita e narrada de diversas formas ou mesmo a partir de diversos lugares, como por exemplo, por meio dos nomes das ruas que compõe a nossa Urbe.

Assim, por intermédio das análises bibliográficas e documentais, pudemos constatar a relevância do ensino e aprendizagem sobre História Local e sobre a necessidade de sua inserção no currículo escolar como é proposto pela legislação educacional por meio da Lei nº 9.394 a Lei de Diretrizes e Bases n. 9394 – LDBEN (Brasil, 1996) que no tocante ao Art. 26 ao qual foi ressaltado que os currículos da educação infantil, ensinos fundamental e médio devem dar espaço para as discussões locais e regionais.

Desta forma, ao situar as experiências e acontecimentos de uma localidade, o ensino de história local pode estimular a construção identitária e a formação da consciência histórica dos indivíduos. Portanto, o tema proposto possui grande relevância para o ensino e para a sociedade em geral visto que, através dos processos de (re) nomeação oficiais e costumeiras de nossas principais vias públicas, é possível chegar à conclusão de que “[...] a cidade também fala a seus habitantes e a seus visitantes através dos nomes próprios que ela abriga”. Barros (2009, p. 45).

No decorrer da pesquisa, foi analisado por meio de fonte oral, com pessoas de diferente idades, com foco nos moradores mais antigos das ruas trabalhada; e ocupações distintas com o objetivo de conhecer, quais experiências e lembranças elas atribuem ao espaço em que residem. Por meio da história oral, procuramos identificar como ocorrem as disputas de memória, ou seja, aqui demonstramos se as ruas recebem outras denominações, além de seus nomes oficiais.

Além da realização de uma análise documental baseada em fontes da Câmara Municipal de Brejo-MA, foram utilizadas também fontes virtuais, tais como *Facebook*, *Instagram* e *Whatsapp*. Compreendemos que as práticas de nomeação de ruas e logradouros públicos não se caracterizam como atividades “ingênuas” por parte dos vereadores, antes, elas partem de uma lógica de relações de interesses e, possivelmente, espelha a memória histórica nacional/local, pois segundo França, (2019, p.13), “[...] historicamente, os grupos de pressão social procuram influenciar no processo de memória coletiva”.

Assim, dentre as ruas analisadas, pôde-se notar o predomínio de nomes que fazem referência a sujeitos que se ocuparam na política nacional, regional e mesmo local, bem como de figuras que fazem menção a esfera militar, tais como tenentes e coronéis. Outros grupos observados na nomeação dizem respeito a figuras que atuaram na educação, como professores, escritores, poetas e também jornalistas, advogados, comerciantes, religiosos e médicos.

Com base nas análises obtidas no transcorrer do estudo, podemos constatar que se trata de sujeitos que de certo modo pertencem a grupos e setores privilegiado socialmente e que, em algum momento tiveram destaque em determinado contexto no município, bem como na instância regional e nacional, deixando à margem outro grupos, como mulheres, o que revela a disparidade de gênero; negros e indígenas, sendo este último por ser um grupo natural da terra, até o momento não possuem nenhum reconhecimento relativo à nomenclaturas de ruas. Todavia, a identidade indígena é observada pelos moradores por meio do monumento que dá acesso à cidade no qual descreve “Brejo, Terra dos Muypurás”, assim como na placa que explicita “Bem-vindos(as) a Brejo, terra dos Anapurus, paraíso dos Muypurás”.

É possível, desta forma, notar que há uma intenção do poder público ao eleger determinados sujeitos para dar nome a uma dada rua em detrimento de outros. Tendo em vista isso, trabalhar a construção histórica da cidade, por meio da nomeação de seus logradouros, tornou-se uma atividade imprescindível para bem compreendermos a construção da memória de seus cidadãos, e, assim, compreender o significado e elo em que consiste o ato de nomeação desses logradouros.

É notório que grande parte do moradores das ruas analisadas não possuem conhecimento em relação ao porquê da nomeação do espaço em vivem assim como do sujeito que dá nome à ela. Alguns, mesmo conhecendo a nomeação oficial de sua rua, possuem suas próprias memória e forma de pertencimento.

O caminho percorrido até aqui não foi fácil, visto os percalços que se sucederam no decorrer dos objetivos a serem traçados, percalços estes caracterizados, muitas vezes, pela escassez de fontes que tratassem da História Local do município, bem como a sistematização e análise dos dados obtidos. Os impasses para o ensino de História na atualidade são grandes, tendo em vista que ainda persistem os desafios de incluir os diferentes campos da história para dentro do âmbito da educação básica. Os novos métodos e problemas ainda sofrem resistência, mas nos dão impulso para desenvolver esse tema tão importante na formação histórica dos estudantes.

Portanto, é imprescindível que se continue a fomentar o ensino de História Local nas escolas, proporcionando aos alunos um maior entendimento de sua própria realidade e promovendo um senso de pertencimento e de identidade cultural. A valorização das memórias e narrativas locais não só enriquece o currículo escolar, como também contribui para a formação de cidadãos mais conscientes e engajados com sua comunidade.

Nesse sentido, vale frisar a relevância da colaboração entre poder público, instituições de ensino e sociedade civil como essenciais para a preservação e valorização do patrimônio cultural e histórico de Brejo, especialmente para o objeto aqui estudado, as denominações de logradouros públicos, neste caso as ruas, garantindo que as futuras gerações possam de fato ter uma melhor compreensão histórica e mesmo social.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Luís Alberto Marques. A história local como estratégia para o ensino da história. Porto: Universidade Porto, 2006. Disponível em: <http://repositório-aberto.up.up/bitstream/10216/8786/2/4880.pdf>. Acesso em: 16 out. 2024
- ANDRÉ, Marli. Pesquisa em educação: buscando rigor e qualidade. Cadernos de Pesquisa, n. 113, p. 51-64, 2001. Tradução. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0100-15742001000200003>. Acesso em: 18 nov. 2024.
- ARAÚJO, Cláudia Medeiros de. **A Representação da Mulher e as Questões de Gênero na Toponímia Urbana de Caicó – RN**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal – RN. p.194, 2013.
- ARAÚJO, Viviane Sousa Soares de. **Casarões de Brejo: Memória, Esquecimento e (Des)Usos de um Patrimônio da Cultura Material**. Monografia (Graduação) – Licenciatura em História, Universidade Estadual do Maranhão/Programa Ensinar. Brejo (MA), 48 f. 2022.
- ASSIS, Lucas Ramon P. de. CALDAS, Viviane Moraes de. Antropotoponímia e Atividade Legislativa no Distrito Federal dos Estados Unidos do Brasil (1897-1900). **Revista Espacialidades**. [S.I], v. 20,n.1.P.197-219,2024.
- BARROS, Carlos Henrique. Ensino de História, memória e história local. **Revista de História da UEG**, v. 2, n. 1, p. 301-321, 27 ago. 2013.
- BARROS, José D'Assunção. **História e Memória: uma relação na confluência entre tempo e espaço**. MOUSEION, vol. 3, n.5, Jan-Jul/2009
- BERGSON, Henri. **Matéria e Memória**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BITTENCOURT, Circe Fernandes. **Reflexões sobre o ensino de História**. Estudos Avançados, São Paulo, Brasil, v. 32, n. 93, p. 127–149, 2018.
- BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: Fundamentos e Métodos**. São Paulo, Cortez Editora, p.183-220, 2008.
- BLOCH, Marc. **Memória coletiva, tradição e costume: a propósito de um livro recente**. _____. **História e Historiadores: textos reunidos por Étienne Bloch**. Lisboa: Editorial Teorema, 1998.
- BOURDIN, Alain. **A questão local**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.
- BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.
- CHESNEAUX, Jean.

CAIMI, Flávia Eloisa. **Conversas e controvérsias: o ensino de história no Brasil (1980-1998)**. Passo Fundo, RS UPF, 2001. 207 p.

CATAI, Henrique; SIMONATO, Mauricio F; SCHNORR, Raquel T D M; MOLINA, Sandra R. Essa **Rua tem um nome**. A toponímia como recurso didático no curso de turismo da Universidade de Ribeirão Preto. In: III Simpósio de Pesquisa em Turismo do Mercosul, 2005, Caxias do Sul. Anais do III Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. Caxias do Sul: UCS, 2005.

CHERVEL, A. **História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa**. Teoria e Educação. Porto Alegre, n. 2, p. 177-229, 1990.

DIAS, Reginaldo Benedito. A História Além das placas: Os Nomes de Ruas de Maringá (PR) e a Memória Histórica. Hist. Ensino, Londrina, v. 6, p. 103-120, out. 2000.

DONNER, Sandra Cristina. História Local: uma busca sobre possibilidades conceituais e teóricas. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. v.3, n.1, 2012

FERREIRA, F. R.; ANDRADE, K. S. Mulheres, por onde caminham? O gênero social na nomeação de logradouros públicos em Porto Nacional. **Revista GTLex**, Uberlândia, v. 7, p. e0705, 2022. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/GTLex/article/view/64539>. Acesso em: 2 nov. 2024.

FERREIRA, Jurandyr Pires (org). **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. v. 15. Rio de Janeiro, 1959.

FONSECA, Thais Nívia de Lima. **História e Ensino de História**. Belo Horizonte, Autêntica, 2003, 120 p.

FRANÇA, João Paulo. As ruas no processo de disputa da memória coletiva: a nomeação e renomeação dos logradouros públicos no século XXI e suas implicações históricas e cotidianas. **Revista Crítica Histórica**, [S. l.], v. 10, n. 19, p. 230–253, 2019.

_____, João Paulo. A “RUA DO ESQUECIMENTO”: a memória dominante nos logradouros centrais de Campina Grande –PB. **Revista Espacialidades** [S. l.], v.8, n.1, P. 298-317, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/espacialidades/article/view/17763>. Acesso em: 4 dez. 2024.

_____, Joao Paulo. Rua Mariele Franco: Lutas e Simbolismo Acerca do Ato de Nomeação e Renomeação de Espaço Público. **Anais do 30º Simpósio Nacional de História**, 2019.

FREITAS, Fernanda de Lourdes. **A Constituição Da Identidade Docente: Discutindo a Prática No Processo De Formação**. Orientadora: Ângela Fátima Soligo.2006. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/Busca/Download?codigoArquivo=456737>

GADDIS, John Lewis. **Paisagens da História**. Como os historiadores mapeia o passado. Trad. de Marisa Rocha Motta. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

GASPARELO, A.; MONTEIRO, A. M.; MAGALHAES, M.; MARTINS, Ismênia de Lima. **História e ensino de história:** memórias e identidades sociais, 2007.

GONÇALVES, Márcia de Almeida. **História local:** o reconhecimento da identidade pelo caminho da insignificância. In: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette. M.;]

GOUBERT, Pierre. História Local. Revista Anabaldez, nº01, maio/agosto 1988.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vertice, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

IBGE. **Censo demográfico 2010.** Rio de Janeiro: IBGE. 2010.

IMESC. Secretaria de Estado de Programas Estratégicos. **Diagnóstico situacional regionalizado do Estado do Maranhão:** Baixo Parnaíba maranhense. Maranhão: IMESC.

JUNIOR, Claudio Liza. Nas ruas, as diferentes visões de uma história. **Diário Campineiro.** 2023. Disponível em: <https://diariocampineiro.com.br/nas-ruas-as-diferentes-visoes-de-uma-historia/> acesso em: 24/09/2024

LAGO, Aderson de Carvalho. **Brejo: aldeia dos Anapurus.** São Luís: Secretaria da Cultura do Maranhão, 1989.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Tradução de Bernardo Leitão et al. 5ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória;** tradução Bernardo Leitão... (et. al.). 4. ed. Campinas SP: Editora Unicamp, 1996.

LEI no 180 **PRIMEIRO CÓDIGO DE POSTURAS DO BREJO 1843**(DOC.No.09). Mimeo

LIMA JÚNIOR, José Carvalho. **EDUCAR PELA CIDADE:** Educação patrimonial como estratégia didático-metodológica para o ensino de História em Brejo, Maranhão. 2023.141 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Ensino de História) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023.

MACATRÃO, Roque Pires. Casarões do Brejo. São Luís, Lithograf. 2005

_____, **Casarões do Brejo e outros pontos.** São Luís; Lithograf, 2009.

_____, **Minha Saga Brejense.** São Luís, Lithograf.2011.

MAGALHÃES, Marcelo de S. (org.) **Ensino de história:** sujeitos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 175-185.

MARQUES, César Augusto. **Dicionário Histórico-Geográfico da província do Maranhão.** São Luís: Tipografia do Frias, 1870.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n° 10, 1992.

MANZINI, E.J. **Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS, 2, 2004, Bauru. A pesquisa qualitativa em debate. Anais... Bauru: USC, 2004.

NADAI, Elza. Ensino de História no Brasil: trajetória e perspectiva. **Revista Brasileira de História**, v. 13, n. 25/6, p. 143-62, 1993, Tradução.

NADER, Penha Mara Fernandes. **A sutileza da discriminação de gênero na nomenclatura dos logradouros públicos. Vitória (ES)**. 1970–2000. Vitória, 2007, Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo.

NEVES, Julienne Rosy. Do V. S. **OS NOMES DE RUA E O CICLO DO CAFÉ**: Um estudo enunciativo da designação em Londrina. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem), Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Londrina- PR, 179p, 2015.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. São Paulo: Departamento de História de Pontifícia Universidade Católica de São Paulo / PUC-SP, no.10, 1993, pp. 07-28.

OLIVEIRA JUNIOR, B. A.; BRAGA, C. M.; MARTINHO, M.; DOS SANTOS, S. R. R. **A história local, memória e identidade**: aspectos fundantes no processo identitário dos estudantes. *CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES, [S. l.]*, v. 16, n. 9, p. 17652–17666, 2023. DOI: 10.55905/revconv.16n.9-229.

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Recôncavo Sul**: Terra, Homens, Economia e Poder no Século XIX, Salvador, EDUNEB, 2003.

PACHECO, José Augusto. **Currículo**: Teoria e Práxis. 3 ed. Porto: Porto Editora, 2001.

PAVEI, K. Se essa rua fosse minha, eu mandava feminizar. **Revista Ponto de Vista**, [S. l.], v. 12, n.1, p.0111, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/RPV/article/view/15380>. Acesso em: 9 dez. 2024.

PINTO, Danilo César Souza. Etnografia de Espaços Estatais: os Nomes das Ruas da Cidade de São Paulo. **Ponto Urbe**, São Paulo, Brasil, v. 16, p. 1–21, 2015.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 200-212, 1992.

PROENÇA, Maria Cândida. **Ensinar/Aprender História**: questões de didática aplicada. Coimbra: Livros Horizonte. 1990.

RAMOS, Samara de Almeida. **História Local e ensino: o sertão do Maranhão nos anos finais do ensino fundamental**. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST), Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 136p. 2020.

RODRIGUES, Inaldo Bata. **Estado, Cultura e Nação na África do Sul Democrática**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) Universidade Federal do Maranhão, (UFMA). São Luís. 138 p. 2017.

RÜSEN, John. El desarrollo de la competencia narrativa en el aprendizaje histórico. Una hipótesis ontogenética relativa a la conciencia moral. **Revista Propuesta Educativa**, Buenos Aires, Ano 4, n.7, p.27-36. oct. 1992.

_____. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 3, p. 3-15, 1989.2010.

_____. **História Viva**. Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico (Brasília: Editora da Unb, 2008).

_____. **Razão histórica**. Brasília: Ed. UnB, 2001.

SÁ, Mary Jane Ferro de. **A Formação Histórica do Brejo**, da colonização ao século XIX. São Luís: UEMA, 1997.

SAMUEL, Rhafael. História Local e História Oral. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 9, n. 19, set. 1989/fev. 1990.

SANTANA, Messias dos Santos; MOURA, Layane Albuquerque de. A nomeação toponímica como forma de exclusão: uma análise dos nomes de avenidas, ruas e travessas da cidade de Oeiras-PI. **Linha D'Água**, São Paulo, v. 36, n. 1, p. 59–81, 2023.

SANTOS, L. E. N. **Toponímia e lugar: os significados múltiplos dos logradouros públicos no município de Grajaú, MA**. Caderno de Geografia, v. 30, n. 62, p. 612-626, 2020.

_____. TOPONÍMIA, PODER E IDENTIDADE: uma abordagem acerca dos logradouros centrais em São Luís, Maranhão. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 171-195, 2016.

SANTOS, Maria Eraneide Miranda dos. CARVALHO, Patrícia. V de. FERREIRA, Roseane S. **Nas curvas da memória e da educação Histórica: uma proposta de aprendizagem histórica através da (re)nomeação das ruas da cidade de Brejo/MA**. – 2022. Monografia (Programa Ensinar, Universidade Estadual do Maranhão) Brejo (MA), 2022.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória Coletiva & Teoria Social**. São Paulo: Annablume, 2003.

SARLO, Beatriz. **Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva**; tradução Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: CIA das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SARTORI, Tríssia Ordovás. **Ruas de minha cidade: Um estudo hodonímico**. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul - RS, p.82, 2010.

SCHMIDT, M. A.M.S. “O ensino de história local e os desafios da formação da consciência histórica”. In: MONTEIRO, A.M/ GASPARELLO, A.M/ MAGALHAES, M. S. (Org.). **Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas**. 1ªed.Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2007, v.1, p.187-198.

SCHMIDT, Maria A.; CAINELLI, Marlene. **Ensinar história**. São Paulo: Sciopione, 2004. (Pensamento e Ação no Magistério).

SCHNEIDER, S. W. C.; LEON, A. D. A história do ensino de História no Brasil. **Plurais – Revista Multidisciplinar**, Salvador, v. 7, p.1–16, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/plurais/article/view/8990>. Acesso em: 12 fev. 2025.

SCOTT, J. W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SILVA, Bruno Sanches M. da. **REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO NO ESPAÇO URBANO**: nomeações de ruas em Londrina – PR (1981-2008). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Programa de Pós-Graduação em História, 187f.: il. 2013.

SILVA, Gleilson Ângelo da. O nome da rua, da avenida e da praça: a mudança de denominação dos logradouros do Centro de Fortaleza (1810-1933). **Revista USP**, São Paulo, vol. 43, p. 1-17, jan. de 2021/ jun. de 2023.

SILVA, Manuela Damiani Poletti da. **A razão de nomear**: o papel da identidade étnica na denominação dos logradouros de Caxias do Sul. Dissertação (mestrado em Letras). Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2011.

SOUZA, C F. Entre as práticas populares e o poder do Estado (ou público) IN: BRESCIANI, Maria S. (org.) Palavras da cidade. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001. p.138

SIQUEIRA, Bianca Tamara de. A História Local na Construção de Identidades. **ANPUH – Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA** – Recife, 2019.

STEFANIU, Wellington; VENTURINI, Maria Cleci. **A NOMEAÇÃO DAS RUAS DO BAIRRO SANTA CRUZ**: lugares de memória e efeitos de sentido. In: IV CONALI - Congresso Nacional de Linguagens em Interação Múltiplos Olhares, 2013, Maringá. Anais V CONALI - Congresso Nacional de Linguagens em Interação Múltiplos Olhares. Maringá: Editora da UEM, 2013. v. 01. p. 01-10.

TORRES, P. H. C. Memória dos anos de chumbo nas cidades brasileiras. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.20, n.39, 2016. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/7500>. Acesso em: 15 dez. 2024.

VICENTE, Manoel. **Achegas para a História do Brejo**. São Paulo: MIMEO 1977. 79 p.

VILLELA, Américo Baptista. A cidade representada: as ruas da cidade e a memória republicana em Campinas. **Revista CPC**, São Paulo, n.6, p.102-118, maio 2008/out.2008.

SITES

GUITARRARA, Paloma. **Maranhão: dados gerais. Mundo Educação**. Disponível em: [Maranhão: dados gerais, capital, mapa, bandeira - Mundo Educação](#) Acesso em 20 de jul. de 2024.

COMBAT, Gregory, **O que os nomes das ruas, avenidas e monumentos dizem sobre nossa história?**. Brasil de Fato, 2020. Disponível em: [Artigo | O que os nomes das ruas, avenidas e monumentos | Opinião](#) Acesso em 15 de dez. de 2024

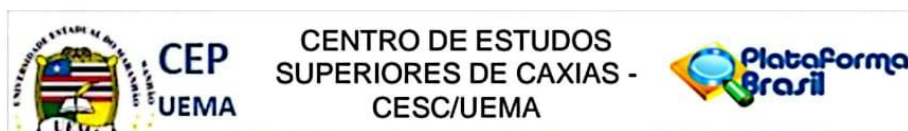
AGUIAR, Clara. **Aprovado projeto que revoga lei de paridade de gênero em nomes de ruas de Lagoa Vermelha (RS)**. Brasil de Fato, 2022. Disponível em: <https://www.brasildefatores.com.br/2022/08/04/aprovado-projeto-que-revoga-lei-de-paridade-de-genero-em-nomes-de-ruas-de-lagoa-vermelha-rs> . Acesso em 13 de jun. de 2024

PAUL, Dalila. RHODEN, Giselle. **EUA: 73 monumentos confederados foram removidos ou renomeados em 2021**. CNN BRASIL, 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/eua-73-monumentos-confederados-foram-removidos-ou-renomeados-em-2021/>. Acesso em 23 de nov. de 2022.

DOCUMENTOS

Prefeitura Municipal de Brejo – MA, **PME Plano Municipal de Educação** (Lei nº697/2015), de 15 de junho de 2015

APÊNDICE A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A MEMÓRIA E A HISTÓRIA ATRAVÉS DAS RUAS: Educação Histórica, Identidades e Desigualdades étnico-raciais e de gênero em processos de (re) nomeação de ruas da cidade de Brejo-MA

Pesquisador: FRANC LANE SOUSA CARVALHO DO NASCIMENTO

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 76259523.5.0000.5554

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.597.901

Apresentação do Projeto:

O projeto de pesquisa cujo título A MEMÓRIA E A HISTÓRIA ATRAVÉS DAS RUAS: Educação Histórica, Identidades e Desigualdades étnico-raciais e de gênero em processos de (re) nomeação de ruas da cidade de Brejo-MA, nº de CAAE 76259523.5.0000.5554 e Pesquisador(a) responsável FRANC LANE SOUSA CARVALHO DO NASCIMENTO. Trata-se de um estudo com a Metodologia Proposta abrangendo a pesquisa bibliográfica, visto que o grande objetivo desse tipo de pesquisa é levantar informações contidas em livros, dissertações, teses, artigos, entre outros sobre o tema e problema de pesquisa, sendo tarefa necessária para se construir uma reflexão sistemática sobre os processos de renomeação de logradouros em sua interface com as memórias e saberes escolares, bem como para observar e analisar produções sobre temas correlatos e associados. Foi ainda apresentado para esse quesito, pesquisa histórica, pesquisa documental, por ser um estudo descritivo e exploratório, com abordagem qualitativa, como justificado nesta citação apresentada: "nessa modalidade de pesquisa você irá observar, registrar, correlacionar e descrever fatos ou fenômenos relativos a uma dada sociedade/realidade". O instrumento para a coleta de dados será a entrevista semiestruturada, visto que nesse modelo, o entrevistador tem um roteiro de questões preestabelecidas, todavia, não perde-se a autonomia para adicionar outras, caso surja o interesse no percorrer da conversa. A entrevista por meio do roteiro será realizada virtualmente, por meio da plataforma Google Forms, as respostas podem ser

Endereço: Rua Quinhina Pires, 746 ramal 6382

Bairro: Centro

UF: MA

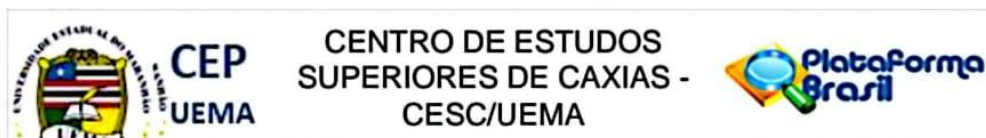
Telefone: (98)2016-8175

Município: CAXIAS

CEP: 65.600-000

E-mail: cepe@cesc.uma.br

APÊNDICE B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)



Continuação do Parecer: 6.597.901

respondidas automaticamente na plataforma de acordo com a disponibilidade do entrevistado, os professores serão avisados previamente para esclarecimento de dúvidas acerca da pesquisa e/ou roteiro e para a solicitação do seu consentimento livre e esclarecido.

O cenário da realização desse estudo considerou que o presente projeto de pesquisa tem como foco os processos de nomeação das ruas da cidade de Brejo, localizado na microrregião Leste do Maranhão.

Quanto aos participantes desta pesquisa foi apontado que o desenvolvimento do projeto se dará a partir da escuta e do diálogo como uma comunidade escolar – desta forma, a pesquisa será realizada na cidade de Brejo-MA, na escola Centro de Ensino Cândido Mendes, instituição pública de ensino, com professores que trabalham nas séries do Ensino Médio e, que atuam na disciplina de História, para tanto serão utilizados ferramentas tecnológicas tais como o uso de mídias 18 sociais (WhatsApp, Instagram) para contactar com os entrevistados com o propósito de acompanhar projetos, formulações e ideias sobre o tema em tela, ocupados com nomeação e renomeação de ruas e logradouros, observando o cotidiano escolar, as dinâmicas próprias do sistema escolar em questão. Contudo faltou inserir a amostra ou população.

Quanto aos critérios de inclusão e exclusão foram apresentados:

Os critérios de inclusão serão: ser professor(a) atuante na disciplina de História na rede pública de ensino, coordenador (a) pedagógico (a), aceitar de livre e espontânea vontade participar da investigação e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Quanto ao critério de Exclusão: Serão excluídos os professores(as) de licença, aposentados, em gozo de férias, e que não atue na disciplina de História.

Para tanto, as informações desta pesquisa quanto ao Instrumento(s) de Coleta e Análise de Dados, foram apresentados que será através de entrevista semiestruturada, visto que nesse modelo, o entrevistador tem um roteiro de questões preestabelecidas, todavia, não perde-se a autonomia para adicionar outras, caso surja o interesse no percorrer da conversa. Na análise será utilizada a técnica de Análise de Conteúdo de Bardin.

Objetivo da Pesquisa:

Quanto aos objetivos da pesquisa foi apresentado:

Objetivo Primário:

Analisar os processos de nomeações e renomeações de ruas da cidade de Brejo-MA e a constituição da história, memória, identidade e desigualdades relacionadas a questões étnico-raciais e de gênero na constituição dos nomes dos logradouros públicos.

Endereço: Rua Quinhinha Pires, 746 ramal 6382

Bairro: Centro

UF: MA

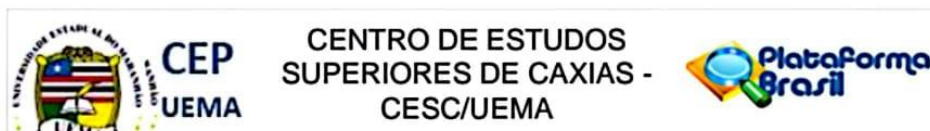
Município: CAXIAS

Telefone: (98)2016-8175

CEP: 65.600-000

E-mail: cepe@cesc.uma.br

APÊNDICE C – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)



Continuação do Parecer: 6.597.901

Objetivo Secundário:

Compreender criticamente a produção bibliográfica especializada sobre processos de renomeação de ruas e logradouros no campo das memórias e saberes históricos; Entender as nomeações de ruas da cidade de Brejo nos processos sociais e históricos concretos nas quais ocorreram; Observar o cotidiano escolar e os projetos pedagógicos de instituição de ensino da Educação Básica em Brejo se estão voltados para a identidade e a memória da cidade; Elaborar um material didático voltado para estudantes da Educação Básica com foco na relação entre processos de renomeação de ruas, memória, identidade e igualdade.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos apresentados no projeto são para os participantes da pesquisa e constam tanto no TCLE, quanto no item referente aos aspectos ético-legais na Metodologia do projeto, inclusive com o mesmo texto, o qual considera que:

'Quanto aos riscos advindos da pesquisa poderão estar associados à questões como: invasão de privacidade, constrangimentos de alguns professores (as) ao serem questionados quanto ao seu cotidiano escolar e os projetos pedagógicos, se estão voltados para a identidade e a memória da cidade, assim como se a instituição na qual atuam fazem acompanhamento pedagógico necessário para elaboração e efetivação de tais projetos. Além disso, podem trazer riscos associados a questões emocionais, tais como: frustração, visto que podem sentirem-se triste se porventura não terem atingido as metas relacionados aos objetivos propostos através do projeto'.

Destaca-se que após a apresentação destes riscos, os(as) pesquisadores(as) apresentam formas de minimizá-los, às quais:

'Os riscos poderão ser minimizados com o fornecimento das devidas informações relativas à pesquisa, elucidando aos participantes sua relevância para pesquisa e para a comunidade escolar, esclarecendo de maneira individual a confirmação de sua identidade e respostas, bem como o direito que os participantes possuem em responder ou não quaisquer questões presentes no questionário da entrevista com vistas a respeitar sua individualidade'.

Quanto aos Benefícios da Pesquisa, foram apresentados para os participantes da pesquisa, para ciência, a sociedade ou para a pesquisa científica, os quais:

'Quanto aos benefícios, o estudo poderá proporcionar tanto nos pesquisadores quanto para os participantes o sentimento de contribuição para a educação tendo em vista o conhecimento da realidade local para desenvolvimentos de ações, projetos que valorizem e tragam retorno à comunidade escolar, bem como poderão suscitar avanços e desenvolvimento relativos ao ensino de História Local, voltado para a história da cidade conseguidos através da materialização do

Endereço: Rua Quinhinha Pires, 746 ramal 6382

Bairro: Centro

UF: MA

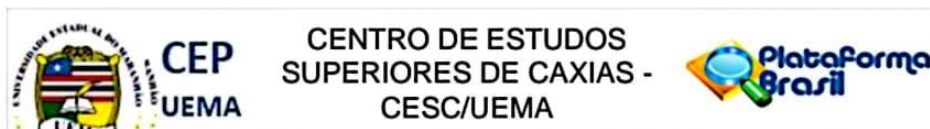
Município: CAXIAS

Telefone: (98)2016-8175

CEP: 65.600-000

E-mail: cepe@cesc.uema.br

APÊNDICE D – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)



Continuação do Parecer: 6.597.901

Produto Educacional proposto pela pesquisa, que se trata de um Guia Instrucional voltados para os professores da educação básica e a comunidade em geral'.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é relevante, apresenta interesse público e o(a) pesquisador(a) responsável tem experiências adequadas para a realização do projeto, como atestado pelo currículo Lattes apresentado. A metodologia é consistente e descreve os procedimentos para realização da coleta e análise dos dados. O protocolo de pesquisa não apresenta conflitos éticos estabelecidos na Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os Termos de Apresentação obrigatória tais como Termos de Consentimento e/ou Assentimento, Ofício de Encaminhamento ao CEP, Autorização Institucional, Utilização de Dados, bem como os Riscos e Benefícios da pesquisa estão claramente expostos e coerentes com a natureza e formato da pesquisa em questão.

Recomendações:

O (A) parecerista RECOMENDA que as seguintes modificações sejam realizadas no projeto de pesquisa:

- inserir a amostra ou população que não foi localizada por esta relatora nos documentos apresentados.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

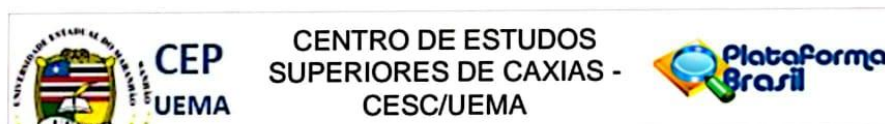
O projeto está APROVADO e pronto para iniciar a coleta de dados e as demais etapas referentes ao mesmo.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este Comitê de Ética em Pesquisa, órgão devidamente integrado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) tem o prazer de avaliar o projeto de pesquisa cujo título A MEMÓRIA E A HISTÓRIA ATRAVÉS DAS RUAS: Educação Histórica, Identidades e Desigualdades étnico-raciais e de gênero em processos de (re) nomeação de ruas da cidade de Brejo-MA, nº de CAAE 76259523.5.0000.5554 e Pesquisador(a) responsável FRANC LANE SOUSA CARVALHO DO NASCIMENTO. Assim, clarificamos que o parecer aqui exposto foi fruto de um trabalho coletivo, cuja decisão final ocorreu mediante reunião de colegiado. Portanto, parabenizamos a iniciativa dos

Endereço: Rua Quinhinha Pires, 746 ramal 6382		CEP: 65.600-000
Bairro: Centro		
UF: MA	Município: CAXIAS	
Telefone: (98)2016-8175	E-mail: cepe@cesc.uema.br	

APÊNDICE E – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)



Continuação do Parecer: 6.597.901

(as) pesquisadores(as) em efetuar o Cadastro do Projeto de pesquisa junto à Plataforma Brasil, uma vez que a pesquisa envolvendo seres humanos é algo extremamente importante e que deve ser analisada com o máximo esmero e respeito. Desejamos uma pesquisa grandiosa e que os resultados sirvam para a melhoria da sociedade.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2234923.pdf	30/11/2023 08:09:56		Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao_dos_pesquisadores.pdf	30/11/2023 08:08:28	PATRICIA VIANA DE CARVALHO	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2234923.pdf	01/11/2023 08:16:10		Aceito
Outros	Curriculo_do_Sistema_de_Curriculos_Lattes_Patricia_Viana_de_Carvalho.pdf	31/10/2023 20:35:18	PATRICIA VIANA DE CARVALHO	Aceito
Outros	Curriculo_do_Sistema_de_Curriculos_Lattes_Patricia_Viana_de_Carvalho.pdf	31/10/2023 20:35:18	PATRICIA VIANA DE CARVALHO	Postado
Outros	Curriculo_do_Sistema_de_Curriculos_Lattes_Franc_Lane_Sousa_Carvalho_do_Nascimento.pdf	31/10/2023 20:34:27	PATRICIA VIANA DE CARVALHO	Aceito
Outros	Curriculo_do_Sistema_de_Curriculos_Lattes_Franc_Lane_Sousa_Carvalho_do_Nascimento.pdf	31/10/2023 20:34:27	PATRICIA VIANA DE CARVALHO	Postado
Outros	Roteiro_para_entrevista.pdf	31/10/2023 20:30:19	PATRICIA VIANA DE CARVALHO	Aceito
Outros	Roteiro_para_entrevista.pdf	31/10/2023 20:30:19	PATRICIA VIANA DE CARVALHO	Postado
Outros	DECLARACAO_CONFLITO_DE_INTERESSE.pdf	31/10/2023 20:28:15	PATRICIA VIANA DE CARVALHO	Aceito
Outros	DECLARACAO_CONFLITO_DE_INTERESSE.pdf	31/10/2023 20:28:15	PATRICIA VIANA DE CARVALHO	Postado
Declaração de Pesquisadores	OFICIO_PARA_O_ENCAMINHAMENTO_DO_PROJETO_DE_PESQUISA.pdf	31/10/2023 19:03:33	PATRICIA VIANA DE CARVALHO	Aceito
Declaração de Pesquisadores	OFICIO_PARA_O_ENCAMINHAMENTO_DO_PROJETO_DE_PESQUISA.pdf	31/10/2023 19:03:33	PATRICIA VIANA DE CARVALHO	Postado
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DE_PESQUISA.pdf	31/10/2023 19:00:54	PATRICIA VIANA DE CARVALHO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DE_PESQUISA.pdf	31/10/2023 19:00:54	PATRICIA VIANA DE CARVALHO	Postado

Endereço: Rua Quinhinha Pires, 746 ramal 6382

Bairro: Centro

CEP: 65.600-000

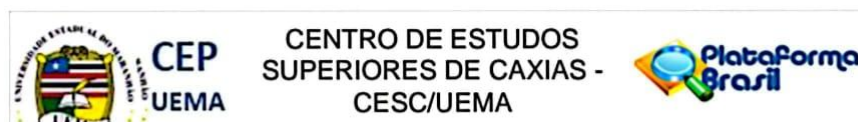
UF: MA

Município: CAXIAS

Telefone: (98)2016-8175

E-mail: cepe@cesc.uema.br

APÊNDICE F – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)



Continuação do Parecer: 6.597.901

Declaração de Instituição e Infraestrutura	DECLARACAO_de_AUTORIZACAO_da_INSTITUICAO.pdf	31/10/2023 18:59:41	PATRICIA VIANA DE CARVALHO	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	DECLARACAO_de_AUTORIZACAO_da_INSTITUICAO.pdf	31/10/2023 18:59:41	PATRICIA VIANA DE CARVALHO	Postado
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_Consentimento_Livre_e_Escelarecido.pdf	31/10/2023 18:54:58	PATRICIA VIANA DE CARVALHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_Consentimento_Livre_e_Escelarecido.pdf	31/10/2023 18:54:58	PATRICIA VIANA DE CARVALHO	Postado
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	31/10/2023 18:53:22	PATRICIA VIANA DE CARVALHO	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	31/10/2023 18:53:22	PATRICIA VIANA DE CARVALHO	Postado
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	31/10/2023 18:52:00	PATRICIA VIANA DE CARVALHO	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	31/10/2023 18:52:00	PATRICIA VIANA DE CARVALHO	Postado
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	31/10/2023 18:46:57	PATRICIA VIANA DE CARVALHO	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	31/10/2023 18:46:57	PATRICIA VIANA DE CARVALHO	Postado

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CAXIAS, 21 de Dezembro de 2023

Assinado por:
MARIA EDILEUZA SOARES MOURA
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Quinhinha Pires, 746 ramal 6382
Bairro: Centro CEP: 65.600-000
UF: MA Município: CAXIAS
Telefone: (98)2016-8175 E-mail: cepe@cesc.uema.br

APENDICE G –ROTEIRO PARA ENTREVISTA REALIZADA COM OS PROFESSORES

O ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL NOS PROCESSOS DE (RE) NOMEAÇÃO DE RUAS DA CIDADE DE BREJO-MA: Memória, Cultura e Identidade

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS(PROFESSORES(AS) DE HISTÓRIA DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

IDENTIFICAÇÃO: _____

IDADE: _____

SEXO: () Masculino () Feminino () Outro: _____

ESTADO CIVIL: () Com companheiro(a) () Sem companheiro(a)

FILHOS: () Sim () Não

QUANTIDADE DE EMPREGOS: _____

LOCAL DE TRABALHO: _____

TIPO DE VÍNCULO: () Público () Privado

FORMAÇÃO INICIAL _____

TEMPO DE ATUAÇÃO COMO PROFISSIONAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA:

PÓS-GRADUAÇÃO: () Sim, qual? _____ () Não

1- Você realiza com seus alunos algum conteúdo/projeto voltado para a História da cidade de Brejo?
Sim () Não ()

2- Qual/quais materiais didáticos você utiliza em sala de aula além do livro didático?

3- Em que período do ano letivo o calendário escolar trabalha a História da cidade de Brejo?

4- quais são os assuntos/temas/eventos explorados nas aulas?

5- Você teve ao longo da sua formação alguma disciplina voltada para o Ensino de História Local?

6- Na sua opinião qual tem sido o “lugar” da História Local no contexto curricular da Escola em que você atua?

7- De que forma a escola por meio do seu corpo pedagógico tem trabalhado com seus alunos as problemáticas locais?

8- Como os discentes reagem diante do estudo da História Local?

9- Qual/quais as principais dificuldade (s) que você encontrou ao trabalhar com temáticas direcionado ao Ensino de História Local?

10- - As experiências em sala de aula com o estudo da História da cidade conseguem instigar a curiosidade dos alunos e leva-los a questionamentos sobre o seu papel no contexto histórico em que vivem?

APÊNDICE H – TERMO DE ANUÊNCIA DO/A ORIENTADOR/A PARA EXAME DE QUALIFICAÇÃO

TERMO DE ANUÊNCIA DO/A ORIENTADOR/A PARA EXAME DE QUALIFICAÇÃO

Eu, Franc-Lane Sousa Carvalho do Nascimento, docente permanente do Programa de Pós-Graduação em História - Mestrado e Doutorado Profissional da Universidade Estadual do Maranhão - **autorizo o Exame de Qualificação** da pesquisa intitulada **MEMÓRIA, CULTURA E A CONSTITUIÇÃO DE IDENTIDADE**: o ensino de História Local nos processos de(re) nomeação de ruas da cidade de Brejo-MA, do discente Patrícia Viana de Carvalho. Afirmo estar ciente do conteúdo apresentado realizado sob minha orientação e declaro que este material está em plenas condições de ser avaliado pelos membros da Banca Examinadora.

São Luís, _____

Franc-Lane Sousa Carvalho do Nascimento

Orientador/a

**ANEXOS 1 – AMOSTRA DO GUIA PEDAGÓGICO “MUSEU DA FAMÍLIA
MACATRÃO EM BREJO/MA”. MATERIAL ELABORADO PELO PROF. JOSÉ
CARVALHO LIMA JÚNIOR, DURANTE VISITAS REALIZADAS JUNTAMENTE
COM ALUNOS DA ESCOLA ESTADUAL CENTRO DE ENSINO CÂNDIDO
MENDES, NO MEMORIAL DA FAMÍLIA MACATRÃO**



 ESTADO DO MARANHÃO SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO DA REDE DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DO ENSINO E DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM SUPERVISÃO DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS	 Centro de Estudos e Pesquisas em Educação Capele de Educação
ENCRUZILHADAS MUSEOLÓGICAS: CONHECENDO MUSEUS COMO LUGARES DE HISTÓRIA VIVA	
PROFESSOR: Me. JOSÉ CARVALHO LIMA JÚNIOR	
ANA CLARA PIMENTEL DA SILVA SOUSA ANÁLDO VIEIRA DO NASCIMENTO CARLOS HENRIQUE ROCHA DE OLIVEIRA DÁCIO FRANCISCO VIANA DOS SANTOS DANIELA DE SOUSA MASCARENHA ELIAS DOS SANTOS NASCIMENTO EMANUEL AURELIO DE SOUSA EVALDO BARBOSA DA SILVA FRANCISCA IRIS ARAGÃO FERREIRA FRANCISCO DE ASSIS SILVA DE SOUSA FRANCISCO DE SOUSA SILVA FRANCISCO JOSE MEIRELES SOUSA FREDYSON RAMOS DA SILVA GABRIEL BARBOSA DA SILVA MOURAO GEOVANA DOS SANTOS NASCIMENTO GILVANARA CARVALHO DE SOUSA GISLANE ROCHA COSTA GRAZIELLE CARVALHO REIS HEVILLA AMABLE CARVALHO ALMEIDA JOÃO INACIO DA SILVA LOPES JOSE ARMANDO CARDOSO DE LIMA JOSILENE OLIVEIRA DA LUZ	KAUAN COSTA GOMES KETHELYN KARYNE SA DE ARAUJO KEVEN CRISTIAN ARAGAO TEIXEIRA LANDO FERNANDES DA SILVA LUCAS DA SILVA CARVALHO LUIS FERNANDO DA SILVA ARAUJO LUIS GUILHERME ARAGAO SOUSA MANUELA DAMASCENO COELHO OLIVEIRA MARCYELLY ROCHA LOPES MARIA CLARA DE SOUSA SANTOS MARIA EDUARDA NASCIMENTO DA SILVA MARIA FERNANDA CARVALHO LIMA MARIA GRAZIELE VIANA SOUSA MARILIA GONCALVES DA SILVA MATEUS SANTOS DA SILVA NICELY MARIA SOARES GONCALVES RODRIGO ARAUJO DOS SANTOS RONALD CARVALHO DE OLIVEIRA VICTOR GABRIEL ALVES FREITAS WELINGTON ALBUQUERQUE FREITAS WENDEL DE OLIVEIRA PAULO WEVERTON MELO ROSA

MUSEU DA FAMÍLIA MACATRÃO

Os museus históricos, possuem reminiscências do passado que estão expostas no presente. Nesse sentido, são fontes históricas que devem ser exploradas através de sua potencialidade discursiva de criar narrativas históricas que procurem dar sentido ao passado. (VIEIRA, 2017)

APRESENTAÇÃO

Este Guia Didático pedagógico visa contribuir para a melhoria na qualidade do ensino de História tendo os museus como espaços de aprendizagens histórica para o desenvolvimento da História local e/ou regional.

A construção deste Guia Didático possui o propósito pedagógico de fomentar ações educativas de valorização e preservação das memórias de Brejo, estado do Maranhão elegendo o “Museu da Família Macatrão” como lugar de educação histórica significativa, possibilitando assim um melhor entendimento da história da família Macatrão, como também da história de Brejo. O artefato didático pedagógico busca elencar diversas possibilidades de ensinar História que tratam prioritariamente das memórias da família Macatrão, mas também de acesso a determinadas narrativas sobre a história da cidade a partir de visitas programadas ao museu.

O Guia é um artefato didático pedagógico resultante da disciplina eletiva de base, denominada **Encruzilhadas Museológicas**: “museus como lugares de História viva”. Desenvolvida durante o segundo semestre com uma turma de 1º ano do ensino médio, turno matutino do Centro de Ensino Cândido Mendes, escola da rede estadual de ensino do estado do Maranhão.

Possuindo como principal intuito levar os alunos e alunas a perceberem a importância que os museus possuem como lugar de preservação da História e da memória de um determinado local, cidade, estado e/ou país, esse material busca mostrar que as visitas presenciais e virtuais a determinados museus devem contribuir para transformar as aulas de História mais atrativas, produtivas e significativas. A interação entre teoria e prática nestes lugares de memórias feita pelos professores e alunos visitantes visa promover uma aprendizagem histórica potente para o desenvolvimento da História local e regional.

**ANEXO 2 – MANUAL SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL DE
BREJO/MA. MATERIAL PRODUZIDO PELO PROFESSOR JOSÉ CARVALHO
LIMA JÚNIOR, A PARTIR DE SUA PESQUISA DE MESTRADO**



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	02	5.4) Dados arquitetônicos.....	14
1 INTRODUÇÃO.....	04	5.5) Dados históricos.....	14
2) PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO.....	06	6) CÂMARA MUNICIPAL DE BREJO.....	15
2.1) Ficha do Monumento.....	06	6.1) Ficha do Monumento.....	16
2.2) Caracterização.....	07	6.2) Caracterização.....	16
2.3) Diagnóstico.....	07	6.3) Diagnóstico.....	16
2.4) Dados arquitetônicos.....	07	6.4) Dados arquitetônicos.....	16
2.5) Dados históricos.....	07	6.5) Dados históricos.....	16
3) PRAÇA MATRIZ DE BREJO.....	08	7) IGREJA DE SANTO ANTÔNIO	17
3.1) Ficha do Monumento	08	7.1) Ficha do Monumento.....	17
3.2) Caracterização.....	08	7.2) Caracterização.....	17
3.3) Diagnóstico.....	09	7.3) Diagnóstico.....	18
3.4) Dados arquitetônicos.....	10	7.4) Dados arquitetônicos.....	18
3.5) Dados históricos.....	10	7.5) Dados históricos.....	19
4) SANTUÁRIO BOM JESUS DOS NAVEGANTES.....	10	BIBLIOGRAFIA.....	2
4.1) Ficha do Monumento.....	11		
4.2) Caracterização.....	11		
4.3) Diagnóstico.....	11		
4.4) Dados arquitetônicos.....	11		
4.5) Dados históricos.....	11		
5) IGREJA MATRIZ.....	12		
5.1) Ficha do Monumento.....	12		
5.2) Caracterização.....	13		
5.3) Diagnóstico.....	13		

APRESENTAÇÃO:

A preservação do patrimônio histórico é vista, hoje, prioritariamente, como uma questão de cidadania e, como tal, interessa a todos por se constituir em direito fundamental do cidadão e esteio para a construção da identidade cultural. (BITTENCOURT, 2005, p. 137)

Este manual versa sobre o patrimônio cultural material da cidade de Brejo, localizada na Região do Baixo Parnaíba Maranhense, distante 318 (trezentos e dezoito) km da capital do estado, São Luís, comportando uma área de 1.073 (um mil e setenta e três) km². Sendo um produto didático pedagógico da disciplina eletiva de base, denominada: **“Leituras da cidade:** o patrimônio cultural como objeto de estudo para aprender a História de Brejo”, foi desenvolvido com uma turma de 1^o(primeiro) ano do ensino médio, turno matutino do Centro de Ensino Candido Mendes, escola da rede estadual de ensino do estado do Maranhão.

Fundamentada na preocupação de uma aprendizagem histórica significativa, a eletiva de base buscou junto os estudantes desenvolver a construção de uma educação histórica significativa visando estabelecer um processo efetivo de produção de um conhecimento interdisciplinar acerca do patrimônio cultural existente na denominada “Aldeia dos Anapurus”.

A respectiva eletiva considerou que o patrimônio cultural material da cidade de Brejo/MA, formado por um eclético acervo arquitetônico que nos remete ao período colonial como detentor de uma potência didático pedagógica, tornando-o objeto de estudo na área das ciências humanas, especificadamente no campo da educação histórica.

É preciso considerar o Patrimônio Cultural como tema transversal, interdisciplinar e/ou transdisciplinar, ato essencial ao processo educativo para potencializar o uso dos espaços públicos e comunitários com espaços formativos. Embora tenha ficado patente que o processo educacional é mais amplo que a escolarização – inserindo-se em contextos culturais nos quais a instituição escolar não é o único agente educativo –, não se pode

prescindir do envolvimento de estabelecimentos de ensino e pesquisa, a partir de programas de colaboração técnica e de convênios. (IPHAN,2014, p.27)

Para tanto, professor e alunos envolvidos trilharam os espaços de sociabilidades e lugares de memórias da cidade para estudar sobre a História, o patrimônio e a arquitetura de caracteres coloniais, com o intuito de compreender a construção de conhecimento sobre a História da cidade e seus espaços de representações; haja vista que a relação entre a História Local e a Educação Patrimonial no ensino de História está comprometida com o debate sobre a preservação e conservação dos bens culturais como também dos espaços e lugares de memórias.

Nesse sentido, as visitas in loco, as saídas de estudo, o contato com o patrimônio são estratégias potencializadoras para a interpretação das fontes patrimoniais. A observação direta no contexto dos bens culturais para além da valorização e preservação, o contato direto dos alunos com as fontes patrimoniais contribui para a compreensão da história contextualizada e o desenvolvimento de um pensamento histórico crítico e reflexivo por parte dos alunos.

Podemos afirmar segundo Tolentino (2016), que a educação patrimonial é entendida como um elemento fundamental integrado às práticas cotidianas dos sujeitos, concebendo-os como protagonistas na construção e apropriação do seu patrimônio cultural, incentivando assim, a participação social em todas as etapas de preservação dos bens e manifestações culturais.

Assim, no momento em que o historiador, em seu ofício de professor buscar desenvolver “Leituras da cidade”, estará ensinando pela cidade a partir de seus múltiplos códigos, valorizando as especificidades de seus espaços e principalmente decifrando seu patrimônio cultural que produz sentidos sensíveis e significativos para a existência de seus habitantes.